



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ANA PAULA TAIGY DO AMARAL

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
JOÃO PESSOA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA DO MUNICÍPIO**

JOÃO PESSOA
2021

ANA PAULA TAIGY DO AMARAL

**ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
JOÃO PESSOA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA DO MUNICÍPIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra

JOÃO PESSOA
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A485a Amaral, Ana Paula Taigy do.

Análise da responsabilidade social do Centro
Universitário de João Pessoa : uma contribuição para a
melhoria da qualidade da educação superior privada do
município / Ana Paula Taigy do Amaral. - João Pessoa,
2021.

287 f. : il.

Orientação: Maria das Graças Gonçalves Vieira
Guerra.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior. 2. Centros universitários -
João Pessoa (PB). 3. Educação privada - Qualidade. 4.
Responsabilidade social - IES. I. Guerra, Maria das
Graças Gonçalves Vieira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

A BANCA EXAMINADORA, TENDO EM VISTA A EXPOSIÇÃO ORAL APRESENTADA PELA MESTRANDA ANA PAULA TAIGY DO AMARAL E PROCEDIDA A ARGUIÇÃO PERTINENTE AO TRABALHO FINAL, CONSIDEROU A DISSERTAÇÃO:

- (X) APROVADA
- () INDETERMINADA
- () REPROVADA

MEMBROS – BANCA EXAMINADORA	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Maria das Graças G. Vieira Guerra (Orientadora)	PPGE/CE/UFPB	<i>M. Vieira</i>
Joseval dos Reis Miranda	PPGE/CE/UFP B	<i>Joseval dos Reis Miranda</i>
Rosane Carneiro Sarturi	UFSM	<i>Rosane C. Sarturi</i>

João Pessoa, 27 de maio de 2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir viver e sobreviver a essa pandemia. A Nossa Senhora por, não só ouvir as preces de minha mãe, mas, também, por me alavancar quando o desânimo e o desencorajamento tomavam o meu ser.

Aos meus pais, responsáveis por minha educação primária e pelos valores que carrego em mim, obrigada pela paciência, amor e suporte, sem essa estrutura afetiva, não teria conseguido concluir este trabalho.

À minha tia Ana Cristina Taigy, por ter me resgatado, quando eu achava que tudo estava perdido. Esse título também é seu.

À profa. Osicleide Bezerra, por ter sido um farol, quando meu barco estava à deriva. Obrigada por acreditar e por me fazer acreditar que eu era capaz.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra, pelo suporte, atenção e presteza durante a orientação. A sua energia e alegria foram estímulos para continuar sempre adiante. À senhora, toda minha admiração.

À Profa. Ticiane Cavalcante, secretária da Reitoria, e ao Prof. Arthur Lima, coordenador de Monitoria, Pesquisa e Extensão do Unipê, por toda atenção e paciência que tiveram em responder meus e-mails. Aos senhores, minha eterna gratidão e apreço.

Aos profissionais: Dra. Anna D'Ávila Lins, que me fez questionar meus medos e me ajudou a superar minhas resistências; Dr. Mário Vasconcelos, por sua competência e atenção, puxando minha orelha todas as vezes que eu desanimava e perdia o foco; Dra. Luciana Viana, cujas agulhas e ventosas me acalmaram nos dias de dores e de ansiedade; e Dr. Paulo Duarte, que, por meio do pilates e da fisioterapia, diminuiu minhas dores no quadril, possibilitando-me concluir a escrita.

Por último, uma pesquisa não se faz apenas com duas mãos, porém, com o apoio de várias. Por isso, gostaria de agradecer:

- A minha irmã, **Ana Gabriela**, que procurou, na sua rede de contato, alguém que pudesse me ajudar no Unipê; e achou **Joyce Martins**, funcionária da instituição, a quem também agradeço por todo o auxílio e disponibilidade;
- Ao colega **Philipe Souza**, que conseguiu o contato (do Instagram) do professor de Biomedicina do Unipê, **Dr. Rodrigo Niskier**, o qual, gentilmente, me cedeu o contato (what'sapp) da coordenadora do curso (de Biomedicina), **Profa. Cláudia**; a qual, educadamente, me atendeu e me passou o contato (what'sapp) do **Prof. Jocelmo Leite**, coordenador de um projeto de pesquisa e que, gentilmente, esclareceu minhas dúvidas e contribuiu para esta investigação;
- Ao amigo **Pablo Honorato**, que me deu o contato da **Profa. Mirella**, docente do Unipê que, gentilmente, além de me explicar os projetos de extensão que coordena e que colabora, ainda me passou o contato dos **Profs. César Amaral e Rui Costa**, coordenadores de projetos de pesquisa do curso de Arquitetura e Urbanismo do Unipê, os quais, educadamente, sanaram minhas dúvidas e contribuíram com este trabalho;

- Ao colega e arquiteto **Laurence Maia**, que conseguiu o contato (no Instagram) da coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Unipê, **Profa. Mariana Lucena**, que atenciosamente me atendeu e explanou sobre os projetos de pesquisa promovidos pelo curso;
- Aos professores de Medicina do Unipê, **Dr. Gustavo Dias** e **Dra. Tatiana Almeida**, os quais, educadamente, contribuíram para esta pesquisa, explicando-me os projetos de extensão que coordenam naquela instituição;
- Ao discente de Medicina do Unipê, **Tobias Lacerda**, que elucidou o projeto de pesquisa em que é (pesquisador) voluntário, contribuindo para esta investigação;
- Aos amigos **Leonardo Lima**, que me ajudou a encontrar perfis de programas de extensão do Unipê nas redes sociais, quando eu não tinha mais paciência de fazer; e **Alexandre** e **Jorge** por me ajudarem com a elaboração dos slides para a qualificação desta dissertação.

“Quem tem um amigo, tem tudo!”, já diz o ditado. A todos vocês, meu coração.
Deus os abençoe!

“A maioria de nós, em um momento ou outro, é impelida, mesmo que o impulso seja breve, a ajudar a resolver os problemas da sociedade, e a maioria de nós sabe, no fundo do coração, que é nossa responsabilidade deixar o mundo um pouco melhor do que encontramos”.

Cyril Joad

RESUMO

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, determina os propósitos da educação, estabelecendo, para isso, duas dimensões a serem atendidas: uma social-coletiva e outra individual. De maneira que uma Instituição de Educação Superior (IES), mesmo de natureza privada, incorpora, em virtude da atividade desempenhada, a responsabilidade social da educação. O objetivo principal desta pesquisa é analisar quais ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, voltadas para a responsabilidade social da IES, corroboram a qualidade da educação superior privada do município. Para o seu desenvolvimento, optou-se por uma análise dos documentos institucionais e das informações divulgadas pelo portal e redes sociais da casa, com o auxílio de um guia de análise documental e do método de codificação e categorização (FLICK, 2009; STRAUSS; CORBIN, 2008; SIMIONATO; SOARES, 2014). Apesar da falta de publicidade dos principais documentos institucionais, foi possível identificar a responsabilidade social no Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (2018) e em projetos, programas e metas que promovem a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social, notabilizando-se, nesse sentido, a integração das funções entre ensino, pesquisa e extensão do centro universitário investigado. Entretanto, com a mudança do regime jurídico da entidade, após a venda (em 2018), e com o encerramento iminente do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2017-2021) atual, sugere-se acompanhamento das ações acadêmico-administrativas da organização para aferir se as conservarão nesse sentido, cumprindo a responsabilidade social da Educação.

Palavras-chave: Educação superior privada. Centros Universitários. Qualidade da educação. Responsabilidade Social das IES.

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988, in Article 205, determines the purposes of education. This Article establishes the pursuit on two dimensions: one social-collective and another individual. As a result, a Higher Education Institution (HEI), even of a private nature, incorporates, due to the activity performed, the social responsibility of education. The main objective of this research is to analyze which actions and practices of the Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, focused on the social responsibility of the HEI, corroborate the quality of private higher education in the municipality. In developing this research, we opted for an analysis of institutional documents and information published on their website and social medias accounts, with the help of a document analysis guide and the method of coding and categorization (FLICK, 2009; STRAUSS; CORBIN, 2008; SIMIONATO; SOARES, 2014). Despite the lack of publicity for the main institutional documents, it was possible to identify social responsibility in the Institutional Self-Assessment Report of the Own Evaluation Commission (2018). The social mission was also present in projects, programs and goals that promote institutional efficacy and academic and social effectiveness. Notably, in this sense, the integration of teaching, research and extension of the university center, which activities were investigated. However, with the change of the entity's legal regime, after its sale (in 2018), and with the imminent closure of the current Institutional Development Plan - PDI (2017-2021), it is suggested to follow up the organization's academic-administrative actions, to check whether these changes will maintain the institution's focus on the social responsibility of education.

Keywords: Private higher education. University Centers. Quality of education. Social responsibility of HEIs.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
- ACE - Avaliação das Condições de Ensino
- ANDIFES - Associação das Instituições Federais de Ensino Superior
- ASPED - Assessoria de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento
- ASPEQ - Associação Paraibana de Equoterapia
- AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNCC - Base Nacional Comum Curricular
- CAA - Central de Atendimento ao Aluno
- CAJUP - Centro de Atendimento Jurídico Popular
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAQDAS - *Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software*
- CC - Conceito de Curso
- CCAIE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação
- CEP - Comitê de Ética em Pesquisa do Unipê
- CEUA - Comissão de Ética no Uso de Animais do Unipê
- CF - Constituição Federal de 1988
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade
- CI - Conceito Institucional
- CMI - Centro Municipal de Imunização de João Pessoa
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNS - Conselho Nacional de Saúde
- COESI - Coordenação de Estágios Institucional do Unipê
- COFINS - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
- COLACE - Complexo Laboratorial e Clínica Escola Florence Nightingale (Clínica-escola de Enfermagem do Unipê)
- COMPEX - Coordenação de Monitoria, Pesquisa e Extensão do Unipê
- CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Unipê
- CONSUNI - Conselho Universitário do Unipê
- CPA - Comissão Própria de Avaliação
- CPC - Conceito Preliminar de Curso

CRC	-	Conselho Regional de Contabilidade
CRE	-	Coeficiente de Rendimento Escolar
CSLL	-	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DAES	-	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DOR	-	Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
DRU	-	Desvinculação das Receitas da União
EaD	-	Ensino a Distância
EC	-	Emenda Constitucional
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECS	-	Escola de Computação Solidária
EIRC	-	Escritório de Internacionalização e Redes de Cooperação do Unipê
EJA	-	Escola para Jovens e Adultos
ENADE	-	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	-	Exame Nacional de Cursos
ENCCEJA	-	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	-	Exame Nacional do Ensino Médio
ERSE	-	Ensino Remoto Síncrono Emergencial
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
FIES	-	Fundo de Financiamento Estudantil
FPE	-	Fundo de Participação dos Estados
FPM	-	Fundo de Participação dos Municípios
FUNAD	-	Fundação de Apoio à Pessoa com Deficiência da Paraíba
FUNDEB	-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEACE	-	Grupo de Estudos em Arbitragem, Mediação e Comércio Exterior do curso de Direito do Unipê
GEAS	-	Grupo de Estudo de Animais Silvestres do curso de Medicina Veterinária do Unipê
GERES	-	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
GOE-UP	-	Grupo de Orientação aos Estudantes do Unipê
IA	-	Inteligência Artificial
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	-	Indicador de Cumprimento de Atividade
IES	-	Instituição de Educação Superior
IESP	-	Instituto de Educação Superior da Paraíba

IFES	-	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipê	-	Institutos Paraibanos de Educação
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPJ	-	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LAEP	-	Liga da Psicanálise do curso de Psicologia do Unipê
LAETCC	-	Liga de Teoria Cognitivo Comportamental do curso de Psicologia do Unipê
LAF	-	Laboratório de Avaliação Física do Unipê
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIPS	-	Liga de Psicologia Social do curso de Psicologia do Unipê
MBA	-	<i>Master in Business Administration</i>
MEC	-	Ministério da Educação
MP	-	Medida Provisória
NAI	-	Núcleo de Acessibilidade Institucional
Nead	-	Núcleo de Educação a Distância da Universidade Cruzeiro do Sul
NPI	-	Núcleo de Publicações Institucionais do Unipê
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	-	Organização Não Governamental
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PAIUB	-	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAPI	-	Programa de Apoio Permanente ao Ingressante
PARU	-	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PCRD	-	Plano de Carreira e Remuneração Docente
PDI	-	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIS	-	Contribuição para o Programa de Integração Social
PISA	-	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	-	Plano Nacional de Educação
PNI	-	Política Nacional de Imunização
PRAC	-	Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos do Unipê
PRODFTIN	-	Projeto de Extensão Direitos Fundamentais e Trabalho Infantil do Unipê
ProUni	-	Programa Universidade para Todos
PSS	-	Processo Seletivo Seriado

- PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- PUCRio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- RSC - Responsividade Social Corporativa
- SESu - Secretaria de Educação Superior
- SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
- SiPNI - Sistema de Informação da Política Nacional de Imunização
- SiSU - Sistema de Seleção Unificada
- TAUP - Teoria do Projeto; Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
- TEA - Transtorno do Espectro Autista
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
- UAB - Universidade Aberta do Brasil
- Ubtech *Business* - Classificação administrativa interna do Unipê, que reúne, sob a mesma coordenação, os cursos (graduação e técnico) de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos, Logística, Gestão Ambiental, Gestão Financeira, Gestão Pública Marketing.
- Ubtech TI - Classificação administrativa interna do Unipê, que reúne, sob a mesma coordenação, os cursos (graduação e técnico) de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciências da Computação, Gestão de Tecnologia da Informação, Redes de computadores e Sistemas para Internet.
- UFPB - Universidade Federal da Paraíba
- UnB - Universidade de Brasília
- Unipê - Centro Universitário de João Pessoa
- USF - Unidade de Saúde da Família
- USP - Universidade de São Paulo
- UTI - Unidade de Terapia Intensiva
- VOE - Núcleo de Voluntariado e Espiritualidades do Unipê

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Figura 01	Nuvem de palavras do eixo 1 (Planejamento e avaliação institucional)	91
Figura 02	Nuvem de palavras do eixo 2 (Desenvolvimento institucional)	92
Figura 03	Nuvem de palavras do eixo 4 (Políticas de gestão)	93
Figura 04	Nuvem de palavras extraídas da Política de Responsabilidade Social do Unipê	123
Fotografia 01	Imagem do portão principal do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê	127
Fotografia 02	Imagem da entrada principal do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê	127
Fotografia 03	Polo EAD da Cruzeiro do Sul Virtual – Unipê (sede), em João Pessoa – PB	128
Fotografia 04	<i>Campus</i> do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê	129
Fotografia 05	<i>Campus</i> do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Recursos financeiros totais associados ao FIES, durante os anos de 2000 a 2015	61
Gráfico 02 - Distribuição de vagas no Ensino Superior 2018 (Modalidades presencial e à distância)	64

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01 – Crescimento do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil.....	34
Tabela 02 – Distribuição das IES brasileiras por organização acadêmica e natureza jurídica (2018)	64
Tabela 03 – Número de matrículas em cursos de graduação segundo a organização acadêmica (2018)	66
Tabela 04 – Descrição dos objetivos específicos da pesquisa e dos procedimentos técnico-metodológicos adotados.....	99
Tabela 05 – Matriz de categorias e indicadores (guia de análise documental).....	106
Tabela 06 – Conceitos das categorias de análises e exemplos de códigos relacionados ao seu conteúdo	112
Tabela 07 - Definição da responsabilidade social institucional do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul e a fonte documental consultada	120
Tabela 08 - Projetos de pesquisa e de extensão acadêmica do Unipê (2021.1).....	159
Tabela 09 - Tabela de distribuição de vagas de Monitoria por cursos e componentes curriculares (Unipê/2021.1).....	165
Tabela 10 - Revistas e periódicos do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê/Cruzeiro do Sul.....	171

LISTA DE LEGISLAÇÃO

Decreto-lei nº 19.851/31 -	Estatuto das Universidades Brasileiras	26
Decreto-lei nº 19.850/31 -	Cria o Conselho Nacional de Educação	26
Lei nº. 4.024/1961 -	Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira	29
Lei nº 3.998/1961 -	Criação da Universidade de Brasília (UnB)	31
Lei nº 5.540/1968 -	Lei da Reforma Universitária	32
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	36
Portaria nº 249/1996	Institui normas para a realização anual do Exame Nacional de Cursos (ENC).....	39
Decreto nº 2.026/1996	Regulamenta o processo de avaliação dos cursos e das IES	40
Lei nº 9.394/1996 -	Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	40
Lei nº 10.172/2001 -	Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 – 2010	48
Medida Provisória ° 2.094-28/2001 -	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências	48
Decreto nº 3.860/2001 -	Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.	49
Lei nº 10.260/2001-	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências	48
Lei nº 10.861/2004 -	Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES	50
Lei nº 11.096/2005 -	Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e dá outras providências	58
Decreto nº 5.622/2005	Regulamenta o art. 80 da LDB	56
Decreto nº 5.800/2006 -	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB	57
Decreto nº 6.096/2007 -	Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	58
Lei n.º 11.788/2008 -	Dispõe sobre o estágio de estudantes, e outros assuntos.....	170
Lei nº 12.249/2010 -	Institui o Exame de Suficiência para o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, entre outras providências	68

Lei nº 12.711/2012 -	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências	56
Portaria nº 21/2012 -	Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – Sisu ...	19
Lei nº 13.005/2014 -	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024) e dá outras providências	63
Lei nº 13.409/2016 -	Altera a Lei nº 12.711/2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino	56
Decreto nº 9.057/2017	Regulamenta o art. 80 da LDB	56
Decreto nº 9.235/2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.	25
Lei nº 13.415/2017 -	Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...], e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	148
Portaria nº 2.117/2019	Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino	24
Portaria nº 342/2020 -	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.....	138
Portaria nº 345/2020	Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020.	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 DA EXPANSÃO E DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .	27
1.1 Do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/1931) à Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	29
1.2 Do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (1993) ao Decreto Federal nº 3.860/2001	42
1.3 Da Criação do SINAES (2004) às Políticas de Expansão do Ensino Superior Público (Programa Expandir – Fase I/Reuni) e Privado (Prouni/Fies) Adotadas nos Governos Lula e Dilma (2003 – 2016).....	48
1.4 O Plano Nacional da Educação 2014 – 2024 e o Censo da Educação Superior 2018	61
2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR ...	72
2.1 Responsabilidade Social da Educação	73
2.2 Responsabilidade Social das IES	76
2.3 As Concepções sobre Qualidade na Educação Superior	81
2.3.1 A concepção e os indicadores de qualidade presentes no instrumento de avaliação institucional externa do INEP (2017)	88
3 DO PERCURSO METODOLÓGICO	96
3.1 Do Centro Universitário investigado	98
3.2 Das Modalidades de Pesquisa	98
3.2.1 Da pesquisa bibliográfica	99
3.2.2 Da pesquisa documental	102
a) Do <i>corpus</i> documental	102
b) Do guia de análise documental	104
3.3 Dos Métodos e Instrumentos para as Análises Qualitativa dos Textos e Tratamento do <i>Corpus</i> Documental	108
3.3.1 Dos métodos de análise qualitativa de conteúdo e de análise global	108
3.3.2 Tabela de conceitos das categorias de análises	110

3.3.3 Do <i>software</i> Atlas.ti 8.0 como recurso para auxiliar no tratamento do <i>corpus</i> documental.....	114
4 ANÁLISES DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	116
4.1 Identificação da Responsabilidade Social nos Documentos Institucionais Selecionados	117
4.2 Como a Responsabilidade Social se Apresenta em Relação a Projetos, Programas e Metas que Promovam a Eficácia Institucional e a Efetividade Acadêmica e Social.....	123
4.2.1 Gestão administrativa.....	127
4.2.2 Da comunicação institucional (comunidade interna e externa).....	130
4.2.3 Autoavaliação e atuação da CPA.....	132
4.2.4 Gestão de pessoal	136
4.2.5 Gestão acadêmica	141
4.2.6 Inovação, cidadania, desenvolvimento social, econômico e técnico científico.....	169
4.2.7 Memória, cultura, educação e esportes.....	180
4.2.8 Inclusão, diversidade, acessibilidade e direitos humanos	187
4.2.9 Saúde, sustentabilidade e meio-ambiente.....	198
4.3 Ações realizadas pelo Centro Universitário de João Pessoa que contribuem (ou que podem contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior privada do município	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS.....	228
ANEXOS	252

INTRODUÇÃO

Aos 16 anos, em 1999, quando fui fazer a matrícula na escola nova, a coordenadora do primeiro ano do Ensino Médio me perguntou se eu sabia para que curso eu iria prestar o vestibular, pois, naquele ano, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB havia modificado a forma de ingresso na instituição e adotado o “Processo Seletivo Seriado” – PSS, em que o estudante, na segunda fase da prova (a escrita), fazia apenas as matérias correspondentes à grande área do curso, para o qual havia optado, de modo que as turmas, naquele colégio, haviam sido divididas por áreas de estudo, e, a depender da minha resposta, ela escolheria em qual delas me colocaria.

Eu costumava dizer que essa era a primeira grande escolha na vida de um adolescente, visto que carregava o peso sobre o seu “futuro”, sobre o que ele estudaria ou trabalharia pelo “resto de sua vida”. Tratava-se de um tempo em que se pensava haver certa segurança, como a de que cursar um bom curso superior asseguraria um emprego igualmente adequado e com boa remuneração. No entanto, depois da criação do **Sistema de Seleção Unificada**, mais conhecido por **SiSU**, por intermédio da Portaria Normativa n.º 21, editada pelo Ministério da Educação, doravante MEC, em 05 de novembro de 2012¹, tenho minhas dúvidas se os estudantes fazem as escolhas pelos cursos que se matriculam ou se, porventura, acabam cursando “aquele que dá”, isto é, aquele cuja média ou resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio, famoso “Enem” (equivalente ao antigo vestibular), permitiu entrar.

Particularmente, naquela época, foi muito difícil fazer essa escolha, já que, dentro da área de Humanas, havia mais de um curso com o qual eu me identificava (Letras, Jornalismo, Direito e Psicologia). Não obstante, era também um período em que certos cursos/profissões ganhavam prestígio mais do que outros. Dizia-se, por exemplo, que para uma família de classe média ser considerada bem sucedida precisava ter um engenheiro, um médico e um jurista (de preferência, concursado). Dessa maneira, de livre escolha, mas com a devida pressão (familiar), optei pelo único curso da afamada lista que pertencia à área de Humanas: Direito.

¹ Por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação, disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem (BRASIL, 2012).

Porém, infelizmente, não logrei êxito em ser aprovada na UFPB. E, ao invés de fazer cursinho por mais um ano e prestar vestibular novamente, matriculei-me na instituição de Ensino Superior privada mais antiga e de maior credibilidade (na época) da cidade: o Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Fiz essa escolha pensando que ela seria a melhor, pois, aos 18 anos, eu acreditava que as diferenças entre o curso de Direito da Federal e o do UNIPÊ restringiam-se, apenas, à gratuidade do ensino e à melhor seleção dos alunos da primeira. Ninguém, até então, nunca havia me falado sobre a existência de programas de extensão, de iniciação científica, de monitoria, tampouco de mobilidade nacional e/ou internacional. Para mim, o máximo que uma **Instituição de Educação Superior** (a partir de agora, **IES**), sobretudo particular, podia oferecer para aprimorar a qualidade da aprendizagem do seu estudante era programas de estágio. E isso, na minha graduação, o Unipê oferecia.

Em meados de 2006, quando eu cursava o penúltimo período do curso de Direito, alguns professores, recém-chegados de Portugal, onde tinham ido fazer suas pós-graduações na Universidade de Coimbra (graças a um convênio firmado, anos antes, entre o Unipê e essa instituição), lançaram alguns editais de bolsas para monitoria e para projetos de pesquisa (iniciação científica). Entretanto, como eu estava perto de me graduar, a única coisa que eu conseguia pensar era em minha monografia, em apresentá-la e em ser aprovada, requisitos necessários para a conclusão do curso e obtenção do diploma (naquela época).

Seis anos depois da minha graduação, eu me sentia perdida, sem rumo. Já havia sido aprovada no Exame da Ordem, aberto e fechado um escritório de advocacia, trabalhado como juíza conciliadora no Juizado Especial Federal, sido assessora voluntária em gabinete de juiz e de promotor, começado uma pós-graduação (*lato sensu*) em Ciências Criminais e nunca terminado, feito inúmeros cursinhos para concursos, sido aprovada, mas nunca chamada para assumir a vaga (na Câmara Legislativa do Estado da Paraíba), ou, até mesmo, ter sido chamada, mas ter perdido o prazo para assumir a vaga em outros (juíza conciliadora temporária da Comarca de Olinda e técnica administrativa do Ministério Público do Pará), ou seja, eu vagava sem direção e sem destino. Digo, por experiência própria, que a pior coisa que pode acometer a um ser humano é perder ou não ter um propósito para a própria vida. E assim, em 2013, depois de uma grande decepção e de uma perda pessoal, caí no limbo da depressão.

Em 2015, por sugestão de uma tia, Ana Cristina Taigy, resolvi fazer o Enem. Não peguei no livro, pois estava trabalhando como garçom no restaurante do meu pai. Quando saiu o resultado, em janeiro do ano seguinte, descobri, pelo processo do SiSU, que, com a minha nota, eu entraria no curso de “Secretariado Executivo Bilingüe”, no *campus* IV/Litoral Norte da UFPB. Era um curso noturno e eu ia de van particular, todas as noites, para Mamanguape. Partia, às 18h, e regressava de lá às 22h. Sem embargo, chegava em casa apenas à meia-noite, dado que, para a minha “sorte”, eu morava no mesmo bairro que o motorista/proprietário da van e, conseqüentemente, só chegava em minha moradia depois que os demais passageiros eram deixados em suas residências. No semestre letivo 2018.2, eu consegui fazer reopção de curso e matriculei-me em Letras, Licenciatura em Língua Portuguesa, no *Campus* I, em João Pessoa. Todavia, foram três anos incríveis, de muito aprendizado e crescimento pessoal, de encontros e de autodescobertas, de ressignificação e de nascimento de propósitos. Eu costumo dizer que a Universidade Pública me salvou.

O *campus* IV/Litoral Norte é o caçula da UFPB. É fruto do Programa Expandir – Fase I, do primeiro mandato do governo Lula, tendo sido aprovado pelo MEC e criado pelo Conselho Universitário da UFPB, doravante Consuni, em 2006. Nele, funciona o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, que recebe estudantes, em sua maioria, residentes do Vale do Mamanguape, microrregião composta por dez municípios circunvizinhos, na Zona da Mata paraibana². A maioria dos meus colegas, com duas exceções, era a primeira geração da família que cursava um Ensino Superior e todos tinham estudado em escolas públicas, por toda a educação básica ou em grande parte dela.

A equipe docente, por sua vez, é composta, em sua maior parte, por professores jovens e capacitados, que, aliados à bonança de um período próspero em verbas federais, durante os anos em que estudei (2016 – 2018), disponibilizaram e desenvolveram muitos projetos de monitoria, de extensão e de iniciação científica com disponibilidade de bolsas de estudo. Eu tive a sorte de, no segundo período do curso, passar em uma seleção de monitoria da disciplina “Introdução à Sociologia”, ministrada pela Profa. Dra. Osicleide Bezerra. Em sequência, eu participei, como

² São estes: Mamanguape, Rio Tinto, Baía da Traição, Marcação, Mataraca, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Pedro Régis, Jacaraú e Itaporoca (PARAÍBA, 2013).

voluntária, de dois projetos de extensão³, e, em concomitância, fui aprovada, como bolsista, em um de iniciação científica⁴. A partir dessa experiência, eu tive a percepção de que a universidade existe para além dos cursos que ela oferta. Ela transcende o conteúdo explanado dentro das quatro paredes da classe ou do que é escrito no quadro de giz/lousa de vidro. Além disso, proporciona experiências que superam a simples leitura de textos e os debates em sala de aula. O processo de aprendizagem e de produção de conhecimento ultrapassa os próprios muros que delimitam seu terreno e o seu entorno.

Eu sei que isso parece óbvio, tanto quanto parece para mim hoje. Contudo, aos 18 anos, quando fiz o meu vestibular pela primeira vez, nada disso era evidente. Eu nunca tive essa sensação ou vivi experiência semelhante, durante os cinco anos de curso de Direito no UNIPÊ. A impressão era de que estávamos apenas de passagem, como de fato estávamos, em um ambiente totalmente seguro e quase homogêneo. Assim, eu passei a me perguntar por que essa diferença de formação? Por que as demais IES, independente da organização acadêmica, não desenvolvem a interdisciplinaridade entre ensino, pesquisa e extensão? Sei que as respostas para essas duas perguntas podem ter diferentes vertentes, das mais simples, como dizer que “elas não são obrigadas por lei”, às mais profundas, como a de que “elas não têm interesse, em virtude do modelo neoliberal de educação superior da rede privada”.

Não obstante, sem adentrar na seara ideológica, mas em um sentido pragmático, focado exclusivamente no ordenamento jurídico pátrio, pergunto: para que, afinal, a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES**, avaliza a responsabilidade social das IES, entre as suas dimensões avaliativas, se não for com o (para o) propósito de melhoria da qualidade da educação ofertada? Consoante a esses termos, a extensão e a pesquisa científica (eventualmente desenvolvidas) não seriam um excelente meio de viabilizar essa responsabilidade social? Ou estamos diante de um termo ou de uma exigência legal sem efeito, para mero marketing social (isto é, para dar uma aparência de social

³ Os projetos de extensão em que atuei como voluntária foram: PJ417-2017 - Família, escola e desenvolvimento de aprendizagem; PJ331-2018 - Família, escola e aprendizagem; PJ451-2017/2018 – I Festival de Música no Vale (Campus IV – UFPB) e II Festival de Música no Vale (Campus IV – UFPB).

⁴ O Projeto de Iniciação Científica, o qual participei como bolsista, foi: PIP9056-2017 PIVIC (IC) - MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA, EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA: AS TRAJETÓRIAS FAMILIARES E AS PERSPECTIVAS DOS JOVENS DE BAIXA RENDA NO VALE DE MAMANGUAPE (PB).

a um serviço que se tornou exclusivamente de consumo)? Não estaria a legislação “facilitando” a graduação em cursos superiores, sobretudo de jovens, sem lhes permitir vivenciar esta rica experiência formativa, ao facultar ou desobrigar que IES privadas desenvolvam a integração entre ensino – pesquisa – extensão?

Segundo o **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, doravante **INEP** (2019b), no ano de 2018, existiam 2.537 instituições de educação superior regularmente autorizadas e em funcionamento no Brasil, dentre as quais 88,2% eram de natureza privada, isto é, 2.238 são particulares, enquanto 299 (o que corresponde a 11,8%) são públicas. Todavia, dentro do universo daquelas, apenas 92 são universidades, ao passo que 1.929 são faculdades, representando um contingente de 86,2% das organizações privadas.

Em número de ingressantes, incluindo o **Ensino a Distância** (a partir de agora, **EaD**) e o Presencial, em 2018, matricularam-se no Ensino Superior privado 2.864.999 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil e novecentos e nove), o que representa 83,1% dos estudantes de graduação do país (INEP, 2019a). Olhando para esse contingente, lembro-me de uma crítica recorrente, que costumam fazer (inclusive na academia) ao alunado da rede superior privada: “Ah, mas ele quem escolheu estudar lá. Cada um sabe que tipo de educação/formação superior quer receber”. Daí, eu indago: Será mesmo? Será que esses 2.864.999 estudantes tiveram escolha? Optaram, de livre e espontânea vontade, por cursar a graduação em uma instituição privada? Será que no meio dessa quantidade toda de pessoas não há nenhum estudante hipossuficiente?

Nesse aspecto, em consonância com o Censo da Educação Superior (INEP, 2019b), em 2018, o percentual de matrículas, na rede privada, com algum tipo de financiamento ou bolsa foi de 46,8%, das quais, 821.122 matrículas (27%) foram realizadas com recursos do **Fundo de Financiamento Estudantil – FIES**; 575.099 (19%) com orçamento do **Programa Universidade para Todos**, doravante **ProUni**, ambos de competência da União; e 1.627.488 (54%) com outro tipo de bolsa ou natureza de financiamento. Assim, significa que as IES privadas se beneficiam de verbas federais, tendo parte do seu alunado assegurado por incentivo de políticas públicas e não lhes são exigidas obrigações ou contrapartida, revertidas para a sociedade, em forma de ações institucionais, vinculadas a atividades, projetos e/ou programas de ensino, de pesquisa e de extensão?

Desde a redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qualidade da educação e a expansão do Ensino Superior foram (ambas) pautas presentes nas políticas públicas federais, inclusive previstas nas metas dos Planos Nacionais da Educação 2001-2010 e 2014-2024. “Agora você pode!” (UNIVERSIDADE PAULISTA, 2020), dizia a informação na *homepage* de uma instituição de educação superior privada, enquanto anunciava matrículas por apenas R\$ 10,00 (dez reais) e mensalidades de cursos de graduação à distância, a partir de R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais), na cidade de João Pessoa – Paraíba. Diante de um quadro de consolidação do Ensino Superior privado no território pátrio e, nos últimos anos, em especial, da modalidade de Ensino a Distância, questiona-se: como anda a responsabilidade social das IES particulares? E como essa responsabilidade se comunica com a qualidade da educação ofertada por elas?

Um artigo recente, publicado na revista *Nature* (WITZE, 2020), aduz que na pós-pandemia do corona vírus algumas mudanças em curso podem se tornar permanentes, como, por exemplo, a adoção do sistema híbrido (virtual e presencial), até como um recurso para a diminuição de custos das instituições de ensino. Nesse quesito, no entanto, o Brasil “ironicamente” se antecipou, não em virtude da pandemia, conquanto em razão do *lobby* dos grandes conglomerados educacionais, graças à Portaria do MEC nº 2.117, publicada em 06 de dezembro de 2019, que autoriza às IES ofertarem, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais (salvo para Medicina), até o limite de 40% da carga horária total, na modalidade EaD (BRASIL, 2019b).

Ainda é cedo para avaliar se esta mudança, advinda com a Portaria n.º 2.117/2019 do MEC, foi salutar para o Ensino Superior pátrio, isto é, se trouxe benefícios ou não para a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos, bem como se acarretaram (ou não) melhorias, em termos de qualidade, para as instituições e os cursos ofertados. Sem embargo, uma consequência provável já começa a ser evidenciada: o crescente número de demissões de professores na rede privada de Ensino Superior.

De acordo com uma reportagem publicada pela Pública – Agência de Jornalismo Investigativo, e divulgada pelo portal UOL Notícias, em 23 de setembro de 2020, o Sindicato dos Professores de São Paulo, conhecido como Sinpro, denunciou que, desde julho daquele ano, aconteceram cortes drásticos de hora-aula nos contratos dos professores que lecionam na rede privada de Ensino Superior, bem

como demissões em massa (DOMENICI, 2020). Em um dos casos, enunciado pelo presidente do Sinpro, somente a Universidade Nove de Julho - Uninove demitiu cerca de 500 docentes no primeiro semestre de 2020 (*Ibid*, 2020). Em outra ocorrência, na rede de instituições *Laureate*, houve denúncias de uso de robôs, no lugar de professores, para correções de atividades EaD, bem como demissões para a contratação de tutores, por salários menores.

Ao todo, de abril até a data da publicação do artigo, aquele sindicato havia contabilizado mais 1.600 demissões de professores em IES privadas, somente no estado de São Paulo. Outra denúncia da reportagem foi o aumento significativo do número de estudantes matriculados e assistindo às aulas, simultaneamente, na mesma disciplina, ministrada na modalidade à distância. O que o Sinpro chamou de “ensalar as turmas” (DOMENICI, 2020), ou seja, reunir o máximo possível de alunos de semestres distintos, assim como de cursos diferentes, em uma mesma turma *online* (*Ibid*, 2020), registrando até 250 ou 310 estudantes presentes, limite máximo suportado pelas salas de transmissão *online*. Os graduandos reclamam da superlotação, dizendo que o sistema fica pesado, cai com frequência e que se acumulam muitas dúvidas para serem esclarecidas pelo professor ministrante, ao final das exposições (*Ibid*, 2020).

Este trabalho, por conseguinte, preocupa-se em investigar a responsabilidade social que toda organização de ensino, por prestar serviço de educação, possui e a inter-relação com a qualidade da educação superior ofertada. Nesse sentido, optou-se pelo foco nos Centros Universitários, porque eles são uma categoria intermediária entre as faculdades e as universidades (modelo esse comumente referenciado quando se pensa em responsabilidade social universitária). Ademais, o Decreto nº 9.235, publicado em 15 de dezembro de 2017, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Essa norma revogou o Decreto nº 5.773/2006, em vigor até aquela época, passando a exigir das faculdades privadas que solicitem credenciamento como Centro Universitário que atendam aos seguintes requisitos, além dos gerais (BRASIL, 2017b):

- I - um quinto do corpo docente estar contratado em regime de tempo integral;
- II - um terço do corpo docente possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III - no mínimo, oito cursos de graduação terem sido reconhecidos e terem obtido conceito satisfatório na avaliação externa *in loco* realizada pelo INEP;

- IV - possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;
- V - possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;
- VI - terem obtido Conceito Institucional - CI maior ou igual a quatro na avaliação externa *in loco* realizada pelo INEP, prevista no § 2º do art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; e
- VII - não terem sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, contado da data de publicação do ato que penalizou a IES.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como pretensão responder a questão: **Quais ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa, voltadas para a responsabilidade social das IES, corroboram a qualidade da educação superior privada do município?**

Por essa razão, o objetivo principal é analisar as práticas voltadas para a responsabilidade social dos Centros Universitários, verificando em que aspectos eles podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior da rede privada da região. Esse escopo geral subdivide-se em três objetivos específicos, os quais norteiam o percurso metodológico e as etapas da investigação:

- a) Compreender a responsabilidade social das IES e a inter-relação com a qualidade da Educação Superior, por meio de uma revisão da expansão e avaliação da Educação Superior, no percurso do tempo;
- b) Identificar os conceitos de educação, responsabilidade social e qualidade, bem como sua inter-relação, mediante o traçado de um paralelo entre esses três conceitos, no contexto da Educação Superior;
- c) Analisar como as ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa, voltadas para a responsabilidade social, podem contribuir para o aprimoramento do ensino da rede superior privada da cidade, visando à melhoria da sua qualidade.

Para isso, adota-se a abordagem de natureza qualitativa, visto que seu direcionamento investigativo permite a elaboração de correlações entre dados empíricos, resultados e aspectos teóricos, possibilitando testar ideias e hipóteses (GIL, 2008). Quanto ao enfoque, tem-se uma pesquisa exploratória, que se desenvolverá na modalidade bibliográfica e documental, utilizando-se dos métodos de análise de documentos e, para o tratamento e para a análise dos dados, serão empregados os métodos de categorização e codificação, amparados pelas teorias da Análise de Conteúdo e, de forma suplementar, Análise Global, em harmonia com Flick (2009), Pereira (2004), Strauss e Corbin (2008), Simionato e Soares (2014). E, por

fim, para auxiliar nessa etapa, utilizar-se-á o Software Atlas.Ti 8.0 como suporte tecnológico para o processo de tratamento dos dados, possibilitando a construção de diagramas e mapeamento gráficos (FLICK, 2009).

Espera-se, dessa forma, com os resultados desse estudo, que as ações de responsabilidade social possam contribuir (ou servir de modelo) para a melhoria da qualidade da educação da instituição pesquisada, bem como nas demais IES privadas da região, como, também, colaborar com as discussões sobre a temática e fomentar novas indagações a respeito da responsabilidade social das IES privadas no Brasil.

Em face do que foi apresentado nesta breve introdução, o respectivo trabalho foi organizado conforme a estrutura subsequente:

- **Capítulo I** - denominado “DA EXPANSÃO E DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL”, em que, para compreender a responsabilidade social das IES e a inter-relação com a qualidade da Educação Superior, fez-se uma revisão da expansão e avaliação da Educação Superior do país, por meio de um percurso histórico (de 1930 até 2019), com os dados do Censo da Educação Superior 2018 (objetivo específico nº 1);

- **Capítulo II** - intitulado “RESPONSABILIDADE SOCIAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR”, em que, para identificar os conceitos de educação, responsabilidade social e qualidade, no contexto da Educação Superior, traçou-se um paralelo entre esses conceitos e sua inter-relação com qualidade no Ensino Superior (objetivo específico nº 2);

- **Capítulo III** – nomeado “DO PERCURSO METODOLÓGICO”, em que se descrevem as etapas da investigação em questão;

- **Capítulo IV** – designado “ANÁLISES DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES”, cuja pretensão é analisar como as ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa, voltados para a responsabilidade social, podem contribuir para o aprimoramento do ensino da rede superior privada da região, visando à melhoria da sua qualidade (objetivo específico nº 3). Para isso, identificou-se como a responsabilidade social encontra-se prevista nos documentos institucionais e como se apresenta em relação a projetos, programas e metas que promovem a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social, para então descrever as ações realizadas pela IES investigada, que contribuem (ou podem contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior privada do município;

- **Considerações Finais** – conclui-se o trabalho, conseqüentemente, com as considerações finais, nas quais se ressaltam as principais concepções e observações advindas do presente estudo;

- **Referências** – Nessa parte da dissertação, constam-se todas as informações acerca do material bibliográfico pesquisado e citado na escrita desta dissertação de mestrado;

- **Anexos e Apêndices** – Nos anexos, foram incluídas as tabelas completas, com a catalogação das informações colhidas no *website* do Unipê/Cruzeiro do Sul.

Assim, assevera-se, nesta breve introdução, um resumo do trabalho em pauta. No capítulo seguinte, inicia-se a revisão da expansão e avaliação da Educação Superior do país, por meio do decurso histórico proposto.

1 DA EXPANSÃO E DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Pretende-se discorrer, neste capítulo, sobre a expansão e avaliação da Educação Superior no país, por meio de um percurso histórico, iniciando-se a partir da Era Vargas, mais especificamente em 1930, expondo o início da expansão do ensino superior brasileiro, até 2019, apresentando os dados divulgados no Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019a; 2019b), para, com isso, compreender a responsabilidade social das IES e a inter-relação com a qualidade da Educação Superior.

Optou-se por iniciar o decurso histórico somente a partir da década de 1930, e não fazer uma leitura das primeiras instituições de ensino superior nacional, desde o Brasil Colônia, em razão de que não era intenção partir da formação das primeiras IES, porém, de quando o nível educacional começou a se expandir e de quando surgiram as primeiras regulamentações, visando aprimorar a sua qualidade e motivando reformas educacionais, até tornarem-se as políticas públicas atuais de avaliação.

Ademais, esse transcurso no tempo remonta à própria estabilização e fortalecimento desse nível de ensino no território pátrio, o qual se desenvolveu, quando não à revelia de normas de controle de qualidade de cursos de graduação e de IES; em outros períodos, com normas e políticas públicas que objetivamente estimularam a expansão do ensino superior privado.

Destarte, os tópicos deste capítulo estão organizados seguindo quatro divisões cronológicas e legais da educação nacional. O primeiro se inicia com a publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/1931), no primeiro governo de Getúlio Vargas, e vai até à redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste recorte, utilizou-se como base especialmente o pensamento de Anísio Teixeira (1989), Olive (2002), Cunha (1980; 1988, 2007), Fávero (2000; 2006), Martins (2009), Ramos (2017), Bertolin (2004) e Dias Sobrinho (2002; 2003).

O segundo ponto tem como marco político as primeiras tentativas de se institucionalizar, no Brasil, os processos de avaliação nacional do ensino superior, com a criação do **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB**, em 1994 (que contou com a participação das Instituições de Educação Superior Públicas), depois a criação do **Exame Nacional de Cursos –**

ENC, em 1996, bem como a **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/1996) e a Lei nº 10.172/2001, que aprova o **Plano Nacional de Educação** (de agora em diante, **PNE**), para o período 2001 – 2011 (BRASIL, 2001a), até, por fim, citar o Decreto nº 3.860/2001 (BRASIL, 2001c), que prepara o terreno para a criação do SINAES, em 2004. Nesse período, incide a influência do capital estrangeiro no sistema educacional pátrio, que resultaram na criação de leis que estimularam a exploração e o crescimento da iniciativa privada neste setor. Para além de alguns trabalhos já mencionados, recorreu-se também ao raciocínio de autores como Bertolin (2004) e Dias Sobrinho (2003), Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006), Bresser-Pereira (2014), Chaves e Amaral (2016), Souza (2014) e publicações oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009).

O terceiro item se inicia com a Lei nº 10.861/2004, que cria o SINAES, seguido das políticas, na concepção de *policy/policies* (JAIME *et.al.*, 2013), adotadas nos governos dos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016), que estimularam a expansão do ensino superior público, dentre elas, são citados: Expansão Fase I (2005), Universidade Aberta do Brasil - UAB (2006) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNE (2007), bem como o privado, por meio do Programa Universidade Para Todos - ProUni (2005) e o estímulo ao crédito estudantil, através do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Optou-se por fazer este recorte, com destaque às políticas que envolvem financiamento e crédito estudantil a alunos matriculados em instituições privadas (ProUni e Fies), por entender que essas duas vertentes impactaram sensivelmente a qualidade do ensino superior ministrado no país. Como suporte para a construção teórica, além da consulta às legislações correspondentes, recorreu-se à lucubração de Carvalho (2014) e Chaves e Amaral (2016), bem como às publicações oficiais referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (daqui para frente, FUNDEB) e ao Fies (BRASIL, 2017d; 2017e), bem como notícias veiculadas pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES (2019) e pela imprensa nacional (MORENO, 2018).

A quarta e última divisão faz um paralelo entre as metas traçadas pelo PNE 2014 – 2024 (aprovado pela Lei nº 13.005/2014), para o ensino superior brasileiro, e os resultados do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019a; 2019b).

Despontaram-se informações importantes acerca desse nível educacional, bem como levantaram-se questionamentos e considerações sobre a qualidade do ensino ofertado atualmente no país. Para esse fim, utilizou-se de recursos legais (Lei n.º 13.005/2014) e oficiais, tais como as publicações referentes ao Censo da Educação Superior 2018 - Divulgação dos Resultados (INEP, 2019a) e as Notas Estatísticas (INEP, 2019b), bem como o Relatório Brasil no Pisa 2018 (INEP, 2019c), o estudo lançado pela organização “Todos pela Educação” (2019) e o *Ranking* Universitário Folha (2019), publicação anual que avalia universidades brasileiras nos quesitos pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação. Para mais dessas fontes, recorreu-se, também, às publicações e dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2018), do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (2018) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019; 2020).

Conclui-se o capítulo, portanto, com a compreensão de que o crescimento expansionista do nível superior pátrio ocorreu de forma incipiente e descompromissada com a qualidade da educação ofertada (TEIXEIRA, 1989), especialmente no tocante ao setor privado, e que, atualmente, apesar da expansão da educação superior ter ocorrido no território pátrio, ainda assim, os resultados práticos em relação à qualidade do ensino ofertado deixam a desejar, sobretudo nas IES privadas, que resultaram em um crescimento de instituições descompromissadas em promover a interligação do ensino, da pesquisa e da extensão (CHAVES; AMARAL, 2016).

No subtópico que se segue, inicia-se a revisão da expansão e avaliação da Educação Superior, por meio do percurso histórico acima descrito.

1.1 Do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/1931) à Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

A preocupação com a fiscalização e o controle da qualidade do ensino superior ministrado no Brasil variou de acordo com o tempo e com o contexto histórico. As primeiras faculdades brasileiras, independentes umas das outras, localizavam-se em cidades importantes da época (Salvador, Rio de Janeiro, Olinda, São Paulo e Ouro Preto)⁵, ainda no período colonial (após a chegada da Família Real Portuguesa, em

⁵ Sobre as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, discorre Teixeira (1989, capítulo 4, obra não paginada): “Com a chegada do Príncipe D. João, futuro D. João VI, em 1808, à Bahia, cria o

1808) e no Império, bem como possuíam uma elevada orientação profissional elitista (OLIVE, 2002, p. 32). Os jovens mais abastados eram enviados para estudar na prestigiada Universidade de Coimbra, o que por muito tempo tardou a criação de universidades no país (TEIXEIRA, 1989, obra não paginada⁶).

Com a Revolução de 1930, assume o poder o presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945), que criou o Ministério de Educação e Saúde, nomeando Francisco Campos como primeiro titular da pasta. Este elaborou e implementou reformas em todos os níveis de ensino, com ênfase na formação da elite e na capacitação para o trabalho (FÁVERO, 2006). Em 1931, dentre outras normas, ele aprova o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/31) e cria o Conselho Nacional de Educação (Decreto-Lei nº 19.850/31).

O Estatuto das Universidades Brasileiras passou a regulamentar o ensino superior pátrio e seus dispositivos tratavam sobre diversas matérias, dentre elas, sobre a abertura de universidades no território nacional, que poderiam ser de natureza oficial, ou seja, pública (mantida pelo governo federal, estadual ou municipal), ou livre, isto é, particular (mantida por associações ou fundações particulares). Ademais, deveria possuir um dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras, os quais se integrariam a uma estrutura universitária ligada por vínculos administrativos a uma reitoria (OLIVE, 2002, p. 34). Teixeira (1989, n.p.) as chamava de “escolas profissionais isoladas”, e Fávero (2006, p. 24) de “verdadeiras ‘ilhas’ dependentes da administração superior”.

Portanto, a partir da década de 1930, se desenvolveram as primeiras universidades brasileiras, mas ainda de forma incipiente e descompromissada com a qualidade do ensino ofertado. Segundo Teixeira (1989, n.p.):

Príncipe Regente, nessa cidade, em 18 de fevereiro, a Escola de Cirurgia e Anatomia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Apenas chegado ao Rio, o Príncipe Regente cria em 2 de abril de 1808, o Segundo Curso de Anatomia e Cirurgia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1808, criou a Academia de Guarda-Marinha e em 1810, a Academia Militar, que se transformou em Escola Central, depois Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; em 1814, o Curso de Agricultura, e em 1816, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura. Depois da Independência, cria o Imperador D. Pedro I, em 11 de agosto de 1827, os Cursos Jurídicos em São Paulo e em Olinda, Pernambuco. Durante a regência, na menoridade de D. Pedro II, criam-se, em 1832, a Escola de Minas e Metalurgia em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1839, a Escola de Farmácia, também em Ouro Preto, e em 1837, no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio Pedro II. [...] Estas foram as escolas superiores oficiais que teve o Brasil até 1889, data da Proclamação da República.

⁶ **A partir de agora, n.p.**

As bibliotecas eram pobres e não dispunham senão de exemplares únicos de cada autor. [...] Muitas vezes, tal processo era ainda mais empobrecido pelo uso de sobentas ou apostilas, contendo resumos ou textos das aulas, lembrando a universidade escolástica ainda sem livros. Desse modo, os cursos eram uma introdução às profissões, visando oferecer alguma base para o preparo profissional, que iria ser adquirido na prática, fora da escola, na profissão. Somente na medicina, por ser ela própria, acima de tudo, uma prática e uma arte, o curso lentamente escapou a esse tipo de ensino oral, e gradualmente se fez de formação com prática hospitalar. Tal progresso acentuou-se depois da década de 20, quando essas escolas começaram a pensar na limitação de matrícula e se fizeram escolas de prática médica, de tempo integral, embora nem sempre para os professores, que continuaram formalmente de tempo parcial. Essa foi a razão pela qual as escolas de medicina, na década de 30, passaram a ter menor número de alunos. Este fato caracteriza a primeira existência de escolas superiores profissionais no Brasil com a qualidade de ensino universitário. Até então, o ensino superior era uma simples introdução geral às profissões, em escolas do tipo de escolas secundárias.

Entre os anos de 1945 e 1964, o índice das matrículas no ensino superior no Brasil obteve um crescimento anual linear de 12,5% (RAMOS, 2017, p. 116), em decorrência de diversos fatores do contexto histórico, mas, principalmente, em razão da política de expansão da educação básica, fazendo ressurgir questionamentos sobre a qualidade e sobre formas de controle desse nível educacional. No tocante ao número de IES existentes naquele período, têm-se (TEIXEIRA, 1989, n.p.):

Tabela 01 - Crescimento do número de Instituições de Ensino Superior no Brasil⁷

Período:	Número de instituições criadas:
Até 1900	24 ⁸
1900 – 1910	13
1910 – 1920	34
1920 – 1930	15
1930 – 1945	95 ⁹
1945 – 1960	223 ¹⁰
1960 – 1968	375 ¹¹

Fonte: Teixeira (1989, n.p.) e Ramos (2017, p. 92).

⁷ As referências utilizadas para a compilação desta tabela podem ser encontradas em: Teixeira (1989, n.p.) e Ramos (2017, p. 92).

⁸ A época da edição do livro (1989), sobre essas 24 instituições, disse o autor (TEIXEIRA, 1989, n.p.): “Todas públicas, com exceção de uma, a Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie. Não quer isto dizer que todas tenham sido fundadas pelo poder público, mas que foram posteriormente federalizadas”.

⁹ Sobre esse número, observa Teixeira (1989, n.p.): “De 1930 a 1945 foram criados 95 novos estabelecimentos, mais do que nos 30 anos anteriores, passando o total a 181.

¹⁰ Comentário do autor (TEIXEIRA, 1989, n.p.): “Entre 1945 e 1960 foram criados 223 estabelecimentos, passando o total a 404”.

¹¹ Observação do autor (TEIXEIRA, 1989, capítulo 9, n.p.): “Entre 1960 e 1968 surgem 375 novas escolas, ficando o **total** em **779**, com cerca de 280 mil estudantes” (**grifo da pesquisadora**).

Assim, percebe-se que a partir da segunda metade da década de 1940, o número de instituições de ensino superior no Brasil eclodiu. Olive (2002, p. 36) ressalta que, juntamente com a expansão da rede de ensino médio no país, houve uma “maior aceitação da participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente no magistério”. Novos cursos passaram a ser frequentados por elas, que ingressavam e motivavam a abertura de faculdades nas cidades, sendo que a maioria “não passava de um aglomerado de escolas” (OLIVE, 2002, p. 36), que preparava para um tipo específico de professor (licenciatura de história, de matemática, de língua portuguesa etc.). Outra característica desse período de crescimento foi que ele proporcionou o acesso ao ensino superior (antes restrito à elite) de uma faixa da população pertencente à classe média trabalhadora, formada, principalmente, por funcionários públicos, de empresas privadas, bem como profissionais liberais (RAMOS, 2017, p. 93).

Em relação à política educacional, as reformas legais estabeleceram que competia ao governo federal legislar sobre o ensino superior em todo o país, fiscalizar o cumprimento das normas, como também conceder equiparação das universidades estaduais ou livres às federais, para efeitos de concessão de títulos (FÁVERO, 2000, p. 51). Essa medida de integração das faculdades em universidades, bem como de federalização (equiparação) de universidades estaduais e livres, ocorreu principalmente entre os anos 1945 – 1964, resultando na criação de uma universidade pública federal nas capitais de cada unidade da federação e no fortalecimento da mobilização dos universitários (OLIVE, 2002, p. 37).

Em 20 de dezembro de 1961, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (Lei nº. 4.024). No que se refere ao ensino superior, no pensamento de Olive (2002, p. 38), ela “reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino”, isto é, manteve as cátedras vitalícias, as faculdades isoladas e as universidades compostas por “simples justaposição de escolas profissionais” (*Ibidem*, p. 38), concentrando-se mais no ensino, sem, contudo, focar no desenvolvimento de pesquisas nas instituições.

Diz-se, portanto, que a omissão da LDB de 1961, isto é, em não impor regras mais rígidas quanto à abertura e ao funcionamento de instituições privadas de ensino superior, foi o estímulo que faltava para despontar o setor privado neste período (TEIXEIRA, 1989, n.p.). De acordo com dados compilados por Teixeira (1989, n.p.), em 1966, dos 180 mil estudantes desse nível de ensino, cerca de 82 mil (uma média

de 46%) se encontravam em estabelecimentos privados, os quais se distribuíam, principalmente, entre os cursos de:

- a) Administração, Direito, Ciências, Letras e faculdade de Filosofia e Economia (que possibilitava o exercício do magistério na educação básica), com um número em torno de 60 mil matriculados;
- b) Seguidos de alunos de Engenharia e Arquitetura (cerca de 10 mil),
- c) De Medicina (5.400) e
- d) De Odontologia (1.300).

Em comparação aos alunos matriculados nas **escolas públicas federais**, naquele mesmo ano, estavam distribuídos da seguinte maneira (TEIXEIRA, 1989, n.p.):

- a) Nos cursos de Administração, Economia, Direito, Ciências, Letras e faculdade de Filosofia: cerca de 30 mil matriculados;
- b) Em Engenharia: 14.500;
- c) Em Medicina, Farmácia e Odontologia: cerca de 16 mil.

Nas **escolas públicas estaduais**, por sua vez, a distribuição era (TEIXEIRA, 1989, n.p.):

- a) Nos cursos de Economia, Direito e faculdade de Filosofia: 43 mil alunos;
- b) Em Engenharia e Arquitetura: em torno de 19 mil e
- c) Em Medicina, Odontologia e Farmácia: outros 19 mil.

Sobre esses números, Teixeira (1989, n.p.) é categórico:

Pode-se notar que o **ensino superior privado é predominantemente de preparo para as carreiras de serviços** (inclusive o magistério secundário), sendo **menor a sua contribuição nas carreiras de engenharia e medicina**, altamente exigentes em professores e equipamento. [...] O maior número de seus alunos é de faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (sendo a **matrícula feminina majoritária**), com o que contribuem para a formação do magistério secundário (**grifo nosso**).

Sobre esse destaque, da procura por faculdades mais voltadas para as carreiras de serviços no setor privado, Teixeira (1989, n.p.) aduz que resultou na multiplicação de escolas que acabavam, na grande maioria, por oferecer cursos de “qualidade duvidosa e, em geral, de ensino puramente expositivo”. Por sorte, complementa o autor em seu julgamento, os alunos das faculdades de filosofia ainda tinham as escolas de nível secundário para oferecerem-lhes emprego, já os de economia e ciências contábeis corriam o risco de encontrar o mercado inflacionado

de diplomados, e, “no caso de não tornar eficientes os seus métodos de treinamento técnico”, verem-se desempregados. Razão pela qual Teixeira (1989) é tão enfático em demonstrar sua preocupação com a qualidade do ensino superior ministrado no Brasil, naquela época. Nas suas palavras (TEIXEIRA, 1989, n.p.):

Não se poderá proceder a uma avaliação desses estudos sem levar-se em conta a multiplicação das escolas. Não se trata de um aumento de matrículas em escolas experimentadas e consolidadas, com professorado competente, mas de maior matrícula devido à criação de escolas sem tradição e com professorado improvisado. O fato já mencionado de que o país só amplia o ensino com a criação de novas escolas constitui um exemplo típico e melancólico da asserção, tantas vezes repetida, de que mais educação significa pior educação. A resistência das escolas de medicina se, por um lado, reflete resistência a mudanças necessárias, é, por outro, manifestação de melhor consciência dos padrões necessários à formação médica. É fora de dúvida que são elas as escolas não só de maior prestígio no ensino superior, como também de professorado mais profissionalmente competente e a par dos programas científicos e tecnológicos da profissão. [...] Quanto às escolas de direito, hoje a se expandirem em multiplicidade de escolas particulares, o que se pode dizer em abono dos padrões da profissão é que a Ordem dos Advogados, alarmada com a expansão dos cursos jurídicos, passou a exigir prova de estágio, uma espécie de exame de Estado, para conceder a licença de exercício da advocacia restando, quanto aos cargos públicos do Judiciário e outros, as provas de concurso.

De certa forma, percebe-se, ao ler o depoimento de Teixeira (1989), que o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB foi (e até o momento é) um instrumento de controle que mede a qualidade da formação, em Direito, no país. Em outros termos, ele mensura a formação, capacitação e conhecimento dos bacharéis de direito que a ele se submetem, dentro do território brasileiro¹².

Não obstante, nem só de notícias ruins viveu este período. Segundo Olive (2002, p. 38), foi na década de 1960 que a universidade pátria gozou momento de grande vitalidade, quando as ações acadêmicas conseguiram finalmente ultrapassar os muros das instituições e voltar-se para as comunidades nas quais estavam

¹² Hoje, infelizmente, até a própria OAB modulou esta importante função do Exame de Ordem, já que o mesmo vem, ao longo dos anos, sofrendo constantes mudanças em suas regras e forma de execução, em virtude, principalmente, da pressão e influência do *lobby* das grandes redes de ensino superior privado no Brasil, assim como, por interesses financeiros. Alguns exemplos são: a redução do número de questões objetivas da prova da 1ª fase, que diminuiu de 100 para 80, a criação do instituto da “repescagem”, que permite que o aluno que foi aprovado na 1ª fase, mas que não logrou êxito na prova prático-profissional (2ª fase), possa aproveitar a nota daquela e inscrever-se, no próximo exame, apenas na segunda fase (antes, o aluno reprovado na 2ª fase era obrigado a fazer a prova objetiva novamente, caso quisesse se submeter ao exame outra vez), bem como o aumento no número de provas realizadas por ano, que passaram de duas para três anuais. Isso sem falar no alto custo da taxa de inscrição, que, por exemplo, no XXX Exame de Ordem, ocorrido em 20 de outubro de 2019 (1ª fase), custou R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

inseridas, criando os Centros Populares de Cultura e desenvolvendo Campanhas de Alfabetização de Adultos¹³, com a participação de professores e alunos universitários (OLIVE, 2002, p. 38)

Outro marco importante foi a criação da **Universidade de Brasília** (daqui para frente, **UnB**), por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Marcada não apenas como a mais moderna universidade nacional naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional (FÁVERO, 2006, p. 29).

Entretanto, no dia 31 de março de 1964, os militares tomam o poder e dão início a um regime ditatorial no Brasil, que refletiu igualmente nas políticas internas das universidades, as quais passaram a sofrer uma gerência direta do governo federal. Olive (2002, p. 39) aponta que muitos professores foram afastados, principalmente na UnB, e que “também foram criadas as Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior, com a intenção de coibir as atividades de caráter ‘subversivo’, tanto de professores quanto de alunos”¹⁴ (OLIVE, 2002, p. 39).

Diante da necessidade de reforma, em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 5.540, que ficou conhecida como a Lei da Reforma Universitária, responsável por transformar essas instituições nos moldes em que as conhecemos hoje. E embora este processo não tenha nascido de forma democrática, ou seja, por meio do debate, participação e fruto do consenso do corpo docente e discente, mas decorrente de atos legislativos (a princípio, permissivos, e, depois, coercitivos), ela foi responsável pela reestruturação das **Instituições Federais de Ensino Superior** (de agora em diante, **IFES**), tomando como modelo, principalmente, a UnB (TEIXEIRA, 1989, n.p.).

Os principais pontos abordados na reforma foram (TEIXEIRA, 1989, n.p.; OLIVE, 2002, p. 39; MARTINS, 2009, p. 16):

- A supressão das cátedras;
- A criação dos departamentos, cujas chefias passaram a ter caráter rotativo, e do sistema de créditos;

¹³ Esta seria, a nosso ver, a primeira manifestação de responsabilidade social das universidades brasileiras, tema que será melhor abordado no capítulo posterior.

¹⁴ O que nos faz, todavia, refletir sobre algumas semelhanças com o momento histórico atual de degradação da democracia brasileira, na medida em que se tem um Ministro da Educação que caracteriza as universidades públicas como “ambientes com muita balbúrdia”, o que justificaria um maior controle e repressão por parte do governo federal (ESTADÃO, 30 abril 2019, disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em 28 jan. 2020).

- A institucionalização da carreira acadêmica, regulamentando o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica, o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, valorizando a produção científica;

- A modificação do vestibular que deixou de ser eliminatório para tornar-se classificatório;

- A abertura de cursos de curta duração e do ciclo básico;

- O estabelecimento de um sistema de órgãos ou autoridades de coordenação e de controle das universidades, sob a supervisão do Conselho Universitário.

Ademais, a coordenação didática de cada curso ficou a cargo de um colegiado, constituído por representantes dos departamentos que participavam do respectivo ensino, propiciando, deste modo, uma maior integração entre os professores do departamento e entre os diversos departamentos que integravam os cursos (TEIXEIRA, 1989, n.p.).

Outra medida importante foi a instituição da natureza jurídica das universidades que seriam sob a forma de autarquia (pública) ou fundação (privada), com autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, subordinada ao Conselho Universitário, constituído na forma do estatuto, e presidida pelo Reitor (TEIXEIRA, 1989, n.p.). Além disso, estabeleceu a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que, em conjunto com as modificações e profissionalização da carreira docente, proporcionou as condições favoráveis para o desenvolvimento tanto da pós-graduação, quanto dos trabalhos científicos no Brasil, incentivados pelas agências de fomento à pesquisa do governo federal (MARTINS, 2009, p. 16), como, por exemplo, o **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq** e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**, ambas criadas em 1951. Já no que tange aos estudantes, a reforma criou alguns órgãos suplementares de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência estudantil (TEIXEIRA, 1989, n.p.).

Ainda sobre as agências de fomento ao desenvolvimento científico, em 1972, a CAPES inicia um processo de avaliação sistemática e periódica dos cursos de mestrado e de doutorado, que funciona até os dias atuais e que serve de orientação às suas políticas, dando reconhecimento à pesquisa científica brasileira e colocando o sistema nacional como referência entre os países em desenvolvimento (OLIVE, 2002, p. 41). Esse processo desenvolvido pela CAPES configurou-se como sendo a

primeira política de avaliação de qualidade aplicada a um nível de ensino no território pátrio¹⁵.

Consistia em um método de quantificação e de análise de critérios objetivos, que resultam na classificação das pós-graduações em nível de mestrado e de doutorado em conceitos que variam de 1 a 7. Os critérios são divulgados antecipadamente e se relacionam com a qualidade do programa e das pesquisas, como, por exemplo, o impacto da produção no mundo científico, o número de projetos defendidos, de trabalhos publicados em órgãos e revistas especializadas, de citações recebidas, o cumprimento dos prazos, etc. (BERTOLIN, 2004, p. 68)¹⁶.

Não obstante a Reforma de 1968 tenha se dirigido às IFES, seu alcance ultrapassou o sistema público federal, trazendo consequências diretas para as instituições privadas e estaduais, que optaram por incorporar as modificações acadêmicas trazidas pela legislação, como, também, fazendo surgir um “novo” ensino superior privado, a reboque da reforma, visto que, apesar da crescente demanda por

¹⁵ Não é interesse, desta investigação, aprofundar no tocante à avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que o objetivo específico do presente capítulo se restringe a asseverar sobre o percurso das políticas de avaliação de qualidade do ensino superior em nível de graduação. Para mais informações sobre o processo e programas de avaliação desenvolvidos pela CAPES, visitar a página institucional, na seção história, disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>>.

¹⁶ Importante mencionar que o sistema de avaliação de pós-graduação da CAPES está reformulando os seus instrumentos avaliativos. Segundo o site da Capes (2019), os instrumentos de avaliação estão sendo objetos de debate com membros da comunidade acadêmico-científica, por meio de Grupos de Trabalho, em busca de promover seu aprimoramento para atender as recomendações da Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011-2020). Destarte, “a avaliação multidimensional levará em conta cinco dimensões: **ensino e aprendizagem; internacionalização; produção de conhecimento; inovação e transferência de conhecimento; e impacto e relevância econômica e para a sociedade**” (CAPES, 2019, **grifo da pesquisadora**). Estão em andamento três grupos de trabalho (Internacionalização, Impacto e Relevância, e Inovação e Transferência de Conhecimento) que deverão propor a definição de conceitos, variáveis e indicadores que representem cada uma das dimensões. Além disso, a autoavaliação dos programas será um dos pontos analisados no novo Instrumento, que medirá a capacidade das instituições terem um planejamento de sua pós-graduação. Atualmente, é dado um conceito único por programa, enquanto no novo modelo (o qual pretende ser aplicado já no próximo ciclo de avaliações, em 2021), será imputada uma nota para cada uma das dimensões citadas. No que tange aos indicadores de avaliação, segundo Saldaña (2019), ainda estão em elaboração, todavia, critérios como engajamento regional, interação com o setor produtivo, evolução salarial do egresso, criação de empresas e avaliação da vocação do programa estarão inseridos. Além disso, haverá um peso diversificado para cada área de conhecimento (SALDAÑA, 2019). Fontes: CAPES, Redação. Processo de avaliação da pós-graduação é aprimorado. **Fundação CAPES/Notícias**, Brasília, 19 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/18072019-infografico-aprimoramento-dos-instrumentos-da-avaliacao-pdf/view>>. Acesso em: 04 fev. 2020. SALDAÑA, Paulo. Avaliação de pós-graduação passará a incluir impacto social e interação regional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/avaliacao-de-pos-graduacao-passara-a-incluir-impacto-social-e-interacao-regional.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa>. Acesso em: 04 fev. 2019.

acesso às universidades, as instituições federais não conseguiam ampliar satisfatoriamente suas matrículas (MARTINS, 2009, p. 16).

Logo, com a pressão pelo número de vagas no ensino superior, despontaram inúmeras faculdades privadas isoladas, principalmente nas cidades de médio porte no interior dos estados mais desenvolvidos (OLIVE, 2002, p. 39), criando-se uma nova modalidade de educação, fundada em empresas que viam neste segmento um mercado lucrativo (MARTINS, 2009, p. 16). O principal efeito foi, por conseguinte, uma mudança de concepção, antes baseada na busca da articulação entre o ensino e a pesquisa científica, na autonomia acadêmica docente e no compromisso com o interesse público (MARTINS, 2009, p. 17), para converter-se em um mercado de “consumidores educacionais” (*Ibidem*, p. 17).

Sobre este tema, Cunha (1988, p. 322) aduz que houve uma flexibilização da legislação em favor do ensino superior privado, que resultou em uma nova multiplicação de faculdades particulares, sem que lhes fossem exigidas condições mínimas necessárias para a adequada prestação do serviço, tais como instalações apropriadas, bibliotecas, laboratórios, professores qualificados etc., ou seja, os velhos problemas se repetiam, sendo o governo, mais uma vez, negligente com a qualidade do ensino superior ministrado no país.

Conseqüentemente, entre 1968 e 1980, houve um aumento significativo no número de matrículas nas faculdades privadas brasileiras. De acordo com Olive (2002, p. 40, **grifo nosso**), “no ano de **1980, mais da metade** dos alunos de terceiro grau estava **matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior**, sendo **86% em faculdades privadas**”. Em **1981**, continua a autora (*Ibidem*, p.40, **grifo nosso**), o Brasil contava com **65 universidades**, das quais, sete delas com mais de 20.000 alunos. Quanto ao número de **estabelecimentos isolados de ensino superior privado**, excedia-se a **800**, dos quais 250 possuíam menos de 300 alunos.

O autor afirma ainda que os governos militares eram favoráveis à expansão do setor privado na graduação, pois a “pulverização de faculdades isoladas dificultava a mobilização política dos estudantes” e, por outro lado, se exerceria um maior controle sobre as universidades públicas, consideradas “centros de subversão” e de “doutrinação ideológica”, razão pela qual houve muitas perseguições a professores durante o regime (OLIVE, 2002, p. 40).

Em 1983, o governo cria, através do **Ministério da Educação (MEC)**, o **Programa de Avaliação da Reforma Universitária**, mais conhecido por **PARU**, com

o objetivo de avaliar a graduação superior do Brasil. Os ideais neoliberais circundavam o governo e influenciavam as políticas de reforma do Estado, em especial, no campo da educação, visto como um mercado promissor. Destarte, as temáticas priorizadas pelo PARU referiam-se à gestão das Instituições de Ensino Superior, bem como à intenção de expandir a produção e disseminação do conhecimento desse nível escolar (BERTOLIN, 2004, p. 68). Conquanto, este programa não se desenvolveu e, em 1984, pouco depois de um ano de sua criação, foi desativado em virtude, principalmente, da falta de apoio da sociedade acadêmica e da burocracia existente no MEC, que dificultou sua implementação (BERTOLIN, 2004, p. 68).

Com a morte de Tancredo Neves, quem toma posse é o seu vice, José Sarney, que, em julho de 1985, convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Em paralelo aos trabalhos desta, o MEC reúne uma “Comissão de Notáveis” para discutir uma nova política para a educação superior. No seu relatório final, os especialistas apresentaram sugestões de políticas baseadas, principalmente, na racionalidade quantitativa e objetiva do liberalismo, concluindo em favor da abertura do setor para a privatização, bem como recomendando que a autonomia (financeira e administrativa) universitária fosse vinculada ao seu desempenho, o qual seria avaliado por meio de indicadores de eficiência e de produtividade.

Essas avaliações instrumentariam a distribuição e a gestão dos recursos públicos, bem como serviriam de informação para os usuários, ou seja, o orçamento da educação seria distribuído, preferencialmente, para as instituições de excelência (quem já era bom, continuaria melhor, porque teria mais recursos), e os estudantes, uma vez publicado os resultados, poderiam escolher estudar nas melhores, na expectativa de que este processo pudesse estimular a concorrência e a melhoria da qualidade do ensino entre as instituições (BERTOLIN, 2004; DIAS SOBRINHO, 2002).

Em fevereiro de 1986, a ideia de reformar a Educação Superior toma força e o MEC cria o **Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior** (doravante, **GERES**), que ratifica algumas das propostas elaboradas pela Comissão de Notáveis, especialmente no que se refere à avaliação dos cursos de graduação e à aplicação de testes padronizados aos formandos (BERTOLIN, 2004, p. 68). Sem embargo, a comunidade acadêmica foi resistente a essas ideias, posicionando-se de forma contrária às políticas de avaliação (*Ibidem*, p; 68).

Nesse ínterim, a Assembleia Constituinte Brasileira trabalhava na construção da nova **Constituição da República** (a partir de agora, **CF/88**). No dia 05 de outubro

de 1988, após 21 anos de regime militar, promulgou-se a Constituição Cidadã, que estabelecia uma nova ordem jurídica e democrática, assegurando (entre outras coisas) garantias e liberdades individuais, bem como direitos sociais para a população.

Os debates que antecederam à promulgação da Carta Magna de 1988 contaram com a participação de diversos setores da sociedade civil. No tocante à educação, os embates ocorreram, principalmente, entre os que intercediam em favor dos interesses da educação pública, procurando assegurar orçamento adequado para financiar uma educação laica, gratuita e de qualidade para todos os níveis (OLIVE, 2002, p. 41), e, do outro, os que defendiam “[...] os grupos ligados ao setor privado, interessados em obter acesso às verbas públicas e diminuir a interferência do Estado nos negócios educacionais” (*Ibidem*, p. 41).

Por fim, a educação veio descrita como direito de todos e dever do Estado e da família, preconizada nos Arts. 205 a 214 da CF/88, sendo-lhe garantidos, entre outros, os seguintes princípios:

- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 206, I, CF/88);
- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (Art. 206, III, CF/88);
- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (Art. 206, IV, CF/88);
- estabelecimento de concurso público, de provas e títulos, para o magistério público (Art. 206, V, CF/88);
- criação do Regime Jurídico Único para os funcionários públicos federais, “[...] estabelecendo pagamento igual para as mesmas funções e aposentadoria integral” (OLIVE, 2002, p. 42; redação original do Art. 206, V, CF/88);
- garantia de padrão de qualidade (Art. 206, VII, CF/88), que justificaria as políticas de avaliação que estavam sendo discutidas e planejadas.

No que diz respeito às universidades, ficou assegurado que as mesmas gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, bem como reiteraram o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207, *caput*, CF/88), visando sempre a melhoria da qualidade do ensino (Art. 214, III, CF/88), a formação para o trabalho (Art. 214, IV, CF/88) e a promoção humanística, científica e tecnológica do país (Art. 214, IV, CF/88).

Em relação às instituições privadas de ensino, inclusive de nível superior, compete ao poder público conceder a autorização para o seu funcionamento, realizar avaliação periódica de qualidade (nas IES públicas igualmente), como, também, fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas educacionais pátrias (Art. 209, CF/88).

No que tange ao orçamento para a educação, os constituintes estabeleceram um mínimo anual de 18% da receita (resultantes de impostos) da União, e 25% dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino (OLIVE, 2002, p. 42; Art. 212, *caput*, CF/88), cuja distribuição, a partir da redação dada pela **Emenda Constitucional** (daqui para frente, EC) **nº 59/2009**, visa a “[...] universalização e a **garantia de padrão de qualidade e equidade da educação, nos termos do PNE vigente**” (§ 3º, do Art. 212 da CF/88, com redação dada pela EC nº 59/09, **grifo nosso**). Ou seja, tanto o constituinte originário, quanto o reformador ratificaram, em diversos dispositivos constitucionais, o princípio da garantia da qualidade da educação, razão pela qual este deve ser o mote, o fim a mover todos os níveis e sistemas educacionais do Brasil.

Este foi, portanto, o longo caminho percorrido pela educação superior brasileira, desde o governo de Getúlio Vargas até a promulgação da Constituição Federal de 1988. No próximo tópico, dissertar-se-á sobre as políticas federais desenvolvidas com o fim de assegurar o princípio constitucional de garantia do padrão de qualidade do ensino superior, que se inicia no governo de Fernando Collor de Mello (1990), seguida das primeiras tentativas de implantação de um processo nacional de avaliação, com a criação do **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB**, do **Provão** e de **avaliações institucionais**, direcionadas no sentido de construção de um Estado fiscalizador e avaliador do ensino superior público e privado, que se confirma com a publicação do Decreto Federal nº 3.860/2001, que trouxe algumas mudanças na organização, na avaliação de cursos de graduação e das instituições de ensino (BRASIL, 2001c), preparando o terreno para a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, em 2004.

1.2 Do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (1993) ao Decreto Federal nº 3.860/2001

Conforme relatado no ponto anterior, ainda durante o governo de José Sarney, em 1986, o MEC criou um grupo de especialistas (GERE) para planejar uma reforma na educação superior no país. E dentre as propostas apresentadas, uma delas referia-se à implantação de um processo de avaliação dos cursos de graduação e dos formandos, que recebeu muitas críticas por parte da comunidade acadêmica (BERTOLIN, 2004). Conquanto, nem todas as IES foram resistentes à ideia e algumas se anteciparam às mudanças, iniciando processos próprios de autoavaliação com a intenção de promover a correção e o aperfeiçoamento de ações institucionais (DIAS SOBRINHO, 2003).

Assim, quando o vice-presidente Itamar Franco assume o poder (1992), após a renúncia (*impeachment*) de Collor, o MEC inicia um processo de diálogo com a Associação das Instituições Federais do Ensino Superior - ANDIFES, que diante dos bons resultados das políticas de autoavaliação adotadas por importantes organizações universitárias, tais como UnB, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade de São Paulo - USP, Universidade de Campinas - Unicamp (BERTOLIN, 2004, p. 69), conseguiu tornar os dirigentes de outras associadas mais abertos à ideia de se adotar uma política nacional de avaliação (*Ibidem*, 2004, p. 69).

Dessa maneira, em julho de 1993, o **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras** (mais conhecido por **PAIUB**) é criado com o objetivo de desenvolver um processo padrão de avaliação institucional e contando, para isso, com a adesão voluntária das IES. Constituíam-se em quatro etapas (BERTOLIN, 2004; POLIDORI et al., 2006, p. 428):

1. Diagnóstico: construído a partir de dados quantitativos sobre o curso em análise;
2. Avaliação interna: contemplando a autoavaliação, realizada internamente pelos membros da instituição;
3. Avaliação externa: efetuada por pares acadêmicos e com representantes da sociedade civil; e
4. Reavaliação: desempenhada pela própria organização, revisando os resultados produzidos e adotando as correções apontadas.

Surgiu, dessa forma, na proposta do PAIUB, uma nova visão, conforme descrevem as autoras Guerra e Cavalcanti (2020, p, 19):

[...] que considerou que o objetivo principal da avaliação de desempenho das universidades estava intrinsecamente relacionado ao aperfeiçoamento do projeto acadêmico e social, o que levaria à melhoria tanto da qualidade como da pertinência das ações das universidades, por meio de um processo no qual a avaliação passaria a ser vista como um ato político e voluntário, por parte das instituições.

Após o governo Collor/Itamar Franco, é eleito para Presidente da República o sociólogo **Fernando Henrique Cardoso** (doravante, **FHC**), que em vez de se voltar para o PAIUB (que já estava em andamento), resolve desenvolver, em paralelo, outro processo de avaliação. Destarte, em 1996, por meio da Portaria nº 249, de 18 de março, o MEC institui as normas para a realização anual do **Exame Nacional de Cursos - ENC**, que ficou mais conhecido como “Provão”, configurando-se como um mecanismo periódico que visava avaliar os conhecimentos e as competências técnicas dos alunos (em fase de conclusão dos cursos) e que condicionava a obtenção do diploma de graduação à realização da prova (BRASIL, 1996a).

Em outubro do mesmo ano, publicou-se o Decreto nº 2.026 (1996), que regulamentava o processo de avaliação dos cursos e das IES, no intuito de se examinar as condições de ensino e de infraestrutura dessas organizações e que ficou conhecido como **Avaliação das Condições de Ensino** (a partir de agora, **ACE**). Esse processo consistia em uma análise global que reunia diversos procedimentos, entre os quais, os resultados do ENC, das instituições de ensino superior e uma autoavaliação, realizada pela própria instituição. Ele era conduzido por uma comissão externa (designada pela **Secretaria de Educação Superior – SESu**), que observava critérios objetivos como: organização didático-pedagógica, adequação das instalações físicas (geral e especiais, tais como laboratórios, bibliotecas, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo) e a qualificação do corpo docente (BRASIL, 1996b).

Ocorre que esses procedimentos que compunham o processo de avaliação, embora complementares, eram independentes, e, por isso, podiam ser conduzidos em momentos diferentes, fazendo uso de métodos e técnicas diversas (BRASIL, 1996b). Logo, se de um lado o PAIUB não perdurou, sendo extinto em 2001, em virtude de não atender às expectativas dos financiadores da reforma gerencial do

Estado (visto que os resultados das avaliações não geravam um “ranqueamento” das instituições, nem tampouco eram publicizados, a fim de vincular ou orientar as políticas públicas de financiamento); por outro, o processo desenvolvido pelo governo FHC era insuficiente e fragmentado, persistindo a necessidade de se elaborar um sistema único e integrado de avaliação do ensino superior (BRESSER PEREIRA, 2014; BERTOLIN, 2004).

Ainda em 1996, no dia 20 de dezembro, é aprovada a nova **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (daqui para frente, **LDB/96**), por meio da Lei nº 9.394, que teve como principal função organizar a estrutura da educação brasileira. Nos primeiros dispositivos, ela reafirma os princípios pelos quais a educação pátria deve se pautar, elencando, entre eles, a **garantia de padrão de qualidade**, tanto para o setor público quanto para o privado, e que, para isso, o sistema de ensino seria submetido a avaliações periódicas (BRASIL, 1996c).

Quanto ao processo nacional de avaliação, a LDB/96 concentrou-o (e depois a Lei do SINAES organizou) em três núcleos: no rendimento escolar do formando, nas instituições de educação superior e nos cursos de graduação. Tudo isso com o objetivo de definir prioridades e visando a garantia e a melhoria da qualidade do ensino ofertado. Vale ressaltar, contudo, que essa competência passa a ser dos estados¹⁷, quando se referir aos estabelecimentos que compõem o seu sistema de ensino¹⁸ (BRASIL, 1996c). Entretanto, no entendimento desta pesquisadora, esta é uma falha da lei, uma vez que, no que se aduz às políticas de avaliação, esta competência deveria se concentrar em um único ente, na hipótese a União, como forma de se assegurar que todas as IES brasileiras (independentemente de sua natureza) fossem avaliadas seguindo um mesmo padrão e metodologia.

No que diz respeito aos procedimentos avaliativos, a LDB/96 vinculou-os aos atos administrativos, concedidos com prazos de validade e condicionando-os a renovações periódicas. Eles poderiam: “[...] autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (BRASIL, 1996c).

¹⁷ Neste aspecto, aplica-se também ao Distrito Federal (DF) as competências reservadas aos Estados e aos Municípios (parágrafo único, do Art. 10, da LDB).

¹⁸ Em se tratando de sistema de ensino de nível superior, o federal é composto pelas instituições mantidas pela União e pelas que são custeadas por iniciativa privada (Art. 16, LDB/96). Já os estaduais são formados, por sua vez, pelas universidades públicas estaduais e pelas instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal (Art. 17, LDB/96).

Quando os resultados das avaliações fossem considerados insatisfatórios, o legislador estipulou que se abrisse um prazo para saneamento das irregularidades e que, após o seu decurso, fosse realizada uma reavaliação. Caso se constatasse a permanência do problema, podia-se aplicar uma das penalidades do § 1º, do Art. 46, da LDB/96 (BRASIL, 1996c). Não obstante, o legislador reformador assentou, no § 4º do mesmo artigo, a possibilidade de, a critério do MEC, se comutar qualquer uma das sanções impostas por outra medida, desde que adequada para a superação das deficiências e irregularidades constatadas (§ 4º, do Art. 46, da LDB, incluído pela Lei nº 13.530, de 2017).

Outro comentário que pode ser feito em relação à LDB/1996 é sobre o **Ensino Superior a Distância (EaD)**. Uma das primeiras disposições sobre esse tema pode ser encontrada no Art. 80 daquela norma, em que o legislador afirma que o: “Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996c), permitindo, para isso, a abertura de regime especial, bem como tratamento diferenciado, que incluía redução de custos de transmissão em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação, explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público (BRASIL, 1996c). Essa modalidade de ensino e de política de incentivo, combinada a outras de financiamento público, terão grandes reflexos na educação brasileira durante as primeiras décadas dos anos 2000 (assunto que será detalhado melhor no tópico seguinte).

Porém, é importante destacar que, em se tratando da educação superior, as instituições que prestam o ensino a distância, bem como os cursos por elas ofertados, obedecem a legislação em vigor quanto aos processos avaliativos e aos atos administrativos exigidos pelo sistema federal (credenciamento e reconhecimento institucional; autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos), cuja competência é da União (BRASIL, 2017a).

Dessa maneira, o legislador deixou claro que é igualmente **dever do setor privado ofertar um ensino superior de qualidade**. Assim como é obrigação do governo federal promover a fiscalização e o controle da prestação desse serviço, por meio de atos e avaliações administrativas. Sem embargo, na concepção desta pesquisadora, um ensino de qualidade não se dissocia da pesquisa e nem da

extensão, falhando o legislador ao impor, somente às universidades, essa obrigatoriedade (BRASIL, 1996c).

Outro questionamento pertinente é em relação ao que dispõe o inciso I do Art. 52, da Lei nº 9.394/96, em que o legislador instituiu que a produção intelectual das universidades devia voltar-se para temas e problemas relevantes, de ordem regional ou nacional, seja do ponto de vista científico ou cultural (BRASIL, 1996c). De modo que, não se refere à produção das demais organizações acadêmicas, não imputando-lhes essa responsabilidade. Contudo, na visão desta pesquisadora, deve haver um diálogo (indissociável) entre a IES e a comunidade na qual ela está inserida, em razão da natureza de sua atividade-fim, ou seja, a educação, com o objetivo de transferir conhecimento e gerar impactos positivos para esse meio.

Depois da publicação da LDB/96, outro marco importante, embora não seja diretamente ligado às políticas avaliativas, mas que influirá e trará consequências diretas para a qualidade do ensino superior no país, foi a criação do “Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior”, atualmente chamado de **Fundo de Financiamento Estudantil - Fies**, em 1999, cujo objetivo inicial foi de “financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores presenciais, não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação” (BRASIL, 2017e), mas que, a partir de um segundo momento, com a edição da **Medida Provisória nº 2.094-28**, de 13 de junho de 2001 (convertida na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001), essa exigência deixou de existir, para incluir o financiamento da graduação a distância (BRASIL, 2001b; 2001d).

A criação desse Fundo foi o combustível que faltava para disparar o crescimento de matrículas no ensino superior privado. Ao fim do governo FHC (em 2002), registrou-se um aumento de 129,8% nesse setor, em comparação à 55% no sistema público (CHAVES, AMARAL, 2016, p. 59). Esse impulso se deu, principalmente, após a publicação do **Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 - 2010**, através da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, e a abertura para financiamento de cursos de graduação EaD, como citado. Com isso, satisfiz-se um dos escopos dos investidores internacionais, que era justamente vincular ou direcionar os resultados das avaliações das IES às políticas públicas de financiamento (seguindo a lógica do mercado: quem é melhor, ganha mais).

Em relação ao PNE 2001 – 2010, não se entrará em detalhes, justamente por optar dar mais destaque, no próximo tópico, ao PNE 2014- 2024, que tem vigência

atual. Vale salientar, todavia, que se tratava de uma norma que fixou diretrizes, objetivos e metas para a educação pátria para um período de dez anos, o que permitiria a continuidade da política educacional e de prioridades, apesar da mudança de governo que se aproximava. Além disso, ele contemplou todos os níveis (básica e superior) e modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, EaD, Tecnológica, Formação Profissional, Especial e Indígena), incluindo, também, dispositivos sobre gestão, formação e valorização do magistério e financiamento público da educação. Tudo isso distribuído entre 295 metas, que seriam acompanhadas periodicamente e fiscalizadas sua execução por grupos do Poder Legislativo e da sociedade civil (SOUZA, 2014, p. 150; BRASIL, 2001a).

Por último, em julho de 2001, o governo publica o Decreto nº 3.860, que dispunha sobre a organização do ensino superior e sobre avaliação de cursos e instituições, regulamentando sobre as mantenedoras das instituições privadas; a classificação quanto à organização acadêmica; as atividades de ensino – pesquisa - extensão das universidades; sobre o regime de trabalho do seu corpo docente, bem como quanto aos atos de: a) credenciamento e reconhecimentos das IES; b) reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação (BRASIL, 2001c). Ademais, definiu sobre os procedimentos operacionais das avaliações, estabelecendo o **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)** como o órgão responsável por essas ações, bem como passou a exigir a manifestação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), diante da solicitação de abertura de determinados cursos de graduação nessa área, tais como Medicina, Odontologia e Psicologia, e do Conselho Federal da OAB para a abertura dos cursos jurídicos (BRASIL, 2001c).

Por fim, quanto às avaliações, em caso de identificação de deficiências, irregularidades ou a repetição de baixo desempenho no ENC (Provão) ou em outra avaliações realizadas pelo INEP, a possibilidade de novas penalidades e procedimentos previstas no Art. 35, do Decreto nº 3.860/2001, tais como: a suspensão do reconhecimento ou a desativação de cursos superiores; a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia, em se tratando de universidades ou centros universitários, e se de outro tipo, a intervenção na instituição ou o seu descredenciamento (BRASIL, 2001c).

Destarte, estes foram os marcos legais e os procedimentos avaliativos que antecederam a criação do SINAES, condicionando os atos administrativos

deliberativos de abertura, funcionamento e permanência de funcionamento dos cursos e de instituições de ensino ao desempenho mensurado por avaliações oficiais (OLIVE, 2002, p. 42). Nesse período, o número de instituições e de matrículas na rede de ensino superior privada aumentou sensivelmente, reforçando uma desigualdade com o setor público que não acompanhou o mesmo ritmo de crescimento. Todavia, novas políticas de expansão deste nível escolar, atreladas ao financiamento público, serão reforçadas, exigindo, mais do que nunca, a estruturação de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, assunto que será melhor abordado no tópico seguinte.

1.3 Da Criação do SINAES (2004) às Políticas de Expansão do Ensino Superior Público (Programa Expandir – Fase I/Reuni) e Privado (Prouni/Fies) Adotadas nos Governos Lula e Dilma (2003 – 2016)

Consoante citado no item anterior, com o fim do governo FHC, persistia a necessidade de se elaborar um sistema único e integrado de avaliação do ensino superior no Brasil, já que o conjunto de procedimentos e provas existentes até o momento havia se demonstrado insuficiente e fragmentado.

Nesse sentido, em 14 de abril de 2004, é aprovada, pelo Poder Legislativo, a Lei nº 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (BRASIL, 2004). Dessa forma,

O SINAES apresenta-se como um sistema avaliativo integrado por diversos instrumentos, dentre eles existem os voltados para auxiliar a coleta e divulgação de dados. Como elementos auxiliares dessa captação, preservação e divulgação de informações, há o Censo da Educação Superior e o Cadastro de Cursos e Instituições, incluindo-se neste o cadastro de docentes (SOUZA; GUERRA, 2020, p. 412).

A Lei do SINAES reflete, em sua natureza, o espírito da reforma administrativa pela qual vinha passando o Estado brasileiro, a fim de se tornar mais eficiente, transparente, gerencial e menos burocrático. A finalidade era, portanto, efetivar o princípio constitucional de garantia de padrão de qualidade da educação superior (Art. 206, VII, CF). No entanto, esse escopo teve que dividir espaço com mais outros dois

listados na lei: a “expansão da oferta” e o “aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social”, especialmente quanto à (BRASIL, 2004):

Promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (§ 1º, do Art. 1º, da Lei n.º 10.861/2004).

Note-se que há um dispositivo importante sobre o funcionamento do sistema educacional superior brasileiro. O primeiro desafio que se impõe é garantir a melhoria da sua qualidade, ao mesmo tempo em que se expande a sua oferta pelo país, ampliando a sua **eficácia institucional e efetividade acadêmica e social**. Mas o que isso significa?

Dizer que as instituições de ensino devem ter **eficácia** significa, em uma análise semântica da língua portuguesa, que elas devem ter como qualidade **produzir os resultados esperados** (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2019a, **grifo nosso**)¹⁹. Utilizando-se, ainda, de outra definição dada por Michaelis (2019b, **grifo nosso**) ao mesmo verbete, consiste na “capacidade de impressionar, de **causar impacto**” ou “capacidade de **resolver problemas** ou realizar atos específicos; aptidão, competência, produtividade”. Já em relação à **efetividade** acadêmica e social, em outros termos, funda-se na “capacidade de **concretizar-se em efeitos reais**” (acadêmicos e sociais), em uma “realidade **passível de verificação**” (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2019b, **grifo nosso**)²⁰.

Interessante destacar que, associado ao conceito de “**eficácia institucional**” têm-se noções como :1. Alcançar resultados esperados; 2. Causar impacto; 3. Resolução de problemas; e 4. Concretização de efeitos. No que se refere à “**efetividade acadêmica e social**”, ela deve ser passível de verificação. Não à toa, tais conceitos conectam-se à ideia da Responsabilidade Social de uma Instituição de Ensino Superior, seja ela de caráter público ou privado, pois se vincula aos fins do

¹⁹ Definição do verbete EFICÁCIA. Dicionário Brasileiro on-line Michaelis de Língua Portuguesa, em 19 fev. 2020. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=efic%C3%A1cia>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

²⁰ Definição do verbete EFETIVIDADE. Dicionário Brasileiro on-line Michaelis de Língua Portuguesa, em 19 fev. 2020. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/EFETIVIDADE/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ensino e não à personalidade ou à natureza jurídica da organização em questão. Afinal, o que esperar de uma formação superior? A graduação (ou o conhecimento nela produzido) pode causar algum impacto, seja de ordem pessoal, econômica ou social? É possível desenvolver estudos direcionados a soluções de problemas da coletividade (local ou regional) ou de particulares específicos? O aprendizado, o ensino ou o conhecimento adquirido neste nível educacional resulta em efeitos práticos, isto é, pode ser aproveitado pela sociedade? Tais questionamentos, no entanto, poderão ser melhor explorados ao abordarmos, no próximo capítulo, o tema da “Responsabilidade Social das IES”, assim como quando apresentados, no último capítulo, os resultados da investigação com o Centro Universitário de João Pessoa - PB.

Destarte, a partir do SINAES, as IES passaram a desenvolver processos avaliativos internos, organizados por **Comissões Próprias de Avaliação** (a partir de agora, **CPA**), formadas com a participação de representantes do seu corpo discente, docente, técnico-administrativo e da sociedade civil, bem como processos avaliativos (periódicos) externos, mediante visitas realizadas por comissões formadas por especialistas, representantes do INEP (BRASIL, 2004). Portanto, toda instituição superior, pública ou privada, tem que possuir sua CPA, responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, bem como pela sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP, atuando de forma autônoma quanto aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES (BRASIL, 2004).

Outrossim, os resultados, dados e procedimentos dos processos avaliativos externos são públicos e acessíveis a qualquer interessado e resultam na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala de 1 a 5, para cada dimensão avaliada, como também para todo o conjunto delas, os quais constituirão de referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, exercido pelo poder público, por meio dos atos de credenciamento e renovação de credenciamento de IES, ou de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação (BRASIL, 2004).

Quanto aos processos avaliativos das instituições, o objetivo é identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, através de uma análise global e integrada de suas estruturas, relações, compromisso social, atividades, cursos, programas, projetos, finalidades e responsabilidades sociais, considerando diferentes dimensões institucionais, obrigatoriamente no que se refere à/ao (BRASIL, 2004):

- I – Missão e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
 - II - Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
 - III - Contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
 - IV – Comunicação com a sociedade;
 - V – Políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
 - VI – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
 - VII – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
 - VIII – Planejamento e avaliação, especialmente quanto aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
 - IX – Políticas de atendimento aos estudantes;
 - X – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
- (Art. 3º, incisos I a X, da Lei nº 10.861/2004)

No tocante aos cursos de graduação, os processos avaliativos do SINAES têm como objetivo “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” (BRASIL, 2004).

Por último (mas não menos importante), tem-se a avaliação do desempenho dos estudantes (graduandos), que se dá por intermédio da realização do **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes** (daqui para frente, **ENADE**), que afere o conhecimento do formando em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, como também suas habilidades e competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a áreas afins (BRASIL, 2004).

Esse processo ocorre periodicamente, no máximo a cada três anos, entre os estudantes de todos os cursos de graduação (admitida a utilização de procedimentos amostrais). É realizado ao final do primeiro e do último ano de curso, sendo considerado componente curricular obrigatório e sua participação condição para recebimento do diploma, devendo constar, no histórico escolar do aluno, somente a situação regular, atestando sua efetiva participação (quando for o caso), ou sua dispensa oficial pelo MEC. Por fim, compete ao dirigente da IES enviar para o INEP a lista de todos os estudantes habilitados à participação no ENADE, sob pena de

responsabilidade e aplicação, à instituição, das sanções previstas no § 2º do Art. 10 da Lei do SINAES (BRASIL, 2004).

No que diz respeito às punições, quando os resultados das avaliações forem ponderados insatisfatórios, relacionados aos conceitos 1 e 2, ensejarão a celebração de um protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior avaliada e o Ministério da Educação, que, conforme o Art. 10, da Lei nº 10.861/2004, deverá conter (BRASIL, 2004):

- O diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- Os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;
- A indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- A criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

Por sua vez, o descumprimento dos compromissos firmados nesse protocolo, seja no todo ou em parte, poderá ensejar a suspensão temporária de processo seletivo de cursos de graduação, a cassação da autorização de funcionamento da IES ou do reconhecimento do curso avaliado, ou, em se tratando de instituição pública, uma advertência, suspensão ou a perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, nos termos do §2º, do Art. 10, da Lei nº 10.862/2004 (BRASIL, 2004). Em qualquer dos casos, será instaurado processo administrativo próprio e assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório dos envolvidos.

A Lei do SINAES foi responsável também por criar a **Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior** (de agora em diante, **CONAES**), vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação, órgão colegiado de coordenação e supervisão, cujas atribuições destacam-se (BRASIL, 2004):

- Propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- Estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- Formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- Articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- Submeter anualmente à aprovação do Ministro da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. (Art. 6º, da Lei nº 10.861/2004)

Assim, “as atribuições da CONAES são concebidas como parâmetros de orientação nas atividades do INEP e das Comissões Próprias de Avaliação, a fim de melhorar e facilitar os processos de avaliação de cursos e das IES”. (GUERRA; RIBEIRO, 2019, p. 07).

Quando o SINAES foi criado, já havia se iniciado o primeiro mandato do governo Lula (2003 - 2006), que foi responsável por implantar diversas políticas educacionais importantes para o ensino superior brasileiro, especialmente aquelas compreendidas na acepção dada ao conceito (em inglês) de “policy” ou “policies” (JAIME *et.al.*, 2013, p. 56-57). Entretanto não é interesse deste trabalho citá-las todas, mas fazer um recorte e ressaltar somente àquelas vinculadas aos programas de expansão do sistema educacional superior público (Programa Expansão – Fase I e Reuni), bem como as que envolvem o financiamento e crédito estudantil e as instituições privadas (ProUni e Fies), por entender-se que essas duas vertentes impactaram sensivelmente a qualidade do ensino superior ministrado no país, durante o período em que vigoraram²¹ com afinco.

Nesse sentido, uma vez estabelecido o SINAES e organizado o processo avaliativo do ensino superior brasileiro, era hora de dar prosseguimento ao segundo objetivo desse nível educacional: a expansão da sua oferta pelo território brasileiro. Como vimos, o PNE 2001 – 2010 tinha fixado como uma de suas metas “elevar a **taxa bruta de matrícula²² na educação superior para 50%** e a **taxa líquida²³ para 33%** da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta” (BRASIL, 2001a, **grifo nosso**).

Em meados do primeiro mandato do Presidente Lula (2003 – 2006), uma avaliação do governo constatou que a taxa de escolaridade líquida da educação superior brasileira estava muito baixa e aquém de alcançar a meta prevista. De forma que a agenda política voltou-se para ampliar, de modo significativo, as vagas nas universidades públicas federais (CARVALHO, 2014). Era o início do **Programa Expansão Fase I** (2005), cujas principais justificativas se davam no reconhecimento

²¹ Vale ressaltar que o financiamento público na concessão de bolsas (ProUni) e de crédito estudantil (Fies) ainda estão em vigor, porém, com mais restrições e limitações orçamentárias.

²² De acordo com o conceito dado pelo INEP (2004, p. 14), a taxa bruta de matrícula compara o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária adequada à esse nível de ensino.

²³ Já a taxa de escolarização líquida identifica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino regular, teoricamente adequado a essa faixa etária (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004, p. 13).

da dificuldade das camadas sociais mais pobres em acessar esse nível educacional, em especial nas instituições públicas (em razão da significativa quantidade de vagas serem ocupadas por estudantes das classes médias e altas), assim como de manterem-se matriculados até o final dos cursos, fossem em instituições privadas, devido aos altos custos, fossem nas públicas, sem auxílios financeiros que lhes ajudassem na sua manutenção²⁴ (CARVALHO, 2014).

Mesmo dentro dessa política de Expansão do Ensino Superior Público, o governo optou por estimular também, além do ensino presencial, a oferta de vagas na modalidade a distância, justificando tratar-se de uma alternativa mais econômica, em face das dimensões continentais do Brasil e das enormes desigualdades e carências sociais (CARVALHO, 2014). O que, no entendimento desta pesquisadora, parecem duas medidas antagônicas, pois ou se investia numa rede pública de educação a distância, com a oferta de vagas em escala e com a construção de polos centrais de apoio por todo o território (frente às dimensões territoriais do país); ou, ao contrário, concentrar-se-ia no investimento de modalidade presencial, com a construção de universidades e institutos federais e/ou de novos *campi*, bem estruturados, com laboratórios, bibliotecas, informatizados, *internet* banda larga, redes de apoio para estágios etc., em regiões com demanda e pouca oferta de ensino superior (seja da rede privada, seja do sistema estadual). No entanto, o que aconteceu foi que essas duas linhas andaram juntas e em paralelo, mesmo nas cidades pequenas do interior, onde foram inaugurados *campi* e/ou criadas universidades/institutos, abriram-se, também, cursos de graduação EaD, muitas vezes com infraestrutura deficitária.

Outrossim, em 19 de dezembro de 2005, o governo federal edita o Decreto nº 5.622, que regulamentou o Art. 80 da LDB/1996, sobre a política de incentivo à educação a distância, mas que foi recentemente revogado e substituído pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Dessa maneira, à medida que se flexibilizava a legislação pátria para a oferta desta modalidade de ensino, crescia-se a abertura de instituições, cursos e programas EaD, permitindo-se, inclusive, a sua aplicação na

²⁴ Dentro do conjunto de políticas voltadas tanto para o aumento do número de matrículas em IES públicas (Meta 12, PNE 2001 – 2011), como as que objetivavam a ascensão da escolaridade média dos 25% mais pobres e de igualar a escolaridade média dos negros e não negros (BRASIL, 2001a), encontram-se as políticas de ações afirmativas compensatórias ou de reservas de vagas (HAAS; LINHARES, 2012), mais conhecidas como as “políticas de cotas”, para os estudantes oriundos de escolas públicas, isto é, que tenham cursado integralmente o ensino médio na rede pública (Lei nº 12.711/2012), bem como as cotas reservadas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas (incluído pela Lei nº 13.409/2016). Também, em 2008, foi lançado o Reuni, que tinha como uma de suas dimensões promover e estimular programas de assistência estudantil.

educação básica (BRASIL, 2017a), e despertando o interesse dos grandes conglomerados neste segmento, principalmente depois da redução da contribuição do financiamento público ao ensino superior privado²⁵.

Após a publicação do Decreto nº 5.622/2005, o governo lança o programa **Universidade Aberta do Brasil - UAB**, instituído por meio do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, cuja finalidade era expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior pelo país, através do fomento à modalidade de ensino a distância. Dentre seus objetivos estava o de ofertar, prioritariamente, os de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores em serviço da rede pública de educação básica, em regime de colaboração da União com os demais entes federativos, mediante a oferta em instituições públicas de educação superior, em articulação com polos de apoio presencial (BRASIL, 2006b).

Dentro deste programa, constituiu-se também outro mais específico, conhecido como "Pró-Licenciatura", que era voltado, prioritariamente, para o oferecimento de cursos de licenciatura e de formação inicial para docentes em exercício na educação básica pública que não possuíssem a habilitação exigida, firmado igualmente por intermédio de convênios com os estados e municípios interessados em participar/aderir.

A partir desses instrumentos, houve um crescimento exponencial da oferta de cursos (em instituições públicas e privadas) na modalidade a distância no Brasil. Consoante os dados apresentados por Carvalho (2014, p. 217, **grifo nosso**), em

²⁵ Em reportagem recente, a Folha de São Paulo relata que, após dominar o mercado de faculdades privadas, grandes conglomerados de ensino com ações negociadas em Bolsas de Valores, avançam sobre a educação básica brasileira. O interesse neste nível de ensino tem sido despertado, principalmente, por dois motivos: o primeiro porque, segundo os analistas, este segmento é menos sensível à crises econômicas, pois os pais dos estudantes fazem um esforço maior para manter seus filhos nas escolas particulares, principalmente de ensino médio, com o objetivo de que eles recebam uma preparação melhor para o ENEM/vestibular e possam alcançar uma vaga em uma universidade pública. Enquanto o ensino superior privado, por ser, muitas vezes, custeado pelo próprio estudante, em situações de crise econômica, não hesitam em postergar a formação para outro momento. Além disso, em virtude da crise econômica que o país vem passando, desde 2015, o governo tem reduzido o investimento no financiamento estudantil (Fies), bem como aumentando a política dos juros cobrados e diminuindo o tempo de carência para o pagamento pelos formados. A reportagem aduz também que outro alvo desses conglomerados é a educação pública básica, por meio da venda de sistemas de ensino, material didático e cursos (aulas), já autorizadas por lei, após a reforma da educação, em 2017. (Fontes: CUNHA, Joana. Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2018, às 02h00. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml>. Acesso em: 08 fev. 2020; RAGAZZI, Ana Paula. Kroton busca crescer e atrair investidor após cortes no Fies. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 jun. 2018, às 02h00. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/kroton-busca-crescer-e-atrair-investidor-apos-cortes-no-fies.shtml>. Acesso em: 08 fev. 2020.

2003, havia apenas **52** cursos de nível superior na modalidade EaD, em todo o território. Ao passo que, em **2010**, esse número subiu para **930**. Em termos de representatividade, a graduação nessa modalidade saltou de **0,3%**, em **2003**, para **3,1%** dos **cursos de nível superior**, em **2010**, dos quais, apenas **32%** eram ofertados pelas **instituições federais**, enquanto a grande maioria, **54%**, decorria das **IES particulares** (CARVALHO, 2014, p. 218, **grifo nosso**).

Já no início do segundo mandato do Presidente Lula (2007 – 2010), ele instituiu o **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni**, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, cujas diretrizes eram (Art. 2º, Decreto nº 6.096/2007):

- I - Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Apesar da importância que o Reuni representou para o sistema federal de ensino superior público brasileiro, ele refletiu em um grande aumento nas despesas e custeio das universidades e institutos federais, os quais, atualmente, em um período de cortes e de contenção do orçamento público, se veem com dificuldades para manter em funcionamento todos os programas e projetos criados (e incentivados) durante este período.

A segunda agenda política, que vigorava para atender o objetivo de se expandir a oferta de vagas do ensino superior pelo território brasileiro, direcionava-se às IES privadas. Dentro desta vertente, o governo Lula I lançou o **Programa Universidade para Todos - Prouni**, que foi instituído através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais (de 50% ou de 25%), para estudantes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica, em instituições particulares de ensino superior (com ou sem fins lucrativos), na condição de que o beneficiário tenha cursado o ensino médio

completo em escola da rede pública ou em instituição privada como bolsista integral, ou seja pessoas com deficiência, ou professor da rede pública de ensino, que se matricule em cursos de licenciatura ou de pedagogia, independentemente de sua renda (BRASIL, 2005a).

Ao fim do governo Lula (2003 – 2010), o crescimento (da oferta) do nível superior foi de 27%, cuja predominância foi de estabelecimentos isolados, isto é, instituições privadas no formato acadêmico de faculdades, representando mais de 93% dessa fatia do crescimento (CARVALHO, 2014). Importante destacar que neste modelo institucional, “preferido pelo segmento privado, não há qualquer determinação legal quanto à titulação e dedicação exclusiva do corpo docente” (CARVALHO, 2014, p. 222), nem quanto ao desenvolvimento de pesquisa e de extensão, “o que pode comprometer a qualidade do ensino ofertado” (*Ibidem*, p. 222).

No aspecto da interiorização da oferta, o segmento federal conseguiu ampliar as matrículas de 34%, em 2003, para 43%, em 2010, associada também ao crescimento em instituições tecnológicas que se infundiram por várias cidades interioranas do país (CARVALHO, 2014). Enquanto na esfera particular, o caminho foi o oposto, com o aumento da participação de matrículas nas capitais do Brasil, saltando de 46% para 49%, no mesmo período (*Ibidem*, p. 223).

A principal demanda do setor educacional superior privado, contudo, era em relação à inadimplência (financeira) dos estudantes. Como vimos, o primeiro programa do governo, visando a atender esses interesses, foi com o lançamento do ProUni (2005), que previa, entre seus objetivos, reduzir a taxa de evasão escolar, ao mesmo tempo em que melhorava a sustentação financeira dos estabelecimentos particulares (CARVALHO 2014, p. 234). Outra medida foi o incentivo à concessão de bolsas de estudo pelas IES privadas filantrópicas, as quais, em troca, tinham direito à isenção fiscal do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS (CARVALHO, 2014, p. 234).

A crítica apontada por Carvalho (2014, p. 239) ao ProUni, bem como a essa política de isenção de impostos concedida às IES particulares filantrópicas, foi a redução de arrecadação monetária para os Fundos Constitucionais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criados para financiar a manutenção e o

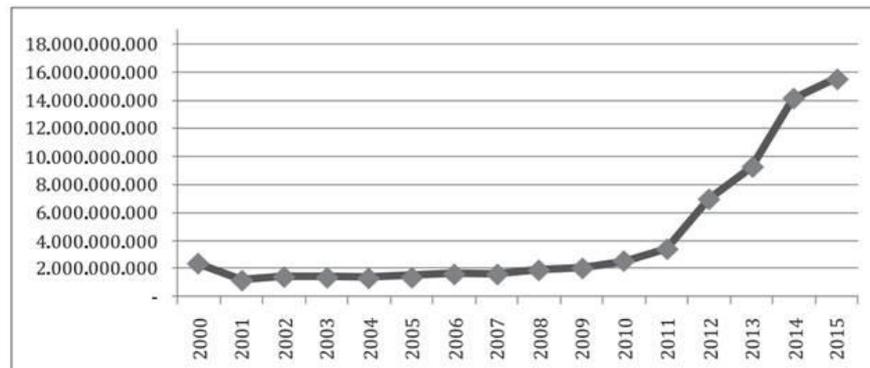
desenvolvimento do ensino público (federal, estadual e municipal), por meio do Fundo de Participações de Estados (FPE) e do Fundo de Participações de Municípios (FPM), já reduzido pela incidência da Desvinculação das Receitas da União - DRU (CARVALHO, 2014, p. 239). Sobre esse tema, afirmam Chaves e Amaral (2016, p. 68) que o patamar de renúncia tributária atingida no ProUni ultrapassou R\$ 1 bilhão, em 2015, com o agravante de que, por se tratar de uma abdicação de recursos, não prevê a possibilidade de retorno ao Fundo Público, por se constituir em uma permuta por bolsas de estudo no setor privado.

A segunda medida direcionada para estimular o setor privado foi o incentivo ao crédito educativo, através do **Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**, para os alunos matriculados em IES particulares (filantrópicas ou não), considerando, para a sua concessão, critérios como a renda do candidato e o conceito das IES e dos cursos (conforme a avaliação do SINAES). O objetivo principal era financiar empréstimos a estudantes de baixa renda com taxas subsidiadas, com o fim de ampliar o acesso e a permanência dos mais pobres na educação superior com custos reduzidos (CARVALHO, 2014, p. 239).

De acordo com o site do FUNDEB (BRASIL, 2017d, **grifo nosso**), para contratos firmados a partir de 15 de janeiro de 2010, houve **redução dos juros de 9% para 3,4%** ao ano; o **alargamento do período de carência de 6 para 18 meses** (após conclusão do curso) e do **período de amortização para três vezes o período financiado, acrescido de 12 meses**. Além dessas inovações, o Fies passou a operar em fluxo contínuo, permitindo novos pedidos de financiamento em qualquer período do ano. Essas mudanças motivaram uma enorme procura ao programa, chegando a marca de mais de 1,1 milhão de contratos firmados entre o período de 2010 – 2013 (BRASIL, 2017d).

Nesse sentido, o governo Dilma I (2011 – 2014) não só preservou os dois programas (Prouni e Fies), como elevou substancialmente o volume de recursos associados a sua manutenção. Chaves e Amaral (2016, p. 62) elaboraram um gráfico que ilustra a evolução do valor total do Fies, durante os anos de 2000 a 2015, em que se pode perceber o salto quantitativo de recursos destinados, especialmente durante os anos do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff (2011 – 2014). Senão, observa-se gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01 – Recursos financeiros totais associados ao FIES, durante os anos de 2000 a 2015



Fonte: Chaves; Amaral (2016, p. 62)

A principal crítica a essa política tem sido o elevado índice de não-cumprimento desses contratos, forçando, inclusive, o governo federal a lançar, em 2018, o **Programa Especial de Regularização**, para que estudantes renegociassem seu débito junto à Caixa Econômica Federal. Em concordância com a ABMES (2019), 3 em cada 5 estudantes que usaram o Fies para pagar a faculdade estão inadimplentes e o montante da dívida pública já atingiu o patamar de R\$ 12 bilhões. Ademais, verificou-se também que o prejuízo aos cofres públicos se acentuou porque algumas IES praticavam preços abusivos, chegando a taxar, de um aluno beneficiário, o triplo ou até quatro vezes mais do que o valor da mensalidade normal cobrada a um aluno que custeasse a graduação com recursos próprios, ou seja, em outras palavras, algumas instituições extorquiram a União e aumentaram, desnecessariamente, a dívida do estudante com o Fundo (MORENO, 2018).

Ao fim do primeiro mandato do governo Dilma, em 2014, o número de matriculados em IES públicas era de 1.961.002 (um milhão, novecentos e sessenta e um mil e dois matriculados). Um crescimento de 80,6%, em um período de 12 anos (2002 – 2014). Sem embargo, ainda assim, se mostrou insuficiente para elevar o percentual de matrículas do setor público em relação ao setor privado (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 56-57), uma vez que este igualmente apresentou um alto índice de matrículas, passando de 2.434.650 (dois milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e seiscentos e cinquenta), no ano de 2002, para 5.867.011 (cinco milhões, oitocentos e sessenta e sete mil e onze), em 2014. Marcando um crescimento de 141%, potencializado, principalmente, pelo financiamento propiciado pelo ProUni e pelo Fies (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 56-57).

Não obstante, salutar destacar que, apesar desses números, continuou sendo, no governo FHC, em que houve a maior expansão de IES privadas no Brasil, saltando de 621 para 1.358 instituições (registrando um aumento de 118,7%); enquanto no governo Dilma I (2011 – 2014), houve, de fato, uma pequena redução, de 2011 para 1986 instituições (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 58). Conquanto Chaves e Amaral (2016, p. 58) fundamentam que um dos motivos dessa redução do número de IES privadas se deve, principalmente, à compra e/ou fusão entre elas por grandes empresas ou conglomerados do setor educacional, com capital negociado em Bolsa de Valores. Nas palavras dos autores (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 58):

A compra de instituições de menor porte, como também a fusão de grandes universidades, formam vultosos grupos empresariais, cuja tendência é a formação de oligopólios que terão o monopólio do mercado desse nível educacional no país.

Os autores apontam também que outro efeito nocivo desse modelo é a expansão do capital estrangeiro sobre o sistema educacional brasileiro (não mais restrito ao ensino superior, conforme já citado, se ramificando para o ensino médio), por meio da compra de ações pelos fundos de investimentos e por empresas educacionais transnacionais.

À guisa de encerrar a análise desse período, embora se reconheça a importância das políticas citadas, as quais promoveram um impulso na expansão da educação superior pelo país, percebe-se que, ainda assim, os resultados práticos em relação à qualidade do ensino ofertado foram ínfimos, especialmente no tocante ao setor privado, resultando em um crescimento de instituições descompromissadas em promover a ligação entre ensino, pesquisa e extensão. Seguindo esse pensamento, concluem Chaves e Amaral (2016, p. 68), ao afirmar que, incentivar o crescimento do setor privado sem exigir este elo, significa incrementar o número de jovens que terão uma formação em ambientes desprovidos da riqueza dessa articulação.

No próximo tópico, será feita uma breve apresentação do contexto atual da Educação Superior no Brasil, com base nos dados do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019), realizando um paralelo com o PNE em vigência (2014 – 2024) e indicando algumas perspectivas apontadas, pela doutrina, para o cenário educacional superior brasileiro.

1.4 O Plano Nacional da Educação 2014 – 2024 e o Censo da Educação Superior 2018

No dia 25 de junho de 2014, o Congresso aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência por dez anos (2014 – 2024), instituído pela Lei nº 13.005. Nele foram previstas 20 metas, cada uma com suas respectivas estratégias, destinadas a atender todos os níveis e modalidades educacionais, abrangendo, inclusive, objetivos como formação, valorização e planos de carreira dos profissionais da educação e do magistério, gestão escolar democrática e estimativas sobre investimento e orçamento público para a educação.

Essas metas, as quais norteiam as políticas educacionais do país, devem ser planejadas em ações coordenadas com os demais entes federativos, e o cumprimento e execução delas devem ser objetos de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas (durante a vigência do plano), a cada dois anos, pelos órgãos responsáveis (listados no Art. 5º da Lei n.º 13.005/2014) e divulgados pelo INEP (BRASIL, 2014).

Além de acompanhar o PNE 2014-2024, o INEP é responsável por elaborar e divulgar, anualmente, o Censo da Educação Superior brasileira. Cada IES, por conseguinte, deve possuir uma pessoa responsável pelo preenchimento e compartilhamento (o Pesquisador Institucional) de informações necessárias para o Censo, e cujos dados também serão utilizados nos relatórios de avaliação externa do SINAES.

Dessa maneira, em setembro de 2019, o INEP divulgou as bases do Censo da Educação Superior 2018, fazendo um paralelo deste com as metas previstas no PNE 2014 – 2024, para esse nível educacional. Segundo este (INEP, 2019b, **grifo nosso**), no ano de **2018**, existiam **2.537 instituições de educação superior** regularmente autorizadas e em funcionamento no Brasil, dentre as quais, **88,2%** eram de natureza **privada** (isto é, **2.238 particulares**) e **11,8% públicas** (ou seja, **299 IES públicas**), sendo que destas, **36,8%** são **federais** (ao todo, **110 instituições**), **42,8% estaduais** (**128 instituições**) e apenas **20,4% municipais** (**61 instituições**), organizadas academicamente da seguinte forma (INEP, 2019a; 2019b):

Tabela 02 – Distribuição das IES brasileiras por organização acadêmica e natureza jurídica (2018)

Organizações acadêmicas:		Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF's e CEFET's
Natureza jurídica:	Pública:	107	13	139	40
	Privada:	92	217	1.929	n.a.*

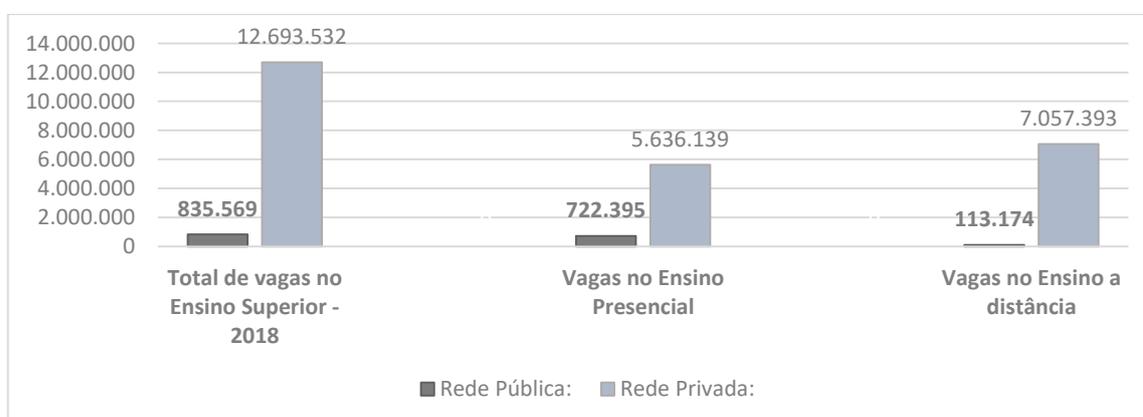
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019b, p. 9).

*Não se aplica.

No ano de **2018**, ainda, o **número total geral de vagas** (contabilizando na modalidade presencial e à distância, vagas novas, de programas especiais e remanescentes), em cursos de graduação, foi de **13.529.101**, das quais **835.569** foram da **rede pública** e **12.693.532** do **sistema particular** (INEP, 2019a; 2019b, **grifo nosso**).

O **ensino presencial** registrou um total de **6.358.534 vagas**, distribuídas: **722.395** na **rede pública** e **5.636.139** no **setor privado** (INEP, 2019a, p. 13, **grifo nosso**). No que tange a EaD, vale destacar que até o ano de 2017, o número de vagas oferecidas em cursos de graduação presencial sempre foi maior do que o ofertado na modalidade a distância. Todavia, em **2018**, esse quadro se inverteu, e foram disponibilizadas **7.170.567 vagas na graduação EaD**, das quais **113.174** em **instituições públicas** e **7.057.393** em **IES privadas** (INEP, 2019a, p. 13 – 14, **grifo nosso**), ou seja, a grande maioria deste segmento. Observa-se, para melhor compreensão, o gráfico ilustrativo 02:

Gráfico 02 - Distribuição de vagas no Ensino Superior 2018 (Modalidades presencial e a distância)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019a).

Embora a oferta de vagas na modalidade a distância tenha sido maior do que no modo presencial, o número de ingressantes em cursos de graduação neste segmento foi superior do que no primeiro (salvo nas licenciaturas). **Ingressaram na EaD**, em 2018, um contingente de **1.373.321 calouros**, dos quais **62.643 em instituições públicas** (ou seja, **5%**) e **1.310.678 na rede privada** (INEP, 2019a, **grifo nosso**). Já na **modalidade presencial**, tem-se um total de **2.072.614** (dois milhões, setenta e dois mil e seiscentos e catorze) novos alunos, sendo **518.293 em instituições públicas** (ou seja, **25%**); e **1.554.321 em IES privadas** (*Ibidem*, 2019a, **grifo nosso**).

De acordo com o INEP (2019b), ao longo do período de dez anos (2008 – 2018), o **número de ingressos na graduação a distância** tem crescido substancialmente, dobrando sua participação de **20%**, em 2008, para **40%**, em 2018 (INEP, 2019b, **grifo nosso**). Ao mesmo tempo em que, nos últimos cinco anos, os ingressos nos cursos de graduação presenciais diminuíram **13%** (*Ibidem*, 2019b, **grifo nosso**).

Voltando-se para o PNE 2014 – 2024, a Meta 12 tem como objetivo (BRASIL, 2014, **grifo nosso**):

Elevar a **taxa bruta** de matrícula na educação superior para **50%** (cinquenta por cento) e a **taxa líquida** para **33%** (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Assim, em 2018, esses percentuais foram de **37,4% de taxa bruta e 21,7% de taxa líquida de matrículas** no ensino superior (INEP, 2019a, p. 4, **grifo nosso**), resultados ainda aquém da meta desejada. A distribuição dessas matrículas (bruta), em cursos de graduação, segundo a organização acadêmica e natureza jurídica da instituição, naquele ano, foi (INEP, 2019b, p. 8):

Tabela 03 – Número de matrículas em cursos de graduação, segundo a organização acadêmica (2018)

Nº Total de organizações		2.537	Nº Total de matrículas:	8.450.755
IES Públicas:		299	IES públicas	2.077.481
IES Privadas:		2.238	IES privadas:	6.373.274
Tipos de Organizações Acadêmicas:	Nº de IES:	Percentual de representação (%):	Nº de matrículas:	Percentual de matrículas (%):
Universidades:	199	7,8%	4.467.694	52,9%
Centros Universitários	230	9,1%	1.906.327	22,6%
Faculdades:	2.068	81,5%	1.879.228	22,2%
IF's e Cefet's:	40	1,6%	197.506	2,3%

Fonte: Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019a; 2019b).

A rede federal de educação superior vem aumentando gradativamente sua participação no sistema educacional brasileiro ao longo dos anos e foi a única das categorias públicas que apontou um aumento no número de matrículas nos últimos dez anos (entre 2008 – 2018), registrando um acréscimo de 89,7% (INEP, 2019b, p. 19). Atualmente, **quase dois terços das matrículas em cursos de graduação da rede pública estão em instituições federais**; já as **redes estadual e municipal apresentaram uma queda no número de matrículas** no mesmo período, assinalando um decréscimo de **-6,9%** e **-36,6%**, respectivamente (*Ibidem*, 2019b, p. 19, **grifo nosso**). Em três unidades da Federação (Paraíba, Rio Grande do Norte e Roraima), o número de matrículas na rede pública é praticamente igual ao da rede privada (*Ibid*, 2019b, p. 19).

Três em cada quatro alunos de nível superior estão matriculados em uma IES particular e no que diz respeito ao percentual de matrículas com algum tipo de **financiamento** ou **bolsa**, no ano de **2018**, o INEP (2019a, p. 31, **grifo nosso**) informou que **46,8%** delas ocorreram com algum desses meios. Em números, foram **575.099 matrículas** com o auxílio do **ProUni (19%)**; **821.122** por meio do **Fies (27%)** e **1.627.488** utilizando-se de **outros recursos (54%)** (*Ibidem*, **grifo nosso**).

Em se tratando dos **cursos de graduação presenciais**, nas instituições **federais**, em 2018, consoante os dados da Tabela Cine Brasil (INEP, 2019a, p. 36, **grifo nosso**), a maior procura foi por **Pedagogia** (com **43.742** matrículas), seguidos

de **Administração** (com **43.110** matrículas) e **Direito** (com **41.467** matrículas). Enquanto na **rede privada**, essa ordem se inverte, apresentando-se em disparado o curso de **Direito** (com **776.968** matrículas), acompanhado de **Administração** (com **357.287** matrículas) e, surpreendentemente, em terceiro lugar, aparece um da área de saúde – **Enfermagem**, com **256.532** matrículas (*Ibidem*, **grifo nosso**).

Algumas dessas tendências se repetem, quando se refere à **modalidade a distância**, que registrou (INEP, 2019a, p. 36, **grifo nosso**), na **rede federal**, em primeiro lugar, o curso de **Pedagogia** (com **12.033** matrículas), seguidas de **Licenciatura em Matemática** (com **11.094** matrículas) e **bacharelado em Administração Pública** (com **9.282** matrículas). E, no **sistema privado**, ganhou disparado **Pedagogia** (com **440.628** matrículas), **Administração** (com **214.133** matrículas) e **Contabilidade** (com **131.652** matrículas).

Alguns questionamentos podem ser levantados a partir da observação dessas informações. Por exemplo, em consequência das políticas de expansão do ensino superior (público e privado), investigar se houve preferência por abertura de cursos de graduação de preparo para as carreiras de serviços, em razão, como afirmava Anísio Teixeira (1989, Capítulo 9, n.p.), de serem menos dispendiosos (pois, na maioria das vezes, exercem um ensino meramente expositivo). Outra questão é saber se houve estudo de mercado para a abertura desses cursos, especialmente na modalidade EaD. Preocupa-se, em especial, na percepção desta pesquisadora, a liderança do número de matrículas no curso de Administração, presente no *ranking* das duas modalidades de ensino (presencial e EAD), tanto na esfera privada quanto na federal²⁶. O que o país fará com tantos bacharéis em administração? E qual a qualidade média desses cursos em funcionamento?

²⁶ Com um particular, que na modalidade a distância, na rede federal, o terceiro curso mais procurado em número de matrículas foi o curso de **Administração Pública** (INEP, 2019a, p. 36, **grifo nosso**), cujo Parecer do CNE, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública (Parecer CNE/CES nº 266/2010), fora aprovado em **10 de dezembro de 2010** (BRASIL, 2013), ou seja, é bastante recente. A autorização para a criação de cursos de Bacharelado em Administração Pública foi, inclusive, contestada pelo Conselho Federal de Administração (à época), o qual impetrou recurso contra o Parecer do CNE/CES nº 266/2010, arguindo que a decisão traria consequências para o exercício da profissão de Administrador, uma vez que possibilitaria a divisão da profissão, criando uma segunda categoria profissional, “no caso a de Administrador Público” (BRASIL, 2013). De forma que, em nossa opinião, não sendo para a formação de interessados em atuar na política ou servidores públicos da Administração Pública Direta ou Indireta (federal, estadual ou municipal), não vislumbro explicações plausíveis que justifiquem a autorização e, em consequência disso, a alta demanda de matrículas de estudantes em cursos de Administração Pública, na modalidade EaD, em instituições federais, visto que o mercado de trabalho e de atuação desses bacharéis é tão restrito.

No que se refere à alta demanda de matrículas curso de Direito (na modalidade presencial, tanto na rede privada quanto na federal), como anunciava Teixeira (1989, capítulo 9, n.p.), os bacharéis deste curso possuem o Exame da Ordem (OAB) e/ou as provas de concursos públicos para o ingresso na carreira; assim como, desde junho de 2010 (Lei nº 12.249), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) passou a exigir, também, para o exercício regular da profissão, além da conclusão em curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (reconhecido pelo MEC), a aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) competente. Nesse aspecto, são os Conselhos de Classe não só fiscalizando o exercício profissional, como também controlando a entrada de bacharéis no mercado de trabalho, em virtude do grande número de formandos a cada ano.

Quanto ao número de matrículas nos cursos de Pedagogia e de Licenciaturas, na modalidade a distância, as principais preocupações recaem sobre a qualidade desses cursos e, conseqüentemente, dos profissionais que estão sendo formados. Segundo um estudo publicado pela organização “Todos pela Educação” (2019), comparando a qualidade dos cursos de licenciatura e de Pedagogia nas duas modalidades, a EaD possui indicadores piores, mesmo levando em consideração as diferenças de perfil dos alunos. Os motivos fundamentais destacados são o comprometimento da prática, que pode ser prejudicada pela falta de acompanhamento de um professor-tutor e de participação em debates presenciais com docentes e com colegas de classe, bem como a possibilidade de frequência em estágios deficitários ou apenas *pro forma*, em que as horas mínimas obrigatórias não são, em geral, cumpridas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019).

Ademais, eles apontaram que o percentual de alunos dos cursos voltados à docência com notas brutas inferiores a 50 pontos no Enade é de 75% na modalidade EaD, enquanto 65% para alunos da modalidade presencial (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019, p. 32). Por fim, a publicação alega que o Brasil está indo na contramão de outros que se despontam em *rankings* mundiais de educação, tais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Cita-se como exemplo sul-americano o Chile, cujo desempenho nas últimas edições do Pisa (2015, 2018) vem se mantendo constante entre os melhores resultados das nações latino-americanas participantes (INEP, 2019c, p. 63). Neste país, a formação inicial docente é exclusivamente presencial, tal como no México,

outro Estado da região à frente do Brasil no *ranking* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019, p. 5; INEP, 2019c, p. 63).

Entre os países com desempenho mais alto do *ranking*, porém com semelhanças territoriais às brasileiras, eles trazem o exemplo da Austrália, o qual, do mesmo modo, permite a formação em licenciatura à distância (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019, p. 18; INEP, 2019a, p. 68); no entanto, na mesma proporção que ocorre no Brasil. Lá, de acordo com a publicação, as matrículas nessa área (formação docente à distância) representam apenas 25% da demanda, contra 50,2% no Brasil (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019, p. 18; INEP, 2019a, p. 68).

Para encerrar as considerações sobre esse assunto, é reproduzido o pensamento de Priscila Cruz (2019, *In*: TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019), presidente da organização “Todos pela Educação”, por se entender pertinente a sua crítica:

O professor é o profissional mais importante para o desenvolvimento social e econômico do País, pois é o fator determinante para a qualidade da Educação. A presença exagerada de EaD nessa formação, que demanda constante articulação entre a teoria e os desafios práticos do dia a dia escolar, é muito preocupante. Há, é claro, espaço para a tecnologia apoiar, mas não da forma como estamos fazendo, criando uma verdadeira indústria de cursos online para baratear os custos de formação. Esse é um entendimento básico em países que se destacam em Educação, afinal, compreendem que a formação de professores exige o mesmo rigor que a formação de um médico, de um engenheiro. Se queremos uma Educação melhor, urge a discussão sobre mudanças profundas no sistema de regulação da formação de professores no Brasil e o papel do EaD na área.

A qualidade da função docente no ensino superior também foi foco do PNE 2014 – 2024, disposto na Meta 13²⁷, que tem como objetivo (entre outro) ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior, para **75%**, sendo, do total, no mínimo, **35% doutores** (BRASIL, 2014, **grifo nosso**).

Segundo consta no Censo da Educação Superior de 2018 (INEP, 2019a, p. 11), esta meta já foi alcançada. Partiu-se de **77.114 doutores**, em **2008**, para **166.363**, em **2018**, assinalando uma **evolução de 43,3%**. Em relação à quantidade de **mestres**, registravam-se, em 2008, **114.537 professores** com essa titulação, para

²⁷ A Meta 13 do PNE 2014 – 2024 está assim disposta: “Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores” (BRASIL, 2014).

alcançar, em **2018**, a marca de **149.775 profissionais**, uma **evolução de 39%** (*Ibid*, 2019a, p. 65, **grifo nosso**).

Ainda de acordo com os dados do INEP (2019b, p. 33), havia, em **2018**, **351.906 docentes, em exercício**, em todo o território brasileiro, dos quais, **173.868** encontravam-se **vinculados a instituições públicas** (entre federal, estadual e municipal), enquanto **210.606 trabalhavam em IES privadas** (*Ibid*, 2019b, p. 33, **grifo nosso**). No que se refere ao sistema de trabalho, enquanto a predominância no setor público é o de tempo integral, na rede privada prevalece a contratação em regime parcial (INEP, 2019a, p. 66).

A implantação e o aperfeiçoamento do SINAES, por conseguinte, motivaram o aumento da qualificação de mestres e doutores em exercício na docência, dentro do sistema educacional superior brasileiro. O que nos faz refletir sobre o que será feito a partir de 2024, quando se encerrará a vigência do PNE 2014 – 2024: apenas dobrar-se-ão as metas ou se passará a solicitar, das instituições empregadoras desse corpo docente qualificado e em exercício, um ensino interdisciplinar, vinculado ao desenvolvimento de pesquisa, extensão e prática, em harmonia com as dimensões da Responsabilidade Social da Educação?

Procurou-se, nos documentos do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2019a; 2019b), alguma informação sobre programas de iniciação científica desenvolvidos pelas IES brasileiras, contudo não foi encontrado dado sobre o assunto. Tampouco havia sobre programas de extensão ou sobre percentual de alunos matriculados ou vinculados a alguma atividade de estágio profissional.

Sem embargo, o jornal Folha de São Paulo realiza, anualmente, desde 2012, uma avaliação para aferir a qualidade das universidades ativas (públicas e privadas) no país. Os responsáveis pelo estudo analisam critérios como pesquisa científica, qualidade do ensino, inovação, avaliação do mercado de trabalho e internacionalização (RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA, 2019a). Para cada um desses elementos é atribuída uma nota e criado uma classificação individual, disposta da melhor universidade avaliada naquele critério específico a de menor nota. Portanto, são formadas cinco listas, uma para cada categoria. Ao final, elabora-se uma 6ª (sexta), com o *ranking* geral, isto é, a listagem das universidades com a média das cinco notas individuais recebidas.

Em concordância com as informações divulgadas, há instituição bem avaliada em um dos itens, mas não tão bem em outro, ou seja, há pontos fortes em um aspecto

e outros que precisam ser melhorados. A intenção do Jornal é, desse modo, divulgar o que cada entidade tem de melhor (o seu carro chefe), e ajudar os estudantes a escolher àquela que mais se assemelha aos seus objetivos profissionais ou com a qualidade que ele(a) entende ser mais relevante em uma instituição de ensino superior (RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA, 2019a).

Dessa forma, no quesito “pesquisa científica”, a Folha de São Paulo (2019a) leva em observação a quantidade de artigos publicados pela universidade, a relevância desses trabalhos (a partir do total de citações recebidas), a média de citações para cada artigo científico da instituição, a média de publicações por docente (vinculado à IES), a média de citações por professor, o número de publicações em revistas nacionais, recursos para financiamento de pesquisa recebidos por instituição (valor médio de recursos obtidos por docente), o percentual de professores da universidade considerados produtivos pelo CNPq e o número de teses defendidas por docente²⁸.

Embora esse estudo não tenha caráter oficial, ou seja, não esteja vinculado a nenhuma organização que tenha por ofício essa atribuição avaliativa, é inegável que fornece um panorama geral sobre como anda cada um desses parâmetros nas universidades brasileiras. Logo, em relação à pesquisa científica, tem-se (*RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA*, 2019b, **grifo nosso**):

- a) Das dez melhores universidades brasileiras em pesquisa (produção científica), **todas são públicas**;
- b) Dentro desse critério, as universidades privadas melhores avaliadas são a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), ambas dividem a mesma classificação, posicionadas na **19ª colocação**;
- c) Em seguida, a próxima universidade privada a aparecer na lista é outra organização religiosa, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), que ocupa a **44ª posição**.

Consoante os dados divulgados pela Folha (STEPHAN, 2019), o peso das pesquisas e produções científicas no Brasil, em quase sua totalidade, são produzidas

²⁸ Conforme descrito na metodologia da pesquisa (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), o jornal utilizou como fonte, para avaliar os critérios da categoria “pesquisa”, as seguintes bases de dados: Web of Science (de 2012 a 2016, para publicações, e 2017, para citações), Capes, CNPq, agências federais de fomento (2017) e SciELO (de 2012 a 2016).

pelas universidades públicas brasileiras, cerca de 95%, e apenas quatro particulares estão entre as instituições com maior destaque nessa área (além das PUC's anteriormente citadas, vem a Universidade Católica de Pelotas - UCPel, no Rio Grande do Sul, no 48º lugar), tendo todas elas uma característica em comum: **são confessionais ou religiosas.**

Esse resultado surpreende quando se observa o índice de qualificação do corpo docente do ensino superior brasileiro (supracitado), o qual, inclusive, é uma das poucas metas do PNE 2014 – 2024 que já fora atingida. É desalentador se pensarmos que 46,8% das matrículas na rede privada se efetivaram, em 2018, com algum tipo de incentivo/financiamento público (Fies ou ProUni), e que, apesar disso, há pouco retorno ou contrapartida das instituições beneficiadas em desenvolver programas de iniciação científica (INEP, 2019a, p. 31).

Existe também outra situação preocupante: com 14 milhões de desempregados, registrados em setembro de 2020, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BARROS; PONTES, 2020), como anda a situação dos egressos do ensino superior pátrio? Quantos jovens/adultos concluíram a graduação e não estão formalmente empregados e nem estão matriculados em cursos de pós-graduação? Quantos estão no mercado informal? Quantos desempenham funções ou exercem trabalhos (formal ou informalmente) não relacionadas com a sua graduação?

O INEP ainda não conseguiu apresentar esses dados com precisão, pois tais elementos seriam preenchidos com as referências cedidas pelas IES, decorrentes de suas políticas institucionais de acompanhamento de egressos, as quais, na prática, têm se demonstrado falhas. Talvez as respostas venham nos próximos anos, com a divulgação do censo da população brasileira. Seja como for, compreende-se que a busca por esses dados é uma lacuna importante a ser suplantada, uma vez que medir a variação da empregabilidade dos graduados é um elemento importante para mensurar a qualidade do ensino superior ofertado no país.

Dessa forma, o modelo de avaliação da educação, como também a concepção ou conceito de qualidade na formação superior devem estar em comunhão ou atender aos propósitos da Educação, asseverados pelo Estado brasileiro. Considera-se que o SINAES enfatiza os resultados ou produtos da avaliação (em outras palavras, a “performatividade” das IES), com o uso de instrumentos que produzem informações objetivas e que permitem a comparação, mensuração e divulgação dos resultados (INEP, 2009).

Em concordância com as reflexões de Witze (2020), espera-se que as IES se remodelem e tornem-se mais relevantes para as comunidades locais e nacional, tanto para desenvolverem programas de pesquisa e de extensão em busca de soluções inovadoras e criativas e que tragam benefícios para a coletividade, quanto para se afirmarem e se alinharem aos propósitos da Educação, assumindo o papel e a responsabilidade social que lhes competem. Essa propensão vai ao encontro do novo processo de avaliação da pós-graduação (*stricto sensu*) adotado pela CAPES, cujas novas dimensões avaliativas (dentre outras) são: “Inovação e transferência de conhecimento” e “Impacto social e relevância econômica para a sociedade”, dos programas e das pesquisas (CAPES, 2019).

Dessa maneira, denota-se que a educação superior de qualidade, para os próximos anos, é aquela que não só acompanha as novas tecnologias como produz inovação, por meio de projetos voltados para as áreas de pesquisa, extensão e ensino, proporcionando, aos estudantes, mais oportunidades de aprendizagens, contato com recursos tecnológicos, com novos formatos, espaços educativos e metodologias, conectando conhecimentos e estimulando a interdisciplinaridade. Adicionalmente, deve empenhar-se em formar estudantes para produzir impactos positivos na sociedade e em atualizar o perfil profissional dos egressos, diante da necessidade de atender novas habilidades e competências, não só técnicas, mas também interpessoais e humanas (GARCIA, 2020).

Encerra-se aqui, portanto, o percurso histórico – legal sobre a expansão e avaliação do ensino superior brasileiro. No capítulo seguinte, denominado “RESPONSABILIDADE SOCIAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR” propõe-se identificar os conceitos de educação, responsabilidade social e qualidade, mediante o traçado de um paralelo entre esses três conceitos e sua inter-relação com qualidade no contexto da Educação Superior.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A concepção sobre qualidade na Educação Superior, em geral, alinha-se ao modelo de avaliação (da qualidade) adotado, assim como à função atribuída, pelo Estado, à Educação no País (INEP, 2009). Destarte, no território nacional, os propósitos da Educação encontram-se dispostos na Constituição da República, em seu Art. 205, inclusive com redação ainda original, dada pelos constituintes de 1988. Em harmonia com a Magna Carta (BRASIL, 1988, **grifo da pesquisadora**):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao **pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o **exercício da cidadania** e sua **qualificação para o trabalho**.

Neste dispositivo constitucional, encontram-se, portanto, as atribuições, isto é, o que a nação brasileira espera alcançar com a educação pátria. De forma que, esses objetivos são determinantes e devem compor a proposta de avaliação de qualidade do sistema nacional de Educação Superior.

Acompanhando as elucubrações dos autores pesquisados, mais adiante apresentados, ver-se-á que há dois tipos predominantes de compreensão de qualidade, no contexto da Educação Superior, e de modelos de avaliação: a primeira a concebe sob uma **perspectiva formativa e política**, mais vinculada aos conteúdos (DEMO, 1986) e que combina metodologias quantitativas e qualitativas, cujo modelo de inspiração, de acordo com o INEP (2009, p. 24), é o holandês e francês.

A segunda entende a qualidade e, por consequência, a avaliação da Educação Superior, sob uma **orientação somativa ou formal**, cuja proposta metodológica é predominantemente quantitativa, utilizando-se de escalas de comparação e de indicadores para produzir resultados classificatórios (INEP, 2009). Segundo o INEP (2009, p. 24), é um modelo de inspiração anglo-americana, e que mais se assemelha à experiência atual brasileira, adotada pelo SINAES.

Em relação à Responsabilidade Social das IES, embora a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) tenha publicado a Norma Nacional de Responsabilidade Social (mais conhecida por NBR 16001) e que tenha criado o Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social, isto é, uma espécie de programa da avaliação de conformidade da NBR 16001, com o objetivo de certificar

instituições e sistemas de gestão (ABNT, 2012), a perspectiva que adotamos, nesta pesquisa, é a defendida por Ross (2019), que associa, às IES, tanto a responsabilidade social das corporações empresariais, como a responsabilidade social da educação, que se vincula à sua função social, à dimensão coletiva e aos propósitos da educação intrínsecos à sua natureza.

Desse modo, o capítulo em foco tem por objetivo identificar os conceitos de educação, responsabilidade social e qualidade, no contexto da Educação Superior, através de um paralelo entre eles e sua inter-relação com qualidade do ensino superior. Para isso, recorreu-se a um estudo bibliográfico para fundamentar as três dimensões escolhidas: responsabilidade social da educação, responsabilidade social das IES e concepções acerca do conceito de qualidade na Educação Superior, pela visão de diferentes autores. Acrescenta-se, ainda, no último item do capítulo, a apresentação dos indicadores de qualidade relacionados a cada um dos eixos avaliativos, estabelecidos no instrumento de avaliação institucional externa (presencial e a distância) do INEP (2017), por meio de uma análise lexical realizada com o auxílio da formação de nuvens de palavras (desenhadas pelo *software* Atlas.ti 8.0) dos termos indicativos de qualidade, associados aos conceitos 4 e 5, que traduzem uma avaliação institucional acima do satisfatório.

Eis, portanto, um breve resumo do respectivo capítulo. A seguir, a primeira subdivisão teórica, no que tange à responsabilidade social da educação.

2.1 Responsabilidade Social da Educação

Conforme citado anteriormente, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, afirma que a educação é um direito de todos, como também um dever do Estado e da família, e que, por isso, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Esse artigo constitucional estabelece, no *caput* inaugural da seção sobre a Educação no Brasil, os objetivos para os quais ela se destina.

Esse direcionamento valorativo coincide, em muitos aspectos, com o compartilhado pela doutrina sobre esse tema. Savater (2012, p. 23) diz que “ser humano também é um dever ser”, e, como dever, precisa ser ensinado, referindo-se a atributos como compaixão, solidariedade, ética, justiça, etc. “Nascemos humanos,

mas isso não basta: temos também que chegar a sê-lo” (SAVATER, 2012, p. 24), pois, o “homem o é através do aprendizado” (*Ibid*, p. 31). Assim, pela educação, construímo-nos como seres humanos. As formas institucionalizadas de educação devem, portanto, “[...] inculcar o respeito a nosso denominador mínimo comum”, por serem realizações da civilização, às quais não se pode renunciar sem incorrer à barbárie (SAVATER, 2012, p. 153).

Em uma palestra/aula gravada e divulgada no YouTube, a professora e filósofa Lúcia Helena Galvão (2016), em que comentava a obra “Em busca da Sabedoria”, do pensador indiano Sri Ram, na Nova Acrópole (Brasília), questionava aos alunos/ouvintes se quem faz o processo educacional convencional, concluindo um curso universitário e, em seguida, uma pós-graduação, necessariamente sai do ambiente acadêmico uma pessoa melhor, mais humana, mais solidária e/ou socialmente responsável? E se o processo educacional atual não nos torna uma pessoa mais desenvolvida, com uma compreensão melhor de cidadania e com capacidade de causar impactos positivos por onde atua ou vive, onde aprenderemos isso? E conclui (GALVÃO, 2016, **grifo da pesquisadora**):

Isso não é importante? Por que não se ensina? Por que não se dá exemplos? Por que não se dá a isso um valor dentro da vida? Isso é o elemento mais precioso que temos a conquistar na vida. **É o que nos faz fazer diferença**”.

A educação, desse modo, proporciona a nossa formação nos planos individual e social, “[...] produzindo nossa forma de participação na edificação da sociedade democrática” (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 583). Sobre isso, expõe Savater (2012, p. 153), que o próprio padrão democrático estabelece indivíduos preocupados com seu destino pessoal, “[...] mas não desconhecedores das exigências harmonizadoras do que é público”.

Para Amparo, Miranda e Santana (2019, p. 55):

Praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação. Afinal, a educação é uma dimensão fundante da cidadania, e esse princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e, até mesmo, para a inserção no mercado do trabalho.

Em Dewey (1979, p. 106), a educação, para além da expansão das aptidões e capacidade individual, destina-se a um desenvolvimento progressivo para fins

sociais, tornando os indivíduos interessados na participação e no reajustamento da vida social, e habilitados a realizar mudanças. Acker (1979, p. XVI), prefacista da obra de Dewey (1979), comenta:

Como processo contínuo de crescimento ou reconstrução da experiência socialmente participada, a educação terá o seu fim em si mesma, não sendo meio para fins diferentes e ulteriores. [...] Será democrática, enfim, não reservada a classes privilegiadas; mas nem por isso estreitamente individualista, e sim comunitária [...].

Em se tratando de cidadania, Amparo, Miranda e Santana (2019, p. 53) compreendem-na de duas formas interdependentes: a primeira refere-se à participação consciente dos indivíduos na organização e na condução da vida privada e coletiva; e a segunda, à capacidade de realizar escolhas que perpassam pela responsabilidade de buscar soluções para problemas e questões sociais.

Sobre esse tema, relata Galvão (2016), na mesma palestra/aula gravada e divulgada no YouTube, mencionada anteriormente: que no processo educacional atual, nós aprendemos habilidades mecânicas, como, por exemplo: fazer cálculos, construir imóveis, fazer cirurgias, etc. Mas que isso não é, propriamente, uma qualidade humana, pois “[...] qualidade humana é o que vamos fazer com isso que sabemos”, isto é, com o que aprendemos no processo educacional. Por exemplo, uma habilidade matemática, como a formação de uma equação, pode ser usada tanto para o bem como para o mal da humanidade²⁹. E finaliza a autora (GALVÃO, 2016): “[...] Ou seja, as habilidades mecânicas são meios, **os fins são sempre qualidades humanas, que nos realizam e fazem diferença no mundo**” (grifo da pesquisadora).

Logo, o desenvolvimento das aptidões individuais ou a cultura intelectual da formação superior deve ser coordenada com objetivos sociais, destinando-se, igualmente, a atender à coletividade, a esfera pública e exercício da cidadania (AMPARO; MIRANDA; SANTANA, 2019). Dessa maneira, concluem Amparo, Miranda e Santana (2019, p. 57):

Por meio da transmissão das habilidades, dos conhecimentos, das informações e, especialmente, de razoáveis princípios éticos, a educação é capaz de disseminar as práticas e os conhecimentos necessários para o exercício da participação democrática e sustentável do sujeito na vida pública da sociedade.

²⁹ Vide, por exemplo, o desenvolvimento da bomba atômica, a partir da fórmula de Einstein.

A cidadania pretendida, entrelaçada à (e, também, proporcionada pela) educação, é aquela que pode constituir-se em condição de acesso ao espaço público, à participação social plena e crítica, de reivindicação de direitos e de transformação do meio em que se vive (AMPARO; MIRANDA; SANTANA, 2019, p. 51). E somente encontrará eficácia em sua aplicabilidade quando todos os indivíduos tiverem as mesmas possibilidades de acesso à educação e aos meios de desenvolverem suas capacidades e habilidades (igualdade material).

Destarte, identificar o plano social da educação é reconhecer a sua responsabilidade ou compromisso coletivo com a experiência democrática e com a construção da cidadania. E nesse aspecto, para ter eficácia, demanda que todos os segmentos sociais tenham igualdade de oportunidades, acesso aos espaços e serviços públicos e a direitos, pois a verdadeira responsabilidade social da educação constitui-se na capacidade de “(trans)formar vidas e permitir a inclusão e igualdade de oportunidade a todos” (AMPARO; MIRANDA; SANTANA, 2019, p. 57).

E o que dizer, porquanto, em relação à responsabilidade social das instituições de ensino superior, sobretudo as de natureza privada? A elas limita-se creditar a mesma responsabilidade dada a qualquer tipo de pessoa jurídica de direito privado? No próximo tópico, serão apresentadas algumas considerações a respeito desse tema, a fim de discutir o liame entre educação, instituições de educação superior (IES) e responsabilidade social, no contexto do ensino superior.

2.2 Responsabilidade Social das IES

Quando se fala em responsabilidade social das IES, induz-se a pensar (quase que exclusivamente) nas universidades, como se apenas este tipo de instituição de ensino superior carregasse a incumbência ou o compromisso social em sua natureza. Essa associação usualmente ocorre em virtude da obrigação constitucional, atribuída às universidades, em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como se, tão somente a elas, competissem-lhes a incumbência de reverter, em ações institucionais, o conhecimento e a prática para a sociedade.

Correspondendo a 90,6%³⁰ do percentual de representação do sistema de educação superior brasileiro, de acordo com o Censo da Educação 2018 (INEP,

³⁰ A soma do percentual de representação dos Centros Universitários e das faculdades, em funcionamento no país, em 2018, menos a soma do percentual de representação das

2019a), e sendo responsável por 44,8%³¹ do número de matrículas em cursos de graduação no mesmo ano, estariam os centros universitários e as faculdades isentos da responsabilidade de desenvolver ações institucionais, fruto do conhecimento interligado entre ensino-pesquisa-extensão?

Conforme citado na Introdução desta dissertação, aos centros universitários, também lhes competem a institucionalização de programas de extensão (nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação), assim como programas de iniciação científica (com projeto orientado por docentes doutores ou mestres), podendo incluir os de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência (BRASIL, 2017b).

Além disso, como instituições de formação superior, eles são igualmente responsáveis por formar trabalhadores e profissionais que sejam capacitados a responder as exigências e os desafios do mercado de trabalho atual, bem como por formar cidadãos com conhecimentos e valores éticos e morais que propiciem a construção de uma sociedade mais justa, solidária, sustentável e harmônica.

Como também exposto na Introdução deste capítulo, tem-se que a ABNT (2012, n.p.) foi responsável por publicar a NBR 16001, que consiste em “[...] uma norma de sistema de gestão, passível de auditoria, estruturada em requisitos verificáveis”, e que permite, à organização interessada, solicitar a certificação de Responsabilidade Social, por meio do Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social, em conformidade com a referida norma.

Seguindo a definição dada pela ABNT (2012, n.p.), na NBR 16001, Responsabilidade Social consiste na:

Responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades³² na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que:

- Contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem estar da sociedade;
- Leve em consideração as expectativas das partes interessadas;
- Esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento, e

Universidades, Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, em funcionamento, naquele ano (INEP, 2019a, 2019b).

³¹ A soma do nº de matrículas em cursos de graduação nos Centros Universitários e nas faculdades, em funcionamento no país, em 2018 (INEP, 2019a, 2019b).

³² Com base na nota da própria NBR 16001 (ABNT, 2012, n.p.): “Atividades incluem produtos, serviços e processos”.

- Esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações³³.

Como a própria definição afirma, trata-se de uma norma de e voltada para a gestão de uma pessoa jurídica (de qualquer natureza e independente da atividade-fim desempenhada). Não obstante, acreditamos que quando uma pessoa jurídica destina-se a prestar o serviço de “educação”, em particular o de formação ou ensino superior, assume ou incorpora também a responsabilidade social inerente à própria “Educação”, à sua natureza-fim.

Essa perspectiva, defendida por Ross (2019), não nega ou dissocia da IES a Responsabilidade Social Corporativa, cabível a toda e qualquer pessoa jurídica, porém acrescenta-lhe, também, a Responsabilidade Social da Educação, vinculada à sua função social, à dimensão coletiva e aos propósitos da educação, que devem estar presentes nos seus projetos e ações institucionais, produto da interligação entre ensino-pesquisa-extensão.

Por conseguinte, avalia-se que a responsabilidade social das IES, fundando-se nos propósitos da educação, incumbe-se, no limite de suas capacidades, a todas as categorias/organizações, inclusive as de natureza privada. Nesse sentido, toda IES desempenha um papel importante na sociedade, por ter a função de desenvolver competências e conhecimentos profissionais, em seus estudantes, para uma atuação consciente na sociedade (ROSS, 2019).

Essa missão social, de agir no interesse geral da sociedade, quando coaduna com uma gestão responsável, produz legitimidade social e constitui licença de funcionamento (ROSS, 2019). Para além do exposto, Ross (2019), tomando por base o modelo desenvolvido por Wood (1991; 2010), para corporações empresariais, associa-lhes, também, outras prerrogativas, as quais devem ser igualmente adimplidas, e que compõem a dimensão e o desempenho social das IES. Seriam elas (ROSS, 2019, p. 3):

- (1) Corporate Social Responsibility (CSR) as legal, ethical, or economic responsibilities;
- (2) Social Issues as categories CSR refers to (environment, certain interest groups/stakeholders);
- (3) Corporate Social Responsiveness as action patterns dealing with CSR or social issues.

³³ Por sua vez, sobre “relações”, em consonância com o que diz a NBR 16001 (ABNT, 2012, n.p.): “Relações referem-se às atividades da organização dentro do escopo do sistema de gestão da responsabilidade social e da cadeia de valor”.

No que tange ao primeiro item, destaca-se que as IES devem atender aos **princípios de responsabilidade social corporativa**, que se conectam ao cumprimento de preceitos legais, éticos, econômicos etc., isto é, trata-se da camada ética por trás do desempenho organizacional da instituição. Assim, a legitimidade social e de atuação de uma IES se confirma quando é acompanhada de “uma gestão, a nível institucional, responsável, visto que existem obrigações e expectativas gerais, para todos os tipos de organizações, as quais a sociedade espera que sejam atendidas” (ROSS, 2019, p. 3, tradução nossa)³⁴.

Perceba que essa condição, de um comportamento ético e transparente das corporações, exigindo que suas ações, atividades e gestão estejam em conformidade com a legislação aplicável, bem como integrada à organização e praticada em todas as suas relações (ABNT, 2012, n.p.), também é um requisito presente na NBR 16001, na definição de Responsabilidade Social dada pela ABNT (2012, n.p.).

Quanto ao segundo tópico, para Ross (2019), as IES devem desenvolver processos de responsabilidade social, direcionados a grupos específicos, visando a atender ou solucionar, na medida de suas capacidades, questões sociais, ambientais, etc. É o que o autor (ROSS, 2019) denomina de “Responsividade Social Corporativa” (RSC). Neste cenário, desenvolvem-se processos ou padrões de ação que incluem: **avaliação ambiental, gestão das partes interessadas e gerenciamento de questões**. Resumidamente, essas etapas consistem: na descrição do ambiente e identificação do problema (avaliação ambiental); no reconhecimento do grupo ou indivíduos que são afetados pelo problema avaliado e que se beneficiarão das ações (gestão das partes interessadas); e a última concerne ao gerenciamento de questões legais, burocráticas, entre outras, que surgem no decorrer do processo, e ao monitoramento de reivindicações dos participantes/envolvidos (ROSS, 2019, **grifo da pesquisadora**).

A NBR 16001 (ABNT, 2012, n.p.) igualmente compartilha dessa diretriz, em relação a processos ou ações de “Responsividade Social Corporativa”, quando se refere às atividades e decisões da organização e os impactos por esta produzidos, tanto na sociedade, quanto no meio ambiente (avaliação ambiental), devendo suas ações (de responsabilidade social) diminuir esses danos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, a saúde e o bem estar da sociedade, e considerar as

³⁴ The principle of legitimacy justifies responsible acting on an institutional level, as there are general expectations from society for all kinds of entities (ROSS, 2019, p. 3).

expectativas das partes interessadas (gestão das partes e gerenciamento de questões).

No que diz respeito aos processos de responsividade social, destes devem decorrer os programas e as políticas sociais que são desenvolvidas (e fomentadas) pela instituição de ensino superior. “Os resultados práticos destes configuram a parte observável e avaliável do desempenho social da organização” (ROSS, 2019, p. 4, tradução nossa)³⁵. Eles são classificados quanto aos impactos produzidos, bem como os programas sociais são avaliados como processos, quanto aos objetivos planejados, tornando-se, ao final, quando bem sucedidos, em políticas sociais institucionais (ROSS, 2019).

Na elucubração de Ross (2019), portanto, a interação entre os princípios de responsabilidade social corporativa, os processos de responsividade social e as políticas/programas sociais desenvolvidos pela instituição, voltando-se ao cumprimento da função social da educação, compõem a dimensão da responsabilidade social das IES.

Por sua vez, o glossário do Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância do INEP (2017, p. 41), que subsidia os atos de credenciamento e transformação de organização acadêmica, conceitua responsabilidade social da seguinte forma:

Refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável, considerando trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos voltados à comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura local.

Diante do exposto, depreende-se que a responsabilidade social das instituições de educação superior vincula-se não só ao compromisso com uma gestão responsável, em cumprimento a preceitos legais, éticos e econômicos, socialmente esperados de qualquer organização, como, também, a processos de responsividade social que resultem em trabalhos, ações, atividades, projetos ou programas voltados à comunidade, objetivando a inclusão, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura local.

³⁵ The outcomes of corporate behavior describe the observable/assessable part of social performance (ROSS, 2019, p. 174).

Em conclusão, se não for imputado às IES (não-universitárias) a responsabilidade de desenvolver ações institucionais, concretizadas por meio de trabalhos, atividades, projetos e/ou programas, vinculados à indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, então que lhes seja pela obrigação de prestar um ensino de qualidade (imposto a todo tipo de instituição de ensino), proporcionando mais oportunidades de aprendizagens aos estudantes, inclusive aproximando o discente da prática, e cumprindo “[...] suas atividades de formação e de trato com o conhecimento com o maior grau possível de qualidade acadêmica, científica, técnica, moral, política e social” (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 583).

O problema, contudo, reside na compreensão do que se entende por “qualidade” na educação, que “[...] varia de uma visão ‘formativa-educativa’ para uma visão ‘gerencialista’” (ROTHEN *et. al.*, 2019, p. 5). Desse modo, serão apresentadas, no próximo tópico, algumas interpretações acerca do respectivo conceito, e, em seguida, serão examinados os parâmetros consignados no Instrumento de avaliação institucional externa do INEP (2017), para uma IES ser considerada com um padrão de qualidade acima do satisfatório.

2.3 As Concepções sobre Qualidade na Educação Superior

Consoante mencionado anteriormente, o conceito de qualidade pode ter diferentes conotações, a depender da abordagem teórica com que se reveste. Para Freitas (2005, p. 911), a “[...] qualidade é produto de um processo de avaliação institucional construído coletivamente”. Nesse aspecto, o autor faz uma análise das políticas públicas neoliberais e das chamadas políticas públicas participativas. No seu entendimento, a qualidade adotada pelo primeiro grupo é eivada de uma “pseudoparticipação”, que objetiva legitimar a imposição verticalizada de “padrões de qualidade” externos ao grupo avaliado (*Ibid.*, p. 921).

Bondioli (2013, p.14) define qualidade com significado de “negociável”, compreendida esta não como um dado de fato, como um valor absoluto, tampouco significa a adequação a um padrão (pré)estabelecido, entretanto:

Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, ideias sobre como é a rede e sobre como deveria ou poderia ser.

E continua a autora (BONDIOLI, 2013, p. 18-19):

Os indicadores não são, portanto, padrões, isto é, normas impostas do alto, às quais devemos nos adequar. Não representam, nem mesmo, um 'valor médio' de exequibilidade de aspectos da qualidade. São, ao contrário, significados compartilhados [...]. São, portanto, como indica o próprio termo, sinalizações, linhas que indicam um percurso possível de realização de objetivos compartilhados. [...] aquilo que os diferentes atores sociais se empenham em buscar, contribuindo, para isso, cada um de acordo com o próprio nível de responsabilidade.

Vê-se, portanto, que para Freitas (2005) e Bondioli (2004), a “autoavaliação”, etapa comum prevista em políticas neoliberais de avaliação, não representa uma participação democrática e serve apenas para legitimar padrões externos e impostos de qualidade. Para ambos, somente por meio da negociação, de um debate amplo e com a participação efetiva dos atores envolvidos na construção de objetivos e prioridades, é que se define (sinaliza) o percurso a ser trilhado em busca da qualidade.

Moretto e Fioreze (2019, p. 110), entendem ser impossível desenvolver uma educação de qualidade, isto é, comprometida com a formação humana dos indivíduos e o desenvolvimento democrático da sociedade, sem o aprofundamento teórico e reflexivo do sentido de “formação”. Seguindo essa posição, Dias Sobrinho (2015, p.584), para quem qualidade em educação pressupõe pertinência e relevância social, a formação engloba uma significação cultural, moral e política, e que contribui, em sua esfera de possibilidades e em seus limites, com soluções para problemas da coletividade.

Ele examina que, embora pertinência inclua economia, não se restringe a ela. Atina-se, também, a princípios morais e ético-políticos, especialmente quanto à participação na esfera pública. Nessa linha de raciocínio, o conhecimento tem valor público e social. Nas palavras do autor (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 585):

Pertence à esfera dos direitos humanos e dos projetos civilizacionais. O conhecimento é conteúdo integrante da formação humana social, ética, política, moral e estética. Não deve ser, ou não deveria ser, simples engrenagem da otimização dos lucros. É base do desenvolvimento individual e nacional pelo que contém de instrumentalidade operacional, científica, técnica e pelos valores humanísticos que porta. Não é simplesmente matéria prima do desenvolvimento econômico [...] como se o progresso humano correspondesse unicamente à medida do econômico.

A despeito de Dias Sobrinho (2015) não negar essa estreita relação entre o desenvolvimento econômico, informação e conhecimentos, afirma que há outros significados que ultrapassam esse plano, como, por exemplo, a formação dos

indivíduos e a construção das sociedades. E complementa (*Ibid.* p. 585): “Para além de úteis ao usufruto individual e de grupos [...], os saberes e as técnicas precisam ter rigor científico e ser pertinentes ao bem estar coletivo”. E, nessa direção, conclui o autor (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 587): “A qualidade da educação, no sentido público, é necessariamente social, além de técnica e científica”.

Uma lógica que distorce da visão social é a que entende a educação superior como um bem privado ou utilitarista. Com base na opinião de Moretto e Fioreze (2019), esta percepção valoriza os efeitos individuais da escolaridade, que resultam em maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e melhores remunerações. Com isso, ressaltam as autoras (MORETTO; FIOREZE, 2019, p. 116), “[...] fortalece-se a identidade do estudante como consumidor”, uma vez que “socialmente compreendida como um bem privado”, a educação deve satisfazer prioritariamente ao indivíduo e a seus interesses exclusivos. Os discentes, portanto, esperam um retorno pelo investimento em seu capital humano, e atender a esta expectativa passa a ser uma questão central a ser correspondida pelas IES.

Dias Sobrinho (2015, p. 585) compartilha da mesma ideia, para quem o “[...] conhecimento está sendo produzido e irradiado mais pelo critério de valor utilitário que pelo significado humano formativo”, sendo direcionado à capacitação e desenvolvimento de competências e habilidades que as estruturas de produção, de trabalho e as empresas demandam. Ocorre que, na atual conjuntura, com a inteligência artificial, robótica e internet das coisas, “[...] as novas estruturas de produção e de trabalho se transformam muito rapidamente e carregam consigo inseguranças e necessidades de atualização permanente” (*Ibid.*, p. 587).

Adicionalmente, na chamada sociedade do conhecimento, diante de uma crescente precarização e informalização das relações de emprego e da contínua substituição da mão de obra humana pela robotização e inteligência artificial, as experiências subjetivas, o capital intelectual e o conhecimento qualificado têm acirrado a competitividade e estimulado a individualidade, enquanto enfraquece as dimensões públicas e coletivas.

O mesmo autor critica o prestígio da universidade atual que, na sua convicção, não se deve ao seu potencial humanístico, mas, sobretudo, à sua eficiência em produzir tecnologia e inovação, capacitação profissional e competitividade. Conseqüentemente, para bem executar essa função, as universidades têm adotado modelos de gestão pragmática, aos moldes de organizações empresariais, dando-se

mais ênfase ao operacional e distanciando-se de uma formação integral (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 590).

Em seu juízo (DIAS SOBRINHO, 2015), a ciência, tecnologia e inovação, desenvolvidas na academia, devem estar em conformidade com os valores da relevância e da pertinência, e voltados para projetos éticos e de construção de uma sociedade democrática e justa, por isso a “[...] importância de não se fazer da universidade uma mera instância de prestação de serviços, e sim, de formação de cidadãos-atores aptos a influir construtivamente numa sociedade que corresponda a seus projetos e sonhos de vida” (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 591).

No entanto, embora razoável esse argumento, na opinião desta pesquisadora, não considera-se antagônico o estímulo a uma gestão pragmática (operacional) e a possibilidade de uma formação cidadã, crítica e consciente, especialmente em se tratando de instituições públicas, financiadas com o erário. Em harmonia com esse pensamento, Ross (2019, p. 1, tradução nossa) entende que, com a disseminação de ferramentas e de práticas de gestão responsável nas instituições públicas, “aumentou-se a consciência dos efeitos dessas atividades organizacionais dentro das IES”³⁶. E continua seu pensamento (ROSS, 2019, p. 1, tradução nossa): “A orientação para um maior (e melhor) aproveitamento dos recursos, através de mecanismos baseados na melhoria do desempenho e de eficiência, leva a uma profissionalização das estruturas de gestão”³⁷. Assim, como atividades de controle e de gerenciamento, elas estimulam um comportamento organizacional responsável e aprimoram a legitimidade social das IES, principalmente naquelas financiadas com recursos públicos (ROSS, 2019).

A questão, então, seria encontrar uma formação que, ao mesmo tempo se flexionasse para as possibilidades de trabalho e profissionais, e que igualmente visualize contribuições coletivas. Em outros termos, que contenha crítica social, mas que também reconheça o potencial de realizações das profissões. Dessa maneira, Walker e McLean (2015) esforçaram-se para listar “*capabilities*” que devem ser desenvolvidas nas formações superiores, capazes de unir profissionalismo e formação humana, ou, como elas denominam, que preparem “[...] profissionais para o

³⁶ “With a general dissemination of business tools in public institutions, the proliferation of responsible management practices likewise increases the awareness of effects of organizational activities within HEIs” (ROSS, 2019, p. 1).

³⁷ “The orientation towards a higher level of awareness through improvement based mechanisms and performance enhancement leads to a professionalization of HEIs’ management structures” (ROSS, 2019, p. 1)

bem público”³⁸ (*Ibid.*, 2015, p. 61, tradução nossa), como sendo aquele graduado, dotado de senso ético e de justiça, com conhecimentos, habilidades e valores para contribuir com uma sociedade mais igualitária e para melhorar as condições e qualidade de vida das pessoas. Para isso, exigem-se práticas de currículo e de pedagogia capazes de “[...] moldar como os alunos aprendem a se ver em relação ao conhecimento, para outros e para o mundo” (WALKER; WILSON-STRYDOM, 2017, p. 4, tradução nossa)³⁹.

Em concordância com essas palavras, acredita-se que mesmo em IES privadas, cujos perfis institucionais sejam mais voltados para a mercantilização, se houvesse uma condução para associar o ensino à iniciação científica e à extensão, criar-se-iam ocasiões favoráveis para pedagogias e aprendizagens transformadoras, isto é, permitiria uma maior socialização e gerariam oportunidades para um ensino transformador, desenvolvendo senso de responsabilidade e de engajamento social nos discentes, bem como da própria instituição, arrobustando sua legitimidade social, ao mesmo tempo em que elevaria a qualidade da educação ofertada.

Dessa forma, assenta Dias Sobrinho (2015, p. 595 – 596, **grifo nosso**):

A educação não é suficiente para resolver os problemas da injustiça social e da fragilidade da democracia. Mas certamente a falta de **educação de qualidade** e de **sentido público** aprofunda a desigualdade e fragiliza a cidadania. [...] Mais gente na educação indica mais qualidade social e um passo na direção da equidade. Só que isso é ainda insuficiente. A qualidade precisa ser pertinente, isto é, útil para a população e, ao mesmo tempo, deve ter rigor e relevância do ponto de vista do saber, da ciência e da tecnologia.

Percebe-se, portanto, que o conceito de qualidade é orientado por diferentes expectativas e que, por isso, não é neutro, mas carregado de juízo valorativo e de posicionamento político-ideológico (ROTHEN et al., 2019), variando de uma defesa por uma formação humana, pertinente, relevante e com parâmetros de qualidade negociados amplamente com todos os interessados, para uma ótica mais quantitativa, gerencialista, associada à ideia de eficiência e de satisfação individual, que, na opinião de seus críticos, obedece a lógica dos mercados e modifica as atuações das IES (ROTHEN et. at., 2019).

³⁸ “[...] professional education for the public good”. (WALKER; MCLEAN, 2015, p. 61).

³⁹ “[...] shape how students learn to see themselves in relation to knowledge, to others and to the world” (WALKER; WILSON-STRYDOM, 2017, p. 4).

Nesse meio, tem-se uma perspectiva que concebe a avaliação de qualidade em termos objetivos, tomando por base escalas de comparação e que se traduzem em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Acompanhando essa ideia, Demo (1986) pondera que, em virtude da dimensão quantitativa ser mensurável, tem-se o esforço de quantificar ou numerar a qualidade e de transformar a realidade em algo palpável. Por essa razão, ele classifica a qualidade em duas categorias: a formal e a política. A primeira se refere a “instrumentos e a métodos; a segunda, a formalidades e a conteúdos” (DEMO, 1986, p. 6). Porém, para o autor, tais concepções não se polarizam, pois, ainda que possam se repelir, também se necessitam. E complementa dizendo que uma não é inferior a outra; apenas cada qual tem sua perspectiva própria (*Ibid*, 1986, p. 6).

Detalhando um pouco mais, Demo (1986, p. 6) explica ser “formal” porque não está afetada, necessariamente, a conteúdos determinados, mas a um método que não se esgota em uma única aplicação, ao contrário, “[...] é concebido como uma forma capaz de ser reaplicada indefinidamente nos casos previstos”. E que, justamente por esse motivo, a ciência tem dado preferência ao tratamento quantitativo, em virtude de que “[...] quantidade pode ser testada, verificada, experimentada” (*Ibid.*, p. 7). Sem embargo, o autor aponta que isto pode levar ao abuso metodológico, visto que, acaba-se reconhecendo como real somente o que é mensurável, confundindo o mais importante como o mais calculável (DEMO, 1986, p. 7).

Esse modelo descrito é de inspiração inglesa (INEP, 2009), e atualmente também se associa à ideia de eficiência das IES, especialmente em relação à capacidade delas de se “adaptarem às novas exigências sociais, entendendo que a Educação Superior funciona como fator de incremento do mercado de trabalho” (INEP, 2009, p. 24).

Por seu turno, a qualidade política, ao vincular-se, fundamentalmente, a conteúdos, é, por consequência, histórica. Ela não se preocupa com os meios, com a forma, todavia com os fins e com a substância (DEMO, 2005, p. 7). Logo, entra-se no horizonte ideológico e alude-se ao “[...] relacionamento do homem com o homem no interior do fenômeno do poder” (*Ibid.*, p. 7-8). Adicionalmente, o autor identifica esta categoria como sendo um acontecimento (substancialmente) participativo (*Ibid.*, p. 8).

Embora o conteúdo qualitativo fuja das armadilhas metodológicas que inventamos, isto não quer dizer que “ter consciência de um problema seja resolvê-lo” (DEMO, 2005, p. 8-9). Desse modo, apesar de ambas as dimensões terem

densidades próprias, elas se condicionam, uma vez que “[...] dificilmente se chega à qualidade política sem um mínimo de forma. Apenas uma não substitui a outra” (*Ibid.*, p.11).

Assim, uma avaliação objetiva, cuja qualidade volta-se à dimensão formal, se utiliza de escalas de comparação, por meio de indicadores, que funcionam como um conjunto de instrumentos e que permitem a medida da qualidade, traduzidas em padrões de eficiência, eficácia e efetividade (ROTHEN et. al., 2019, p. 9). De maneira que a tarefa dos indicadores é obter a sintonia entre os enfoques qualitativos e quantitativos que expressem os aspectos objetivos da realidade (*Ibid.*, p. 9).

Deduz-se, portanto, que nessa linha, “a avaliação se realiza como atividade predominantemente técnica, que busca a mensuração dos resultados produzidos pelas instituições em termos de ensino, sobretudo, e também de pesquisa e prestação de serviços à comunidade” (INEP, 2009, p. 24). Por essa razão, se diz que sua “ênfase recai sobre indicadores quantitativos que promovem um balanço das dimensões mais visíveis e facilmente descritíveis” (*Ibid.*, 2009, p. 24) da instituição, como, por exemplo, sua infraestrutura, titulação dos professores, descrição do corpo docente, discente e servidores, suas produções e publicações, o número de citações, etc., permitindo, de certa forma, o ranqueamento (criação de *rankings*) de instituições, passíveis de reflexos, inclusive, na alocação e distribuição de recursos financeiros para o fomento de projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão.

Conquanto esse seja o modelo adotado pelo INEP e em vigência atual, na demonstração dos parâmetros e indicadores de qualidade, aplicados no Instrumento de Avaliação Institucional Externa - Presencial e a Distância (INEP, 2017), que subsidia os atos de credenciamento e de transformação de organização acadêmica (a seguir examinados), busca-se não emitir juízo de valor. A intenção é verificar as escalas e os valores adotados, pelo INEP/Daes (2017), para estabelecer um padrão de qualidade institucional acima do satisfatório, que, em conformidade com o Instrumento (INEP, 2017), atestem a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social de uma IES. Muito embora, em nossa observação, uma orientação de qualidade que não exija o desenvolvimento e nem a integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão, deixa a desejar.

2.3.1 A concepção e os indicadores de qualidade presentes no instrumento de avaliação institucional externa do INEP (2017)

O instrumento avaliativo do ensino superior, elaborado pelo INEP/DAES (Diretoria de Avaliação da Educação Superior), e utilizado nas avaliações institucionais externa, para atos de credenciamento e transformação acadêmica (INEP, 2017, **grifo da pesquisadora**), contempla as dez dimensões do SINAES (mencionadas no I capítulo), as quais são agrupadas por afinidade, em cinco eixos avaliativos: **planejamento e avaliação Institucional** (eixo 1), **desenvolvimento institucional** (eixo 2), **políticas acadêmicas** (eixo 3), **políticas de gestão** (eixo 4) e **infraestrutura** (eixo 5).

Cada eixo de avaliação possui um peso/valor distinto (que influencia no cálculo do Conceito Institucional - CI, formulado ao final da avaliação) e são subdivididos em indicadores que apresentam elementos específicos de avaliação e os respectivos critérios para sua análise e verificação, os quais são graduados em cinco níveis, cujos valores iguais (ou equivalentes) a **três** indicam qualidade “**satisfatória**” (INEP, 2017; 2017b, **grifo nosso**). Entretanto, o que diferencia um conceito três, tido como regular, de um cinco (excelência), no conjunto de indicadores de cada eixo ou dimensão específica? Em outra asserção, o que a DAES e o INEP consideram relevante ou diferencial de qualidade para configurar uma instituição de excelência (conceito 5)?

Utilizando-se do *software* Atlas.ti 8.0⁴⁰, mais especificamente o recurso “nuvem de palavras”, investigou-se os termos que mais se destacam no Instrumento de Avaliação Institucional Externa - presencial e a distância (para atos de credenciamento e transformação de organização acadêmica), em cada eixo, que se relacionam aos conceitos 4 e 5, isto é, em que se configuram uma instituição tida como de qualidade acima do satisfatório. Dessa maneira, no que se refere ao eixo “planejamento e avaliação institucional”, com cinco indicadores avaliativos, salientam-se, em especial, vocábulos (e sinônimos) como: avaliação externa, autoavaliação, apropriar-se, gestão institucional, comunidade acadêmica, participação, resultados, analisar, divulgação, abrangência, ações efetivas, melhorias, mudanças, inovadoras. Senão, observe a Figura representativa 01 (adiante):

⁴⁰ *Software* de análise de dados qualitativos com auxílio de computador (maiores informações, vide capítulo 3, item 3.2.2, desta dissertação).

Figura 01 - Nuvem de palavras do eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional)

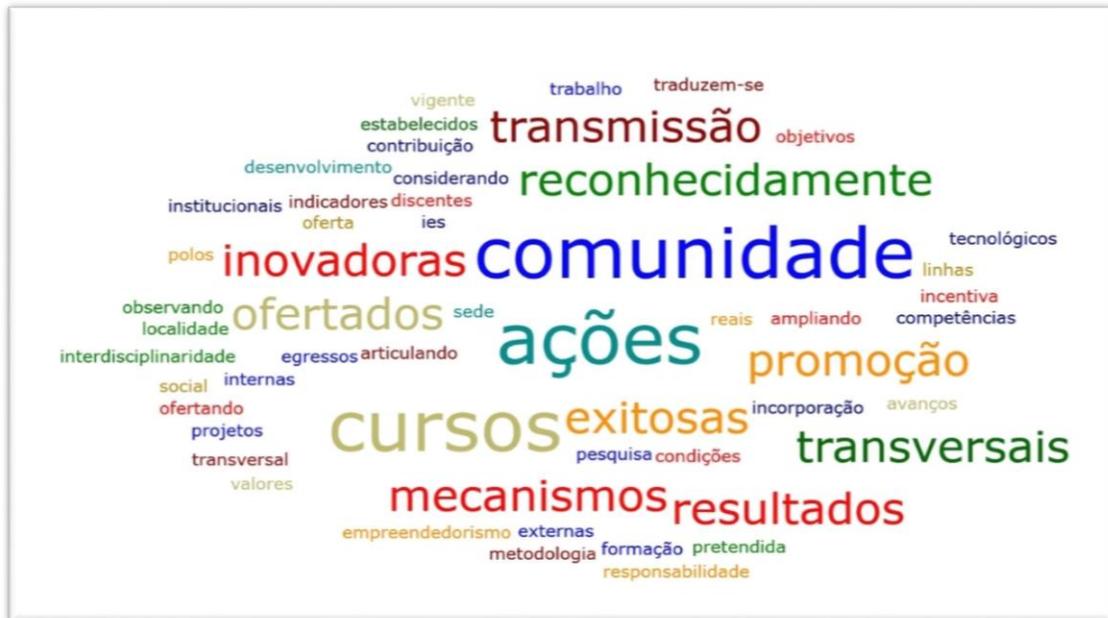


Fonte: Nuvem de palavras (modo espiral), relacionadas aos conceitos 4 e 5, do Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional), do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (INEP, 2017), produzida pelo Atals.ti 8.0.

Realizando a análise lexical, conclui-se que, uma gestão institucional qualificada, observa, na formulação do seu planejamento, os resultados das avaliações externas e da autoavaliação, cujos processos demonstram um índice de participação crescente da comunidade acadêmica e da sociedade (civil), assim como os resultados são analisados, divulgados com abrangência e apropriados (com evidências) por todos os segmentos da comunidade interna e externa, resultando em ações efetivas, melhorias e/ou mudanças inovadoras (INEP, 2017).

No que tange ao eixo “desenvolvimento institucional”, que se relaciona com as ações institucionais ligadas às políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (considerando, neste caso, o tipo de organização acadêmica), com sete indicadores avaliativos, evidenciam-se proposições como: ações, comunidade, cursos, exitosas, inovadoras, mecanismos, ofertados, reconhecidamente, resultados, transmissão, transversais, avanço, entre outras, conforme Figura representativa 02, a seguir:

Figura 02 - Nuvem de palavras do eixo 2 (Desenvolvimento Institucional)

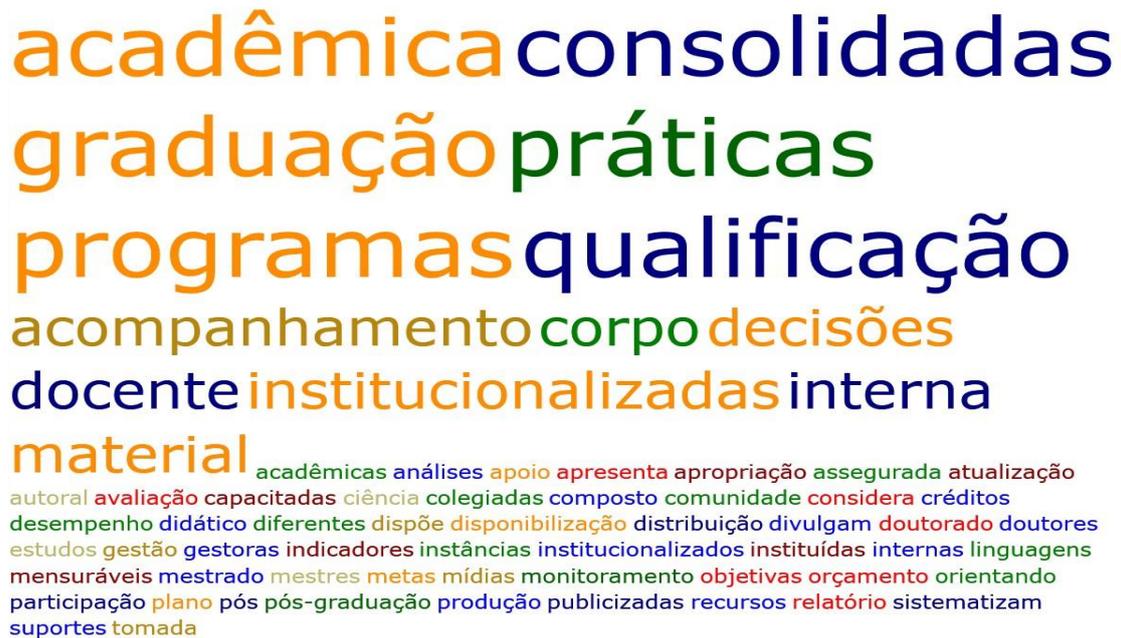


Fonte: Nuvem de palavras (modo espiral), relacionadas aos conceitos 4 e 5, do Eixo 2 (Desenvolvimento institucional), do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (INEP, 2017), produzida pelo Atals.ti.

Logo, compreende-se que o diferenciador de qualidade ocorre quando as ações institucionais externas e as internas (relacionadas às políticas de ensino, pesquisa e extensão) são transversais aos cursos ofertados, bem como são reconhecidamente exitosas e/ou inovadoras, e possuem mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade (externa), contribuindo para o seu desenvolvimento econômico e social, como também ampliam as competências dos egressos, observando a formação pretendida para os discentes. Acrescentam-se, além disso, ações na direção de uma metodologia que incentiva a interdisciplinaridade e a incorporação de avanços tecnológicos (INEP, 2017). É nesse eixo, portanto, que se ponderam a tradução prática das ações institucionais, que se articulam aos objetivos, valores e à missão, aos quais a IES se propõe a perseguir.

Em relação às políticas de gestão (eixo 4), que possuem oito indicadores avaliativos e referem-se à organização pessoal-administrativa e ao planejamento orçamentário e gestão de recursos, despontam-se as seguintes asserções: acadêmica, consolidadas, graduação, práticas, programas, qualificação, análises, apropriação, comunidade, avaliação, ciência, colegiadas, instâncias, entre outras, consoante Figura ilustrativa 03, adiante:

Figura 03 - Nuvem de palavras do eixo 4 (Políticas de gestão)



Fonte: Nuvem de palavras (modo máquina de escrever), relacionadas aos conceitos 4 e 5, do Eixo 4 (Políticas de gestão), do Instrumento de Avaliação Institucional Externa (INEP, 2017), produzida pelo Atals.ti.

Dessa forma, deduz-se que o distinguidor ocorre quando o planejamento orçamentário institucional está de acordo com as políticas de ensino, pesquisa e extensão (quando for o caso), considera as análises do relatório de avaliação interna, conta com a participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (que são capacitadas para a gestão de recursos), orientando na tomada de decisões, e possui estudos para monitoramento (do orçamento) com metas objetivas, mensuráveis e indicadores de desempenho institucionalizados, além de prever a ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos.

Ressalta-se, ainda, que os órgãos gestores e colegiados são autônomos, respeitam a representatividade dos segmentos acadêmicos e da sociedade civil, preveem mandato para seus membros e sistematizam e divulgam suas decisões, as quais são apropriadas pela comunidade interna. E no que se alude ao corpo técnico-administrativo e docente, a IES possui política de capacitação e de formação continuada consolidada, institucionalizada e publicizada, que inclui a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, bem como em cursos de desenvolvimento pessoal e qualificação acadêmica em programas de graduação e de pós-graduação (INEP, 2017).

Por sua vez, as políticas acadêmicas (eixo 3), que possuem 12 indicadores avaliativos, o próprio nome já revela a que se destinam. É praticamente o coração da instituição e envolvem as políticas de comunicação interna, de ensino da graduação, de pós-graduação, ações acadêmico-administrativas voltadas para a extensão, a pesquisa e/ou iniciação-científica, formação de grupos de pesquisa ou grupos de estudo, a inovação tecnológica, a internacionalização, o desenvolvimento artístico e cultural e o acompanhamento de egressos, bem como para programas de acolhimento e permanência do discente, entre os quais, a acessibilidade, a monitoria, o nivelamento, a intermediação e condução de estágios (obrigatórios e não obrigatórios remunerados), o apoio psicopedagógico e a existência de instâncias de atendimento.

Para não se estender, visto que este será o núcleo principal da investigação em tela, junto ao Centro Universitários de João Pessoa – Unipê, serão realçados os aspectos mais importantes. Por exemplo, no tocante às políticas de ensino da graduação, distinguem-se àquelas que preveem atualização curricular sistemática, programa de monitoria (em uma ou mais áreas e transversais aos cursos ofertados), mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras. Em relação à pós-graduação, a sua abertura (cursos ofertados) é aprovada pelo colegiado e fundamentada em ensaios que visam a atender às demandas socioeconômicas da região e articula-se com os cursos da graduação, por meio de grupos de pesquisa ou de estudo, projetos de iniciação científica e da atuação de professores da pós-graduação *stricto sensu* (quando for o caso) na graduação (INEP, 2017).

Outro quesito importante, porém difícil (até o momento) de ser posto em prática, é a política de acompanhamento de egressos, que deve garantir a “[...] atualização sistemática de informações a respeito da continuidade da vida acadêmica ou da inserção profissional” (INEP, 2017, p. 18) do ex-aluno, bem como propiciar “[...] estudo comparativo entre a graduação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho” (INEP, 2017, p. 18), além de promover ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras (*Ibid*, 2017).

Esse processo de acompanhamento dos formados e do mercado de trabalho, no presente entendimento, é importante não só para manter renovados os currículos da graduação e o perfil do egresso, como, também, para manter os ex-alunos atualizados sobre cursos de capacitação e de atualizações profissionais. Ademais,

nos dias atuais e acentuadamente no futuro, será comum as pessoas terem múltiplas carreiras e formações profissionais diversas, em uma tentativa de se adaptar e de se manter incluído e ativo no mercado laboral.

Adiciona-se, a esse eixo, o apoio à produção acadêmica (discente e docente), com incentivo financeiro ou logístico a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, assim como, para a organização e participação, em eventos ou encontros, na IES ou em âmbito local, nacional ou internacional, e publicações em periódicos nacionais e/ou internacionais (de sua organização ou não).

No que concerne à internacionalização, refere-se às atividades voltadas para programas de cooperação e de intercâmbio, coordenadas por um grupo regulamentado, que é responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de mobilidade docente e discente (INEP, 2017).

Quanto à comunicação da IES com a comunidade interna, ela deve promover a transparência institucional, por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, deve divulgar os resultados das avaliações internas e externa, disponibilizar ouvidoria e fomentar a manifestação da comunidade, gerando insumos para a melhoria da instituição (INEP, 2017).

Por último, tem-se o eixo 5, com 18 indicadores avaliativos, que analisa a infraestrutura física e tecnológica da IES, de espaços de uso coletivo e ambientes virtuais como: a infraestrutura física e tecnológica destinada à Comissão Permanente de Avaliação (CPA), os recursos de tecnologia de informação e comunicação, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), as instalações administrativas e as sanitárias, os espaços de convivência e de alimentação, a(s) biblioteca(s), o(s) auditório(s), o(s) ambiente(s) de apoio de informática ou estrutura(s) equivalente(s), o(s) laboratório(s), local(ais) e cenário(s) para práticas didáticas, as salas de aula e as de professores, e o(s) recinto(s) para atendimento aos discentes.

Dessa forma, o distintivo ocorre quando essa infraestrutura atende às necessidades institucionais; é adequada às atividades a que se destinam; apresenta acessibilidade, limpeza apropriada, segurança e conforto; garante atendimento (educacional) especializado; interação entre a comunidade acadêmica; disponibilidade de conexão com a internet; é submetida à avaliação periódica; possui gerenciamento de manutenção, execução e suporte (com normas consolidadas e institucionalizadas) e dispõe de recursos e equipamentos (comprovadamente)

inovadores, incluindo tecnológicos, de informática, de multimídia e de videoconferência, em, pelo menos, um auditório da IES (INEP, 2017).

Além disso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deve manter atualizado o plano de contingência e de segurança da informação, assim como, se for o caso, plano de atualização e/ou de melhorias, que deve considerar alocação de recursos, metas objetivas e mensuráveis e ações corretivas, associadas ao acompanhamento (através de indicadores de desempenho) e à avaliação pela comunidade acadêmica (INEP, 2017, 2017).

Nas razões de Cavalcanti e Guerra (2019, p. 704):

O PDI é um instrumento de planejamento e gestão, que estabelece a identidade da IES, levando em consideração sua filosofia de trabalho, a missão e as estratégias para atingir as metas e objetivos planejados. Abrange, também, os aspectos da estrutura organizacional e do Projeto Pedagógico Institucional, buscando a observância das diretrizes pedagógicas que orientam as ações, atividades acadêmicas e científicas que já desenvolve, ou planeja desenvolver.

Diante de todo o exposto, ao longo do capítulo, imagina-se a responsabilidade social das IES composta por duas faces, justificadas por origens distintas, mas que se completam. A primeira deriva de sua natureza corporativa e se conecta à ética por trás da gestão da instituição. Referem-se ao cumprimento de preceitos legais, morais, éticos, etc., gerais e socialmente esperados de toda organização, bem como às obrigações específicas, vinculadas à atividade-fim da instituição, e que, em um modelo avaliativo, possuem indicadores objetivos que, quando correspondidos, refletem uma gestão responsável e aprimoram a eficácia da instituição.

A outra face reflete a dimensão social da educação, e que, por isso, é incorporada à IES como um compromisso social desta. Nesse sentido, pode referir-se as ações institucionais, decorrentes de processos de responsividade social corporativa, voltados para a comunidade, considerando projetos e programas que resultem em melhorias na qualidade de vida e desenvolvimento social da comunidade. Entretanto, seguir essa perspectiva, além de limitar o plano social da educação, empobreceria seu propósito e não elevaria o padrão de qualidade exigido pela constituição e pelas normas legais. Por consequência, observando a formação humana, crítica, voltada não só para a qualificação profissional individual, mas, também, para o desenvolvimento social e sustentável (fins públicos e sociais), para alcançar a qualidade e possibilitar uma formação humana-profissional, as ações

institucionais de responsabilidade social devem associar-se (estar vinculadas) a trabalhos, atividades, projetos e programas de ensino, de pesquisa e de extensão, desenvolvidos nas áreas do conhecimento abrangidas pelos cursos de graduação ofertados pela IES, elevando a qualidade do ensino, a legitimidade de sua atuação e a efetividade acadêmica e social da instituição.

Isto posto, se para analisar a Responsabilidade Social de uma IES, sobretudo privada, bastasse utilizar os mesmos critérios das corporações em geral, sem, contudo, ponderar a natureza/função que ela desempenha, então seria uma análise meramente formal, sendo suficiente, para isso, avaliar seu sistema de gestão e se a mesma desenvolve políticas e objetivos voltados para a Responsabilidade Social Empresarial. Como, do mesmo modo, se uma avaliação objetiva não considera o compromisso social da educação como uma dimensão da qualidade, e mede apenas aspectos técnicos e performáticos de desempenho, então uma IES teria pouca ou nenhuma responsabilidade social para com a sociedade e a comunidade na qual estiver inserida, devendo atender apenas aos interesses particulares dos seus estudantes.

Ou seja, quando uma IES desenvolve uma gestão responsável e coaduna com políticas de ensino, pesquisa e extensão, desempenhando projetos que atendam à dimensão social da educação, produz legitimidade e se autoafirma socialmente, além de aprimorar a sua qualidade, por proporcionar experiências múltiplas e oferecer maiores oportunidades de aprendizagens aos seus estudantes, bem como formar profissionais com senso de responsabilidade social e de cidadania.

No capítulo posterior, apresentar-se-á o caminho metodológico que será utilizado no decurso da investigação, no intuito de responder à questão de pesquisa e de cumprir o objetivo geral e específicos, inicialmente planejados.

3 DO PERCURSO METODOLÓGICO

As pesquisas em educação têm cada vez mais consolidado a educação como área de produção de conhecimento. Deslocando-se das perspectivas epistemológicas tradicionais mais positivistas (GHEDIN; FRANCO, 2008), elas têm encontrado na **abordagem qualitativa** seu direcionamento investigativo, sempre que veem a educação (em suas múltiplas e complexas dimensões) como ponto de partida e de chegada do estudo (SEVERO; PIMENTA, 2015).

Nesse sentido, as possibilidades metodológicas de investigação educacional são diversas, porém, nem por isso são dispensadas de rigor técnico ou descaracterizadas de cientificidade. A reflexão e a formulação da questão (ou questões) de pesquisa servirão de referência para o pesquisador tomar decisões acerca dos métodos, dos procedimentos e das estratégias adequados para respondê-la, a fim de atender aos objetivos planejados (FLICK, 2009).

Destarte, o presente trabalho tem como pretensão responder a seguinte pergunta: **Quais ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, voltadas para a responsabilidade social das IES, corroboram a qualidade da educação superior privada do município?**

Para isso, o processo investigativo em exame tem por objetivo principal analisar as práticas voltadas para a responsabilidade social do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, verificando em que aspectos podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior da rede privada da cidade. Esse escopo geral subdivide-se em três objetivos específicos, os quais norteiam o percurso metodológico e as etapas da investigação.

Por conseguinte, para cada objetivo descrito, suscita-se uma ação planejada, que empregará uma (ou mais) modalidade(s) de pesquisa, combinada com um (ou mais) método(s) para o tratamento e análise dos dados empíricos, conforme o resumo (esquema) representado na tabela 04, a seguir:

Tabela 04 – Descrição dos objetivos específicos da pesquisa e dos procedimentos técnico-metodológicos adotados

Objetivo:	Ação planejada correspondente:	Procedimento técnico-metodológico:
Compreender a responsabilidade social das IES e a inter-relação com a qualidade da Educação Superior, por meio de uma revisão da expansão e avaliação da Educação Superior, no percurso do tempo.	Revisar os fundamentos e o ordenamento legal, no que se refere ao desenvolvimento e às políticas voltadas para a expansão e avaliação da Educação Superior no Brasil, por meio de um percurso histórico.	Modalidade: Pesquisa bibliográfica.
Identificar os conceitos de educação, responsabilidade social e qualidade, bem como sua inter-relação, mediante o traço de um paralelo entre esses três conceitos, no contexto da Educação Superior;	Traçar um paralelo entre os conceitos de educação, responsabilidade social e qualidade, apontando a sua inter-relação com as concepções de qualidade no Ensino Superior.	Modalidade: Pesquisa bibliográfica.
Analisar como as ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa, voltadas para a responsabilidade social, podem contribuir para o aprimoramento do ensino da rede superior privada do município, visando à melhoria da qualidade.	Identificar como a responsabilidade social está prevista nos documentos institucionais e como se apresenta em relação a projetos, programas e metas que promovam a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, bem como descrever as ações realizadas, pelo Centro Universitário investigado que contribuem (ou podem contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior privada do município.	Modalidade: Pesquisa documental. Análise dos documentos do Centro Universitário investigado. Métodos e instrumentos para as análises qualitativas dos textos (corpus documental): a) Codificação e categorização (método); b) Análise de conteúdo e Análise global (teorias); c) Software Atlas.ti (ferramenta tecnológica para auxiliar no tratamento dos textos).

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Na sequência, as etapas da investigação e os procedimentos serão pormenorizados, com as indicações doutrinárias que serviram de suporte teórico-metodológico, assim como o passo a passo dos processos a serem realizados e as justificativas das escolhas tomadas.

3.1 Do Centro Universitário investigado

O Centro Universitário de João Pessoa - Unipê foi fundado em junho de 1971, por seis educadores, todos de origem (formação) ou com passagem (redução ao estado laical) no sacerdócio. A primeira sede funcionou no Antigo Mosteiro de São Bento, que foi cedido à entidade, em regime de comodato, pela Arquidiocese do Estado da Paraíba.

Em julho de 1972, os Institutos Paraibanos de Educação – Ipê (primeiro nome da instituição) foram reconhecidos como de utilidade pública, isto é, uma organização sem fins lucrativos. Também foi realizado o primeiro vestibular da instituição, inicialmente para os cursos de Pedagogia e Licenciatura, Ciências Jurídicas e Sociais, Educação Física, Administração, Comunicação, Artes, Psicologia e Pesquisa Marinha (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2020). Em 1994, inauguraram-se os cursos de pós-graduação *lato-sensu* e, em 1997, o Ipê constituiu-se como “Centro Universitário de João Pessoa” - Unipê.

Recentemente, em setembro de 2018, a entidade foi vendida ao grupo Educacional Cruzeiro do Sul (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2020), e, por essa razão, com a mudança de mantenedoras, seu estatuto foi alterado, constituindo-se, a partir de então, em uma sociedade com fins lucrativos.

O último credenciamento da IES ocorreu em 2018, oportunidade em que obteve conceito final 5 (cinco) no relatório de avaliação institucional (CPA/UNIPÊ, 2018).

3.2 Das Modalidades de Pesquisa

Tendo os objetivos específicos, anteriormente citados, como nosso guia de percurso, serão descritas, a seguir, as etapas metodológicas percorridas, na pesquisa em tela, a fim de se responder à problemática proposta.

3.2.1 Da pesquisa bibliográfica

Em harmonia com Flick (2009, p. 96), para quem “[...] o ponto de partida do pesquisador é o conhecimento teórico extraído da literatura ou de descobertas empíricas mais antigas”, o primeiro objetivo específico dessa pesquisa foi “compreender a responsabilidade social das IES e a inter-relação com a qualidade da Educação Superior, por meio de uma revisão da expansão e avaliação da Educação Superior, no percurso do tempo”. Para isso, revisamos os fundamentos e o ordenamento legal pátrio, no que se refere ao desenvolvimento e às políticas voltadas para a expansão e avaliação da Educação Superior no Brasil, por intermédio de um percurso histórico que se estendeu de 1930 até 2019, ano em que se divulgou o Censo da Educação Superior 2018 (Capítulo I).

No capítulo II, escrito para atender ao segundo objetivo específico da investigação, isto é “identificar os conceitos de educação, responsabilidade social e qualidade, e sua inter-relação, mediante o tracejo de um paralelo entre eles, no contexto da Educação Superior”, recorreu-se a um estudo bibliográfico para traçar um paralelo entre esses três conceitos e apontar a sua inter-relação com as concepções de qualidade no Ensino Superior - apontar a zona de contato entre eles e em que aspectos a responsabilidade social pode influenciar na qualidade da educação, sobretudo no segmento privado de Ensino Superior.

Desse modo, na pesquisa bibliográfica, modalidade adotada para a construção dos capítulos teóricos desta dissertação, “[...] os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados e o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos” (SEVERINO, 2001, p. 122), para aferir as observações e opiniões a respeito do tema de pesquisa. Destarte, o primeiro capítulo teórico teve como amparo, em sua primeira parte, a crítica de Anísio Teixeira (1989), para quem o Ensino Superior brasileiro passou a se desenvolver, efetivamente, a partir da década de 30, no governo de Getúlio Vargas, com o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/1931). Nesse período, a abertura de instituições privadas de Ensino Superior e de cursos isolados de formação foi facilitada, proporcionando um maior acesso das classes trabalhadoras à graduação (antes restrito à elite). Contudo, esse crescimento expansionista ocorreu de forma incipiente e descompromissada com a qualidade da educação ofertada (TEIXEIRA, 1989).

Na avaliação de Teixeira (1989), em um momento posterior, na década de 60, após a aprovação da Primeira Lei de Diretrizes e Base da educação (Lei nº. 4.024/1961), o país recebeu um novo estímulo para a abertura de instituições privadas de Ensino Superior, com cursos mais voltados para as carreiras de serviços, porém, de qualidade duvidosa e ensino acentuadamente expositivo (TEIXEIRA, 1989). Esse cenário notadamente se repete ao longo do século XX e início do XXI, em outros dois contextos históricos: um no governo de FHC (1995 – 2003), período em que houve a maior expansão do número de IES privadas no território nacional (aumento de 129,8%), e, mais recente, durante os governos Lula (2003–2011) e Dilma I (2011-2014), provocando o quarto movimento de expansão da graduação privada no Estado.

No que se refere a esse último período, sobre as políticas de expansão voltadas para o ensino público (Expandir Fase I, Reuni e UAB) e privado (Prouni e Fies), considerou-se o entendimento de Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006), Chaves e Amaral (2016), Souza (2014) e Carvalho (2014), os quais reiteraram as críticas apontadas por Teixeira, afirmando que, apesar da expansão da educação superior pelo país, os resultados práticos em relação à qualidade do ensino ofertado deixaram a desejar, especialmente no tocante ao setor privado, resultando em um crescimento de instituições descompromissadas com a promoção da interligação do ensino, da pesquisa e da extensão (CHAVES; AMARAL, 2016).

A revisão bibliográfica incluiu, também, a análise de outras fontes documentais, como publicações do INEP (2019a, 2019b, 2019c), da Folha de São Paulo (Ranking Universitário Folha, 2019), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), do Banco Interamericano de Desenvolvimentos (BID, 2018) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019; 2020), os quais corroboraram as críticas formuladas. Em se tratando de legislação, destacou-se, dentre outras, a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968); a promulgação da Constituição Federal (1988), que preconizou a garantia de padrão de qualidade da educação; a LDB de 1996, que organizou o sistema de ensino brasileiro; o PNE 2001 – 2010, com metas importantes de expansão da educação superior; a Lei do SINAES, que cria o Sistema Nacional de Avaliação; e o PNE 2014 – 2024, em vigência.

A expansão da educação superior precisa, por determinação legal e constitucional, ser acompanhada permanentemente pela busca da qualidade, no sentido de garantir a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social das IES (BRASIL, 2004). Nesse aspecto, a revisão literária, para a composição do capítulo II,

recorreu-se, no que concerne ao conceito de Educação, ao pensamento de Dewey (1979), Savater (2012), Dias Sobrinho (2015) e Amparo *et. al.* (2019). No que tange à responsabilidade social das IES, amparou-se, primeiramente, na definição dada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (2012, n.p.), na NBR 16001. Em seguida, expôs-se a avaliação de Ross (2019), bem como a definição formulada pelo INEP (2017), presente no glossário do Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância. Por último, reuniram-se algumas referências sobre a concepção de qualidade na Educação Superior, seguindo os entendimentos de Freitas (2005), Bondioli (2013), Moretto e Fioreze (2019), Dias Sobrinho (2015), Walker e McLean (2015), Walker e Wilson-Strydom (2017), Rothen *et. al.* (2019) e Demo (1986).

Os raciocínios decorrentes da revisão da literatura citada auxiliaram na compreensão de que a responsabilidade social das IES vincula-se não só ao compromisso com uma gestão responsável, em respeito a preceitos legais, éticos e econômicos, socialmente esperados de qualquer organização, mas também a processos de responsividade social que resultem em trabalhos, ações, atividades, projetos ou programas voltados à comunidade, objetivando a inclusão, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura local.

Desse modo, deve-se imputar às IES a responsabilidade de desenvolver ações institucionais, concretizadas por meio de trabalhos, atividades, projetos e/ou programas, proporcionando maiores oportunidades de aprendizagens aos estudantes e cumprindo a sua legitimidade social. Considerando as IES não-universitárias, em especial às do segmento privado, se houvesse uma condução para associar o ensino à iniciação científica e à extensão, seriam criadas ocasiões favoráveis para pedagogias e aprendizagens transformadoras, isto é, seria permitida uma maior socialização e seriam geradas oportunidades para um ensino transformador, desenvolvendo senso de responsabilidade e de engajamento social nos discentes, bem como da própria instituição, aprimorando seu desempenho e compromisso social, ao mesmo tempo em que se elevaria a qualidade da educação ofertada.

3.2.2 Da pesquisa documental

A pesquisa documental tem como fonte documentos, em um sentido amplo, que não receberam ainda um tratamento analítico. Nesse contexto, eles funcionam como matéria-prima para o pesquisador desenvolver seu estudo e suas análises (SEVERINO, 2011). Para isso, entende-se por documentos, primeiramente, quaisquer materiais escritos, nos quais se “[...] incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Conforme Ludke e André (1986) avaliam, o primeiro passo para a pesquisa documental é a caracterização dos documentos que serão analisados na investigação. Assim, no que se refere à autoria, serão utilizados documentos institucionais, portanto, oficiais, mas de natureza pública (FLICK, 2009). No tocante à acessibilidade, alguns deles são de acesso restrito, demandando a formulação de um requerimento pela interessada, enquanto outros encontram-se com publicação aberta e amplo acesso, divulgados no *website* da instituição investigada.

Segundo Flick (2009), uma vez que o pesquisador conhece o tipo de documento que será utilizado na pesquisa, o passo contíguo é a construção do *corpus documental*. Dessa forma, na próxima subdivisão, tem-se a descrição dos documentos, com os quais se pretende trabalhar para atender aos objetivos específicos planejados.

a) Do *corpus* documental

Nas instituições, os documentos, em geral, destinam-se ao registro das rotinas institucionais, bem como das informações necessárias para a legitimação da maneira como essas ações são realizadas (FLICK, 2009). Destarte, visando atender ao objetivo específico n.º 3 da pesquisa, em que se pretende conhecer as práticas voltadas para a responsabilidade social do Centro Universitário de João Pessoa, e, com isso, identificar como esta dimensão está prevista nos documentos institucionais e como se apresentam em relação a projetos, programas e metas que promovam a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, para descrever as ações realizadas por essa organização que contribuem (ou que possam eventualmente

contribuir) para a melhoria da qualidade da educação ofertada, os documentos institucionais analisados foram:

- **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):** esse é o documento fundante da instituição. Ele possui os elementos que devem nortear todos os planejamentos e as ações da instituição, como, por exemplo, sua identidade, filosofia de trabalho, missão a que se propõe, os valores que persegue e as estratégias para atingir suas metas e seus objetivos. Além disso, dispõe também de informações sobre a estrutura organizacional da IES, a descrição das instalações acadêmicas, o perfil do seu corpo docente, tutores e técnicos-administrativo, os cursos de graduação e de pós-graduação (presenciais e/ou a distância) ofertados, bem como documentos estratégicos sobre planejamento, gestão e diretrizes pedagógicas, os quais devem orientar as ações administrativas e as atividades acadêmicas e científicas, as quais desenvolve ou pretende desenvolver (INEP, 2017a).

- **Relatórios de Autoavaliação Institucional (parcial e/ou final) da Comissão Própria de Avaliação (CPA):** como vimos, a CPA, instituída pela IES, é responsável por atender às solicitações do INEP, fornecendo as informações que subsidiarão a avaliação institucional externa, bem como o Censo Universitário anual. Ela também é responsável pelos processos de autoavaliação e, conseqüentemente, pela sistematização, análise e divulgação dos resultados, que subsidiarão a elaboração de relatórios institucionais. Vale ressaltar que a composição dela deve representar todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, assim como deve garantir uma atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados da IES (INEP, 2017a, p. 35). O objetivo é que a IES, com os resultados das avaliações externas e interna, transforme-as em conhecimento e insumo para ações de planejamento e de gestão, realizando a divulgação e apropriação dos resultados pelos atores envolvidos (INEP, 2017a).

- **Estatuto da Instituição ou Regimento Geral:** Estatuto, em regra, é o documento que contempla as normas que regulamentam o funcionamento de uma instituição ou organização, em termos de sua administração, estrutura e atividades, além de conter os direitos e obrigações de seus membros (PUCRS, 2021). Em relação ao Regimento Geral, este normatiza e detalha as disposições estatutárias, visando ao atendimento de suas finalidades (*Ibid*, 2021).

- **Website institucional e principais redes sociais:** para complementar a análise acerca da comunicação institucional, pesquisou-se o portal eletrônico do centro universitário e publicações em redes sociais em perfis oficiais da instituição.
- **Outros:** Outros documentos institucionais menos relevantes, mas que se encontram disponibilizados para acesso público no *site* do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê.

Por conseguinte, para realizar a análise que se pretende dos documentos supracitados e definir quais informações serão extraídas deles, no intuito de auferir o objetivo proposto, precisa-se estabelecer um método que guiará essa etapa e os enunciados a serem utilizados como referência (PEREIRA, 2004). Portanto, no próximo tópico, apresentar-se-á o instrumento que servirá de guia para a análise documental, designando as categorias de análise e os indicadores relacionados à dimensão significativa proposta.

b) Do guia de análise documental

Dessa forma, com a finalidade de analisar como as ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, voltadas para a responsabilidade social, podem contribuir para o aprimoramento do ensino da rede superior privada do município (objetivo específico nº 3), identificando como a responsabilidade social está prevista nos documentos institucionais e como se apresenta em relação a projetos, programas e metas que promovam a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e, ao cabo, poder descrever as ações que contribuem (ou que possam contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior privada da cidade, elaborou-se um guia para auxiliar na análise documental, a fim de obter as informações necessárias para responder a esse propósito. Abaixo, a tabela 05 com a matriz de categorias e os indicadores selecionados:

Tabela 05 – Matriz de categorias e indicadores (guia de análise documental)

CATEGORIAS	INDICADORES
1. Gestão administrativa:	- Anotar a missão, visão e valores que norteiam as ações e política da IES; - Identificar o Conceito Institucional atual; - Informar se o sistema de gestão da IES possui algum tipo de certificação, como, por exemplo, da ABNT NBR 16001:2012 ou ANBT NBR ISO 26000:2010;

	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar se o PDI dispõe sobre órgãos gestores e colegiados, e se considera a autonomia e a representatividade (comunidade interna e externa) de sua composição, bem como sobre regulamentação, divulgação das decisões, etc.; - Verificar se os membros integrantes das instâncias gestoras recebem ou receberam alguma capacitação para a gestão de recursos.
2. Comunicação institucional (comunidade interna e externa):	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar sobre a comunicação da instituição com a sociedade civil, através do <i>website</i> institucional; - Relatar a comunicação com a comunidade interna (recursos utilizados, acessibilidade, etc.); - Registrar se a instituição possui mecanismos de ouvidoria e se esta atua de forma autônoma.
3. Autoavaliação e atuação da CPA:	<ul style="list-style-type: none"> - Relatar sobre a composição e atuação da CPA, bem como sobre o processo de avaliação interna, tal como sobre a infraestrutura, agenda de trabalho, calendário, divulgação, comunicação com a sociedade interna e a externa etc. - Registrar se os processos de avaliação interna resultam em Planos de Melhoria/Processos de Gestão para a Instituição, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis; - Constatar se as propostas de melhoria sugeridas pelos relatórios da CPA foram implementadas.
4. Gestão de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Quantificar e qualificar o corpo social da instituição – docentes, tutores e técnicos administrativos; Informar se um terço do corpo docente possui titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; - Verificar se um quinto do corpo docente está contratado em regime de tempo integral; - Verificar se o PDI prevê política de incentivo ao aperfeiçoamento, atualização e/ou qualificação (formação continuada) do seu corpo técnico-administrativo e/ou tutores; - Identificar políticas de ingresso na instituição e de avaliação de desempenho dos docentes, tutores e técnicos administrativos, bem como de planos de progressão funcional; - Observar se há política ou ações de estímulo, difusão e publicação de produção científica (entre o corpo docente, técnico-administrativo e/ou tutores).
5. Gestão acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> - Informe os cursos de graduação ofertados na instituição (na modalidade presencial, semipresencial e a distância) e os conceitos de avaliação dado pelo MEC; - Identificar se a instituição realiza estudos que identifiquem novas competências profissionais e se estas subsidiam revisões e novos projetos pedagógicos; – Informar o índice de evasão/abandono dos cursos de graduação e se há estudos que indiquem os principais motivos, bem como política de contenção/melhoria desse índice; - Informe se o PDI contempla política ou programa de assistência estudantil; - Assinale o percentual de matriculados com algum tipo de bolsa/financiamento e a natureza do programa; - Registrar se o PDI contempla programas de acolhimento ao ingressante (calouro) e se este é transversal a todos os cursos; - Indicar se a instituição possui uma política de acompanhamento de egressos e os principais aspectos conclusivos dela; - Dizer se existe estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria

	<p>relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho e/ou revisões e novos projetos pedagógicos e/ou de atualização curricular;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Informar se há previsão de políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e se a missão, objetivos, metas e valores da instituição se relacionam ou estão presentes nestas (políticas); - Verificar se as três dimensões (ensino – pesquisa – extensão) se articulam entre si e se são transversais aos cursos ofertados na instituição (inclusive EaD); - Aponte se há incentivo à interdisciplinaridade; - Anotar os programas acadêmicos existentes na IES, tais como estágio, monitoria, mobilidade e/ou intercâmbio nacional e/ou internacional; E informe se eles se articulam entre si e se são transversais a todos os cursos; - Mencionar os serviços prestados/oferecidos pela IES para a comunidade (tipo assistência jurídica, na área de saúde física e psicológica, atividades de esporte e lazer, hospitais e/ou ambulatórios etc.), vinculados a projetos de estágio, extensão ou outros, e o índice de participação/atendimento da comunidade externa; - Assinalar se existe algum órgão, secretaria ou setor da IES responsável pela coordenação e desenvolvimento de pesquisas na Instituição; - Informar quantos projetos de iniciação científica estão atualmente ativos na instituição e qualificá-los (áreas, objetos de estudo, financiamento etc.); - Se existe algum convênio ou acordo da IES com instituição ou organização (nacional e/ou internacional), para a cooperação ou parceria em projetos de pesquisa e/ou grupos de estudo; - Averiguar se a instituição possui política e convênio(s) de estágio (obrigatório e não obrigatório) para todos os cursos de graduação (presencial e a distância) ofertados; - Informar se existe algum órgão ou coordenação responsável pelo desenvolvimento, organização e acompanhamento dos convênios de estágio; - Informar se existe programa de monitoria e se é transversal para todos os cursos; Em caso afirmativo, indicar o número de projetos em execução atualmente e as disciplinas/cursos aos quais estão ligados, o n° de docentes e de discentes participantes (bolsistas e/ou voluntários); - Informe se há política de extensão e se esta engloba ou é transversal a todos os cursos; Em caso afirmativo, informe o n° de projetos em execução/ativos atualmente, n° de docentes e de discentes participantes (bolsistas e voluntários).
<p>6. Inovação desenvolvimento social, econômico e técnico-científico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Informar se há, no PDI, política institucional ou ações de estímulo à produção acadêmica discente, incluindo apoio financeiro e/ou logístico; - Identificar se há previsão no PDI de políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e/ou ao empreendedorismo, vinculadas ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa nessa área; - Identificar se existe ou se há incentivo à formação de Empresa Júnior, e/ou incubadora de empresas e/ou de <i>startups</i>, planejadas e organizadas pelos discentes.
<p>7. Memória, cultura, educação e esportes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar se no PDI há políticas de preservação da memória cultural e/ou de incentivo à produção artístico, cultural, esportiva, para o corpo social acadêmico e/ou para a comunidade externa,

	<p>vinculadas ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa nessa área;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantificar e qualificar os serviços disponibilizados para a comunidade interna e/ou externa voltados para esse fim, tais como teatro, cursos de dança, esportes, línguas estrangeiras, festivais, etc.; - Apontar se há política de apoio e de incentivo, inclusive financeiro e/ou logístico, à participação em eventos esportivos, artísticos e/ou culturais, pelos discentes, docentes e/ou corpo administrativo; e/ou à organização e realização de eventos desse tipo na IES ou em âmbito local.
8. Inclusão, diversidade e direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar se o PDI faz alguma menção ou previsão de política institucional em relação à inclusão social, ao respeito à diversidade (sexual, religiosa etc.), à igualdade étnico-racial e de gênero, bem como à defesa e promoção dos direitos humanos, inclusive com campanhas e/ou eventos direcionados para esse fim (direcionados à comunidade interna e/ou à externa), vinculadas ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa; - Observe se a comunidade externa e a interna (acadêmica) se apropriam dessas ações/resultados e como se processam na prática.
9. Saúde, sustentabilidade e meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar se o PDI faz alguma menção ou previsão de política institucional de promoção da saúde, sustentabilidade e de defesa do meio ambiente, inclusive com campanhas e/ou eventos direcionados para esses fins (voltados para a comunidade interna e/ou a externa), vinculadas ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa; - Pesquisar se o PDI faz alguma menção ou previsão de política institucional de incentivo, conscientização e adoção de práticas sustentáveis e/ou de defesa e preservação do meio-ambiente, tais como gestão sustentável, uso eficiente de recursos, incentivo à reciclagem, ao manejo adequado do lixo, à diminuição de consumo de materiais descartáveis, ao uso racional da água, adoção/substituição por energia limpa/renovável etc., e que sejam voltados para a comunidade interna e/ou externa;

Fonte: Elaboração própria, 2020.

No pensamento de Pereira (2004, p. 21), “o dado qualitativo é a representação simbólica atribuída a manifestações de um evento qualitativo”, ou seja, o pesquisador utiliza-se de uma estratégia de classificação de um fenômeno ou evento qualitativo, fixando-lhe “premissas de natureza ontológica e semântica”, que “[...] instrumentaliza o reconhecimento do evento, a análise de seu comportamento e suas relações com outros eventos” (PEREIRA, 2004, p. 21). Dessa forma, ao elaborar-se o presente guia de análise documental, instituindo-se as categoriais e seus indicadores de análise, o que se pretende, na verdade, é estabelecer relações de sentido e conceituais entre a dimensão significativa da categoria e suas representações (ontológicas e semânticas) que permitem reconhecê-las e identificá-las, bem como os seus efeitos, nos documentos institucionais a serem analisados.

Nessa perspectiva, ao elaborar a matriz de categorias e os indicadores, o pesquisador está fornecendo os meios que orientarão o seu percurso metodológico, ao compor ou selecionar as proposições que serão utilizadas como premissas na análise qualitativa dos dados e/ou eventos. Desse modo, para analisar as práticas voltadas para a responsabilidade social do Centros Universitários de João Pessoa - Unipê, que se relacionam ou que contribuem para a qualidade da educação (objetivo principal da dissertação), foram concebidos os referenciais simbólicos citados acima, com base nos instrumentos normativos estudados, por entendermos que eles propiciam a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social, para as quais se destina o modelo de avaliação de qualidade institucional, adotado pelo INEP (2017), envolvendo as dez dimensões avaliativas, previstas no Art. 3º, da Lei nº 10.861/2004.

A seguir, discorrer-se-á sobre os métodos que serão utilizados para a análise qualitativa dos textos, bem como os procedimentos metodológicos e o recurso tecnológico que auxiliará no tratamento e organização das informações reunidas (dados empíricos).

3.3 Dos Métodos e Instrumentos para as Análises Qualitativa dos Textos e Tratamento do *Corpus Documental*

A interpretação dos dados é a essência da pesquisa qualitativa (FLICK, 2009), mas, para que esse processo aconteça, é preciso estabelecer um procedimento metodológico que torne o material empírico coletado acessível à compreensão. No quesito a seguir, serão abordados os métodos de análise qualitativa de conteúdo e de análise global, teorias escolhidas para darem suporte à interpretação e à análise das informações coletadas e organizadas ao longo do tratamento do *corpus documental* da pesquisa em tela.

3.3.1 Dos métodos de análise qualitativa de conteúdo e de análise global

A Análise de Conteúdo é um dos procedimentos mais utilizados em pesquisas qualitativas para analisar material textual, não importando a origem desse texto, se de entrevista, áudio, documento etc. (FLICK, 2009). Uma de suas características é a utilização de categorias de análises, as quais são normalmente obtidas a partir de

modelos teóricos e “[...] levadas para o material empírico e não necessariamente desenvolvidas a partir deste” (FLICK, 2009, p. 291).

Uma vez selecionado o *corpus* documental, o próximo estágio do processo de pesquisa será realizar a organização das informações em cada uma das categorias de análise, para então, a partir daí, ser possível fazer a interpretação e análise dos dados empíricos. Trata-se, por conseguinte, de um processo analítico, consistindo em separar, minuciosamente, fragmentos de texto, como palavras, frases, sentenças, parágrafos etc., inserindo-os apropriadamente, dentro das categorias temáticas as quais pertença.

Por meio do processo da categorização, portanto, as categorias de análise reunirão fragmentos de textos referentes à dimensão planejada, permitindo ao(a) pesquisador(a) agrupá-los sob unidades de significação comuns ou semelhantes, com o objetivo de associar conceitos, ideias, dados, registros, eventos etc. (FLICK, 2009). Esses recortes de texto são chamados de códigos, que são agrupados dentro de uma mesma categoria temática. Por essa razão, “os códigos devem representar o conteúdo de uma categoria de forma acentuada e, acima de tudo, devem oferecer auxílio para a lembrança da referência da categoria” (FLICK, 2009, p. 280).

Assim, após esse processo de codificação inicial, o(a) pesquisador(a) pode pensar sobre cada categoria, bem como diferenciá-la ou subdividi-la, de acordo com suas propriedades e dimensões (STRAUSS; CORBIN, 2008). Nessa hipótese, pode acontecer de um mesmo texto (ou partes do texto) estabelecer relação entre duas ou mais subcategorias ou entre categorias diferentes. Para isso, Flick (2009) comenta sobre a codificação axial, em que se esclarecem ou se estabelecem as relações entre as categorias e suas subcategorias (quando for o caso). Por exemplo, um código incluído em uma classe pode se repetir em outra, estabelecendo entre ambas uma relação de contexto, causa, condição ou consequência, formando-se aí estruturas de relações. Ou seja, os dados distribuídos nas diferentes categorias de análises podem ter pontos em comum, e, dessa maneira, formar relações.

Strauss e Corbin (2008) afirmam que se chama “axial” esse tipo de codificação, porque ocorre em torno do eixo de uma mesma categoria de análise, estabelecendo conexões entre os seus códigos. Na presente pesquisa, as categorias de análise que englobam mais de uma dimensão avaliativa, provavelmente, durante o processo de codificação, poderão ser traçados subgrupos para facilitar a compreensão e organização no tratamento dos textos.

Para suplementar o método de análise qualitativa de conteúdo, também será utilizado o método de análise global (FLICK, 2009), anotando-se palavras-chave ao longo da leitura e estruturação dos textos analisados. Segundo os termos de Flick (2009, p. 294): “A essa etapa, segue-se a produção de uma tabela de conteúdo do texto, a qual inclui as palavras-chave estruturadoras previamente anotadas”.

Nesse aspecto, para auxiliar a elucubração do que se refere o conteúdo de cada categoria de análise, determinadas no estudo em pauta, elaborou-se uma tabela, com os conceitos concernentes às categorias de análises a serem trabalhadas e com indicações de palavras-chave, relacionadas à dimensão temática em questão. No subtópico que se segue, será apresentada essa tabela de conceitos e de conteúdos de análises.

3.3.2 Tabela de conceitos das categorias de análises

As categorias e indicadores relevantes para serem analisados, pré-estabelecidos no instrumento de pesquisa (p. 110-113), com o fim de responder aos objetivo específico nº 3, bem como às ações planejadas correspondentes (Tabela 04 – p. 103), serão trabalhados consoante os conceitos descritos na tabela abaixo, estabelecendo-se, em tais casos, as variáveis que se presumirem e se aproximarem da concepção apresentada. Posteriormente, foi feita uma interpretação e análise global dos resultados, em que se buscou cruzar as informações como forma de se perceber as relações existentes entre elas (SIMIONATO; SOARES, 2014).

Dessa forma, segue a tabela ilustrativa dos conceitos das categorias de análises, adotadas neste trabalho, e exemplos de códigos (palavras-chave) correlacionados ao seu conteúdo explorado.

Tabela 06 – Conceitos das categorias de análises e exemplos de códigos relacionados ao seu conteúdo

Categorias de análises	Conceitos	Exs. de palavras-chave relacionadas ao conteúdo das categorias
1. Gestão administrativa:	É formada por indicadores que se relacionam à missão, à visão e aos valores que norteiam as ações, políticas e objetivos da instituição. Relaciona-se à dimensão avaliativa prevista no inciso VI, do art. 3º, da Lei nº 10.861/2004, isto é, “organização e gestão da instituição,	Missão Visão Valores Objetivos Organização Institucional

	<p>especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia” (BRASIL, 2004), bem como quanto à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios. Embora este último quesito seja mais comum às organizações universitárias, pretende-se investigar como esse quesito se processa no Unipê. Outro aspecto se refere a investigar se o planejamento orçamentário leva em consideração a continuidade dos compromissos institucionais assumidos no PDI, e se a cadeia de retroalimentação, motivada pelas avaliações internas, é considerada no planejamento institucional, fechando-se o ciclo.</p>	<p>Gestão administrativa Autonomia Representatividade Colegiado Órgãos ou instâncias gestoras Planejamento orçamentário Planejamento Institucional Compromissos institucionais Tomada de decisões internas Acompanhamento orçamentário</p>
2. Comunicação Institucional:	<p>Os indicadores relacionados com essa categoria referem-se tanto à dimensão avaliativa prevista no inciso IV, do Art. 3º, da Lei do SINAES - comunicação com a sociedade - como também a prevista no inciso VII, do mesmo artigo, concernente à política de transparência e de comunicação com os segmentos que compõem a comunidade acadêmica, isto é, docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e tutores. A comunicação institucional, portanto, é um canal de retroalimentação ou de troca de informação, que tem como objetivo promover a integração entre os segmentos, a abertura não só no sentido de se tornar acessível, mas, também, de disponibilizar-se a receber denúncias, críticas e/ou reclamações, assim como a projeção e divulgação da vida acadêmica, isto é, dar publicidade às informações internamente, permitindo o conhecimento e apropriação delas por seus membros (transparência), bem como compartilhando-as com a sociedade civil, possibilitando mudanças na sociedade e na própria instituição (PINTO, 2012). Trata-se do denominado “movimento de ida e volta” (PINTO, 2012, p. 24).</p>	<p>Comunicação com a sociedade civil Canais de comunicação Comunidade interna Comunicação social Tecnologia da informação e comunicação (TIC) Acessibilidade da informação Acessibilidade da comunicação Interação Ouvidoria ou mecanismos de ouvidoria Redes sociais Apropriação da informação Divulgação</p>
3. Autoavaliação:	<p>A autoavaliação é um procedimento que compõe as dimensões avaliativas do SINAIS, ficando a cargo da CPA a condução dos processos de “avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP” (BRASIL, 2004). Assim, os indicadores, nessa categoria, associam-se às informações relacionadas à cultura de avaliação institucional.</p>	<p>CPA Avaliação interna Autoavaliação Regimento interno Cultura de avaliação Processo de avaliação interna Sistematização Divulgação Resultados</p>
4. Gestão de pessoal:	<p>Os indicadores dessa categoria estão atribuídos à dimensão avaliativa, prevista no inciso V, do Art. 3º, da Lei do SINAES, ou seja: “as políticas</p>	<p>Políticas de ingresso Incentivo ao aperfeiçoamento e</p>

	<p>de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho”. Pinto (2012, p. 50) chama-a de “gestão social interna”, compreendendo, neste caso, políticas institucionais que procuram promover uma boa integração, um ambiente agradável de trabalho, valorização, produtividade e desempenho, plano de progressão funcional, benefícios de carreira e contratuais, crescimento e desenvolvimento pessoal dos docentes, técnicos-administrativos e/ou tutores.</p>	<p>atualização profissional Formação continuada Regime de contratação Ambiente de trabalho Plano de carreira Avaliação de desempenho Progressão funcional Produção artística, intelectual e/ou científica</p>
<p>5. Gestão acadêmica:</p>	<p>Esta categoria contém os indicadores relacionados à política de ensino, pesquisa, pós-graduação e de extensão, assim como as respectivas formas de operacionalização, previstas na dimensão avaliativa do inciso II, e a prevista no inciso IX, que diz respeito às políticas de atendimento aos estudantes, ambas do Art. 3º, da Lei nº 10.861/2004. Nesse universo, incluem-se também as ações voltadas à assistência estudantil, ao apoio pedagógico, as que buscam reduzir as taxas de evasão escolar, bem como as de internacionalização, intercâmbio e/ou mobilidade (compreendendo, neste aspecto, as voltadas para o intercâmbio nacional e/ou internacional, entre instituições), as de acompanhamento de egressos, de atualização curricular e as que promovem acesso a serviços oferecidos pela instituição, ligados a projetos pedagógicos, de pesquisa e/ou de extensão.</p>	<p>Pesquisa Iniciação científica Extensão Estágio Monitoria Interdisciplinaridade Modalidade a distância Equipe técnica multidisciplinar Perfil socioeconômico Bolsa de estudos Evasão Assistência estudantil Acolhimento ao ingressante Acessibilidade Acompanhamento de egressos Novas competências profissionais</p>

<p>6. Inovação, desenvolvimento social, econômico e técnico - científico:</p>	<p>A partir desta categoria, encontram-se os indicadores relacionados à dimensão avaliativa prevista no inciso III, do Art. 3º, da Lei do SINAES. Optou-se, contudo, em subdividir essa dimensão em 4 (quatro) categorias. A primeira diz respeito às políticas de incentivo à produção discente tecnológica e científica, Inovação, Impacto social, Desenvolvimento econômico e Empreendedorismo. Embora na Lei do SINAES, as políticas de incentivo à produção acadêmica discente se encontrem previstas dentro da dimensão relacionada à gestão acadêmica, nesta pesquisa, optou-se por analisá-la à parte, dentro de uma categoria própria, que reúne indicadores voltados às produções científicas, ações e/ou projetos direcionados para a comunidade, que influenciem ou sejam capazes de influenciar positivamente o meio social em que estão inseridos e/ou que contribuam com a melhoria dos indicadores socioeconômicos dos participantes, tais como melhoria da renda <i>per capita</i> ou familiar, qualificação profissional etc., ou seja, que contribuam com o desenvolvimento econômico e/ou social do seu meio (BRASIL, 2004).</p>	<p>Produção acadêmica discente Impacto social Desenvolvimento econômico e social Empreendedorismo Empresa júnior Incubadora de empresas Incubadora de <i>startup</i> Investigação científica Desenvolvimento de ações e atividades que visam atender demandas e problemáticas da sociedade Empregabilidade</p>
<p>7. Memória, cultura e esportes:</p>	<p>Conforme citado anteriormente, os indicadores, nessa categoria, referem-se à dimensão avaliativa do inciso III, do Art. 3º, da Lei nº 10.861/2004. Mais especificamente, dizem respeito às políticas institucionais voltadas para a preservação da memória e patrimônio cultural (BRASIL, 2004), assim como às de incentivo à produção artística e à prática esportiva. Incluem-se também, nesse grupo, ações e/ou projetos que permitam o acesso a serviços de educação e/ou prática de esportes, vinculados ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa nessas áreas.</p>	<p>Memória cultural Produção artística e cultural Prática esportiva Eventos esportivos Teatro Música Coral Dança Esportes Cursos de idiomas</p>
<p>8. Inclusão, diversidade e direitos humanos</p>	<p>O § 1º, do Art. 1º, da Lei nº 10.861/2004, afirma que uma das finalidades do SINAES é a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da valorização, dentre outros aspectos, do “respeito à diferença e à diversidade” (BRASIL, 2004). Logo, essa categoria inclui indicadores relacionados às ações da IES que criem um ambiente acadêmico harmonioso, em respeito à diversidade, à promoção e defesa dos direitos humanos, e à igualdade de gênero e étnico-racial, repudiando preconceitos ou qualquer tipo de discriminação. Ademais, incluem-se, também, conforme já citado, os indicadores pertinentes à inclusão</p>	<p>Inclusão social Respeito à diversidade Direitos humanos Igualdade étnico-racial Igualdade de gênero Repúdio ao preconceito Repúdio à discriminação Papel social Ação social Igualdade de oportunidades</p>

	social (dimensão avaliativa prevista no inciso III, do Art. 3º, da Lei nº 10.861/2004), todos eles vinculados ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa nessas áreas.	
9. Saúde, sustentabilidade e meio ambiente:	Destarte, incluem-se, nessa categoria, indicadores relacionados à preservação e defesa do meio ambiente, conforme previsto na dimensão avaliativa do inciso III, do Art. 3º, da Lei do SINAES. Acrescentando-se, nesse sentido, ações ou projetos que visem à redução de impactos ambientais e ao estímulo a práticas sustentáveis e hábitos mais saudáveis, abrangendo também a promoção e cuidados com a saúde. Ademais, incluem-se, nesse grupo, eventuais serviços de saúde oferecidos pela IES, vinculados ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa nessas áreas.	Promoção da saúde Sustentabilidade Preservação do meio ambiente Recursos naturais Energia limpa Reciclagem Impacto ambiental Gerenciamento do lixo

Fonte: Elaboração própria, 2020.

No tópico subsequente, discorrer-se-á sobre o *software* Atlas.ti 8.0, ferramenta tecnológica que será utilizada para auxiliar no tratamento do *corpus* documental da dissertação em pauta.

3.3.3 Do *software* Atlas.ti 8.0 como recurso para auxiliar no tratamento do *corpus* documental

As novas tecnologias têm auxiliado a produção científica, desde o desenvolvimento de novas técnicas até a modernização dos métodos e codificação dos dados científicos, acelerando o processo investigativo. Uma dessas ferramentas tecnológicas é o uso de *softwares* em análises qualitativas de textos, sendo mais empregado para as técnicas metodológicas de Análise de Conteúdo.

Esses *softwares* são denominados de *Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software* (CAQDAS) ou *softwares* de análise de dados qualitativos com auxílio de computador. Há vários deles disponíveis nas redes que atendem a esses propósitos (*webQDA*, *Nvivo10*, etc.), todavia, neste caso, foi utilizado o *Atlas.ti 8.0*, versão disponibilizada gratuitamente pelo *site* da desenvolvedora.

Ele é usado para análise qualitativa por instituições e pesquisadores do mundo todo, de diversas áreas de conhecimentos, por possuir diversas funcionalidades, entre elas, a possibilidade de construir estados da arte, análise multimídia de imagens, áudios e vídeos, tratamento estatístico, análise de *surveys*, codificação de base de dados, assim como a sistematização e organização das etapas

da Análise de Conteúdo (GARCIA; ESTEVÃO, 2016). O sistema, entretanto, não efetua a técnica sozinho, apenas processa as informações fornecidas, já que as inferências por padrões de referência, isto é, a categorização das palavras-chave, são feitas pelo pesquisador, a partir dos parâmetros teóricos por ele escolhido (SALVADOR *et al.*, 2019).

Na pesquisa atual, apesar dos inúmeros recursos disponibilizados, o *Atlas.ti 8.0* foi usado apenas para a produção dos mapas de palavras que ilustram este trabalho. No capítulo posterior, serão apresentados os resultados da investigação e tem como pretensão “analisar como as ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, voltados para a responsabilidade social, podem contribuir para o aprimoramento do ensino da rede superior privada do município, visando a melhoria da sua qualidade”. Para isso, pretende-se identificar como a responsabilidade social está prevista nos documentos institucionais e como se apresenta em relação a projetos, programas e metas que promovam à eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, descrevendo, ao final, as ações que possam contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior privada local.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o mencionado anteriormente, o capítulo em questão visa a analisar como as ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, voltadas para a responsabilidade social da IES, podem contribuir para o aprimoramento do ensino da rede superior privada do município, visando a melhoria de sua qualidade. As etapas correspondentes, que serão adotadas para responder a esse objetivo específico, são:

1º) identificar como a responsabilidade social está prevista nos documentos institucionais (*corpus* documental) selecionados;

2º) identificar como ela se apresenta em relação a projetos, programas e metas que promovam a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Para isso, será utilizado o guia de análise documental elaborado (pp. 110 – 113);

3º) Para, enfim, descrever as ações realizadas pelo centro universitário investigado que contribuem (ou que podem contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior privada do município.

Antes de se iniciar propriamente as fases acima descritas, é preciso relatar a principal dificuldade encontrada na coleta dos documentos analisados. Em se tratando do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, vendido ao grupo educacional Cruzeiro do Sul, em setembro de 2018, a documentação mais recente disponibilizada para *download*, no *website* da instituição, era o **Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação – 1º Relatório Parcial**⁴¹, equivalente ao ciclo avaliativo 2016 – 2018, ou seja, período em que a IES ainda pertencia e tinha como entidade mantenedora os Institutos Paraibanos Educacional (IPÊ) - LTDA (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 1). Outros documentos menos relevantes, mas que também foram publicizados, são: o Plano de Contingência COVID-19 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2020b) e Unipê contra a COVID-19/Guia Prático de Convivência no *Campus* (CIAC/UNIPÊ, 2021).

No final de outubro de 2020, a pesquisadora solicitou cópia do PDI atual, do Estatuto ou Regimento Interno da instituição e de eventual relatório de avaliação interna que a CPA houvesse divulgado. Como o atendimento presencial estava restrito, em virtude da pandemia, optou-se por enviar um requerimento formal, por e-

⁴¹ Vale ressaltar que o *download* do relatório citado ocorreu em julho de 2020. Atualmente, o arquivo foi retirado do *site*, não estando mais disponíveis para acesso ao público.

mail, à Assessoria de Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento (ASPED) do Unipê, explicando que a solicitação dos respectivos documentos se dava para fins de pesquisa científica de mestrado.

Sem embargo, o pleito fora negado, alegando-se que os referidos documentos não eram públicos e aduziram que as informações mais atuais eram divulgadas na página oficial e nas redes sociais do Unipê/Cruzeiro do Sul. A pesquisadora, nesse sentido, precisou fazer uma leitura atenta do *website* e das redes sociais da entidade e recolheu todas as informações importantes para este trabalho, referentes ao semestre letivo 2021.1, encontradas nos referidos locais. Não obstante, muitos dados estavam omissos (ou não foram divulgados para o público em geral), o que exigiu muita troca de e-mails e de mensagens entre a mestranda e setores da instituição investigada, tais como a Pro-Reitoria Acadêmica e coordenações de cursos, assim como docentes e até discentes da IES, a fim de preencher lacunas da pesquisa e/ou buscar a confirmação de informações institucionais publicizadas de forma concisa.

No tópico posposto, iniciam-se as ações planejadas e as análises da pesquisa documental realizada.

4.1 Identificação da Responsabilidade Social nos Documentos Institucionais Selecionados

Esta primeira ação consiste em procurar, nos documentos institucionais selecionados, bem como no sítio virtual do Unipê/Cruzeiro do Sul, como a responsabilidade social da IES se apresenta, ou seja, como ela é definida e exibida tanto para as autoridades competentes como para a sociedade em geral. No entanto, importante destacar que, investigando o endereço eletrônico da Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a Distância, encontra-se uma notícia informando que aquela casa recebeu o selo “**Instituição Socialmente Responsável 2020/2021**”, da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2020, n.p., **grifo da pesquisadora**).

Acompanhando o relato do *site*, a premiação se deve à adesão da IES “[...] à Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular e das diversas ações promovidas pela marca” (*Ibid*, 2020, n.p.). Sem embargo, a reportagem não descreveu e nem citou exemplos de quais ações seriam essas, apenas se limitou a dizer que a organização “promove ações com foco no bem-estar social e no

desenvolvimento sustentável da comunidade na qual está inserida” e que reconhece o “[...] trabalho desenvolvido com a colaboração de toda a comunidade acadêmica” (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2020, n.p.).

Vale ressaltar o que explicita a NBR 16001 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2012), aplicável a todos os tipos e portes (pequenas, médias ou grandes) de organizações, de qualquer setor (público, privado ou terceiro setor), que tem o propósito de certificação de responsabilidade social. Em consonância com a ABNT (2012), o atendimento aos requisitos da NBR16001 “**não significa que a instituição seja socialmente responsável**”, conquanto que possui um sistema de gestão em acordo com a referida norma (ABNT, 2012, n.p., **grifo da pesquisadora**).

No tocante à primeira ação planejada para este capítulo, consiste em procurar como a responsabilidade social da IES se apresenta (ou como ela é definida) nos documentos institucionais analisados e na página eletrônica institucional do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, pôde-se observar:

Tabela 07 - Definição da responsabilidade social institucional do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul e a fonte documental pesquisada

Responsabilidade social institucional:	
Definição:	Fonte documental:
A responsabilidade social do Unipê contemplava, em 2018, “sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística, do patrimônio cultural e da dimensão espiritual”.	Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 26.
As políticas institucionais, para a responsabilidade social do Unipê, tinham como foco, em 2018, “a qualidade nas relações e a sustentabilidade econômica, social e ambiental”, cujo objetivo era “[...] contribuir com o desenvolvimento da democracia, a promoção da cidadania e a atenção a setores socialmente excluídos”, com o fim de promover o desenvolvimento das comunidades locais e regional, “[...] com as prestações dos serviços à sociedade em geral”.	Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 31.
As políticas institucionais, para a responsabilidade social, visavam, em 2018, aos seguintes aspectos:	Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de

<p>- Interfaces sociais: isto é, promover o ensino “com vistas ao progresso cultural e social da comunidade”, desenvolvendo “[...] a interface entre a vida pessoal e do trabalho, ampliando a dimensão cultural, valorizando as diferenças e várias percepções do cenário local, regional, nacional e global”, tendo “[...] como alvo as relações e parcerias sistemáticas entre a comunidade acadêmica e a sociedade onde está inserida”;</p>	<p>João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 31.</p>
<p>- Valores e Transparência: em 2018, o Unipê compreendia, sobre valores e transparência, que as ações socialmente responsáveis de uma organização (qualquer) “devem, necessariamente, buscar trazer ganhos para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente, e trazer retorno financeiro para os investidores. A adoção de uma postura clara e transparente, no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos, fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se, positivamente, no conjunto de suas relações”</p>	<p>Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 31.</p>
<p>- Público Interno: “A responsabilidade social em relação ao público interno implica em desenvolvimento profissional e valorização pessoal dos alunos e funcionários/colaboradores, bem como em melhoria nas condições de trabalho e nos relacionamentos internos”. Para a sua implantação e consolidação, buscava-se, em 2018, “a prática de interlocução transparente com os sindicatos, em torno de objetivos partilhados, em um alinhamento entre seus interesses e dos funcionários”, assim como, ampliar a gestão participativa, almejando-se o desenvolvimento pessoal e profissional do corpo social e a conquista de metas estabelecidas em conjunto;</p>	<p>Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 31.</p>
<p>- Meio Ambiente: Em 2018, a instituição tinha como um dos propósitos da sua política de responsabilidade social “minimizar os impactos negativos no ambiente em que se situa, ampliando as ações positivas em toda a região”, atuando “[...] para a manutenção e melhoria das condições ambientais, reduzindo os processos e ações potencialmente agressivas ao ecossistema e disseminando práticas e conhecimentos adquiridos neste sentido”;</p>	<p>Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 31.</p>
<p>- Comunidade: Em 2018, o centro universitário tinha como um dos propósitos de sua política de</p>	<p>Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA)</p>

<p>responsabilidade social: “O respeito aos costumes e culturas locais, e o empenho na educação e na disseminação de valores sociais”, como parte da política de envolvimento comunitário e “[...] resultado da compreensão de seu papel de agente de melhorias e adequações sociais”. A IES, segundo afirmava, possuía uma “interação dinâmica e transparente com os grupos locais e seus representantes, com vistas a solucionar, conjuntamente, problemas comunitários e resolver, de modo negociado, eventuais conflitos entre as partes”;</p> <p>- Inclusão Social: Em 2018, a concepção da casa sobre esse tema, como vertente da sua política de responsabilidade social, era: “Além do compromisso que o UNIPÊ tem de promover a inclusão social por meio da oferta de ensino de qualidade ao maior número possível de pessoas, o que passa pelo aumento no número de vagas, há ainda outras maneiras de se trabalhar com a comunidade, para que esta amplie seu conhecimento e consiga melhores oportunidades de inserção social”, como, por exemplo, “[...] ao disponibilizar suas instalações e clínicas escolas, coloca todos os equipamentos abertos a projetos de inclusão social selecionados, para que seja possível desenvolver um trabalho de qualidade com comunidades carentes, contribuindo com o desenvolvimento educacional e cultural da população de sua área de atuação”;</p> <p>Memória da Produção Artística e do Patrimônio Cultural: Em 2018, nesse aspecto, a política de Responsabilidade Social do centro universitário descrito compreendia que o “patrimônio cultural de sua comunidade pode ser considerado a sua cédula de identidade”, por isso, propunha-se a “[...] transformar-se em agente da preservação da cultura, garantindo assim o respeito à memória e à manutenção de qualidade de vida, sobretudo no centro urbano em que está estabelecido”. Ademais, reconhecia a “comunidade como a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais, pois esse patrimônio lhe pertence, uma vez que, ela produziu os bens culturais que a compõem”.</p>	<p>do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 32.</p> <p>Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 32.</p> <p>Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, 1º Relatório Parcial (2018), p. 32.</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria, 2021.

comunicação institucional, bem como com a **gestão de pessoal** (corpo social) da casa, como, por exemplo: éticos/ética, transparente/transparência, gestão, participativa, interlocução, conjunto/conjuntamente, pessoal, comunidade, público, interno, alunos, colaboradores, empregados, funcionários, sindicatos, valorização, profissional, melhoria(s), prática(s), positiva(s)/positivamente, metas, objetivos, disponibilizar, divulgar e resultado(s).

Os demais agrupamentos associam-se às dimensões da responsabilidade social definidas pelo SINAES, eis alguns exemplos:

- **Cidadania e democracia** – em que se direcionam palavras como: democracia, defesa, promoção, cidadania, sociedade, participativa, prestações, população;
- **Desenvolvimento social e econômico** - em que se depreendem termos como: comunidade/comunitário(s), população, carente(s), condições, progresso, desenvolvimento, econômica(o), benefícios, ganhos, social/sociais, problemas, região/regional, local/locais, solucionar/soluções;
- **Memória, cultura e patrimônio** – que agrupa vocábulos como: patrimônio, artístico(a), cultural/culturais, região/regional, população, comunidade/comunitário(s), memória, identidade, defesa;
- **Inclusão e diversidade** - em que se inferem palavras como: excluídos, identidade, diferenças, dignidade, valorização, respeito, inclusão, inserção, social/socialmente;
- **Meio-ambiente e sustentabilidade** – em que se deduzem ideias como: preservação, meio-ambiente, ambiental/ambientais, ecossistema, impacto(s), minimizar, reduzir, negativo(s), prática(s), positiva(s)/positivamente, sustentabilidade.

A primeira ação planejada, para responder ao objetivo específico (número 3) da pesquisa - de se analisar como as ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, voltadas para a responsabilidade social, podem contribuir para o aprimoramento do ensino da rede superior privada do município, visando à melhoria da qualidade -, solicitava identificar como a responsabilidade social estava prevista nos documentos institucionais. Utilizamos como fonte, para isso, as descrições contidas no último relatório de autoavaliação institucional publicizado.

Como a instituição foi vendida para o Grupo Educacional Cruzeiro do Sul, em 2018, sugere-se acompanhar, nos próximos documentos a serem (eventualmente) disponibilizados, se haverá mudanças na política de responsabilidade social da organização em exame e como ela será apresentada no novo PDI e nos relatórios de avaliação interna subsequentes.

Uma vez que já se conhece como a política de responsabilidade social do Unipê se apresenta no documento institucional, é preciso partir para a segunda ação planejada (para atender ao mesmo propósito citado): identificar a responsabilidade social da IES na prática das suas ações acadêmico-administrativas. Em outras palavras, identificar como a responsabilidade social se apresenta em relação a projetos, programas e metas que promovam a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Não obstante, para essas análises, serão tomadas como base as categorias previstas no guia de análise documental, previamente planejado (p. 110-113).

4.2 Como a Responsabilidade Social se Apresenta em Relação a Projetos, Programas e Metas que Promovam a Eficácia Institucional e a Efetividade Acadêmica e Social

Esta segunda ação consiste em analisar como a reponsabilidade social se apresenta quanto a projetos, programas e metas que promovam a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social, utilizando-se, como apoio, o guia de análise documental elaborado previamente (p. 110-113), mas antes de se iniciar propriamente as análises da matriz de categoriais e indicadores, é pertinente evidenciar algumas informações a respeito do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

Primeiro, a instituição é, ao mesmo tempo, uma pessoa jurídica de direito privado, pertencente ao Grupo Cruzeiro do Sul Educacional, que oferta ensino presencial, e, também, uma instituição certificadora e credenciada da Cruzeiro do Sul Virtual, ou seja, é um polo da Cruzeiro do Sul Virtual (outra pessoa jurídica), que oferta educação a distância. Nesse aspecto, a Cruzeiro do Sul Virtual é uma pessoa jurídica distinta e é responsável pela educação a distância (incluindo as disciplinas EaD dos currículos dos cursos presenciais) de todas as IES que compõem o grupo Cruzeiro do Sul Educacional.

Com base nas informações do *website* institucional, a Cruzeiro do Sul Virtual iniciou suas atividades em 2001, com o Nead (Núcleo de Educação a Distância) da Universidade Cruzeiro do Sul, localizada em São Paulo – SP (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2020a). Com o tempo, o uso das tecnologias de informação e de comunicação foram se tornando cada vez mais frequente como modalidade de ensino, naquela universidade (*Ibid*, 2020a), que partiu “[...] de um modelo com 20% de atividades *on-line*, para **disciplinas totalmente a distância, compartilhadas entre as instituições pertencentes à Cruzeiro do Sul Educacional**” (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2020a, **grifo da pesquisadora**).

O credenciamento institucional, para a oferta de cursos de pós-graduação na modalidade a distância, foi autorizado em 2008, e para cursos de graduação EaD, em 2012 (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2020a). Atualmente, a Cruzeiro do Sul Virtual agrega “cursos e programas de sete instituições credenciadas para a educação a distância em todo o território nacional” (*Ibid*, 2020a), são elas: Universidade Cruzeiro do Sul (SP), Universidade Cidade de São Paulo (SP), Universidade de Franca (SP), Universidade Positivo (Curitiba e Londrina – PR), Centro Universitário Braz Cubas (Mogi das Cruzes – SP), Centro Universitário de João Pessoa (PB) e Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves (RS).

Em 2019, a Cruzeiro do Sul Virtual obteve 66.235 ingressantes em cursos de graduação a distância, em toda a sua rede (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2020c, n.p.). Acompanhando os dados divulgados no Censo da Educação Superior de 2018, também os cursos mais procurados, pelos calouros, em 2019, na Cruzeiro do Sul Virtual, foram: Pedagogia, Administração e Ciências contábeis, nessa ordem (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2020c, n.p.).

Em se tratando de ensino presencial, tem-se o Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, localizado na BR 230, KM 22, S/N, no bairro de Água Fria, em João Pessoa - PB, onde também funciona o polo EaD da Cruzeiro do Sul Virtual. Em setembro de 2018, a entidade passa a integrar o grupo Educacional Cruzeiro do Sul (*Ibid*, 2020a), que é formado por 12 Instituições de Ensino Superior e cinco Colégios (educação infantil), no ensino presencial, e no ensino a distância, a Cruzeiro do Sul Virtual possui mais de mil polos, presente em todos os estados brasileiros, e um polo internacional, no Japão (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020d).

Fotografia 01 – Imagem do portão principal do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê



Fonte: Imagem capturada pela própria pesquisadora (2021)

Fotografia 02 – Imagem da entrada principal do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê



Fonte: Imagem capturada pela própria pesquisadora (2021)

Fotografia 03 – Polo EAD da Cruzeiro do Sul Virtual – Unipê, em João Pessoa – PB

Fonte: Imagem capturada pela própria pesquisadora (2021)

Fotografia 04 – Campus do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê

Fonte: Imagem capturada pela própria pesquisadora (2021)

Fotografia 05 – *Campus do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê*



Fonte: Imagem capturada pela própria pesquisadora (2021)

Nesse sentido, sob os prismas da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social, tendo como diretriz a responsabilidade social da educação, serão iniciadas as análises da matriz de categoriais e indicadores, em harmonia com o guia de análise documental elaborado (p. 110-113). Inaugurando-se, portanto, pela primeira categoria de análise: a gestão administrativa.

4.2.1 Gestão administrativa

Como citado no capítulo 3, essa categoria de análise se relaciona com a dimensão avaliativa prevista no inciso VI, do art. 3º, da Lei nº 10.861/2004, isto é, “organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia” (BRASIL, 2004), bem como quanto à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

Dessa maneira, o primeiro indicador de análise solicitava a descrição da missão, visão e valores institucionais da IES. Quanto à **missão institucional**, esta se relaciona com o papel efetivo que a organização visa a cumprir, ou seja, com o fim a

que ela se propõe (INEP, 2017a). De acordo com o portal institucional, a missão do Unipê/Cruzeiro do Sul (2020, n.p.) é:

Ministrar ensino de qualidade, integrado às funções acadêmicas de pesquisa e extensão, que orientam as ações institucionais no sentido de assegurar formação integral aos seus alunos, compreendendo a sua melhor capacitação nas áreas a que estão vocacionados, aliada a uma sólida formação ética e ao compromisso com o desenvolvimento da região e a promoção do bem-estar coletivo.

Por consequência, para cumprir a sua missão institucional, a casa norteia a execução de suas atividades baseando-se em diversos **valores institucionais e condições de desempenho** (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 26), os quais, por serem muitos, estão descritos ao longo desta dissertação. No entanto, a título de exemplo, a instituição examinada valoriza “a formação de profissionais competentes, éticos e humanos, capazes de promover inovação” (*Ibid*, 2018, p. 38).

Na condução do seu corpo social e no exercício da gestão administrativa, inspira-se em valores como dignidade, ética, competência, profissionalismo, integração, cooperação, espírito de equipe, criatividade, pró-atividade, iniciativa, igualdade de oportunidades, dedicação, produtividade e mérito (*Ibidem*, 2018, p. 26).

Na comunicação interpessoal e nos processos decisórios, fundamenta-se em: lealdade, justiça, honestidade, independência, respeito, comunicação adequada e assertiva, busca por consenso, transparência, eficiência e eficácia (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 26). E no relacionamento com a comunidade, apoia-se em valores como: solidariedade, respeito ao pluralismo, à diversidade, responsabilidade, inovação, compromisso com o meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável (*Ibid*, 2018, p. 26).

Por seu turno, quanto à **visão de futuro**, a instituição pretende (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 26):

Manter-se em constante desenvolvimento como instituição de ensino superior, coerentemente com sua missão, sendo reconhecido pela excelência de seus serviços educacionais, formando profissionais capacitados para o mercado de trabalho, com senso crítico e inovador, consciente dos seus deveres de cidadãos, comprometidos com o desenvolvimento regional.

Há, ainda, no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 6, **grifo da pesquisadora**), a definição do **perfil institucional** do Unipê, segundo o qual, visa a “promover a formação de profissionais portadores de competências e

habilidades que lhes permitam ocupar espaços, aplicando conhecimentos nos diversos campos do saber, **por meio do ensino, da pesquisa e da extensão**".

No mesmo documento, a CPA (2018, p. 6) também afirma que é **objetivo da instituição** "contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país e da região na qual está inserida", formando profissionais "qualificados para o mercado de trabalho e capazes de atuar na construção de uma sociedade justa e democrática" (*Ibid*, 2018, p. 6).

Dessa forma, o conjunto desses elementos molda a **identidade da IES** no âmbito de sua filosofia de trabalho e serve de guia para orientá-la e direcioná-la quanto aos objetivos e metas institucionais, constituindo, assim, a identidade com a qual ela pretende ser identificada e assimilada pela sociedade (INEP, 2017a).

Outro indicador, desta categoria de análise, pedia a anotação do conceito de avaliação institucional do SINAES. Nesse sentido, em outubro de 2018, o Unipê recebeu a visita de avaliadores do INEP para credenciamento institucional e o relatório foi favorável, recebendo **conceito final 5** (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 38, **grifo desta pesquisadora**).

Outrossim, não foi identificado, no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018), nenhuma informação que indicasse que o sistema de gestão da IES possui certificação da ABNT NBR 16001:2012 ou ANBT NBR ISO 26000:2010.

Sobre os órgãos colegiados, a IES dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, órgão central de supervisão das atividades didático-científicas de ensino, pesquisa e extensão e que tem competência deliberativa, normativa e consultiva (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2020), cuja composição leva em consideração a representatividade da comunidade acadêmica, sendo formado: pela "Reitora, como sua Presidente; a Pró-Reitora Acadêmica; a Coordenadora de Pós-Graduação e Educação Continuada; os Coordenadores dos Cursos; dois representantes do corpo docente e um representante do corpo discente" (*Ibid*, 2020, n.p.).

Além deste, há, também, o Conselho Universitário – CONSUNI, "órgão de deliberação coletiva, de natureza normativa, consultiva e jurisdicional" (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2020, n.p.), cuja composição também considera a representatividade da comunidade acadêmica, sendo constituído, atualmente (*Ibid*, 2020): pela Reitora, como sua Presidente; pela Pró-Reitora Acadêmica; pela Coordenadora de Pós-Graduação e Educação Continuada; por

representantes da Cruzeiro do Sul Educacional; um representante do corpo docente de cada Departamento; um representante do corpo técnico administrativo; um representante do corpo discente e por dois representantes da sociedade civil.

Como não tivemos acesso ao PDI, não pudemos discorrer sobre a autonomia, regulamentação e nem sobre a divulgação das decisões de tais órgãos, assim como, quanto ao último indicador desta categoria de análise, não foi possível constatar, pelo Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018), se os integrantes das instâncias gestoras receberam alguma capacitação para gestão de recursos.

4.2.2 Da comunicação institucional (comunidade interna e externa)

Essa categoria de análise alude-se à forma como o centro universitário investigado dialoga com o público interessado/envolvido em suas ações, dentro e fora da instituição. Como visto, os indicadores aqui relacionados atribuem-se tanto à dimensão avaliativa prevista no inciso IV, do Art. 3º, da Lei do SINAES - comunicação com a sociedade – como, também, a prevista no inciso VII, do mesmo artigo, que versa sobre a política de transparência e de comunicação com os segmentos que compõem a comunidade acadêmica (docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e tutores), assim como dar visibilidade (projeção) e publicidade à vida acadêmica, isto é, às informações importantes de interesse da comunidade (interna e externa), permitindo o conhecimento e a apropriação destas por seus membros e interessados.

Adicionalmente, a comunicação institucional é um canal de retroalimentação ou de troca de informação, que tem como objetivo promover a integração entre os segmentos e a abertura, não só no sentido de se tornar acessível, mas, também, de disponibilizar-se para receber denúncias, críticas e/ou reclamações, com o auxílio da ouvidoria (ou outro órgão que possua função semelhante), possibilitando mudanças na comunidade em que está inserida e na própria instituição (PINTO, 2012).

Assim, em se tratando da comunicação institucional com o público interno e do atendimento ao discente, o Unipê, com base no Relatório de Autoavaliação Institucional 2018, tinha como meta programática inserida no PDI 2017-2021: “Aperfeiçoar o relacionamento e a comunicação com alunos e egressos” (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 36).

No tocante aos egressos, as análises sobre este assunto se encontram na subdivisão 2.4.5 (gestão acadêmica), dentro dos indicadores que versam sobre esta política institucional em particular. Por sua vez, no que concerne à comunicação com o corpo interno (em especial, o estudantil), destacam-se os seguintes canais (disponibilizados para esse fim):

- Ambiente (sistema) virtual de aprendizagem (*Blackboard*);
- Núcleo de Acessibilidade Institucional (NAI), por intermédio do Grupo de Orientação aos Estudantes (GOE), cuja equipe é diretamente ligada à Pro-Reitoria Acadêmica, é responsável pelo atendimento ao discente (em particular, aos que se encontrarem com dificuldade de aprendizagem ou que possuam algum problema relacionado à vida acadêmica), dispondo, para isso, de e-mail, telefone, *what'sapp* e perfis nas redes sociais. Outrossim, o NAI/GOE promove encontros semanais virtuais, acessíveis pelo Ambiente (sistema) Virtual de Aprendizagem do aluno (*Blackboard*) ou pelos perfis do NAI/Unipê nas redes sociais (NAI/UNIPÊ, 2021);
- Perfis institucionais oficiais, nas principais redes sociais;
- *Website* institucional, por meio dos canais de atendimento ativos naquele portal, tais como: Estela (assistente virtual com inteligência artificial); *chat* humano (janela de conversa com um atendente); Central de Atendimento ao Aluno (CAA), acessível através da “Área do Aluno” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021f).

No que corresponde à comunicação da instituição com a sociedade civil, em regra, ela cumpre a sua função, sobretudo quanto à divulgação das informações acadêmicas e quanto aos programas e serviços ofertados para a comunidade. Não obstante, algumas falhas foram identificadas, principalmente quanto à comunicação dos resultados das avaliações institucionais internas, cujas análises encontram-se na próxima subdivisão.

Sem embargo, pertinente salientar que a página eletrônica da IES não viabiliza (ou informa) nenhum canal de comunicação com a ouvidoria da casa. Em ato contíguo, serão evidenciadas as análises que versam sobre a política institucional de avaliação interna e sobre a atuação da CPA

4.2.3 Autoavaliação e atuação da CPA

A autoavaliação é um procedimento que compõe as dimensões avaliativas do SINAIS, ficando a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA) a condução dos processos de “avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP” (BRASIL, 2004). Além disso, o conhecimento produzido e reunido com o auxílio das avaliações internas devem funcionar como insumo para o planejamento e melhoria da IES. Logo, os indicadores desta categoria associam-se às informações relacionadas à cultura da avaliação institucional.

No Unipê, a CPA atual possui 7 (sete) membros, representando, cada um, uma categoria que integra a comunidade acadêmica. São eles: uma funcionária da Reitoria (coordenadora), uma docente da casa, um discente, dois técnicos-administrativos e dois membros da sociedade civil organizada, que trabalham em conjunto, em instalação (sala) própria (localizada no prédio da Reitoria), e que se reúnem para planejar e organizar as autoavaliações institucionais (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021).

Pertinente comentar, todavia, que a formação atual da CPA contraria a recomendação descrita no Relatório de Autoavaliação Institucional de 2018, o qual propôs, para 2019, no eixo de planejamento e avaliação institucional, que se inserisse mais um representante discente na comissão, para que houvesse uma representação mais equânime dos segmentos acadêmicos, assim como, melhor divulgação dos trabalhos da CPA entre o alunado da IES (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 25).

A avaliação institucional interna acontece uma vez por ano, sempre durante o segundo semestre letivo. Ela é realizada por meio do sistema acadêmico integrado (ambiente virtual) e conta com a colaboração de todos os membros da IES, os quais são convidados a avaliar aspectos importantes da instituição e dos cursos. Dessa maneira, a CPA atua nas seguintes etapas de organização do processo avaliativo interno (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021; CPA/UNIPÊ, 2018):

- **Planejamento** - Geralmente se inicia por volta do mês de maio e refere-se ao período em que são decididos: o escopo da avaliação (naquele ano), os requisitos que serão avaliados, preparação do calendário e da campanha de avaliação;
- **Desenvolvimento** – Ocorre entre os meses de junho a setembro e envolve ações como: atualização dos instrumentos (questionários) de avaliação (que serão destinados a cada categoria da comunidade acadêmica, como, por exemplo, os

professores, os alunos, os funcionários e os usuários dos serviços oferecidos pela IES), revisão e testes da plataforma/sistema utilizado para a aplicação da pesquisa, etc.

- **Campanha de divulgação** – Sucede-se entre setembro a novembro, abraçando ações como: Realização de reuniões com os gestores acadêmicos, com os coordenadores de cursos, com representações estudantis e com os setores administrativos da IES, responsáveis pela assessoria de comunicação e de atendimento ao aluno, para que eles deem ampla divulgação da campanha de avaliação interna; criação de matérias, artigos e vídeos para serem veiculadas no portal oficial e nas redes sociais da instituição; distribuição de panfletos e afixação de cartazes e *outdoors* pelo *campus*, etc.;

- **Aplicação da pesquisa** – Decorre entre os meses de outubro a novembro, quando o questionário é aplicado de forma *on-line*, no ambiente virtual de aprendizagem. De acordo com o relatório de autoavaliação institucional de 2018, pontos de apoio com computadores e com conexão à *internet* foram disponibilizados em espaços de maior circulação de alunos (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 17);

- **Elaboração dos relatórios** – Desenrola-se entre dezembro e janeiro do ano seguinte: após o período de coleta, vem a formatação e sistematização dos dados e elaboração dos relatórios autoavaliação, cujas informações e sugestões subsidiarão o planejamento institucional e dos cursos;

- **Divulgação dos resultados** – Realiza-se entre os meses de janeiro à fevereiro e abrange ações como: apresentação e divulgação dos resultados obtidos com a pesquisa (para a comunidade acadêmica e para a sociedade civil); apropriação dos relatórios produzidos pela CPA (pelos segmentos acadêmicos), etc. (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 17);

- **Balanco crítico** – Processa-se entre os meses de fevereiro e março, consistindo no período em que a CPA se reúne para discutir e propor um balanço crítico da avaliação realizada, apontando os acertos e recomendando melhorias para a próxima campanha, fechando-se, assim, o ciclo avaliativo institucional.

Conforme o último relatório da CPA (publicizado), na avaliação institucional de 2018, houve uma ampla adesão do corpo técnico-administrativo, atingindo 100% da meta prevista (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 18). Entre os docentes, contou-se com as respostas de 699 professores, representando 90% da meta inicial, e dos 35

coordenadores de cursos (*Ibid*, 2018, p. 18). Quanto aos discentes, contabilizou-se a participação de apenas 65% dos matriculados naquele ano (*Ibidem*, 2018, p. 18), os quais, de acordo com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2018, somavam-se, ao total, 11.461 alunos (*Ibidem*, 2018, p. 7).

Em relação à divulgação e apropriação dos resultados e dos relatórios de avaliação institucional (pela comunidade interna e externa), seguindo as informações do *website* do centro universitário em questão, essa campanha ocorre no “próprio *campus*”, por meio da ação “Você pediu, a CPA ouviu” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021, n.p.), com a fixação de placas e *outdoors* com *QR Codes* que, quando acessado (através da leitura da câmara do celular), conduz o visitante às informações sobre as melhorias realizadas, advindas dos resultados das autoavaliações institucionais (*Ibid*, 2021).

A despeito do recurso tecnológico utilizado, o propósito de divulgação ampla dos resultados das avaliações institucionais, para a comunidade interna e, principalmente, a externa, não está sendo bem sucedido, pelo menos não com base nessa informação (a única encontrada, sobre o assunto, no *site* do Unipê). Primeiro, em harmonia com o que afirmam, a publicidade acontece no “próprio *campus*” da IES (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021, n.p.), dificultando o conhecimento da notícia por interessados da sociedade civil que porventura não frequentem aquele ambiente.

Segundo, porque a divulgação apenas das melhorias alcançadas e não do relatório conclusivo, com todos os resultados obtidos, incluindo as propostas de ações recomendadas pela CPA, enfraquece a finalidade do ato, que não é só dar publicidade e transparência ao processo avaliativo, como, também, propiciar que a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos-administrativos) se aproprie dos resultados e possa acompanhar a implementação das melhorias, ou, até mesmo, questionar a ausência delas.

Terceiro, e na percepção desta pesquisadora, o mais grave, é que **nenhum relatório de autoavaliação (institucional ou de curso)**, elaborado pela CPA, está publicizado e disponível para acesso no portal do centro universitário em questão, assim como, não existe mais versão física à disposição (para consulta), depositada na Biblioteca Central do *Campus*, como era de praxe (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 10). De forma que, pelas mesmas razões mencionadas anteriormente, este fato representa uma falha significativa na comunicação da administração do Unipê com as partes

interessadas (membros da comunidade interna e da sociedade civil), pois tal conduta não está em consonância com as regras de Responsividade Social Corporativa, posto que não se tem indicação de dados oficiais que demonstrem as ações acadêmico-administrativas realizadas pela IES e nem que expressem o compromisso dela com a melhora do seu desempenho de qualidade.

Outrossim, esta atitude contraria a própria recomendação da CPA (2018, p.25), que, consoante o Relatório de Autoavaliação Institucional de 2018, estabeleceu, como proposta para 2019 (no eixo de planejamento e avaliação institucional), que fosse dada ampla divulgação àquele documento, para fins de discussão, de reflexão e de planejamento da instituição.

Conquanto, relevante reafirmar que, até julho de 2020, os arquivos com os relatórios institucionais produzidos pela CPA, que tratavam do ciclo avaliativo 2016-2018, estavam disponíveis para *download* no sítio eletrônico da instituição, na seção sobre avaliação institucional (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021). Uma explicação plausível, para a ausência de publicação de novos relatórios, pode ser em virtude da transição de administração do Unipê, que ocorreu em 2019, ocasionando a reorganização e mudança de membros da CPA, bem como provocando prováveis atrasos na sua agenda de trabalho.

Em 2020, ano que possivelmente seria realizada uma nova avaliação institucional, ocorreu a suspensão das aulas presenciais, por conta da pandemia de covid-19, exigindo da instituição uma readaptação e reestruturação no processo de ensino (que precisou migrar para o modelo remoto emergencial), ou seja, é provável que demandas mais urgentes tenham surgido, deixando o calendário de autoavaliação para um segundo plano. Destarte, é considerável que se mantenha a observação quanto ao cumprimento deste requisito, pelo Unipê, a partir do novo PDI, que deverá entrar em vigor em breve.

Por fim, importante ressaltar que o relatório produzido pela CPA, em 2018, foi bastante minucioso e sistematizou não apenas os resultados das autoavaliações realizadas no período avaliativo (2016-2018), mas, também, os obtidos por meio das avaliações dos cursos de graduação e as do ENADE (no intervalo de tempo mencionado). De maneira que, todos os indicativos avaliados receberam comentários da CPA, seguidos de recomendações (a fim de substanciar o processo de planejamento institucional e dos cursos), ou de sugestões para os próximos ciclos

avaliativos, embora não os consignou a metas objetivas ou mensuráveis e nem os vinculou a indicadores de desempenho (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 10).

Uma observação a ser feita é que, com a interrupção das aulas presenciais (por conta da pandemia de covid-19) e em consequência das dificuldades encontradas, pela pesquisadora, na comunicação com a administração/Reitoria, não foi possível investigar se as propostas de melhorias (sugeridas pelos trabalhos da CPA anterior) haviam sido implementadas.

No item posterior, serão analisados os indicadores que versam sobre as políticas institucionais de gestão de pessoal, isto é, as ações acadêmico-administrativas direcionadas ao corpo docente e técnico-administrativo da casa.

4.2.4 Gestão de pessoal

Os indicadores desta categoria estão atribuídos à dimensão avaliativa prevista no inciso V, do Art. 3º, da Lei do SINAES, ou seja: “as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho” Pinto (2012, p. 50). Chamam-na de “gestão social interna”, compreendendo, neste caso, as políticas institucionais que procuram promover uma boa integração; um ambiente agradável de trabalho; valorização, produtividade e desempenho; plano de progressão funcional e benefícios de carreira; e desenvolvimento pessoal dos docentes, técnicos-administrativos e/ou tutores. Para mais, envolve, também, assegurar se a gestão do corpo social está em conformidade com a legislação aplicável e com os princípios e valores defendidos pela IES.

Abaixo, as análises dos temas em questão.

Da qualificação e do regime de trabalho do corpo social do Unipê:

Os primeiros indicadores, previstos no guia de análise documental (p. 110), correspondem à quantidade e à qualificação do corpo social da instituição, isto é, quanto ao número de docentes, tutores e técnicos-administrativos da IES e às respectivas titulações acadêmicas (de especialização, mestrado e/ou doutorado), contudo os dados atuais (sobre o assunto) ainda não foram publicizadas. Por consequência, não se sabe, ao certo, o montante de professores, de tutores e de

colaboradores que trabalham hoje no centro universitário citado e nem sobre a titulação do quadro.

As informações contidas no Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação do Unipê (2018, p. 92, **grifo nosso**) datam de 2018 e, naquele ano, existiam **699 docentes**, em exercício, dos quais **148 eram doutores** (21,17%), **367 mestres** (52,50%) e **184 especialistas** (26,32%). Além disso, havia sido estabelecidas, como metas estratégicas de planejamento, no PDI 2017-2021 (*Ibid*, 2018, p. 37): “Consolidar capacitações e treinamentos de pessoal docente e técnico administrativo” e “Dar continuidade ao Programa de Capacitação e Desenvolvimento da Docência, visando atingir a totalidade do quadro docente”.

Não obstante, sabe-se que, daquela data até o presente, houve uma sensível reforma na gestão da IES, após a venda da instituição para o Grupo Cruzeiro do Sul Educacional, especialmente no que tange à demissão/contratação de docentes e de colaboradores técnico-administrativos (POLÊMICA PARAÍBA, 2018). De forma que não se tem como informar, de forma precisa, se as respectivas metas foram atingidas.

No que diz respeito ao regime de trabalho do corpo docente, em 2018, havia três categorias de contratação (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 91-92, **grifo nosso**):

a) de **Tempo Integral** - que representava os professores contratados com carga horária de **40 horas semanais**, das quais, pelo menos, **metade** deveria ser destinadas a estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos;

b) de **Tempo Parcial** - que consistia nos empregados com carga horária de **12 ou mais horas de trabalho**, das quais, pelo menos, **25%** deveriam ser dedicadas a estudo, planejamento, avaliação e orientação de alunos;

c) os **horistas** - que eram os professores pagos por horas-aula ministradas.

Nesse aspecto, o percentual de contratação, daquela época, era (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 92, **grifo nosso**): **150 professores no primeiro modelo** (21,45%); **522 no segundo** (74,67%) e **27 no último** (3,86%). Embora não seja possível comparar esses dados com referências mais recentes, sabe-se, por meio de notícias veiculadas na imprensa local, que as ações de reformulação da IES continuam, principalmente como reflexo da pandemia de covid-19 (que obrigou o implemento do ensino remoto emergencial e reduziu a necessidade de vínculos em regime integral, uma vez que as aulas podem ocorrer de forma assíncrona). Adicionalmente, as demissões também ocorrem em reação à crise econômica,

agravada pela pandemia, que tem aumentado o índice de evasão de estudantes e diminuído o número de novas matrículas na rede superior privada da região (PARAÍBA AGORA, 2020).

Por conseguinte, sugere-se acompanhamento desses dados, a fim de se avaliar quanto à redução no contingente de professores e quanto ao percentual de contratação nos regimes em tempo integral e em tempo parcial. Outrossim, averiguar se este fato se deve em consequência de uma mudança na política institucional (em direção ao não incentivo às atividades docentes voltadas para a pesquisa) ou se, do contrário, trata-se de uma resposta/conduita momentânea da instituição.

Das políticas de ingresso, formação continuada, avaliação de desempenho e progressão de carreira dos professores

A formação continuada dos formadores, que corresponde à política de atualização e de capacitação dos professores, de acordo com a Cruzeiro do Sul Educacional (2020a), é um dos pilares que formam o seu sistema de ensino e uma preocupação constante que norteia o grupo educacional e as instituições que o compõem.

Sem embargo, o PDI em vigência no Unipê se encerrará no final deste ano. Consequentemente, não há previsão se a política atual de incentivo ao aperfeiçoamento, atualização e qualificação do corpo docente será mantida e nem tampouco o Plano de Carreira e Remuneração Docente (PCRD) da instituição, o qual, conforme o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 94), previa três categorias na carreira docente da IES: o professor assistente, o adjunto e o titular.

A progressão era feita em obediência aos critérios previstos no respectivo PCRD e considerava “tempo de serviço” e “merecimento”. Na primeira hipótese, a ascensão (até aquela data) era automática, ocorrendo a cada três anos de efetivo exercício docente na casa. Já na segunda, as promoções estavam condicionadas às avaliações de desempenho (CPI, 2018, p. 94).

Desse modo, o desempenho do professor era avaliado tanto por meio de pesquisas censitárias, denominadas “Avaliação Acadêmica” (as quais eram realizadas sempre no segundo semestre letivo); como, também, pela sua desenvoltura e prática em sala de aula, utilizando, para isso, de indicadores previstos no PCRD, a exemplo do Indicador de Cumprimento de Atividade – ICA e outros

relacionados ao perfil docente, como, por exemplo, a valorização da produção científica (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 37 e 95).

No que tange ao ingresso no respectivo centro universitário, este ocorre por intermédio de processo seletivo, com divulgação de edital, de forma ética e transparente e, segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 34), atenta-se em respeitar “a inclusão social, a valorização da diversidade étnica, etária e de gênero”. Dessa forma, as etapas da seleção são compostas por/pela (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 93):

- análise curricular;
- apresentação de aula didática contextualizada;
- apresentação de questões e plano de ensino, e
- avaliação comportamental, realizada por equipe multiprofissional competente.

O Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 95) também informa que era política institucional, até aquela data, realizar evento de acolhimento dos novos professores (após a conclusão das contratações), organizado pela Pro-Reitoria Acadêmica (PRAC) em conjunto com o setor de Recursos Humanos, na qual se tratavam assuntos importantes, como, por exemplo: a utilização do sistema (ambiente) virtual, seus recursos e tecnologias; ferramentas e modelos de avaliação (banco de questões adotado pela IES); o Código de Conduta e o Manual Docente da instituição; normas trabalhistas e de segurança do trabalho (pertinentes para a categoria); panorama institucional com a apresentação do programa de estágio, de pesquisa (iniciação científica) e de extensão da Casa; instruções sobre o uso da biblioteca e de bases de dados institucionais; o calendário acadêmico planejado e outras informações oportunas para a realização das atividades docentes no referido centro universitário (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 95).

Quanto à política institucional de aperfeiçoamento e de atualização docente, em harmonia com o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 34), a valorização do capital humano consistia em um eixo estratégico do planejamento do centro universitário em estudo, cujas metas estratégicas planejadas, em 2018, eram:

Investir na formação de profissionais competentes, éticos e humanos, capazes de promover inovação;
Assegurar a qualidade de vida dos colaboradores;
Promover a qualidade dos processos de seleção de pessoas;
Consolidar capacitações e treinamentos de pessoal docente e técnico administrativo;

Difundir inovadoras metodologias de ensino aprendizagem.

Nesse sentido, ainda consoante o documento supracitado, até 2018, o centro universitário em estudo organizava, anualmente, para docentes e coordenadores de cursos, a **Semana de Atualização Pedagógica – SAPIENS** (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 94, **grifo nosso**), em que ocorriam palestras, oficinas, *workshops*, apresentação de trabalhos e rodas de conversas, “[...] visando a atualização pedagógica, a discussão e a revisão de processos e procedimentos acadêmicos, fomentando o trabalho colaborativo, integrativo e inovador” (*Ibid*, 2018, p. 94).

Apreende-se, por conseguinte, da análise do Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018), assim como da observação das páginas eletrônicas do Unipê e da Cruzeiro do Sul Virtual, que tanto a mantenedora anterior (Institutos Paraibanos Educacional) quanto a atual (Cruzeiro do Sul Educacional) tinham (e têm) a “inovação acadêmica” como preocupação, especialmente no que se refere à “Aprendizagem e Metodologias Ativas”, “Gamificação”, “Educação e Tecnologia na Educação 4.0”, “Plataformas de Aprendizado *on-line*” e “*Mobile Learning*”, entre outros. Chegando, inclusive, a oferecer, em 2014, um “Programa de Capacitação em Metodologias Ativas”, e, em 2017, a firmar um contrato de consultoria com a Expertise Educação, com o objetivo de atualizar o corpo docente da IES sobre o assunto, “de modo a favorecer a consecução de melhores resultados na aprendizagem discente e, consequentemente, nos índices de avaliação institucional” (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 97).

Não obstante, esse posicionamento de investimentos e treinamentos do corpo docente na aplicação de metodologias ativas em sala de aula, bem como em direção ao protagonismo do aluno no processo de ensino-aprendizagem, não condiz com o Sistema SIGA⁴², isto é, com um sistema institucional de avaliação discente que se utiliza de um banco de questões e que impõe, ao docente, o uso desse repositório de perguntas para o planejamento e avaliações de conhecimento.

Na ótica desta pesquisadora, esse modelo de avaliação (banco de questões) se contrapõe a um processo de aprendizagem ativa, o qual predispõe um método de avaliação contínuo, na sequência das participações dos estudantes em sala de aula, no cumprimento das atividades assentadas pelo professor, etc. Além disso, ele reduz (para não dizer que encerra) a necessidade de docentes dedicarem horas-aula para

⁴² Disponibilizado por meio de um contrato de prestação de serviços entre a organização EAD Master e o Unipê (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 98).

a elaboração e avaliação de aprendizagem, bem como para a correção destas, diminuindo assim os custos com contratação de profissionais em regime de tempo integral.

Entretanto, segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 99), uma das intenções para adoção do Sistema SIGA é a possibilidade de treinar e de familiarizar o discente com questões do ENADE, uma vez que a ideia é que haja um percentual de perguntas, nesse repositório, que se assemelhem (na forma e no conteúdo) às do Banco Nacional de Itens do INEP (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 99), o que nos leva a inferir que, a despeito dos princípios que norteiam a formação acadêmica, há uma direção para condicionar o estudante a ser bem sucedido no exame nacional (e, por consequência, a IES ser bem avaliada).

Continuando, dentro da política institucional de estímulo e de incentivo à qualificação docente, inclui-se, também, a reserva de vagas nos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto-sensu* (especialização e MBA), ministrados pela casa ou por outras instituições (mediante convênio), aos professores e aos funcionários técnico-administrativos do Unipê (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 96).

Ainda em concordância com o relatório mencionado (anteriormente), outra orientação adotada pelo Unipê, até 2018, era a concessão de licença especial remunerada para professores que se propunham a fazer curso de pós-graduação *stricto sensu* em outras instituições, no país ou no exterior (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 96). Caso o programa fosse em universidade próxima à João Pessoa, que dispensasse a mudança temporária de domicílio, a IES concedia ao docente bolsa de estudo para auxiliar nas despesas de transporte, hospedagem e alimentação (*Ibid*, 2018, p. 96). O mesmo apoio ocorria, quando se referia à apresentação e publicação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais (*Ibidem*, 2018, p. 95).

Destarte, encerra-se o item sobre a gestão de pessoal (corpo docente e técnico-administrativo) do Unipê. Em ato contíguo, serão analisadas, na subdivisão adiante, os indicadores que correspondem à gestão acadêmica da instituição.

4.2.5 Gestão acadêmica

Esta categoria contém os indicadores que versam sobre a política de ensino, pesquisa e de extensão, prevista na dimensão avaliativa do inciso II, e à presente no inciso IX, que diz respeito às políticas de atendimento aos estudantes, ambas do Art.

3º, da Lei nº 10.861/2004. Neste conjunto, incluem-se, também, as ações voltadas à assistência estudantil, ao apoio pedagógico, as que buscam reduzir as taxas de evasão escolar, bem como as de internacionalização, intercâmbio e/ou mobilidade estudantil, as de acompanhamento de egressos, de atualização curricular e as que promovam acesso a serviços oferecidos pela instituição, ligados a projetos pedagógicos, de pesquisa e/ou de extensão.

Dessa maneira, alguns dados relacionados a esta categoria puderam ser colhidos no portal eletrônico do Unipê, como, por exemplo, sobre programas institucionais de monitoria, de pesquisa, de extensão, de internacionalização (intercâmbio e/ou mobilidade estudantil), dentre outras informações relevantes no tocante ao semestre letivo 2021.1 (em curso). Todavia, em outros casos (indicadores), não foi possível encontrar, nas fontes investigadas, a elucidação necessária para a pesquisa.

Outra observação importante quanto à redação desta subdivisão é que, no que tange à descrição (detalhamento) dos projetos de iniciação científica e dos programas de extensão acadêmica, em execução na IES, optou-se por qualificá-los e expô-los, individualmente, nas categorias de análises correspondentes às suas temáticas (ou seja, nos subtópicos 4.2.6, 4.2.7, 4.2.8 e 4.2.9). Por ora, seguindo os indicadores de avaliação planejados (previamente) no guia de análise documental (p. 110-113), discorrer-se-á, primeiramente, sobre a política de ensino do Unipê/Cruzeiro do Sul.

Dos cursos e modalidades de ensino no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul

Conforme citado anteriormente (ponto 4.2), quando se visita o *site* do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê e se busca informações sobre cursos a distância, o visitante é imediatamente direcionado para a “Cruzeiro do Sul Virtual”, portal de cursos EaD e Semipresencial da Cruzeiro do Sul Educacional. Neste endereço eletrônico, destacam-se as descrições dos perfis de alunos de cada modalidade de ensino – presencial, semipresencial e EaD.

Além das características comuns, enumeradas a todos os estudantes (de qualquer categoria), como disciplina, organização, planejamento e comprometimento com os estudos (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020, n.p.), no que concerne ao perfil do aluno do ensino presencial, a Cruzeiro do Sul Educacional (2020, n.p.)

especificamente considera que, para eles, “[...] pesam mais, principalmente, frequência e pontualidade”, como, também (*Ibid*, 2020, n.p., **grifo da pesquisadora**):

- Saber trabalhar bem em grupo;
- Demonstrar interesse e participação durante as aulas;
- **Se esforçar para superar as barreiras da insegurança e conseguir revelar seu potencial em apresentações de seminário;**
- **Ter dedicação extra para participar de atividades como programas de monitoria, iniciação científica etc.**

Interessante aludirem, no perfil do aluno presencial, a importância de participar de atividades extras, como programas de monitoria, iniciação científica, etc., ou seja, sinal de que eles reconhecem que tais práticas contribuem positivamente para o engrandecimento da formação do estudante, assim como, mencionar a apresentação de seminários, prática igualmente importante para estimular o protagonismo do aluno, sua desenvoltura, autonomia e proatividade, especialmente em cursos de licenciatura.

No tocante ao perfil do aluno EaD, eles informam que é o discente quem conduz o próprio aprendizado (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020). Por essa razão, entendem que, para que ele tenha um bom aproveitamento nessa modalidade de ensino, é essencial ter: postura ativa, autonomia, gestão de tempo, organização, planejamento, disciplina e priorização dos estudos (*Ibid*, 2020, n.p.). E conclui enunciando: “Nessa modalidade, flexibilidade, **custo reduzido** e aprimoramento de habilidades como autonomia e gestão de tempo estão entre as principais vantagens” (*Ibidem*, 2020, n.p., **grifo da pesquisadora**).

Note-se, portanto, que nesse caso, já não se faz referência à participação em atividades extracurriculares, nem a programas de monitoria e/ou projetos de iniciação científica e/ou de extensão, tampouco menciona apresentações de seminários durante a graduação. Contudo, exhibe-se como uma proposta de “**baixo custo**” (tanto para o interessado, quanto para a IES, evidentemente). Inclusive, pesquisando no sítio eletrônico da Cruzeiro do Sul Virtual sobre os cursos EaD ofertados (atualmente) pela instituição (lista completa nos anexos desta dissertação), atenta-se para algumas particularidades na forma como eles são comercializados (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2021a):

- Eles são apresentados como uma opção vantajosa, flexível (por permitir que o discente estude em qualquer tempo, horário e local) e financeiramente mais acessível;

- Dos 39 cursos de graduação EaD divulgados no endereço virtual citado, incluindo os de licenciatura, apenas dois deles fizeram menção à existência de estágios curriculares supervisionados e de atividades extracurriculares (como a pesquisa acadêmica e grupos de estudos temáticos), foram eles: Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Serviço Social. Aparentemente, das duas uma é verdadeira: ou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não é uma prioridade no ensino a distância, ou, em sendo, essas atividades não são consideradas, pelo *marketing* da IES, diferenciais importantes para serem divulgados, capazes de atrair a venda dos cursos de graduação nessa modalidade;

- Os elementos mais destacados e presentes em quase todas as descrições dos cursos de graduação EaD (no *site* mencionado) foram: ambiente virtual de aprendizagem (com acessibilidade *mobile*); biblioteca virtual 24 horas; atividades em grupo ou individuais, *on-line* e interativas; vídeoaulas gravadas em estúdio de TV; material didático virtual; ferramentas e aplicativos para comunicação com a tutoria; professores titulados (especialistas, mestres e doutores) e atividades práticas em laboratórios virtuais.

Sobre o perfil do aluno semipresencial, a Cruzeiro do Sul Educacional (2020, n.p.) aduz que, além de precisar de “dedicação durante os encontros presenciais, é necessário saber gerir o próprio processo de aquisição de conhecimento nos estudos online”. E finaliza dizendo: “Não podemos negar que o ser humano necessita de contato social para reformular suas visões de mundo, e o diálogo presencial fornece experiências muito enriquecedoras nesse sentido” (*Ibid*, 2020, n.p.).

Particularmente, não sei se a semipresencialidade é um movimento em direção à presencialidade dos cursos virtuais, ou, ao contrário, no sentido de virtualização dos cursos presenciais (forma híbrida), ou, ainda, nenhum desses casos, sendo apenas uma terceira modalidade independente. Seja qual tenha sido a motivação inicial, creio que, em um cenário próximo (pós-pandemia de covid-19), é muito provável que esta se torne a categoria de ensino prevalente (senão a única) nas IES particulares do Brasil.

No raciocínio desta pesquisadora, essa possível migração do ensino presencial para o semipresencial, na graduação privada, poderá ocasionar perdas na qualidade da educação superior, caso essa modalidade de ensino se mantenha estruturada no modo como atualmente se apresenta, pois, acompanhando as descrições dos 15 cursos semipresenciais ofertados pela IES em estudo, parte das

aulas acontecem no ambiente virtual de aprendizagem (de forma assíncrona, em sua maioria, ou com algumas atividades síncronas), outras em momentos presenciais no *campus* da instituição ou em “ambientes profissionais” (escolas, hospitais, clínicas, laboratórios, etc.), na cidade-polo em que o estudante estiver matriculado (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2021a).

No entanto, seguindo as mesmas descrições (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2021a), as horas-aula dos encontros presenciais são concentradas para ocorrerem em um único dia da semana (ou, a depender do curso, como no caso de graduação em Fisioterapia, em até dois dias da semana), sempre, de preferência, às sextas-feiras (tarde e noite) e/ou aos sábados (manhã e tarde). Adicionalmente, as avaliações de aprendizagem (provas) são realizadas presencialmente, porém, acontecem a cada seis meses no polo EaD ao qual o discente esteja matriculado (*Ibidem*, 2021a).

Deste modo, uma vez que as aulas *on-line* podem ser gravadas e disponibilizadas para o alunado, duas situações são suscetíveis: 1^a) em sendo as aulas exclusivamente assíncronas, existir um único professor para a disciplina, cujas videoaulas são gravadas em estúdio e, posteriormente, serem distribuídas para as inúmeras turmas nas cidades-polos de toda a rede educacional; ou, em sendo mistas (parte com aulas assíncronas, parte com atividades *on-line* síncronas, na companhia do professor), o titular da disciplina concentrar uma quantidade superior de turmas/alunos sob a sua docência/supervisão (maior do que normalmente seria na forma presencial). Logo, como consequência de qualquer das hipóteses, em se popularizando a modalidade semipresencial na rede superior privada, duas reduções são passíveis de sucederem:

a) a redução da contratação de docentes por tempo integral, na rede superior privada, dando-se preferência à admissão em regime parcial ou horista;

b) a diminuição da integração entre ensino, pesquisa e extensão nas IES privadas brasileiras, dado que dificilmente um professor horista, que trabalhará apenas nas sextas-feiras e aos sábados, se dedicará ao planejamento e à execução de projetos de pesquisa e/ou de extensão.

Outra crítica pertinente é sobre a nomenclatura com a qual os cursos dessa modalidade são propagandeados pelo *website* da Cruzeiro do Sul Virtual (2020a). Eles recebem o nome de “**Semipresencial 4.0i**”, na intenção de vinculá-los ao conceito de Indústria 4.0 (ou Quarta Revolução Industrial), que consiste em um “amplo sistema de tecnologias avançadas como inteligência artificial, robótica, internet das

coisas e computação em nuvem.” (CNI, 2021). Nesse sentido, associam-lhes à ideia de modernidade, de inovação e de futuro, contudo, incluir tecnologia e o uso de dispositivos eletrônicos portáteis no processo de ensino e aprendizagem não resulta, necessariamente, em uma formação superior de qualidade. Pode até provir um profissional atualizado, conhecedor do *mindset* do século XXI, que domine a tecnologia *mobile* emergente e, principalmente, proficiente nos termos estrangeiros da moda, mas não fundamentalmente um profissional qualificado e um cidadão crítico e socialmente responsável.

Para finalizar, além dos cursos de graduação em bacharelado e em licenciatura, a Cruzeiro do Sul Virtual (e, conseqüentemente, o Unipê) também oferece, nessas duas modalidades (a distância e semipresencial), graduação em cursos técnicos e cursos técnicos profissionalizantes (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2021a). Sobre o primeiro grupo, recaem as mesmas críticas elaboradas sobre os cursos de graduação em bacharelado e em licenciatura, ou seja: ausência completa de menção à extensão, à pesquisa acadêmica, aos estágios profissionais, etc. Ainda mais, repete-se o mesmo problema sobre a concentração de horas-aula em um único dia da semana para eventuais encontros presenciais, o que resultará na precarização dos contratos de trabalho dos professores do Ensino Superior.

Já em relação aos cursos técnicos profissionalizantes, aí a precarização incide sobre o próprio modelo de educação. De maneira sucinta, com a nova organização curricular do Ensino Médio, advinda com a lei nº 13.415/2017, possibilitou-se a oferta de itinerários formativos, com foco na formação técnica e profissional, para os estudantes deste nível educacional, regularmente matriculados a partir do 2º ano (BRASIL, 2018a).

Sobre esse tema, cabem inúmeras críticas, especialmente de ordem social, uma vez que, possivelmente, este modelo acentue ainda mais a disparidade entre as classes sociais no país, reproduzindo pobreza e perpetuando riquezas. Todavia, para não fugir do escopo da pesquisa, iremos nos ater às descrições dos cursos exibidas no sítio eletrônico da Cruzeiro do Sul Virtual (2021b). Assim, na reflexão desta pesquisadora, da forma como os cursos técnicos-profissionalizantes EaD estão estruturados e como se apresentam, demonstram uma clara precarização e desvirtuação da formação técnica-profissional, favorecendo apenas as grandes redes privadas (conglomerados educacionais) de ensino a distância.

De modo que, sob a falsa propaganda de economia de custos, de eficiência do sistema EaD e de que o estudante concluirá o Ensino Médio com uma “profissão”, são ofertados cursos técnicos-profissionalizantes em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, mecatrônica, entre outros (lista completa no apêndice desta dissertação), cujas durações são, em média, 3 semestres letivos, e com encontros práticos-presenciais **uma vez por mês** (CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL, 2021b, n.p., **grifo nosso**). A dúvida, entretanto, é: que qualidade de formação técnica é essa, cuja grade curricular se apresenta quase toda teórica, a distância e com pouca prática profissional?

Voltando ao exame do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, os cursos de graduação (presencial) ofertados atualmente pela Casa são: Administração (bacharelado), Ciências Contábeis (bacharelado), Gestão de Recursos Humanos (técnico de graduação), Logística (técnico de graduação), Gestão Ambiental (técnico de graduação), Gestão Financeira (técnico de graduação), Gestão Pública (técnico de graduação) e Marketing (técnico de graduação), os quais, por razões de organização administrativa interna, a IES os agrupa sob uma mesma coordenação, e a esse conjunto de especialidades profissionais, isto é, de cursos voltados para a gestão empresarial, dar-se o nome de “**Ubtech Business**”.

Por sua vez, os cursos direcionados para a área da tecnologia da informação recebem o nome de “**Ubtech TI**”. Assim, inserem-se, neste segundo grupo, os cursos de: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (técnico de graduação), Ciências da Computação (bacharelado), Gestão de Tecnologia da Informação (técnico de graduação), Redes de computadores (técnico de graduação) e Sistemas para Internet (técnico de graduação). Entre os cursos técnicos de graduação, que também são oferecidos na IES, mas que não fazem parte do Ubtech TI, tem-se: *Design* de Moda, *Design* de Interiores, *Design* Gráfico e Estética e Cosmética.

Na área das Ciências Sociais Aplicadas, dispõem-se os cursos de: Arquitetura e Urbanismo (bacharelado) e Serviços Sociais (bacharelado). Na área da Saúde, os cursos de Biomedicina, Educação Física (bacharelado e licenciatura), Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia e Psicologia. Nas Engenharias, tem-se: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica; e na área das Ciências Humanas, o curso de Direito. Além disso, são oferecidos 116 cursos de especialização

lato sensu (presenciais e EaD), 40 *Master in Business Administration* - MBA (presenciais e EaD) e um mestrado *stricto sensu*, em Direito e Desenvolvimento Sustentável.

No que tange aos valores da política de ensino do Unipê/Cruzeiro do Sul Educacional, no portal institucional é divulgado um prospecto com os pilares pelos quais se fundam a política de ensino da Cruzeiro do Sul Educacional (2020a; 2020b). Nas palavras do grupo, são os valores e princípios que formam o ecossistema de aprendizagem e o jeito de ensinar da Cruzeiro do Sul Educacional (2020a; 2020b, n.p.) e os quais norteiam o seu projeto de ensino.

Consoante afirmam, os alicerces que permeiam todos os cursos das instituições que a compõem são (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020a, n.p.):

- **Incentivar o protagonismo do aluno com o objetivo de formar agentes transformadores da sociedade:** Na opinião desta pesquisadora, oferecer aos estudantes de graduação oportunidades de aprendizagens, através do desenvolvimento de programas institucionais de pesquisa e de extensão, instrumentaliza o protagonismo do aluno e auxilia no que Walker e McLean⁴³ (2015, p. 61, tradução nossa) defendem: na formação de “profissionais para o bem público”.

- **Inovação:** A pesquisa científica é, sem dúvidas, um caminho para se alcançar a inovação. Porém, é necessário que, seguindo os preceitos da responsabilidade social da educação, que a inovação desenvolvida por intermédio da pesquisa científica acadêmica não tenha como motivação fins mercantis exclusivos, mas que seja voltada para o bem comum, ou seja, para a melhoria da democracia, do crescimento sustentável e que gere benefícios sociais (WALKER; WILSON-STRYDOM, 2017).

- **Estimular o pensamento crítico com o objetivo de formar profissionais que consideram a responsabilidade de seus atos, seus fundamentos humanos e científicos:** Na opinião desta pesquisadora, a experiência proporcionada pela participação em projetos de iniciação científica e de extensão acadêmica propicia, ao estudante de ensino superior, desenvolver senso ético e de justiça, assim como auxilia a “moldar como os alunos aprendem a se ver em relação ao conhecimento, para outros e para o mundo” (WALKER; WILSON-STRYDOM, 2017, p. 4, tradução

⁴³ “[...] professional education for the public good”. (WALKER; MCLEAN, 2015, p. 61).

nossa)⁴⁴, ou seja, motiva neles o sentido de “responsabilidade” que permeia o campo social e político e une as motivações e ações humanas para o bem comum (PRUDENTE; DEBIEUX, 2017).

- **Visão empreendedora:** Com base no sítio eletrônico (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020a, n.p.), a visão empreendedora é da mesma forma incentivada, não só para que o discente desenvolva a capacidade de “[...] trazer soluções inovadoras para a comunidade a qual pertence” (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020a, n.p.), e, também, como competência profissional através de eventos e projetos realizados nas instituições do grupo (*Ibid*, 2020b).

- **Flexibilidade:** está relacionada às disciplinas e aos horários de estudo, para que todo curso possa ser adaptado à disponibilidade do aluno (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020a). Não obstante, não sabemos como isso se processa na prática.

- **Formação dos formadores:** diz respeito à constante política de atualização e capacitação dos professores da rede (*Ibidem*, 2020a).

Passemos para o segundo conjunto de indicadores de análise desta categoria.

<p>Da atualização e revisão dos projetos pedagógicos, da atualização curricular e do índice de abandono/evasão dos cursos no Unipê/Cruzeiro do Sul</p>

Outro indicador planejado no guia de análise documental (p. 110-113) foi sobre a existência de estudos que identifiquem novas competências profissionais e se estas subsidiam revisões e novos projetos pedagógicos. Acerca deste tema, consoante o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 36):

A dinâmica dos fatos econômicos e sociais, a par das flutuações de tendências no campo do ensino superior, incide na permanente atenção do UNIPÊ, no sentido de manter atualizados os projetos pedagógicos dos seus cursos, explorar novos métodos e técnicas didático-pedagógicas; novas tecnologias como suporte à aprendizagem, metodologias que incentivem a interdisciplinaridade e que promovam ações exitosas e/ou inovadoras, para atender um mercado de trabalho em permanente mutação e atender novas orientações de desenvolvimento institucional e da legislação da Educação Superior.

⁴⁴ “[...] shape how students learn to see themselves in relation to knowledge, to others and to the world” (WALKER; WILSON-STRYDOM, 2017, p. 4).

Além disso, outra meta estratégica do PDI 2017-2021 é “Institucionalizar a diretriz pedagógica da Aprendizagem Baseada em Competências” (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 37), confirmando a política de revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos.

Quanto à atualização curricular, o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 45) informa que, em 2012, o Unipê fez um amplo projeto de reformulação curricular para os cursos de graduação da área de saúde e da Ubtech, “com bases em avaliações internas (realizadas pelos cursos e institucionalmente) e externas, feitas pelo MEC (avaliação de curso e ENADE), para vigência a partir de 2013”, cujas diretrizes foram elaborar currículos flexíveis e inovadores (*Ibid*, 2018, p.45), buscando-se:

[...] combinar unidades curriculares; aumentar a sinergia entre cursos; explorar a interdisciplinaridade; oferecer certificações por competência para os cursos Superiores de Tecnologia e abranger a modalidade semipresencial, contemplando até 20% da carga horária total dos cursos, baseado no Art. 81 da Lei nº. 9394/96 e na Portaria nº. 4059/2004, do MEC.

Além desta, em 2014, novos esforços em direção à atualização curricular e dos PPI foram apreendidos, de acordo com o documento supracitado (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 46), visando ao atendimento de novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos e das Diretrizes que:

[...] se reportam à Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012), à Acessibilidade (Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004), às Relações Étnicos-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Resolução CNE/CP de 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, como também às novas Diretrizes do ENADE.

Ainda com esse mesmo propósito, em 2017, consoante o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p. 46), foram iniciados trabalhos de atualização curricular nos cursos de Direito, Ciências Contábeis, Administração, Gestão Ambiental, Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos, Marketing, Gestão Financeira, Odontologia e Enfermagem.

Por último, sobre este tema, aduz o relatório mencionado que, em 2018, os “projetos pedagógicos dos cursos receberam atualização à luz dos novos instrumentos de avaliação do INEP, publicados em 2017” (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 46)

e que as ações de operacionalização investem na combinação de componentes curriculares; em estágios integrados; na integração de clínicas e escritórios de projetos; em atividades de pesquisa e de extensão multidisciplinares e que estimulem a inovação; na promoções de eventos conjuntos; na incorporação do ensino presencial com o ensino à distância; entre outras, na direção de consolidar uma política de convergência acadêmica (*Ibid*, 2018, p. 46).

Outro indicador também presente no guia de análise documental aludia sobre o índice de evasão/abandono dos cursos de graduação do centro universitário pesquisado. Por conseguinte, em consonância com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2018 da CPA (2018, p. 45), o número de evadidos foi de 1.894 estudantes no primeiro semestre (2018.1) e 1.544 no segundo (2018.2). Considerando, entretanto, por evasão, “[...] o total de discentes que deixaram de frequentar a IES ao longo do período letivo em análise”.

Segundo as análises da CPA (2018, p. 45), os índices de evasão haviam decrescido ao longo dos semestres, particularmente entre os anos 2016/2017. No entanto, voltara a subir expressivamente em 2018, cujas causas, conforme atribuem, decorrem principalmente da redução de bolsas do PROUNI e do FIES pelo governo federal (*Ibid*, 2018, p. 45).

Em sequência, serão abordados os indicadores que dizem respeito à política institucional de assistência estudantil e de acolhimento ao ingressante.

Da política institucional de assistência estudantil e de acolhimento ao calouro

A política institucional de assistência estudantil da IES se funda, significativamente, na oferta de vagas e facilidade de acesso à graduação, bem como na concessão de bolsas de estudo que são conferidas através de desconto na mensalidade do aluno (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021f).

No que se refere à facilidade de acesso, o mencionado centro universitário oportuniza diferentes formas de ingresso na casa (no anexo desta dissertação, encontra-se uma tabela detalhada com todas essas opções). Todavia, por hora, evidenciamos as principais, como o processo seletivo por prova *on-line* ou por prova agendada (cujas inscrições são gratuitas), o aproveitamento da nota do ENEM ou do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA,

o acesso por transferência de instituição e por segunda graduação (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021f).

Seja qual for o modo de entrada utilizado, é possível adquirir bolsas de estudo, que serão válidas por toda a duração do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021f). Desta sorte, além da possibilidade do ProUni (programa do governo federal), dentro das hipóteses de descontos e de bolsas de estudo concedidas (exclusivamente) pela instituição, têm-se benefícios de até **100%**, concedido proporcionalmente ao desempenho/nota do estudante na prova do ENEM; de até **50%**, para ingresso por prova *on-line*, agendada, por transferência de instituição ou segunda graduação; e de até **30%**, no uso da nota do ENCCEJA, e, ainda, isenção de até três mensalidades do curso, exceto se a matrícula for para Medicina ou com o auxílio do FIES ou do ProUni (*Ibid*, 2021f).

Para mais, a instituição disponibiliza, também: a) desconto de pontualidade, para aqueles que efetuam o pagamento da mensalidade até o 5º dia útil de cada mês; b) descontos escalonados (a depender do número de membros), para quem possuir mais de um integrante da mesma família estudando na IES ou em qualquer outra unidade da Cruzeiro do Sul; c) desconto para membros das Forças Armadas ou da Polícia Militar do Estado, docentes da rede pública ou privada de ensino e para servidores públicos (municipais, estaduais ou federais), que buscarem aprimoramento profissional e/ou uma 2ª graduação; f) desconto para colaboradores (funcionários) e seus familiares, como parte da política de incentivo à educação continuada do seu corpo social; e g) “Bolsa maturidade”, que consiste na concessão de 30% de desconto, sobre o valor líquido da mensalidade, para ingressantes maiores de 60 anos de idade, salvo, em quaisquer das hipóteses, para matrículas no curso de Medicina ou por meio do FIES ou do ProUni (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021f).

Outro programa louvável da casa é a “Bolsa auxílio-desemprego”, que foi pensada para o estudante que trabalha e estuda (simultaneamente) e que, por infortúnio, venha a perder o emprego com o qual custeia a faculdade. Este benefício permite suspender o pagamento de até três mensalidades consecutivas e transferir o seu adimplemento para quando o curso terminar (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021f). O centro universitário examinado possui, ainda, incentivos estudantis (concedidos através de desconto na mensalidade do curso), para alunos participantes de atividades extracurriculares, aprovados com bolsa em processo de seleção interna, em programas de extensão, iniciação científica, monitoria, coral

universitário e atleta da casa (competições esportivas), no valor de **R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais** (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021, p.3) ⁴⁵. Muito embora haja a adesão de parte considerável dos discentes, aos respectivos projetos, mesmo sem o benefício da bolsa (ou seja, atuando como voluntários). Não obstante, esses benefícios serão detalhados mais adiante, nas análises específicas sobre esses programas institucionais.

Em relação aos programas de financiamento para cursos de graduação (para mais do FIES), o Unipê/Cruzeiro do Sul possui convênio com duas organizações bancárias privadas, como o “Financiamento Medicina Santander”, específico para este curso, e o “Prevaler crédito estudantil”, para os demais (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021f). Além destes, a rede dispõe de uma modalidade própria de financiamento, a CREDSUL - em que o discente paga 50% do valor das mensalidades durante o curso e 50% depois se formar, sem juros e com os reajustes anuais permitidos por lei, desde que tenha renda mensal inferior a um salário mínimo e/ou renda familiar de até cinco salários mínimos, bem como, indique um fiador com rendimentos mensais de pelo menos dois salários mínimos. Vale salientar que esta hipótese não contempla o curso de Medicina (*Ibid*, 2021f).

Quanto ao percentual de matriculados com algum tipo de bolsa/financiamento e a natureza do programa, a pesquisadora não obteve acesso a esses dados.

Por fim, para concluir as análises acerca do tema, a IES possui programa de acolhimento ao ingressante (calouro) e é transversal a todos os cursos. Uma referência atual sobre o assunto é o “Ingressa Unipê”, projeto que integra as ações do PAPI (Programa de Apoio Permanente ao Ingressante) e que têm acontecido inclusive durante o período de ensino remoto, como demonstram as informações publicadas no perfil público do *Instagram*, do responsável pela Coordenação de Monitoria, Pesquisa e Extensão – COMPEX, do Unipê (LIMA, 2021a).

Assim, entre as ações planejadas pelo PAPI, que estão sendo realizadas durante os meses de abril e maio do corrente ano, tem-se palestras (acessíveis pelo ambiente virtual da instituição) sobre diversos conteúdos essenciais para o calouro, como, por exemplo: sobre o programa de nivelamento; instruções sobre como acessar

⁴⁵ Salvo se o estudante extensionista/pesquisador já receber algum outro incentivo estudantil, no mesmo semestre letivo, ou for beneficiário de bolsa do PROUNI 100%, podendo permanecer na atividade como voluntário (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d, p.4). Não foi encontrado o percentual de participantes bolsistas e de voluntários nos respectivos projetos.

livros e artigos científicos nas bases digitais e físicas da biblioteca; como acessar o ambiente virtual e assistir às aulas assíncronas (isto é, gravadas e que pertencem às disciplinas curriculares que já são, originalmente, prestadas no modelo EaD); sobre os tipos de avaliações utilizadas pelos docentes; a importância das Atividades Complementares para a formação do aluno; sobre os estágios acadêmicos e onde encontrá-los; sobre os serviços, projetos e programas oferecidos pela IES; como montar uma rotina de estudos, etc. (LIMA, 2021a, n.p).

Adiante, serão abordados os indicadores que aludem sobre a política institucional de acompanhamento de egressos da casa.

Da política institucional de acompanhamento de egressos

Em consonância com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2018 (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 36), a comunicação, monitoramento e acompanhamento dos egressos estavam previstos no planejamento estratégico do Unipê, cujas metas inseridas no PDI 2017-2021, sobre esses quesitos, eram: “Aperfeiçoar o relacionamento e a comunicação com alunos e egressos” e “Monitorar e acompanhar discentes e egressos”.

Outra referência, acerca deste assunto, encontra-se na página institucional do centro universitário investigado, na aba “Sou ex-aluno”, em que o navegador é direcionado para uma nova janela, onde encontra informações sobre segunda graduação, pós-graduação (MBA, especialização e mestrado), cursos livres, técnicos e de idiomas (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021r). Conquanto, não existe nenhum link ativo, neste sítio eletrônico, que encaminhe o visitante a uma pesquisa ou que solicite o cadastro voluntário (e-mail ou telefone) do ex-aluno que, ocasionalmente, esteja por ali navegando, assim como não se encontra campanha em ação, à procura de graduados pela instituição.

Nesse aspecto, de acordo com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2018, o centro universitário estudado possui outras formas de monitoramento dos egressos, como, por exemplo, através dos indicadores/resultados de seus ex-alunos em avaliações/provas/seleções externas, tais como os exames realizados pelos órgãos de fiscalização da atividade profissional, como a OAB e o CFC; e, também, concursos público para preenchimento de cargos de carreira na Administração Pública Direta e/ou Indireta, cujos resultados, segundo a Comissão Própria de Avaliação do

Unipê (2018, p. 10), são “devidamente sistematizados e considerados no processo de autoavaliação” da IES.

Um destaque positivo encontrado no endereço eletrônico da instituição foi o *link* para o “*Blog carreiras*”, onde podem ser encontradas notícias, informações e novidades sobre o mercado de trabalho e as profissões, ainda mais orientações para quem pretende voltar aos estudos e para os formados que estão em busca de oportunidades de emprego e/ou de abrir seu próprio empreendimento (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021r).

Ademais, não foi detectado, nem no *síte* do centro universitário trabalhado e nem no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018), menção à existência de estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações específicas relacionadas às demandas da sociedade e/ou de revisões de projetos pedagógicos de cursos de graduação. Porém, há referência, nesse aspecto, em relação à política de pós-graduação do Unipê, consoante afirmam, a fim de atender às demandas locais e regionais (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 37), mas sem detalhamento a este respeito.

Abaixo, seguem as análises sobre a política institucional de pesquisa (iniciação científica) e extensão, no que concerne ao atendimento do PDI, aos preceitos defendidos pela instituição, à articulação com a política de ensino, à transversalidade e interdisciplinaridade de cursos e demais informações importantes para este trabalho.

Da política institucional de pesquisa (iniciação científica) e extensão

De acordo com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2018, o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão estava inserido no planejamento estratégico do Unipê e tinha como meta, estabelecida no PDI 2017-2021, reforçar a indissociabilidade entre essas três dimensões e “Enfatizar a extensão na IES, em consonância com o Plano Nacional de Educação” (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 35).

Sem embargo, é provável que esteja sendo elaborado um novo PDI, já que o termo do atual se encerrará em breve, assim como em razão da mudança de mantenedoras (por consequência da venda da IES para o Grupo Educacional Cruzeiro do Sul). De forma que, sugere-se, quando o novo documento for divulgado, avaliar se a organização continuará priorizando (como meta) a ênfase na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dirigindo-se para um segundo indicador de análise, passemos ao exame da organização e da competência interna das políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa (iniciação científica) e para extensão do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul:

Compete, portanto, à **Pro-Reitoria de Assuntos Acadêmicos - PROAC**, juntamente com a **Coordenação de Monitoria, Pesquisa e Extensão – COMPEX**, coordenar o Programa Institucional de Pesquisa e Extensão, realizando o planejamento, organização e supervisão dos editais, eventos e demais atividades correlacionadas com o tema (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d, p. 1).

De acordo com o Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação do Unipê (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 75), em harmonia com o PDI 2017-2021, a política institucional de pesquisa acadêmica (iniciação científica) tem “áreas de concentração ligadas entre si pelo vetor da sustentabilidade” como eixo principal (norteador), bem como “pela concepção do desenvolvimento como processo sustentável” (*Ibid*, 2018, p. 75).

Nessa perspectiva, em 2018 (ano de publicação do relatório supracitado), a IES possuía três linhas de pesquisa para cada área de concentração de seus cursos, com o fim de desenvolver projetos interdisciplinares que envolviam as seguintes temáticas (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 75-76):

1. **Segurança Humana:** que engloba projetos com temáticas sobre “Segurança, direitos e comportamento do consumidor”; “Políticas públicas, diversidade e inclusão”; “Gênero e juventude (segurança, saúde e qualidade de vida)”; “Saúde e direitos do trabalhador”; “Saúde nas fases da vida”; “Segurança do paciente”; “Segurança digital”; “Vulnerabilidade social”;

2. **Saúde, Direito e Desenvolvimento:** que concentra projetos com temáticas sobre “Direito, desenvolvimento e acesso à informação”; “Educação, tecnologias, meio-ambiente e desenvolvimento”; “Meio ambiente, saúde, sociedade e inovação”; “Desenvolvimento e sustentabilidade”; “Saúde e qualidade de vida”;

3. **Design, Negócios, Cultura e Tecnologia:** cujas temáticas dos projetos dizem respeito a “Gestão por competências e desenvolvimento de pessoal”; “Gestão, inovação e negócios”; “Gestão pública”; “Inovação e tecnologia”; “Patrimônio histórico e cultural”.

Ainda acompanhando o Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação do Unipê (2018, p. 76, **grifo da pesquisadora**), naquele ano, foram abertos/desenvolvidos **74 projetos de pesquisa acadêmica (iniciação científica)** no primeiro semestre, e, no segundo (2018.2), **cinquenta e cinco**.

Importante ressaltar que, até 2018, ano em que o Unipê foi vendido para o grupo educacional Cruzeiro do Sul, o Centro Universitário era uma instituição educacional sem fins lucrativos, mantida pelos Institutos Paraibanos de Educação – IPÊ. Nesse aspecto, com essa natureza filantrópica, podia-se participar de editais públicos de financiamento, promovidos por agências de fomento e de incentivo à pesquisa, condição esta que com a mudança da organização e de seus estatutos não mais se mantém.

O processo de seleção para esses programas é aberto semestralmente, podendo participar os alunos regularmente matriculados em qualquer modalidade de curso de graduação (da EaD, do semipresencial ou do presencial). Sem embargo, não sabemos o percentual de discentes da graduação à distância (dessas duas modalidades) que participam de tais programas. No entanto, é provável que a CPA do Unipê tenha acesso a esses números, mas, até o momento, eles não foram publicizados.

Por conseguinte, no dia 01 de fevereiro do corrente ano, a IES publicou o Edital PRAC/COMPEX nº 01/2021, para tornar público o processo de seleção de estudantes para projetos de extensão e de pesquisa acadêmica para o semestre 2021.1 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021). Desse modo, estão em execução (atualmente) **53 projetos de extensão**, com **981 vagas** (ao total); assim como, **27 projetos de pesquisa acadêmica**, com **200 vagas** (ao total), distribuídas conforme o quadro ilustrativo a seguir:

Tabela 08 - Projetos de pesquisa e de extensão acadêmica do Unipê (2021.1)

Quantidade de projetos de pesquisa e de extensão acadêmica do Unipê/2021.1				
Curso promotor do projeto:	Modalidade:	Nº de projetos:	Nº de vagas:	Curso do aluno participante:
Administração	Extensão	2	60	Interdisciplinares
Arquitetura e Urbanismo	Pesquisa	5	33	4 projetos são exclusivos p/alunos de Arquitetura e 1 é interdisciplinar
Biomedicina	Extensão	1	20	Interdisciplinar
	Pesquisa	1	2	Interdisciplinar

Ciência da Computação	Extensão	3	200	Interdisciplinares
Ciências Contábeis	Extensão	2	106	Interdisciplinares
Design de Modas	Pesquisa	1	20	Exclusivo para alunos de <i>Design</i> de Modas
Direito	Extensão	6	160	5 projetos são interdisciplinares e 1 é exclusivo p/alunos de Direito
	Pesquisa	12	110	7 projetos são exclusivos p/alunos de Direito e 5 são interdisciplinares
Educação Física	Extensão	7	85	5 projetos são interdisciplinares e 2 são exclusivos p/alunos de Ed. Física
Enfermagem	Extensão	10	50	6 são exclusivos p/alunos de Enfermagem e 4 são interdisciplinares
	Pesquisa	2	20	Interdisciplinares
Engenharia Civil	Extensão	2	52	Interdisciplinares
	Pesquisa	2	12	Interdisciplinares
Fisioterapia	Extensão	6	67	4 projetos são exclusivos p/alunos de Fisioterapia e 2 são interdisciplinares
Fonoaudiologia	Extensão	3	30	Exclusivos p/alunos de Fonoaudiologia
Gestão de TI	Extensão	1	18	Interdisciplinar
Gestão de RH	Extensão	1	16	Interdisciplinar
Gestão Pública	Extensão	1	20	Interdisciplinar
Logística	Extensão	1	6	Interdisciplinar
Medicina	Extensão	4	24	2 são exclusivos p/alunos de Medicina e 2 são interdisciplinares
	Pesquisa	3	3	1 é exclusivo p/alunos de Medicina e 2 são interdisciplinares
Nutrição	Extensão	1	50	Interdisciplinar
Psicologia	Extensão	2	12	1 é exclusivo p/alunos de Psicologia e 1 é interdisciplinar
Serviço Social	Pesquisa	1	4	Interdisciplinar
	Extensão	1	5	Interdisciplinar

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações do Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

Ainda sobre os números de pesquisas acadêmicas/projetos de iniciação científica desenvolvidos pela instituição, infelizmente, não tivemos acesso aos números de 2019 e nem de 2020. Todavia, percebe-se que, em comparação à 2018.1, esse número caiu sensivelmente. Contudo, não é adequado, por hora, fazer ilação sobre essa redução, pois não sabemos se isto se deve em virtude de uma mudança de postura da IES, a partir da nova administração (mantenedora), no sentido de não mais apoiar o desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica; ou se a

diminuição é momentânea, efeito da suspensão das aulas presenciais (motivadas pela pandemia de covid-19), que dificultam a condução regular de um projeto de pesquisa (especialmente quando envolve pesquisa de campo) e/ou se é uma contenção circunstancial, consequência de uma provável perda ou encolhimento do número de matrículas, reflexo da crise econômica atual (agravada pela pandemia), dificultando o custeio dos estudos em uma IES privada.

Outra observação é que o número de projetos de extensão desenvolvidos pelo Unipê é quase o dobro da quantidade dos de iniciação científica, assim como, eles ofertam quase seis vezes mais vagas para a participação de estudantes do que o segundo grupo. De maneira que, a pesquisa acadêmica ainda não pode ser considerada proeminente na instituição. Porém, qualquer empenho e ação do Unipê/Cruzeiro do Sul nessa direção, em fomentar a criação de projetos e o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas no centro universitário, são louváveis e devem ser consideradas.

Além disso, analisando o quadro dos projetos de pesquisa e de extensão listados no Edital PROAC/COMPLEX nº 01/2021 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d, p. 05-17), identifica-se que há alguns cursos técnicos de graduação, como Análise e Desenvolvimento de Sistemas, *Design* de interiores, *Design* Gráfico, Estética e Cosmética, Gestão Ambiental, Gestão Financeira e Marketing, bem como os de graduação superior como Farmácia e Medicina Veterinária, que não promoveram nenhum projeto de pesquisa e nem de extensão, embora existam vagas para que os alunos desses cursos participem em projetos interdisciplinares, ofertados por outras coordenações.

Por sua vez, no que tange às políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão, pode-se dizer que, acompanhando a descrição dos dados (reunidos pela CPA no Relatório de Autoavaliação Institucional 2018), as modalidades de projetos de extensão, desenvolvidos pelo Unipê, dividem-se em dois programas (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 80):

a) **Programa de Extensão Institucional:** que compreende programas e projetos propostos pela instituição com periodicidade permanente; e

b) **Programa de Extensão Acadêmica:** que engloba programas e projetos propostos por docentes da instituição, semestralmente, e cujas atividades são assessoradas pela Coordenadoria de Extensão (COMPLEX) do Unipê, a título de renovação dos projetos e revisão dos auxílios estudantis.

Dando seguimento às informações do relatório mencionado anteriormente, em 2018.1, a IES ofertou **91 projetos de extensão** (entre as modalidades institucionais e acadêmica), e, no segundo semestre (2018.2), **noventa e dois** (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 80). Logo, quando se comparam esses números com o montante disponibilizado em 2018, também se constata que houve uma redução de projetos de extensão promovidos pela instituição, no primeiro semestre de 2021.

Outro aspecto observado é que, na visão desta pesquisadora, parte dos projetos de extensão atualmente proporcionados pelo Unipê, mais se assemelham (em termos de experiência) à prática profissional discente do que a um projeto de extensão universitária. Conquanto, se olharmos exclusivamente para o Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância para Credenciamento e Transformação de Organização Acadêmica do INEP (2017, p. 39), extensão é o “processo interdisciplinar educativo que promove a interação entre IES e outros setores da sociedade, aplicando o desenvolvimento científico e tecnológico junto aos agentes do meio externo”.

Assim, na percepção desta pesquisadora, há um elemento significativo que poderia ser incluído na definição supracitada, que é a noção do “bem comum” e que se associa à ideia de “responsabilidade”. Melanie Walker e Wilson-Strydom (2017) arguem que o ensino superior acarreta (entre outras coisas) em benefícios não mercantis, tanto sociais como privados, e que se estes não forem considerados como diretrizes das ações e projetos acadêmicos, a compreensão de bem comum (que deixará de ser assimilada pelos discentes) estará seriamente em risco (WALKER; WILSON-STRYDOM, 2017).

Em números, as bolsas institucionais referentes aos projetos de iniciação científica, de extensão e do coral Unipê, concedidas em 2018, foram respectivamente (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 61): 46, 136 e 30. Conquanto, infelizmente, não sabemos a quantidade de benefícios concedidos no atual semestre (2021.1), em razão desses dados não terem sido publicizados até o momento.

Ainda nesta seara, outras ações promovidas pela IES são (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021, p.3-4): oferecer treinamentos, visando à capacitação e qualificação dos discentes pesquisadores de iniciação científica e extensionistas; realizar eventos acadêmicos para incentivar a divulgação das atividades e resultados dos projetos (de pesquisa e de extensão), bem como estimular

a publicação de trabalhos científicos em encontros para essa esse fim (promovidos ou não pela PROAC/COMPEX) e em periódicos científicos.

Por último, gostaríamos de ressaltar a existência de diversos grupos de estudo e ligas acadêmicas vinculadas as cursos de graduação ou ao próprio centro universitário, como, por exemplo, em Psicologia (CURSO DE PSICOLOGIA UNIPÊ, 2020a) tem-se o LAEP – Liga da Psicanálise, o LIPS – Liga de Psicologia Social, o LAETCC – Liga de Teoria Cognitivo Comportamental e a Liga de Neurociência; em Medicina Veterinária, o GEAS – Grupo de Estudo de Animais Silvestres (2019); em Direito, o GEACE – Grupo de Estudos em Arbitragem, Mediação e Comércio Exterior (2017), entre outros.

Com isso, concluímos os indicadores que versam sobre as políticas de pesquisa e de extensão do Unipê. Como citado anteriormente, o detalhamento individual desses projetos dar-se-á nos subtópicos relacionados às suas áreas de estudo e objetivos específicos (4.2.6, 4.2.7, 4.2.8 e 4.2.9). O próximo assunto trata do programa de monitoria do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

Programa de Monitoria do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul

Com base no portal eletrônico do Unipê, a monitoria é uma atividade de ensino-aprendizagem, dentro da formação acadêmica, de natureza extra-curricular e que também se volta para a assistência e para o apoio pedagógico do estudante. Nas palavras da instituição (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021e, n.p.):

O objetivo geral do programa é despertar no aluno o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas.

Assim como ocorre com os programas de pesquisa (iniciação científica) e de extensão, também compete à **Pro-Reitoria de Assuntos Acadêmicos - PROAC**, juntamente com a **Coordenação de Monitoria, Pesquisa e Extensão – COMPEX**, coordenar o Programa Institucional de Monitoria, realizando o planejamento, organização e supervisão dos processos seletivos, editais, eventos e demais

atividades correlacionadas ao tema (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021e, p. 1).

A seleção para o programa acontece semestralmente e é conduzida por uma comissão, constituída por professores de áreas afins, podendo participar discentes regularmente matriculados na IES, a partir do segundo período e que tenham cursado a unidade curricular com oferta de monitoria (com média igual ou superior a 7,0), bem como disponham das horas semanais requeridas em edital para o desenvolvimento dos trabalhos (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021e).

Dentre as atividades atribuídas ao monitor, preveem-se (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021e, n.p.):

- Participar dos treinamentos e eventos organizados pela PROAC/COMPEX, que visem à capacitação, qualificação, avaliação e validação das atividades desenvolvidas pelo monitor;
- Auxiliar o professor na orientação aos alunos, na realização de trabalhos experimentais (quando for o caso), bem como no planejamento de materiais didáticos, de forma presencial (laboratórios ou salas de aula) e à distância;
- Auxiliar os estudantes, em grupos ou individualmente, para esclarecimentos de dúvidas e orientação de atividades extraclasse;
- Fazer uso do Ambiente Virtual como apoio das atividades realizadas, bem como controlar e registrar a frequência dos discentes nessas atividades;
- Auxiliar na aplicação de avaliações de aprendizagem, dentre outras que propiciem o aperfeiçoamento do monitor na unidade curricular, desde que sempre na presença do docente;
- Cumprir as horas previstas no Plano de Atividades de Monitoria e preencher o protocolo de Registro de Atividades do Monitor, até o dia 15 de cada mês, no semestre letivo de execução da monitoria, para validação do professor orientador;
- O não cumprimento das obrigações, comprovada pela emissão de dois protocolos de registro qualificados como INSUFICIENTE, acarretará no desligamento das atividades de monitoria.

Por sua vez, o docente orientador precisa acompanhar e avaliar as atividades desempenhadas pelo monitor, no que concerne a sua assiduidade, pontualidade, habilidade didática e domínio de conteúdo, assim como, validar os seus protocolos de registro de trabalho até o dia 15 de cada mês, no semestre letivo de execução da monitoria (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021e, n.p.).

No que corresponde ao incentivo estudantil, cujo valor é o mesmo aplicado aos programas de iniciação científica, extensão e coral universitário (não podendo, portanto, acumulá-los)⁴⁶, cabe à PROAC analisar e decidir quanto ao número de

⁴⁶ O estudante selecionado no processo de Monitoria também deixará de receber o incentivo estudantil, na hipótese de ser beneficiário de bolsa do PROUNI 100%, podendo permanecer na atividade como voluntário (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021e, p.4).

vagas beneficiadas com ele e fazer a sua distribuição (quando existentes), respeitando os seguintes critérios (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021e, n.p.):

- I. Unidade curricular teórica ou prática dos semestres letivos iniciais;
- II. Unidade curricular teórica ou prática consideradas críticas por apresentarem índices de reprovação expressivos;
- III. Unidade curricular de caráter teórico ou prático que possua complexidade em seus conteúdos.

Assim, no dia 01 de fevereiro do corrente ano, o Unipê publicou o Edital PRAC/COMPEX nº 02/2021, para tornar pública a abertura das inscrições para o Processo Seletivo de Monitoria, para os componentes curriculares dos cursos, distribuídos consoante o quadro ilustrativo a seguir:

Tabela 09 - Tabela de distribuição de vagas de Monitoria por cursos e componentes curriculares do Unipê (2021.1)

Programa de Monitoria - Distribuição de vagas por cursos e componentes curriculares do Unipê (2021.1)			
Curso:	Comp. curriculares c/ monitoria:	Nº de vagas:	Distribuição das vagas por turno (turmas):
Administração	1	1	1 única vaga p/os 2 turnos (manhã/noite)
Arquitetura e Urbanismo	5	9	5 vagas – Manhã 4 vagas – Noite
Biomedicina	5	10	5 vagas – Manhã 5 vagas – Noite
Ciência da Computação	3	3	3 vagas – Noite
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1	1	1 vaga – Noite
Rede de Computadores	1	1	1 vaga – Noite
Sistemas para Internet	1	1	1 vaga – Noite
<i>Design</i> de Interiores	2	2	2 vagas – Noite
<i>Design</i> de Moda	3	3	3 vagas – Noite
<i>Design</i> Gráfico	2	2	2 vagas – Noite
Direito	22	28	9 vagas - Manhã (Turmas - C,D,E) 7 vagas – Noite (Turmas – A, B) 12 vagas – Manhã e Noite (Turmas A,B,C,D)
Educação Física	3	3	Manhã e Noite

Enfermagem	13	22	Integral (M,T,N)
Engenharias (Componentes comuns)	2	2	Tarde
Engenharia Civil	7	7	Tarde
Estética e Cosmético	4	8	4 vagas – Manhã (Turma A) 4 vagas – Noite (Turma B)
Farmácia	5	10	5 vagas – Manhã (Turma A) 5 vagas – Noite (Turma B)
Fisioterapia	15	30	15 vagas - Manhã 15 vagas – Noite
Fonoaudiologia	8	8	Tarde
Medicina	21	53	Turno integral (M,T,N)
Medicina Veterinária	6	18	9 vagas – Manhã 9 vagas – Noite
Nutrição	5	10	5 vagas – Manhã (Turma A) 5 vagas – Noite (Turma B)
Odontologia	21	91	57 vagas – Manhã (Turma A) 34 vagas – Noite (Turma B)
Psicologia	23	57	28 vagas – Noite (Turma A) 15 vagas – Manhã (Turma C) 14 vagas – Tarde (Turma B)

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações do Edital PROAC/COMPLEX nº 02/2021 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021e).

Percebe-se, observando o quadro ilustrativo acima, que há alguns cursos técnicos de graduação, como Gestão Ambiental, Gestão Financeira, Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos, Gestão da Tecnologia da Informação, Logística e Marketing, bem como os de graduação como Ciências Contábeis e Serviço Social, que não ofereceram vaga para monitoria em nenhum dos componentes da sua grade curricular. Coincidentemente, três desses exemplos também não promoveram nenhum projeto de pesquisa e nem de extensão este semestre (2021.1), são eles: Gestão Ambiental, Gestão Financeira e Marketing, o que nos induz a crer que devem ter poucos alunos matriculados (ou nenhum). Conjectura que, infelizmente, não temos como aferir, já que não tivemos acesso ao número de estudantes matriculados na instituição (nem em relação ao montante total e nem por curso de graduação).

Sem embargo, o fato é que, no semestre atual (2021.1), o Programa de Monitoria Institucional está oferecendo **393 vagas para monitores**, em **179 componentes curriculares**, de **23 cursos** da IES (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE

JOÃO PESSOA, 2021e). Quando se compara esse dado com os divulgados no Relatório de Autoavaliação Institucional 2018, verifica-se que, no primeiro semestre daquele ano, o Unipê havia oferecido **291 vagas** para Monitoria, e, no segundo (2018.2), **480 vagas** ao total (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 48, **grifo nosso**). Lamentavelmente, como já mencionado, não tivemos acesso aos números (da Monitoria) correspondentes à 2019 e à 2020. Conquanto, apesar do elevado número de vagas de monitoria ofertadas em 2018.2, calculando-se a média entre os três valores citados, ver-se-á que o número atual de vagas encontra-se em um patamar regular.

É ponderável, no entanto, acompanhar esses números, uma vez que o Decreto nº 9.235/2017 passou a exigir (dentre outros requisitos), para o (re)credenciamento como Centro Universitário, que a IES possua programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, porém, lamentavelmente, a norma criou uma faculdade, permitindo incluir nesta modalidade, programas de iniciação profissional ou tecnológica e de **iniciação à docência**, isto é, monitoria (BRASIL, 2017b), equiparando essas três dimensões, ainda que tenham finalidades distintas.

Por essa razão, no ponto de vista desta pesquisadora, se assim permanecer a exigência legal, a tendência é que, nas instituições privadas, os projetos de científica sejam, aos poucos, substituídos pelos de iniciação profissional/tecnológica e de iniciação à docência, minquando cada vez mais o estímulo e a valorização à pesquisa na rede superior privada do país.

Por último, no que tange aos números de incentivos estudantis distribuídos ao Programa de Monitoria (em 2021.1), mais uma vez, essa informação não foi publicizada. No entanto, examinando o Relatório de Autoavaliação Institucional, constata-se que foram concedidos (pela instituição), em 2018, **cento e vinte e cinco benefícios estudantis** no primeiro semestre, e, **cento e vinte e um** no segundo, para o programa de Monitoria (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 48, **grifo nosso**). Depreende-se, portanto, que apesar do número de vagas de monitoria ter aumentado consideravelmente em 2018.2, a quantidade de bolsas distribuídas para o programa (praticamente) manteve-se a mesma.

O indicador, a seguir, versa sobre a política de internacionalização e de mobilidade acadêmica do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

Da política de internacionalização e de mobilidade acadêmica do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul
--

Acompanhando, ainda, o Relatório de Autoavaliação Institucional 2018 (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 36), a mobilidade acadêmica está inclusa no planejamento estratégico da IES, cuja meta programática prevista no PDI 2017–2021 era: “Incentivar a mobilidade acadêmica entre instituições parceiras (nacionais e internacionais)”. Para isso, o Unipê criou o Programa Institucional de Internacionalização, coordenado pelo **Escritório de Internacionalização e Redes de Cooperação (EIRC)**, órgão responsável pela documentação, organização, estudo, planejamento, celebração, execução e acompanhamento dos projetos, convênios e ações próprias à internacionalização da entidade (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021g).

Entre as instituições conveniadas com a IES estão (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021g, n.p.): Universidade de Coimbra (Portugal), Universidad San Luiz Gonzaga (Peru), Universidad Politécnica Metropolitana de Puebla (México), Universidad Autónoma Chapingo (México), Universidad CES (Colômbia) e Miami Anatomic Research Center (EUA). Conquanto, o sítio eletrônico não dispõe de informações mais detalhadas sobre o período de duração desses convênios, nem sobre a natureza da parceria (se para fins de desenvolvimento de pesquisas científicas, de formação de grupos de estudo, de intercâmbio discente e/ou docente, etc.).

Recentemente, Arthur Lima (2021b), coordenador da Coordenadoria de Monitoria, Pesquisa e Extensão (COMPEX) do centro universitário reportado, divulgou, nas redes sociais, a notícia sobre a abertura de inscrições para “Intercâmbio Acadêmico Remoto do Unipê/Cruzeiro do Sul”, para o semestre 2021.2 (agosto-dezembro), para a *Universidad Científica del Sur*, no Peru. Para participar do programa, é necessário certificado B2 em língua espanhola e ser estudante de um dos seguintes cursos da casa: Medicina, Nutrição, Psicologia, Medicina Veterinária, Direito, Arquitetura, Administração e Contabilidade.

Ainda mais, sobre este ponto, o EIRC está com uma chamada aberta para a produção de um periódico – “Cadernos de Internacionalização” (ainda não estreado), até o dia 15 de junho do corrente ano, para publicação de: artigos, ensaios, relatos de experiência, resenha de obra estrangeira, relatórios de estágio no exterior e/ou

entrevistas sobre temas internacionais, para o corpo estudantil (graduandos e pós-graduandos, atual e egressos) e docentes do centro universitário, que tenham realizado intercâmbio acadêmico pela Instituição, de acordo com a publicação divulgada na rede social oficial do coordenador da COMPEX (LIMA, 2021).

O indicador a ser analisado, em seguida, versa sobre a política institucional de estágios (obrigatórios e/ou não-obrigatórios).

Política institucional de estágios

No Unipê, a Coordenação de Estágios Institucional – COESI é o órgão responsável pelo planejamento, organização e intermediação de convênios de estágios para os discentes dos cursos de graduação da instituição. Existem, nesse sentido, dois tipos de estágios acadêmicos: o Estágio Curricular Supervisionado (de caráter obrigatório e não remunerado) e a Prática Profissional, também conhecida como “Estágio Profissional não-obrigatório e remunerado”.

A primeira modalidade é um componente curricular do curso, que “integra um conjunto de atividades que o aluno deverá desenvolver, em situações reais de vida e do trabalho, sob a supervisão de um docente” (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 28) e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma (BRASIL, 2008). Por isso, diz-se “obrigatório” e não deve ser remunerado.

O objetivo desse componente curricular ser incluído à grade de disciplinas é garantir que o discente não conclua a formação acadêmica (daquele curso que a possui), sem ter contato com a prática profissional, permitindo-lhe o exercício e a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos na graduação, assim como, ampliar a sua percepção teórico-prática da profissão que irá exercer, contribuindo, portanto, para sua aprendizagem profissional, social e cultural (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 28).

Conseqüentemente, devido a sua importância para a formação e preparação profissional do estudante, o Estágio Curricular Supervisionado integrava o programa estratégico da IES, conforme aduz o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA (2018, p.36), e cuja meta programática inserida no PDI 2017-2021 era: “Garantir um Estágio Curricular Supervisionado de qualidade, completamente alinhado ao mercado, para todos os alunos”.

No que concerne ao segundo tipo, diz-se do estágio não-obrigatório como uma atividade opcional, por decisão voluntária do aluno, com o objetivo de prática profissional, devendo, dessa maneira, receber uma bolsa ou outra forma de

contraprestação (pelas atividades desempenhadas), e cuja carga horária máxima exigida é de até 30 horas semanais, nos termos da Lei n.º 11.788/2008, que regula as relações de estágio no país (BRASIL, 2008). Vale destacar que, nesta hipótese, o período máximo de estágio em uma mesma empresa/organização é de até 2 anos (BRASIL, 2008).

Em qualquer das modalidades, o estudante precisa elaborar, a cada seis meses, um “Relatório de Estágio”, que consiste em um documento de acompanhamento das atividades desempenhadas pelo estagiário, no local de trabalho, e que, antes de ser anexado ao sistema institucional do Unipê, deve ser referendado pelo supervisor de campo (responsável pelo estagiário).

O programa de estágio pode ser ofertado pela IES, denominando-se estágio institucional, ou por outras pessoas jurídicas (organizações, empresas, órgãos públicos, etc.), por intermédio de convênios e parcerias celebrados com o centro universitário (para esse fim). Quando proporcionado pela instituição, é uma oportunidade de integrar, no seu projeto pedagógico, atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Como vimos nas análises sobre a política de extensão, há projetos em execução no Unipê, cujas atividades favorecem à prática profissional discente, como, por exemplo, os promovidos pelo centro de informação e inovação – Ubtech *Business* e Ubtech TI, por meio dos escritórios profissionais, ou os desempenhados pelo Centro de Saúde, nas clínicas-escolas⁴⁷ da casa. Outro exemplo que também pode ser citado, é o trabalho desenvolvido na Câmara de Arbitragem e Mediação e do Núcleo de Prática Jurídica⁴⁸, que englobam o Projeto de Extensão Direitos Fundamentais e Trabalho Infantil – PRODFTIN e o Centro de Atendimento Jurídico Popular – CAJUP (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m).

Por fim, a política institucional de Estágio Curricular Supervisionado também é voltada para os cursos EaD. Porém, esta pesquisadora não encontrou informações e nem dados sobre o assunto, nem no sítio eletrônico da IES e nem no Relatório de Autoavaliação Institucional 2018.

No item seguinte, serão examinados os indicadores concernentes à categoria de análise que versa sobre as políticas institucionais (vinculadas ou não a programas

⁴⁷ Sobre o assunto, ver item 4.2.9.

⁴⁸ Sobre o assunto, ver item 4.2.8.

ou projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão) que incentivem a inovação, a cidadania e o desenvolvimento social, econômico e técnico-científico.

4.2.6 Inovação, cidadania, desenvolvimento social, econômico e técnico científico

Esta categoria diz respeito às políticas de incentivo à produção discente tecnológica e científica, inovação, impacto social, desenvolvimento econômico e empreendedorismo. Embora na Lei do SINAES, as políticas de incentivo à produção acadêmica discente se encontrem previstas na dimensão relacionada à gestão acadêmica, nesta pesquisa, optou-se por analisá-las à parte, dentro de uma categoria própria, que reúne indicadores voltados às produções científicas, ações e/ou projetos direcionados para a comunidade que influenciem ou sejam capazes de influenciar positivamente o ambiente social em que estão inseridos e/ou que contribuam para a melhoria dos indicadores socioeconômicos dos participantes, tais como aumento da renda *per capita* ou familiar, qualificação profissional, empreendedorismo, etc., ou que contribuam com o desenvolvimento econômico e/ou social do meio (BRASIL, 2004).

Também serão analisados, começando por elas, as políticas institucionais de incentivo à produção e publicações científicas (incluindo a existência de revistas e periódicos mantidas ou fomentadas pela IES), bem como os órgãos/comitês de ética responsáveis pelas análises dos projetos de pesquisas desenvolvidos pelos discentes e docentes da instituição. Por conseguinte, no tocante a esses indicadores, têm-se:

Tabela 10 - Revistas e periódicos do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê/Cruzeiro do Sul

Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância:	
Revistas e Periódicos Científicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Revista Pluri (ISSN: 2596-1098): Trata-se de um periódico de temática interdisciplinar, vinculado ao Programa Interdisciplinar de Práticas Científicas, Tecnológicas e Profissionais da Pró-reitoria de Educação a Distância, da Cruzeiro do Sul Virtual. Editada na versão eletrônica e impressa (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020e).
Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul:	
Revistas e Periódicos Científicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Direito & Desenvolvimento: Versa-se sobre uma revista de publicação semestral, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado, do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Editada desde 2010 e publicada tanto na versão <i>on-line</i> (ISSN-e 2236-0859), quanto na impressa (ISSN 2177-0026).

	<p>Possui classificação estrato B1 de periódicos do Programa <i>Qualis</i> da Capes e tem como fim difundir as pesquisas (de docentes/discentes) da sua instituição, bem como de autores nacionais e internacionais. O título do periódico reflete a área de concentração que tem orientado a pesquisa docente da instituição, “ou seja, sua linha editorial abrange estudos relacionados à temática Direito e Desenvolvimento a partir das linhas de pesquisa” do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado, do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ (2021j). Possui um processo de avaliação pelos pares e política de acesso livre (<i>Ibid</i>, 2021j).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interscientia (ISSN 2317-7217): A <i>Interscientia</i> é uma revista eletrônica, de publicação semestral, vinculada ao Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. “É um espaço de divulgação de âmbito acadêmico que busca fomentar a produção científica e a disseminação de conhecimento multidisciplinar, objetivando a troca de informações, a reflexão e o debate, provendo assim o desenvolvimento social e científico” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021k, n.p.). Tem como compromisso a difusão de pesquisas de docentes, discentes e pesquisadores da instituição, bem como de demais autores nacionais e internacionais (<i>Ibid</i>, 2021k). Possui classificação estrato B4 de periódicos do Programa <i>Qualis</i> da Capes, para a área interdisciplinar, processo de avaliação pelos Pares e política de acesso livre (<i>Ibidem</i>, 2021k). • Teia Design: É uma revista eletrônica, de periodicidade semestral, vinculada ao Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, para divulgação técnica e científica de pesquisas e projetos de diversas áreas do <i>Design</i>, que se enquadrem nos quatro Eixos Temáticos do periódico: Tecnologia, Ensino, Inovação e Aplicações (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021l). Possui processo de avaliação pelos Pares e política de acesso livre de conteúdo (<i>Ibid</i>, 2021l).
	<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo de Publicações Institucionais – NPI: O NPI é um órgão da Pró-Reitoria Acadêmica do Unipê, responsável pelas publicações da instituição, mais especificamente quanto à organização, edição, criação de projetos gráficos e diagramação de livros (impressos e digitais), revistas, cartilhas, catálogos, manuais, anais de eventos e periódicos científicos, ou seja, das produções institucionais publicadas pelo Centro Universitário de João Pessoa – Unipê (PIMENTEL, 2020). Há, ainda, o Unipê Books, portal eletrônico da IES que reúne livros, cadernos de resumos, cartilhas e anais de eventos da instituição, e, a nível nacional, o Comitê de Publicações Acadêmicas da Cruzeiro do Sul Educacional (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2020a). <p>Oportuno ressaltar que o NPI está com chamada aberta para submissão de artigos, para integrar os capítulos do livro – “TCCendo Saberes”, sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) aprovados e defendidos na casa, durante os anos de 2019 e 2020, segundo publicação divulgada pelo coordenador da COMPEX/Unipê, em seu perfil oficial no <i>Instagram</i> (LIMA, 2021c).</p>

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Ademais, existem dois órgãos importantes de serem mencionados, concernentes às pesquisas científicas desenvolvidas na IES, são eles:

- **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/Unipê):**

Consoante o *website* do Centro Universitário de João Pessoa (2021b, n.p.), o CEP é:

[...] um órgão colegiado independente, multiprofissional, inter e transdisciplinar, de relevância pública, de natureza técnica e científica, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, que incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça, equidade, entre outros.

Ele tem como atribuição regulamentar, analisar e aprovar a realização de pesquisas científicas que envolvam seres humanos (direta ou indiretamente), inclusive os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas e epidemiológicas, que forem submetidas por discentes e/ou docentes do Unipê, exarando parecer em conformidade com as Resoluções nº 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (Centro Universitário de João Pessoa (2021b).

- **Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA/Unipê):** Em concordância com o *site* do Centro Universitário de João Pessoa (2021c, n.p.), o CEUA é:

[...] um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, com regimento próprio, cujas atribuições e competências são definidas conforme o disposto na Lei n.º 11.794/2008 e em resoluções do Conselho Nacional de Experimentação Nacional (CONCEA) que cria o Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais.

Essa comissão tem como função “[...] avaliar, sob o ponto de vista ético e legal, toda e qualquer proposta de atividade científica ou educacional que envolva a utilização de animais vivos não-humanos, sob a responsabilidade da Instituição, em atividade didática e científica” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021c, n.p.), considerando a legislação pertinente sobre o assunto, em especial o disposto na Lei Federal n.º 11.794/2008, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais, na Lei Estadual nº 11.140/2018, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado da Paraíba e nas demais diretrizes normativas nacionais e internacionais, pertinentes à utilização de animais para pesquisa e ensino. Portanto, projetos de pesquisa e/ou de disciplina que envolvam protocolos com uso de animais devem ser submetidos à apreciação (avaliação) dos pareceristas da CEUA/Unipê, antes de se iniciar os procedimentos planejados (*Ibid*, 2021c).

Contiguamente, outro indicador a ser analisado corresponde à existência de políticas institucionais, vinculadas ou não a projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, voltados para o desenvolvimento econômico, social, inovação, cidadania e empreendedorismo. Desse modo, apresenta-se, adiante, os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos no atual semestre letivo (2021.1), direcionados para esses fins, no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

Projetos voltados para o desenvolvimento econômico, social, inovação, cidadania e empreendedorismo do Unipê/Cruzeiro do Sul (2021.1)

Os **projetos de pesquisa** acadêmica sobre os temas citados (acima) e em desenvolvimento, atualmente (semestre 2021.1), no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul, são:

- **Projeto de pesquisa – Título: “Ferramentas de controle social do tributo: construindo a cidadania ativa/rede”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.): “[...] desenvolver um aplicativo que sirva como ferramenta de controle social do gasto público”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 20 vagas para estudantes de graduação em Direito, Gestão Pública, Ciências Contábeis e Gestão de TI, que estejam cursando a partir do 4º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Integração municipal, gestão e tecnologia: ações do governo eletrônico nas políticas públicas metropolitanas”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.): “[...] fazer um panorama geral sobre os processos de integração urbana, bem como discutir as ações de governança eletrônica nessas unidades”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 5 vagas para estudantes de graduação em Direito, Gestão Pública, Ciências da Computação e Sistemas para Internet, que estejam cursando a partir do 5º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras

institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu mais informações sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “*Função social e responsabilidade social das empresas*”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.): “[...] estudar a função social da empresa e analisar as ações de empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 20 vagas para estudantes de graduação em Direito, que estejam cursando a partir do 5º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “*O controle social da administração pública: mecanismos de participação popular na definição das políticas públicas*”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.): “[...] definir os meios constitucionais de controle social das políticas públicas, enfatizando sua importância para o aprimoramento das decisões políticas, especialmente por ser o cidadão o destinatário da gestão administrativa”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 05 vagas para estudantes de graduação em Direito e Gestão Pública, que estejam cursando entre o 4º e o 8º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação do curso não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “*Qual escola de Arquitetura teremos em 2030?*”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e encontra-se com edital de seleção aberto, ofertando 10 vagas para discentes de Arquitetura, que estejam cursando a partir do 5º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Ela teve início em 2020.1, porém, com as dificuldades do Ensino Remoto Síncrono Emergencial – ERSE, provocado pela pandemia do covid-19, no 2º semestre daquele ano, o projeto foi suspenso, vindo a ser retomado em 2021.1, sob a coordenação de dois docentes do curso, sendo um coordenador e o outro colaborador (AMARAL, 2021). Tem como

objetivo geral estudar os possíveis distanciamentos entre o ensino e a atuação profissional do(a) graduado(a) em Arquitetura e Urbanismo (*Ibid*, 2021). Não há prazo estimado para a conclusão das atividades, podendo haver prorrogação da pesquisa, a depender do desenvolvimento dos trabalhos (*Ibidem*, 2021).

- **Projeto de pesquisa – Título: “Aplicações de conceitos matemáticos na Engenharia Civil”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Engenharia Civil e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p):

[...] promover a compreensão do aluno às disciplinas de cálculo, pesquisando aplicações de diferencial e integral em áreas da engenharia civil, despertando assim não só o interesse nessas disciplinas e a compreensão de sua importância, como, também, incentivá-lo à pesquisa na área.

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 8 vagas para estudantes de graduação de qualquer das Engenharias e 2 vagas para discentes de Ciência da Computação (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação das Engenharias (Engenharia Civil) não forneceu informações mais detalhadas sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Estudo do comportamento de solos reforçados com fibras de politereftalato de etileno em aterros de rodovias”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Engenharia Civil e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p): “[...] verificar o comportamento de solos reforçados com fibras de garrafa pet em aterros de rodovias”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 2 vagas para estudantes de Engenharia Civil e de Arquitetura (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação do curso não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Desenvolvimento de aplicativo para anamnese digital para disciplina de semiologia médica”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Medicina e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p): “Desenvolver um aplicativo para *anamnese* que auxilie no suporte assistencial e educação permanente dos acadêmicos de medicina do Unipê”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este

se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 03 vagas para estudantes de Medicina, Gestão da Tecnologia da Informação, Ciências da Computação e Sistemas para Internet, que estejam cursando a partir do 5º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Medicina não forneceu mais informações sobre o projeto.

Os **projetos de extensão** acadêmica, sobre os temas citados (acima) e em desenvolvimento, atualmente (semestre 2021.1), no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul, são:

- **Projeto de extensão – Título: “Administração para todos”**: Este projeto de extensão institucional é vinculado ao curso de Administração e tem como objetivo geral oferecer cursos de capacitação às comunidades carentes, a fim de proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?). Essas aulas acontecem aos sábados e são ministradas por instrutores e monitores, discentes dos cursos da Ubtech Business, os quais recebem capacitação pedagógica e formação específica dos docentes (participantes do projeto), para ministrarem as oficinas, que têm uma carga horária total, com certificação ao final, de 30 horas-aula (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 15 vagas para estudantes dos cursos integrantes do Ubtech *Business*, que estejam cursando a partir do 3º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). De acordo com a página institucional do Unipê (2021m), já participaram dos cursos ministrados no projeto uma média de 300 estudantes. A inscrição é gratuita, entretanto, é cobrada a doação de um quilo de alimento não perecível que, ao termo da arrecadação, são doados a instituições de caridade (*Ibid*, 2021m).

- **Projeto de extensão – Título: “Ubtech Office - Escritório de negócios e consultoria”**: Este projeto institucional de extensão é vinculado ao curso de Administração e tem como objetivo geral estimular a prática dos alunos dos cursos do Ubtech *Business*, para que eles desenvolvam “[...] projetos em diversas áreas organizacionais para atender demandas reais do mercado, por meio de parcerias firmadas com organizações locais” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 45 vagas para estudantes de qualquer dos

cursos integrantes do Ubtech *Business*, que estejam cursando a partir do 3º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Administração não forneceu mais informações sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “Fábrica de software”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Ciência da Computação (Ubtech TI) e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p):

Ser o campo de prática dos cursos do Ubtech TI e estabelecer o elo entre a sala de aula e o mercado de trabalho, dando apoio interno e externo a projetos comerciais e a projetos de pesquisa e extensão existentes no unipê, além de manter parcerias com instituições públicas e privadas da região, com foco no desenvolvimento de produtos de tecnologia da informação.

Conforme os Anais do I Encontro Integrado de Pesquisa e Extensão do Unipê (2008, p. 93), os discentes extensionistas do projeto têm contato com demandas reais do mercado de trabalho para programação, tendo a possibilidade de desenvolver *softwares* nas modalidades de:

[...] sistemas de informação na WEB, aplicativos para dispositivos móveis, ferramentas de produtividade com interface homem-máquina inovadoras, sistemas especialistas, jogos educativos e de entretenimento, e ferramentas e processos para administração de redes de computadores, exercendo a inter e transdisciplinaridade necessárias à formação de um profissional diferenciado para ingresso no mercado de trabalho.

No Edital PROAC/COMPLEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 100 vagas para estudantes dos cursos integrantes do Ubtech TI, de qualquer período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Ciência da Computação não forneceu informações mais detalhadas sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal – NAF”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Ciências Contábeis e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p):

Propiciar ao aluno um aprendizado com base em situações totalmente reais e que ocorrem no dia a dia do profissional contábil, com treinamento fornecido pela receita federal que é parceira no projeto, bem como propiciar um leque de serviços gratuitos e de qualidade para a sociedade, mais especificamente as pessoas físicas com demandas tributárias e aos micro empreendedores individuais.

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 06 vagas para estudantes de qualquer dos cursos integrantes do Ubtech Business, de qualquer período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Ciências Contábeis não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “Sabadão do Imposto de Renda”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Ciências Contábeis e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): “Desenvolver nos alunos da graduação a capacidade de compreender a sistemática do imposto de renda, preencher e entregar a declaração de imposto de renda das pessoas físicas”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 100 vagas para estudantes de qualquer curso do Ubtech *Business*, que estejam cursando a partir do 3º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Ciências Contábeis não forneceu mais informações sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “SAEP - Sistematização da assistência de enfermagem perioperatória, como ferramenta tecnológica para o processo de cuidar”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): “[...] implementar o processo da sistematização da assistência de enfermagem perioperatória como ferramenta tecnológica para o cuidar em saúde por meio das atividades propostas para o discente”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 8 vagas para estudantes de graduação em Enfermagem, que estejam cursando a partir do 4º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Enfermagem não forneceu informações mais detalhadas sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “Escritório de projetos e consultorias”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Engenharia Civil e tem como fim proporcionar prática acadêmica aos estudantes de Engenharia Civil e de Arquitetura, visando a atender demandas reais do mercado, por intermédio de parcerias firmadas com organizações locais, para desenvolver projetos e consultorias (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m, n.p.). No Edital

PROAC/COMPEX nº 01/2021, está ofertando 20 vagas para estudantes de Engenharia Civil e 20 para os de Arquitetura, cujo pré-requisito é estarem cursando a partir do 8º período em Arquitetura e o 10º período em Engenharia Civil (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação do curso não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “CPU - Clube de Programação do Unipê”:**

Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Gestão da Tecnologia da Informação e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): “[...] agregar ao currículo acadêmico dos alunos da Ubtech TI as habilidades básicas e avançadas de programação (desenvolvimento de *software*), através de treinamentos, no aprendizado de resolução de problemas envolvendo algoritmos e estruturas de dados”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 18 vagas para estudantes dos cursos integrantes do Ubtech TI, que estejam cursando a partir do 2º período e que tenham CRE acima de 8,0 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação não forneceu mais informações sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “RHUM - Orientando e desenvolvendo pessoas”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Gestão de Recursos Humanos (RH) e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 397-398): “[...] oferecer experiências práticas capazes de diferenciar seus egressos, (...) e se propõe a colocar alunos para atuar em atividades reais de Recursos Humanos”. O primeiro ano do projeto foi em 2018 e contou com a coordenação de uma professora do curso de Gestão de RH e com a participação de 14 extensionistas, cujas atividades práticas foram desenvolvidas na Fundação de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD) de João Pessoa – PB, com o fim de contribuir para a empregabilidade dos usuários da Fundação (*Ibid*, 2018, p. 398). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 16 vagas para estudantes dos cursos do Ubtech *Business* e de Psicologia, que estejam cursando a partir do 1º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Públic – Discovery”:** Este projeto institucional de extensão é vinculado ao curso de Gestão Pública e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p):

Otimizar a formação profissional dos discentes de gestão pública e demais cursos da Ubtech *Business* que tenham afinidade com o projeto, desenvolvendo atividades práticas junto aos mesmos, através do envolvimento na prestação de consultorias às prefeituras, fundações e organizações do terceiro setor, pertencentes ao estado da Paraíba.

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 20 vagas para estudantes de qualquer dos cursos integrantes do Ubtech *Business* (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações mais detalhadas sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “Junior Achievement - Meu dinheiro, meu negócio”:** Este projeto institucional de extensão é vinculado ao curso de Logística e tem como objetivo (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m, n.p.):

Realizar *workshops* e programas relacionados com empreendedorismo e *startups* abrangendo estudantes do ensino médio da rede estadual de educação. Ao fim dos programas, as equipes participam de uma competição nacional para apresentar os projetos de *startups* desenvolvidos e seus respectivos protótipos de produtos.

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 06 vagas para estudantes dos cursos do Ubtech *Business*, que estejam cursando do 1º ao 8º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de extensão – Título: “Empreendedorismo social: o olhar para comunidades”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Serviço Social e tem como objetivo geral promover a qualificação profissional e promoção de diagnóstico social na Comunidade do Timbó (SERVIÇO SOCIAL UNIPÊ, 2021). Ele é coordenado por duas professoras do curso e tem previsão de duração de um ano (dois semestres). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, foram ofertadas 5 vagas para estudantes de Serviço Social, Psicologia e Direito, que estejam cursando a partir do 5º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

De modo contíguo, serão avaliadas as políticas, programas ou ações, vinculados ou não, a projetos pedagógicos, extensão e/ou pesquisa, voltadas para a preservação da memória e patrimônio cultural, para a produção artística, para a prática esportiva e educativa, incluindo-se as que disponibilizam serviços para a comunidade externa, desenvolvidos pelo Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

4.2.7 Memória, cultura, patrimônio, educação e esportes

Os indicadores desta categoria referem-se à dimensão avaliativa do inciso III, do Art. 3º, da Lei nº 10.861/2004, mais especificamente quanto às políticas institucionais voltadas para a preservação da memória e patrimônio cultural (BRASIL, 2004), assim como às de incentivo à produção artística, à prática esportiva e educativa. Incluem-se, também, neste grupo, ações e/ou projetos que permitam o acesso da comunidade a serviços de educação, cultura, música, artes e/ou prática de esportes, vinculados ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa nessas áreas.

Os primeiros indicadores analisados, a seguir, tratam-se de projetos, ações ou políticas institucionais voltadas ao incentivo à produção artística, incluindo, nesse sentido, serviços voltados para a área da cultura, música e artes, disponíveis à comunidade interna e/ou externa, do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

Sobre o incentivo à produção artística, cultural, musical e afins

Seguindo as descrições do Relatório de Autoavaliação Institucional 2018 (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 35), percebe-se que o incentivo à cultura, ao esporte e ao lazer estavam inseridos no planejamento estratégico do centro universitário, cujas metas programáticas, incluídas no PDI 2017 – 2021, previam: “Difundir, institucionalmente, a cultura, o esporte e o lazer” (*Ibid*, 2018, p. 35) e “Apoiar a realização de eventos (internos e externos) e a produção (artística, cultural e científica) discente”.

Em razão da sua importância, na confirmação da responsabilidade social da IES, demonstram-se, abaixo, os programas, projetos e/ou ações institucionais criados para esse fim:

- **Programa de Responsabilidade Cultural:** Este é um projeto institucional que tem como objetivo difundir atividades artísticas e culturais, bem como valorizar a cultura paraibana e da região, por meio de atividades no *Campus* da IES, bem como divulgando-as no seu *website* e redes sociais (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m). Esse projeto teve início em 2012 e suas ações abrangem: Cineclube UNIPÊ e mostra integrada de curtas; UNIPÊ com Música, com apresentações de músicos convidados no Centro de Vivência da instituição; lançamentos de livros publicados pelo Núcleo de Publicações Institucionais (NPI); exposição de artes plásticas no *Campus*; Coral Universitário; Núcleo de Voluntariado e Espiritualidade (VOE) e apoio às atividades dos cursos e à realização de eventos institucionais internos e externos ao *Campus* (*Ibid*, 2021m).

Essas ações são, em geral, coordenadas pelo NPI, que, nesse semestre (2021.1), ofereceu 02 vagas de estágio com subsídio estudantil (através de desconto na mensalidade do estudante) e com duração 06 meses, prorrogável por igual período (CURSO DE ENFERMAGEM UNIPÊ, 2021, n.p.).

- **Programa Esporte para Todos:** Este é um projeto institucional que tem como objetivo estimular a prática de esportes pela comunidade discente do Unipê e está dimensionado para a formação de equipes esportivas, bem como proporcionar aos atletas de modalidades individuais (como natação, judô, atletismo, etc.), que tiverem melhor desempenho nas competições da modalidade, apoio/incentivo estudantil, para participar de competições esportivas, representando a instituição (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m).

- **Do Coral do Unipê:** O Unipê possui um coro de vozes, o qual, em 2021, completa vinte anos de atividade (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021h). A inscrição para compor o seu quadro de cantores é anual e aberta ao público em geral, podendo participar do processo seletivo tanto estudantes, docentes, funcionários, assim como pessoas da comunidade externa. No entanto, os discentes selecionados recebem benefício estudantil, no valor de R\$ 450,00, concedidos na forma de desconto na mensalidade do curso. Os integrantes participam de eventos locais, dentro ou fora da instituição, regionais e até nacionais, como, por exemplo, encontros e concursos de corais universitários (*Ibid*, 2021h).

Outro indicador a ser analisado nesta categoria é sobre a existência de políticas institucionais, na forma de programas, ações ou projetos, vinculados ou não, a projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, voltados para a preservação da

memória e patrimônio cultural, a prática esportiva e/ou ações que promovam educação dentro ou fora da instituição. Abaixo, apresenta-se um resumo dos projetos de pesquisa e de extensão, desenvolvidos no atual semestre letivo (2021.1), direcionados para esses fins, no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

Projetos voltados para a preservação do patrimônio cultural, para a prática esportiva e/ou ações que promovam educação dentro ou fora da instituição (Semestre 2021.1 – Unipê)

Os **projetos de pesquisa** acadêmica, sobre os temas citados (acima) e em desenvolvimento, atualmente (semestre 2021.1), no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul são:

- **Projeto de pesquisa – Título: “Linguagem, Educação, Filosofia do Direito: Investigações Indiciárias”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral aperfeiçoar a qualificação e melhoria da escrita acadêmica dos discentes da instituição. No Edital PROAC/COMPLEX nº 01/2021, está com seleção aberta, ofertando 20 vagas para estudantes de qualquer curso da IES, que estejam cursando a partir do 1º ao 8º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

Os **projetos de extensão** acadêmica sobre os temas citados (acima) e em desenvolvimento, atualmente (semestre 2021.1), no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul, são:

- **Projeto de extensão – Título: “Base Power”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Direito e foi desenvolvido para aperfeiçoar a metodologia de estudo dos graduandos do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul (PROJETO BASE POWER, 2018). No Edital PROAC/COMPLEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 30 vagas para estudantes de qualquer curso da IES (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Gestão do Patrimônio Cultural: Interfaces do Saber”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): a “[...] construção de inventários participativos nos bairros selecionados para o projeto de extensão: Jaguaribe e Castelo Branco”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 30 vagas para estudantes dos cursos de Direito, Arquitetura e Serviço Social, que estejam cursando a partir do 2º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Natação e Hidroginástica”**: Este projeto faz parte de um programa institucional de extensão, denominado “Esporte para Todos”, que é vinculado ao curso de Educação Física, e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): “Promover e possibilitar a construção do saber experiencial para os discentes do curso de Educação Física, relacionado com a produção e reflexão do conhecimento científico, através do serviço à comunidade”. Ele permite, portanto, a prática profissional discente, pelo intermédio de projetos de extensão acadêmica que são voltados para o oferecimento de atividades esportivas para a comunidade externa. Neste exemplo, natação e hidroginástica, disponibilizando: a) 60 vagas para hidroginástica (adultos na faixa etária dos 20 aos 80 anos), cujas aulas acontecem duas vezes na semana, no *Campus* da IES; b) 25 vagas para natação (iniciantes), para crianças na faixa etária dos 08 aos 14 anos, cujas aulas acontecem duas vezes por semana, no *Campus* do Unipê (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 199 – 205).

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 15 vagas para estudantes de Educação Física que estejam cursando a partir do 2º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Em virtude da pandemia, as aulas/práticas esportivas coletivas estão suspensas e serão retomadas assim que as autoridades sanitárias e governamentais autorizarem.

- **Projeto de extensão – Título: “Laboratório de Avaliação Física – LAF - UNIPÊ/SANNY”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de

Educação Física e tem como objetivo geral o ensino multidisciplinar em “Fisiologia do Movimento”, no curso de Educação Física do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul (LAF/UNIPÊ, 2018). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 10 vagas para estudantes de Educação Física, Nutrição e Fisioterapia, que estejam cursando a partir do 2º período e já tenham cursado a disciplina de Anatomia (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Treinamento Funcional”:** Este projeto faz parte de um programa institucional de extensão, denominado “Esporte para Todos”, que é vinculado ao curso de Educação Física e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): “Promover e possibilitar a construção do saber experiencial para os discentes do curso de Educação Física, relacionado com a produção e reflexão do conhecimento científico, através do serviço à comunidade”. Ele permite, portanto, a prática profissional discente, pelo intermédio de projetos de extensão acadêmica, que são voltados para o oferecimento de atividades esportivas para a comunidade externa, e, neste caso, aulas de treinamento funcional (TREINAMENTO FUNCIONAL DO UNIPÊ, 2018).

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 10 vagas para estudantes de Educação Física, que estejam cursando a partir do 2º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início desse projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações. Em virtude da pandemia, as aulas/práticas esportivas coletivas estão suspensas e serão retomadas tão logo as autoridades sanitárias e governamentais autorizarem.

- **Projeto de extensão – Título: “Dança Adulto”:** Este projeto faz parte de um programa institucional de extensão, denominado “Esporte para Todos”, que é vinculado ao curso de Educação Física, e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): “Promover e possibilitar a construção do saber experiencial para os discentes do curso de Educação Física, relacionado com a produção e reflexão do conhecimento científico, através do serviço

à comunidade”. Ele permite, portanto, a prática profissional discente, por meio de projetos de extensão acadêmica, que são voltados para o oferecimento de atividades esportivas para a comunidade externa, e, neste caso, aulas de dança para adultos.

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, encontra-se com seleção aberta, ofertando 10 vagas para estudantes de Educação Física, que estejam cursando a partir do 2º período e que tenham sido aprovado no componente curricular de Dança ou Manifestações Culturais Rítmicas (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação do curso não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações. Em virtude da pandemia, as aulas/práticas esportivas coletivas estão suspensas e serão retomadas tão logo as autoridades sanitárias e governamentais autorizarem.

- **Projeto de extensão – Título: “Treinamento Resistido”:** Este projeto faz parte de um programa institucional de extensão, denominado “Esporte para Todos”, que é vinculado ao curso de Educação Física, e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p):

Promover a melhoria na qualidade de vida, saúde e na estética corporal em usuários praticantes de treinamento com pesos, bem como promover campo de estágio prático para os alunos do curso de educação física, por meio dos programas de extensão do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê.

Ele permite, portanto, a prática profissional discente, através de projetos de extensão acadêmica, que são voltados para o oferecimento de atividades esportivas para a comunidade externa. Neste caso, a academia de musculação do *Campus* disponibiliza, em média, 30 vagas para usuários adultos, a partir dos 18 aos 60 anos de idade, para a prática de exercícios com pesos livre e em máquinas articuladas, sob a supervisão de um professor e o acompanhamentos dos extensionistas. Além disso, em parceria com o LAF (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 194 – 195):

Todos os usuários são avaliados inicialmente em relação às características clínicas, antropometria e composição corporal por meio da bioimpedância, modelo Inbody 720. [...] Para o acompanhamento das atividades, utiliza-se uma ficha de musculação, onde são registrados os dados dos perfis do aluno, exercícios, cargas, repetições e intervalos, configurando assim, monitoramento de todas as atividades desenvolvidas e consecutivamente a identificação da evolução dos indivíduos.

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 10 vagas para estudantes de Educação Física que estejam cursando a partir do 3º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d) do curso. Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem informou a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Hidroginástica para idosos”:** Este projeto faz parte de um programa institucional de extensão, denominado “Esporte para Todos”, que é vinculado ao curso de Educação Física, e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): “Promover qualidade de vida (física, social, psicológica e cognitiva) para a população idosa hipertensa, por meio da prática do exercício físico aquático (hidroginástica)”. Ele permite, destarte, a prática profissional discente, por intermédio de projetos de extensão acadêmica, que são voltados para o oferecimento de atividades esportivas para a comunidade externa. Neste caso, hidroginástica para idosos, sendo disponibilizadas 45 vagas para pessoas a partir dos 60 anos, que não tenham limitações físicas que as impeçam de praticar exercício físico em ambiente aquático e que apresentem atestado médico que comprove a aptidão para a prática regular de exercício físico (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.206-209).

As aulas acontecem duas vezes por semana e cada sessão foi dividida em 3 fases: aquecimento (10 minutos), parte principal (40 minutos) e volta à calma (5 minutos), e o corpo discente envolvido no projeto foi dividido em trios, para que em cada sessão de hidroginástica, os idosos disponham de um professor principal (voz ativa) e dois professores assistentes (*Ibid*, 2018, p.207). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 10 vagas para estudantes de Educação Física, que estejam cursando a partir do 2º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Em virtude da pandemia, as aulas/práticas esportivas coletivas estão suspensas e serão retomadas assim que as autoridades sanitárias e governamentais autorizarem.

- **Projeto de extensão – Título: “Humaniza Unipê”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem, mas foi desenvolvido por alunos e

professores da área da saúde da IES. O objetivo é, através da utilização do lúdico (HUMANIZA UNIPÊ, 2020, n.p.): “[...] promover um novo olhar na construção acadêmica, incidindo na formação de profissionais sensíveis ao cuidado humanizado e ético, levando educação em saúde e bem estar às populações visitadas e à comunidade acadêmica”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 10 vagas para estudantes dos cursos da área da saúde, que estejam cursando a partir do 2º período e que tenham habilidades de “socialização, falar em público, liderança, trabalho em equipe, comunicação, flexibilização e habilidade com qualquer arte manual, música ou vídeo, considerando o conteúdo lúdico em geral” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d, p.12). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

No quesito subsequente, serão avaliadas as políticas, programas ou ações vinculados ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa, voltadas para o respeito à diversidade, à promoção e defesa dos direitos humanos e à igualdade, repudiando preconceitos ou qualquer tipo de discriminação. Incluem-se, também, as ações pertinentes à inclusão social e à acessibilidade (dimensão avaliativa prevista no inciso III, do Art. 3º, da Lei nº 10.861/2004), e que permitam o acesso da comunidade a serviços destinados para esses fins, desenvolvidos pelo Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

4.2.8 Inclusão, diversidade, acessibilidade e direitos humanos

Os indicadores desta categoria correspondem ao conteúdo do § 1º, do Art. 1º, da Lei nº 10.861/2004, no qual afirma que uma das finalidades do SINAES é a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da valorização, dentre outros aspectos, do “respeito à diferença e à diversidade” (BRASIL, 2004).

Logo, esta categoria inclui indicadores relacionados às ações da IES que criam um ambiente acadêmico harmonioso, em atenção à diversidade, à promoção e defesa dos direitos humanos e à igualdade de gênero e étnico-racial, repudiando preconceitos ou qualquer tipo de discriminação. Ademais, incluem-se, também,

conforme já citado, as ações pertinentes à inclusão social e à acessibilidade (dimensão avaliativa prevista no inciso III, do Art. 3º, da Lei nº 10.861/2004), todos estes vinculados ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa nessas áreas.

Em harmonia com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2018 (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 35), a acessibilidade estava incluída no planejamento estratégico da instituição, cuja meta programática descrita no PDI 2017-2021 é: “Estimular no ambiente universitário a percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, favorecendo a educação inclusiva”.

Por consequência, os primeiros indicadores a serem analisados, nesta categoria, são os projetos, ações ou políticas institucionais voltados à inclusão social, à acessibilidade, ao respeito à diversidade (sexual, religiosa etc.), à igualdade étnico-racial e de gênero, bem como à defesa e promoção dos direitos humanos, inclusive com campanhas e/ou eventos direcionados para esse fim (voltados para a comunidade interna e/ou para a externa), vinculadas a projetos de extensão e/ou de pesquisa que estejam sendo desenvolvidos pelo Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

Projetos voltados para a inclusão social, acessibilidade, diversidade, igualdade e defesa dos direitos humanos (semestre 2021.1 – Unipê)

Os **projetos de pesquisa** acadêmica sobre os temas citados (acima) e em desenvolvimento no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul (semestre 2021.1) são:

- **Projeto de pesquisa – Título: “*Tipificação do Dano Moral sob a Ótica da Primeira Instância do Judiciário Trabalhista/Direito, Infraestrutura, Contratualização: Pilares do Desenvolvimento*”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.): “[...] identificar, a partir da produção judicante das varas do trabalho de João Pessoa, como se dá o enfrentamento dos pedidos de dano moral trabalhista, a partir de temas de maior recorrência”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 05 vagas para estudantes de graduação em Direito, que estejam cursando a partir do 6º período do curso (CENTRO

UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu mais informações sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Traço Histórico da Construção Sistemática do Direito Penal/Direito, Infraestrutura, Contratualização: Pilares Do Desenvolvimento”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.):

[...] Elucidar os graves problemas do Direito Penal (...) sedimentar a estruturação semântica que nos permitirá (...) conceituar e reforçar teoricamente a proposta conformativa em apreço, que será definida e, em um último momento, posicionada no espaço teórico do sistema dogmático. Para isto, tomaremos (mesmo sem esquecermos a realidade brasileira) o quadrante português como um alicerce que nos ajudará a apontar determinadas lacunas. (...) Nossa perspectiva é de que possamos um dia caracterizar o Direito Penal. Ao longe de qualquer exagero, como elemento verdadeiramente mínimo, científico e voltado ao indivíduo como base fundante de uma comunidade (...).

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 03 vagas para estudantes de graduação em Direito que estejam cursando a partir do 3º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “O Direito Antidiscriminatório e Proteção das Mulheres”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.): “[...] o estudo e a disseminação do primado constitucional da igualdade (em geral) e dos direitos femininos (em particular)”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 05 vagas para estudantes de graduação em Direito que estejam cursando a partir do 5º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Infrações Penais e a Nova Ordem Econômica Internacional”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.): “[...] adquirir conhecimento adequado do conteúdo do

programa e capacidade para empreender um amplo e fundamentado trabalho de pesquisa, a partir de uma fundamentação metodológica adequada e análise crítica sobre as matérias pertinentes”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 05 vagas para estudantes de graduação em Direito que estejam cursando a partir do 5º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Acessibilidade espacial e densidade habitacional urbana: um estudo sobre as áreas de expansão da cidade de João Pessoa – PB”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e tem como objetivo geral (SECRETARIA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO UNIPÊ, 2021, n.p.):

[...] subsidiar decisões de intervenções urbanas na cidade de João Pessoa, principalmente em áreas de pouca infraestrutura e expansão acelerada. Além disso, pode colaborar com o próprio processo de diagnóstico urbano para fins de elaboração de legislações complementares ao código urbanístico locais (principalmente o Plano Diretor), uma vez que essas áreas precisam ser pensadas do ponto de vista do planejamento, ao mesmo tempo que apresentam uma fragilidade de acompanhamento e fiscalização do poder público à medida que crescem. Pode-se portanto, atribuir parâmetros urbanísticos especiais e específicos para fins de disciplinamento da ocupação garantindo mais qualidade de vida urbana.

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 03 vagas para estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo, que estejam cursando entre o 7º e o 9º período, e que tenham sido aprovados nas disciplinas de geoprocessamento e Projeto Urbano e Ambiental 3, 4 e 5 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de pesquisa – Título: “Programa acessibilidade e desenho universal para todos”**: Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e tem como objetivo geral “[...] a produção de material instrucional voltado para o entendimento das exigências de Acessibilidade (NBR 9050) e das soluções de Desenho Universal para todos” (SECRETARIA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO UNIPÊ, 2021, n.p.), que “[...]será direcionado aos pais, alunos, estudantes, profissionais, etc., que tenham contato com pessoas com deficiência” (*Ibid*, 2021, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se

encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 06 vagas para estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo (a partir do 5º período) e de Design de Interiores, a partir do 3º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de pesquisa – Título: “Urbanismo errante e experiências de alteridade na cidade contemporânea”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e tem como objetivo: “Identificar experiências urbanas de alteridade nos espaços públicos da cidade de João Pessoa” (SECRETARIA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO UNIPÊ, 2021, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 02 vagas para estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo, que estejam cursando a partir do 6º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação do curso não forneceu informações mais detalhadas sobre a pesquisa.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Flexibilidade genérica: como os edifícios responder a novos usos”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e nasceu, inicialmente, como um projeto de extensão, em 2020, sob a coordenação de quatro professores. Conquanto, em virtude da pandemia de covid-19, ele foi suspenso e está sendo retomado este ano, como projeto de pesquisa. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, estão sendo oferecidas 12 vagas para estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo, que estejam cursando a partir do 2º período e que tenham sido aprovados nas disciplinas de Teoria do Projeto; Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (TAUP) e Fundamentação do Projeto de Arquitetura, bem como, que tenham domínio de leitura de textos em língua estrangeira, preferencialmente em inglês (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Partindo da concepção de que um “[...] projeto flexível deve ser capaz de assegurar, nas edificações, nos programas ou nas tecnologias utilizadas, uma boa funcionalidade inicial, que possibilita respostas às futuras modificações” (COSTA, 2021, n.p.), a pesquisa pretende, a partir das discussões teóricas sobre o tema, “[...] propagar projetos que sejam mais duradouros e responsivos a diferentes estados de atividades” (*Ibid*, 2021c, n.p.).

- **Projeto de pesquisa – Título: “NERB - Núcleo de Estudo sobre Racismo no Brasil”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Serviço

Social e está oferecendo 4 vagas para estudantes de qualquer curso da IES, que estejam cursando entre o 2º e o 10º período, e que não tenham reprovado em nenhuma disciplina (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). O curso de graduação em Serviço Social iniciou suas atividades recentemente, tendo apenas três anos de criação. O presente projeto assemelha-se mais a um grupo de estudos em formação do que a um projeto de pesquisa acadêmica em andamento. Por essa razão, imagina-se que, a partir desta iniciativa, os estudos produzidos no e pelo NERB, venham a desenvolver pesquisas e/ou publicações científicas sobre o tema em foco. Em respeito às regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Serviço Social não forneceu mais informações sobre o projeto.

Os **projetos de extensão** acadêmica, sobre os temas citados (acima) e em desenvolvimento (semestre 2021.1), no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul, são:

- **Projeto de extensão Institucional – Câmara de Arbitragem e Mediação:** A Câmara de Arbitragem e Mediação é um projeto institucional que foi criado com o propósito de facilitar e difundir os institutos da mediação e da arbitragem do Direito (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m). Ela promove diversos serviços à comunidade, dentre eles a realização de palestras, fóruns, cursos e treinamentos sobre o tema, voltados para estudantes ou bacharéis de Direito e advogados (*Ibid*, 2021m).

- **Projeto de extensão – Título: “Apoio à Inclusão Digital – AID”:** Este projeto de extensão institucional é vinculado ao curso de Ciência da Computação e tem como objetivo principal recuperar material de informática para doação a pessoas físicas e Organizações Não Governamentais (ONGs). O projeto teve início em 2010 e está há onze anos em atividade (AID INCLUSÃO DIGITAL, 2021). Dentre as instituições beneficiadas com as suas ações (além de outras pessoas físicas individuais), têm-se a “Associação Beneficente São José”, localizada no bairro de Mangabeira VIII, e a “Sociedade Amigos de Braços Abertos”, situada no Bairro das Indústrias, ambas em João Pessoa – PB (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.88). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 50 vagas para estudantes de qualquer curso da IES. Os interessados ainda poderão participar de um curso gratuito com certificação da Cisco

Brasil, para todos os extensionistas (AID INCLUSÃO DIGITAL, 2021). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o número de professores envolvidos no projeto e nem a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Escola de Computação Solidária – ECS”:** Este é um projeto de extensão institucional, vinculado ao curso de Ciência da Computação, que tem como objetivo a inclusão sociodigital de jovens provenientes de famílias de baixa renda, estudantes da rede pública de ensino (cuja faixa etária varia dos 13 aos 17 anos), encaminhados por instituições parceiras (ECS, 2021), e que, ao final do módulo, passam por uma avaliação de aprendizagem, necessitando obter média global igual ou superior a 7,0, para serem aprovados e receberem a certificação de conclusão do curso (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.89). “A capacitação é feita através de cursos ministrados por alunos do Unipê, com o foco no aprendizado de conceitos básicos de tecnologia, internet e no uso de Pacote Microsoft Office – Word, Excel e PowerPoint” (ECS, 2020).

As aulas acontecem, em geral, aos sábados (das 08:00 às 12:00) e são realizadas no *campus* da IES, na “Associação Beneficente São José”, em Mangabeira VIII, e na “Sociedade Amigos de Braços Abertos”, no Bairro das Indústrias (ECS, 2021). O primeiro ano de atividade do projeto ocorreu em 1999, e, dessa data até hoje, eles já formaram mais de 3 mil adolescentes nos cursos de Introdução à Informática Básica e Pensamento Computacional (*Ibidem*, 2021). Atualmente, no Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, encontra-se com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 50 vagas para estudantes de qualquer curso do Ubtech TI, que tenham conhecimento em informática básica, Windows e Pacote Office (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Centro de Atendimento Jurídico Popular – CAJUP”:** Este é um projeto de extensão acadêmica, vinculado ao curso de Direito, que tem como objetivo principal informar à comunidade os seus direitos, realizando atendimentos e os encaminhando aos núcleos de práticas jurídicas do Unipê (CAJUP, 2019). Além disso, eles promovem orientação jurídica gratuita, realizam palestras informativas para a população e organizam eventos beneficentes na IES (*Ibid*, 2019).

Os extensionistas do projeto atendem a população mais carente, tirando dúvidas sobre matérias que envolvam Direito do Consumidor, Família,

PrevidenciárioC, Direito do Trabalho, Lei Maria da Penha e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em diferentes postos distribuídos pela cidade, em dias e horários alternados, a exemplo dos bairros Costa e Silva, Cristo, Funcionários, Mangabeira, São José e no próprio *Campus* da instituição. (CAJUP, 2019).

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, ele se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 30 vagas para estudantes do curso de Direito que estejam cursando do 5º ao 9º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o número de professores envolvidos no projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Metodologias Educacionais para Prevenir e Solucionar Conflitos”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p): “Conscientizar os estudantes da rede municipal de ensino e os vulneráveis sociais sobre seus direitos básicos como cidadão, construindo o pensar sob novos cenários e criando novas perspectivas para esse grupo e para a sociedade de uma forma geral”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 20 vagas para estudantes de Direito e de Psicologia, que estejam cursando qualquer período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Direito não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Projeto de Extensão Direitos Fundamentais e Trabalho Infantil – PRODFTIN”**: Este projeto de extensão institucional é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (PRODFTIN, 2019, n.p.):

Desenvolver a interação e a troca de conhecimentos acerca do trabalho infantil em João Pessoa, dada a importância da problemática e capacidade de uma atuação proativa, buscando a conscientização e humanização da sociedade a respeito desse tema, por meio da disseminação de informação a respeito dos direitos e garantias assegurados às crianças e aos adolescentes

Desse modo, ele promove o “[...] empoderamento da comunidade sobre os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, apresentando as

consequências do trabalho infantil” (PRODFTIN, 2019, n.p.), por meio da realização de palestras, “[...] debates e esclarecimentos de direitos para o combate, prevenção e erradicação do trabalho infantil, e temas transversais de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescentes”, para estudantes do ensino médio e para alunos do EJA (Escola para Jovens e Adultos), em escolas públicas e em instituições de proteção e apoio à criança e ao adolescente na capital (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.177-178).

Desde o início do projeto, em 2006, já foram visitadas um total de 12 (doze) escolas, sendo 6 (seis) estaduais e 6 (cinco) municipais (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.179), as quais passaram a receber as visitas dos extensionistas semestralmente e de forma intercalada, inclusive incorporando o evento ao calendário anual de atividades escolar (*Ibidem*, 2018, p. 179). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 30 vagas para estudantes de qualquer curso da IES, que estejam cursando a partir do 3º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Projeto de Apoio Discente – PAD”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e tem como objetivo geral promover “[...] o apoio discente nos diversos contextos, a partir da acolhida, experiências robustas e de qualidade” (CURSO DE ENFERMAGEM DO UNIPÊ, 2020, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 12 vagas para estudantes de Enfermagem, que estejam cursando qualquer período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “POEMA: Programa de Orientação ao Estudante e Melhoria do Ensino-aprendizagem”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Fisioterapia e “[...] foi criado com o objetivo de promover práticas docentes e discentes que conduzam à promoção de melhorias no processo de ensino e de aprendizagem no curso de Fisioterapia do Unipê” (FISIOTERAPIA UNIPÊ, 2020, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se

encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 18 vagas para estudantes de Fisioterapia, que estejam cursando qualquer período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Extensão em Psicologia Jurídica”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Psicologia e tem como objetivo capacitar o estudante de psicologia para a realização da avaliação psicológica no contexto da psicologia jurídica (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?). “Visamos possibilitar aos alunos a refletirem sua identidade profissional em questões éticas e sociais da atuação do psicólogo no âmbito da Psicologia Jurídica” (CURSO DE PSICOLOGIA UNIPÊ, 2020, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 04 vagas para estudantes de Psicologia que estejam cursando a partir do 8º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

Núcleo de Acessibilidade Institucional – NAI

Além dos projetos citados, a Pro-Reitoria Acadêmica do Unipê criou o Núcleo de Acessibilidade Institucional – NAI, que tem como objetivo promover a acessibilidade na IES, “[...] para que todos os alunos possam ter uma participação plena na vida acadêmica” (NAI/UNIPÊ, 2020, n.p.), e para proporcionar aos alunos e aos professores “subsídios e assessoramento com foco no processo de ensino-aprendizagem” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021i, n.p.).

O NAI é formado por uma equipe multiprofissional e, atualmente, possui a seguinte composição: uma assistente social (coordenadora do curso de Serviço Social); um fonoaudiólogo (coordenador do curso de Fonoaudiologia); uma psicóloga (docente do curso de Psicologia); uma intérprete (e professora) de Libras do Unipê; uma psicopedagoga (secretária do curso de Odontologia), uma pedagoga (secretária do curso de Enfermagem), uma acompanhante terapêutica para autista e a gerente do *campus* (NAI/UNIPÊ, 2020, n.p.). Afora os citados, a formação ainda conta com a

participação dos coordenadores dos cursos de Direito, Farmácia e Biomedicina; uma docente do curso de Arquitetura e Urbanismo e cinco representantes discentes, sendo dois estudantes de Psicologia, um de Serviço Social, um de Odontologia e um de Enfermagem (NAI/UNIPÊ, 2020, n.p.).

Dentre as competências e atividades desenvolvidas pelo NAI, estão (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021i, n.p.):

- Avaliar as situações que se referem a problemas de desenvolvimento e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, relacionamentos interpessoais e ajustamentos emocionais;
- Identificar as causas do insucesso acadêmico;
- Promover medidas de correção das dificuldades encontradas, mediante observação, intervenção e acompanhamento dos casos;
- Em parceria com as coordenações dos cursos, desenvolver atividades que gerem melhorias das demandas sociais do cenário acadêmico do UNIPÊ;
- Realizar capacitações periódicas de professores e colaboradores para fomentar acessibilidade inclusiva no processo de ensino-aprendizagem;
- Desenvolver projetos de melhoria para a acessibilidade dos espaços físicos no *campus*.

Dentro do NAI, há o Grupo de Orientação aos Estudantes – GOE, que é responsável por promover campanhas temáticas e ações institucionais de conscientização sobre assuntos relevantes para a sociedade, bem como por organizar palestras/*webinars* sobre diferentes temas de interesse da vida acadêmica, como, por exemplo, sobre a gestão do tempo, organização e técnicas de estudo, etc. (NAI/UNIPÊ, 2021). Ademais, a equipe disponibiliza um canal de comunicação direta com o corpo estudantil, através do *what'sapp*, assim como, atendimento individualizado para os discentes que o solicitarem⁴⁹ (NAI/UNIPÊ, 2021).

No quesito subsequente, serão avaliadas as políticas, programas ou ações vinculados ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa, voltadas para a área da saúde, sustentabilidade, defesa do meio-ambiente, incluindo as que permitam o acesso da comunidade a serviços destinados para esses fins, como clínicas-escolas, ambulatórios e/ou laboratórios, desenvolvidos pelo Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

⁴⁹ As solicitações para atendimento do NAI podem ser feitas pessoalmente, por contato telefônico, *what'sapp* ou por e-mail (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021h).

4.2.9 Saúde, sustentabilidade e meio-ambiente

Incluem-se, nesta categoria, os indicadores relacionados à preservação e defesa do meio ambiente, conforme previsto na dimensão avaliativa do inciso III, do Art. 3º, da Lei do SINAES. Acrescentando-se, nesse sentido, ações ou projetos que visem à redução de impactos ambientais e ao estímulo a práticas sustentáveis e hábitos mais saudáveis. Igualmente, incluem-se nesse grupo eventuais serviços de saúde oferecidos pela IES, vinculados ou não a projetos pedagógicos, de extensão e/ou de pesquisa nessas áreas.

Os primeiros indicadores a serem analisados nesta categoria dizem respeito aos projetos, ações ou políticas institucionais, voltados aos cuidados com a saúde, à preservação do meio-ambiente e ao desenvolvimento sustentável, inclusive com campanhas e serviços direcionados para esses fins, destinados à comunidade interna e/ou externa, vinculados a projetos de extensão e/ou de pesquisa, que estejam em andamento no semestre letivo corrente no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul.

Projetos voltados para os cuidados com a saúde, preservação do meio-ambiente e desenvolvimento sustentável (2021.1)
--

Os **projetos de pesquisa** acadêmica, sobre os temas citados e em desenvolvimento (semestre 2021.1) no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul, são:

- **Projeto de pesquisa – Título: “Efeito de uma dieta rica em carboidratos em padrões comportamentais relacionados à ansiedade e depressão”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Biomedicina e teve início em 2020. O primeiro semestre, no entanto, foi utilizado para a construção do projeto e para a sua submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Unipê, o qual deferiu a sua aprovação (LEITE, 2021). A intenção é trabalhar com os alunos dos cursos de Biomedicina e Nutrição (amostra), com o objetivo de identificar se eles apresentam comprometimento da qualidade de vida e sintomas relacionados à depressão e ansiedade, e relacionar esses sintomas com seu perfil alimentar (*Ibid*, 2021). Assim que as autoridades governamentais e sanitárias autorizarem o retorno das aulas práticas nas IES, os pesquisadores pretendem iniciar as coletas de dados com os estudantes participantes, que contará com testes de glicemia em jejum e que serão

realizados com auxílio de glicosímetros⁵⁰ fornecidos pela IES, no laboratório de Bioquímica da instituição (LEITE, 2021). A pesquisa se desenvolve sob a coordenação de um docente e contava com a participação de 15 discentes (*Ibid*, 2021). Este ano, no edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, estão sendo oferecidas 2 vagas para estudantes de Biomedicina, Nutrição e Farmácia, de qualquer período, mas que tenham sido aprovados na disciplina de Bioquímica com nota mínima igual ou superior à 8,5, e que tenham domínio de leitura em inglês (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de pesquisa – Título: “(Re)matéria:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de *Design* de Moda e tem como objetivo geral o “[...] desenvolvimento de produtos do vestuário e acessórios a partir da reutilização de materiais descartados” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d, p. 6-7), com o fim de, “[...] por meio da experimentação e análise, criar uma coleção de produtos com utilidades práticas, funcionais, comerciais, inovadoras e alinhadas com os princípios da sustentabilidade, por se configurarem como ambientalmente corretas” (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 20 vagas para estudantes de *Design* da Moda, independente do período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de *Design* não forneceu mais informações sobre a pesquisa.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Atividade da Propriedade Agroambiental na Ciência da Sustentabilidade”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018a?, n.p.): “Analisar como o direito labora com a ideia de sustentabilidade e em que sentido a imposição de normas jurídicas pode influenciar a prática de atividades da propriedade agroambiental, tendo em vista os fundamentos da ciência da sustentabilidade”. No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 03 vagas para estudantes de Direito que estejam cursando a partir do 4º período do curso, tenham habilidade de leitura de textos em inglês e que tenham sido aprovados nas disciplinas

⁵⁰ O glicosímetro (ou sistema portátil de monitorização da glicose) é um aparelho utilizado para medir os níveis de glicose no sangue, cuja amostra é obtida através da punção de um dos dedos das mãos (NEGRATO, 2019).

de Direito Constitucional I e II com média acima de 8,0 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação do curso não forneceu mais informações sobre a pesquisa.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Função Intergeracional dos Contratos: Efeitos da Sustentabilidade Socioambiental nas Relações Contratuais”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.169): “Verificar os efeitos do princípio constitucional da sustentabilidade socioambiental sobre a teoria geral dos contratos e sobre o princípio da função social dos contratos”. Esta pesquisa teve início em 2018 e contou com a colaboração de três docentes (coordenador e dois voluntários) e a participação de três discentes (*Ibid*, 2018, p. 169). Nessa primeira fase, a execução do projeto se deu “a partir de reuniões periódicas, virtuais ou presenciais, seguidas de pesquisas bibliográficas e elaboração de textos científicos pelos discentes pesquisadores” (*Ibidem*, 2018, p.169). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 10 vagas para estudantes de Direito e que estejam cursando a partir do 5º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de pesquisa – Título: “Meio Ambiente do Trabalho e Desenvolvimento: Instrumentos de Proteção do Trabalhador Frente ao Uso de Nanomateriais”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Direito e tem como objetivo (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.174): “Analisar a normativa internacional e interna sobre o tema e comparar a normativa pátria e a alienígena para fins de delinear as bases de uma futura normativa nacional”. Esta pesquisa teve início em 2018 e contou com a coordenação de uma docente e a participação de quatro discentes (*Ibid*, 2018, p. 174). Nessa primeira fase, a execução do projeto ocorreu a partir do levantamento bibliográfico e leitura de textos nacionais e internacionais, partilhados em reuniões semanais com a equipe do projeto de pesquisa (*Ibidem*, 2018). “Como resultado parcial, observa-se a completa ausência de regulação sobre o tema dos nanomateriais, inclusive, com desconhecimento do trabalhador e do consumidor com relação ao risco de tais partículas para a saúde humana” (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.174). No Edital PROAC/COMPEX nº

01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 10 vagas para estudantes de Direito que estejam cursando a partir do 6º período do curso, que tenham sido aprovados nas disciplinas de Direito do Trabalho (com média acima de 8,0) e que tenham habilidade para leitura de textos em espanhol (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de pesquisa – Título: “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde do Adulto e do Idoso – NEPSAI”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e está oferecendo 10 vagas para estudantes de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina que estejam cursando entre o 3º e o penúltimo período desses cursos (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). O presente projeto assemelha-se mais a um grupo de estudo ou de pesquisa em formação, do que a um projeto de pesquisa acadêmica em andamento. Por essa razão, imagina-se que, a partir dessa iniciativa, dos estudos produzidos no (e pelo) NEPSAI, venham a se desenvolver pesquisas e/ou publicações científicas sobre o objeto em foco. Em respeito às regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Enfermagem não forneceu mais detalhes sobre o projeto.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Fitoterapia na Estratégia da Saúde da Mulher no Climatério”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Medicina e tem como objetivo (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p.):

Descrever e analisar a utilização de plantas medicinais, fitoterápicos e outros medicamentos por mulheres no climatério e menopausa; buscando a aplicabilidade correta destes na atenção primária à saúde, integrando conhecimentos nas áreas da enfermagem e medicina.

Esta pesquisa encontra-se em andamento e foi iniciada em 2020.1. Este ano, no Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, não foi disponibilizado vaga para este projeto (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Em observação às regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Medicina não forneceu mais detalhes sobre a pesquisa.

- **Projeto de pesquisa – Título: “Manejo da Dor em Pacientes Hospitalizados: Implantação da Avaliação da Dor como 5º Sinal Vital em Hospital-Escola de João Pessoa”:** Este projeto de pesquisa acadêmica é vinculado ao curso de Medicina e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE

PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.458):

Levantar dados e propor o manejo multidisciplinar da dor como 5º sinal vital, no Hospital Padre Zé, por meio da avaliação da presença de dor, nível de conforto e satisfação, relatados pelo paciente e a funcionalidade observada pela equipe multiprofissional.

Esse projeto teve início em 2018 e, no momento, está sendo concluída a coleta de dados que ocorre no Hospital Padre Zé, entidade filantrópica que presta assistência médico-hospitalar gratuita. Neste, foram instituídas escalas de avaliação da dor, aplicadas pela equipe de enfermagem do local e repassadas aos pesquisadores e aos médicos responsáveis, a fim de serem tomadas medidas para o tratamento adequado da dor, abrangendo todos os pacientes internados, inclusive aqueles com dor oncológica (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 459). Conforme a descrição do projeto, a amostra foi calculada com o auxílio de métodos estatísticos (com nível de significância 5%) e contou com cerca de 132 pacientes, selecionados através de escolha randomizada (*Ibidem*, 2018, p. 459). A pesquisa conta com a participação de 4 docentes (um coordenador e três colaboradores) e, este ano, no Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, não foi aberta seleção e nem disponibilizado vaga para o semestre 2021.1 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

Há, ainda, um projeto de pesquisa, lançado este ano, cujo título é: **“Construindo saberes pediátricos: Educação em saúde para coletividade”**, vinculado ao curso de Enfermagem, que, consoante o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, está oferecendo 10 vagas para estudantes de enfermagem e de educação física que estejam cursando a partir do 5º período do curso e que tenham sido aprovados na disciplina de “Saúde da Criança” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, bem como com o intuito de se preservar o ineditismo e originalidade do problema da investigação, a coordenação do curso não forneceu informações sobre o objetivo geral e nem sobre o prazo de duração da pesquisa.

Os **projetos de extensão** acadêmica, sobre os temas citados (anteriormente) e em desenvolvimento no Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul, são:

- **Projeto de extensão – Título: “Unipê Sustentável”:** Este projeto de extensão institucional é vinculado ao curso de Biomedicina e tem como objetivo geral (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m, n.p.):

Integrar todos os cursos do UNIPÊ, para o incentivo de ações de conscientização, educação e transformação de hábitos. O foco principal é capacitar o estudante para educação ambiental em todos os níveis de ensino, com conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Um dos braços desse projeto tem como fim arrecadar materiais recicláveis, itens de higiene pessoal e alimentos, para doações a ONGs e instituições parceiras de apoio a pessoas em vulnerabilidade social e animais em estado de abandono (*Ibid*, 2021m). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 20 vagas para estudantes de qualquer curso da IES, independente do período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem informou a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Unipê Transforma”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e tem como objetivo principal: “Acompanhar, assistir, analisar, propor e executar estratégias assistenciais para a comunidade acadêmica do Unipê, incluindo funcionários e professores, (e seus familiares), além dos alunos” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m, n.p.). Em consonância com o portal institucional, pessoas da “comunidade acadêmica são acompanhadas, assistidas e analisadas, a fim de garantir que recebam o atendimento, diagnóstico e tratamento adequados, quando necessário” (*Ibid*, 2021m, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 12 vagas, sendo 02 para estudantes do curso de Enfermagem, 02 para Serviço Social, 02 para Fisioterapia, 02 para Odontologia, 02 para Psicologia e 02 para estudantes de Direito que estejam cursando a partir do 2º período desses cursos (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Posto de Atendimentos em Primeiros Socorros – PAPS”:** Este projeto de extensão institucional, vinculado ao curso de

Educação Física, é um projeto de ação contínua e de caráter educativo. Ele é dividido em dois módulos: Inicialmente, os extensionistas selecionados participam de um curso de “Primeiros Socorros”, com carga horária total de 90hs, de aulas práticas e teóricas (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 214). No segundo semestre, eles estão aptos a prestar atendimentos de primeiros socorros no posto PAPS, no *campus* da instituição (*Ibid*, 2018, p. 214). Os plantões (presenciais) de atendimento são semanais e organizados por meio de escalas, que ocorrem nos três turnos (*Ibidem*, 2018, p. 214): manhã (7h50 - 12h), tarde (13h50 - 18h) e noite (18h - 22h). Afora estes, os extensionistas também são requisitados para participarem/acompanharem eventos acadêmicos realizados dentro do *campus* da IES, como congressos e/ou competições esportivas.

Embora esteja sob a coordenação do curso de Educação Física, ele é integrado aos cursos da saúde e conta com a colaboração de dez docentes, pertencentes aos quadros de Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Medicina (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 213). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 20 vagas para estudantes dos cursos da Saúde (em geral) que estejam cursando a partir do 3º período e que sejam aprovados na prova escrita e na análise do CRE (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Programa de Atenção Integrada a Bebês com Microcefalia por Zika Vírus”:** Este projeto de extensão institucional é vinculado ao curso de Fisioterapia e tem como objetivo (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m, n.p.): “Prestar assistência integrada aos responsáveis e às crianças com microcefalia”, com o auxílio de um atendimento humanizado e integrado de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Odontologia, além de (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m, n.p.):

[...] fornecer suporte aos responsáveis durante todo o tratamento, por meio de conversa com psicólogos, em grupo e individualmente, atividades educativas, atividades físicas e um programa de mobilização ativa com fisioterapeutas, proporcionando uma melhora na qualidade de vida dos pequenos e de seus cuidadores.

As atividades práticas do projeto são direcionadas às crianças de 0 a 3 anos de idade, de ambos os sexos, diagnosticadas com microcefalia e que, ao chegarem à

clínica-escola de Fisioterapia do Unipê, passam por uma avaliação integrada, realizada por um grupo de profissionais da saúde, para identificar os tratamentos necessários e direcionar os atendimentos que ocorrem com os extensionistas, duas vezes por semana, no turno da tarde (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021m, n.p.).

A ação se iniciou em 2017.1 e até o segundo semestre de 2018, já haviam sido beneficiadas um total de 64 crianças e suas respectivas famílias (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 333). Atualmente, essa extensão conta com a participação de 12 docentes (uma coordenadora e os demais colaboradores), e no Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está com seleção aberta, ofertando 22 vagas, sendo 14 para estudantes de fisioterapia, 02 para enfermagem, 04 para odontologia e 02 para fonoaudiologia, devendo os candidatos ter cursado e sido aprovados nas disciplinas de (atinentes aos seus respectivos cursos): “Hidroterapia e fisioterapia na saúde da criança e do adolescente”, “Assistência da enfermagem à saúde da criança e do adolescente”, “Clínica infantil I” e “Disfagia” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Educação para o Consumo Sustentável: Difusão da Sustentabilidade para Combate ao Consumismo”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Direito e “está enquadrado na proposta do projeto institucional UNIPÊ SUSTENTÁVEL, ligando-se às linhas da Saúde, Qualidade de Vida, Direito e Desenvolvimento” (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p.). Ele tem como objetivo central: “Conscientizar os estudantes do UNIPÊ e da rede pública de João Pessoa sobre os impactos socioambientais do consumo não sustentável e sobre sua responsabilidade pela higidez ecológica e pelas futuras gerações” (*Ibid*, 2018?, n.p.). No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 20 vagas para estudantes de qualquer curso da IES que estejam cursando a partir do 3º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Educação em Saúde na Escola: Importância de sua Aplicação na Adolescência”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e tem como objetivo geral realizar atividades de educação em saúde para os adolescentes e ampliar o conhecimento deles sobre temas delimitados, importantes para essa fase da vida (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 226). As visitas/ações ocorrem uma vez por semana, direcionadas a alunos do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, em escolas públicas da cidade de João Pessoa – PB (*Ibid*, 2018, p. 226). Alguns dos temas trabalhados com os estudantes são: gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis, Vacina do HPV (papilomavírus), o consumo de drogas (lícitas e ilícitas), entre outros que são abordados por meio de palestras, dinâmicas de grupo, rodas de conversa, etc. (*Ibidem*, 2018, p. 228). O projeto teve início no semestre letivo 2017.2 e conta com a colaboração de três docentes (a coordenadora e duas voluntárias). Para esse semestre, o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está ofertando 05 vagas para estudantes de Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia e Medicina que estejam cursando a partir do 2º período dos respectivos cursos (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Projeto Educação Popular de Ações de Saúde na Comunidade – PEPASC”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e foi iniciado em 2015.2. Ele faz parte de um projeto municipal de integração de práticas de extensão acadêmica (ensino superior), na área da saúde, em que são desenvolvidas atividades interativas multidisciplinares, baseadas nos princípios da Educação Popular, em Unidades de Saúde da Família (USF) em comunidades carentes de João Pessoa, com o objetivo de auxiliar na concretização de direitos em saúde coletiva e alcançar a autonomia dos moradores desses locais (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 471). No ano de 2017, as ações ocorreram na Comunidade Aratu e na Comunidade Maria de Nazaré, onde foram desenvolvidas rodas de conversas, debates, oficinas lúdicas, trocas de conhecimentos entre os extensionistas e os moradores da comunidade, além de outras atividades como auriculoterapia e atendimentos direcionados por demanda (*Ibid*, 2018, p. 471). Um dos resultados dessa extensão foi a criação do Centro

Comunitário de Saúde do Aratu. O projeto continua e, neste ano, estão sendo ofertadas 03 vagas para estudantes de enfermagem que estejam cursando a partir do 4º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Pós-parto: Enfermagem e Mães Desvendam a Fase do Puerpério”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 231): “Refletir e orientar as mulheres e suas famílias sobre os processos e direitos da gestação, parto e puerpério, através de informações baseadas em evidências científicas”. Em 2017, as atividades aconteciam quinzenalmente na Academia de Saúde Colinas do Sul II, no bairro de Gramame, onde eram realizadas rodas de conversas com as gestantes e/ou seus acompanhantes, sobre os assuntos relacionados ao tema do projeto - pós-parto e puerpério (*Ibid*, 2018, p. 230). A ação extensionista continua e conta com a colaboração de três docentes (a coordenadora e duas voluntárias) e, no Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, estão sendo ofertadas 02 vagas para estudantes de enfermagem que estejam cursando a partir do 5º período do curso e que tenham sido aprovados na disciplina de “Saúde da mulher” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Práticas Assistidas e Ações de Educação em Saúde Relacionadas à Imunização: Fortalecendo Competências e Habilidades dos Discentes na Atenção Primária”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p.): “Desenvolver atividades práticas pertinentes ao manuseio, conservação e administração de imunobiológicos e ações educativas sobre a importância da imunização na prevenção das doenças e promoção da saúde”. A ação extensionista teve início em 2017 e contou com a colaboração de 4 docentes (a coordenadora e 3 colaboradoras) e 15 discentes, os quais se revezavam em visitas para práticas assistidas no Centro Municipal de Imunização – CMI (mais conhecido por “Lactário da Torre”), em ações de educação em saúde nas Unidades de Saúde da Família - USF e em escolas públicas e particulares do município de João Pessoa – PB (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.245).

O projeto é dividido em duas fases: primeira é teórica, em que são realizadas oficinas para nivelamento dos conhecimentos dos extensionistas sobre a Política Nacional de Imunização – PNI; e, a segunda, são as práticas no CMI, nas USF e nas escolas do ensino fundamental (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.246). Dentre as atividades realizadas pelos discentes, destacam-se: ações de administração de vacinas com usuários do CMI (acompanhados sob supervisão docente); registros de cartões de vacinas e no Sistema de Informação do PNI (SiPNI); acompanhamento/observação das atividades de rotina desenvolvidas pelos técnicos/profissionais responsáveis pelo programa de imunização municipal, etc. (*Ibid*, 2018, p. 246).

No que tange às ações de educação em saúde nas escolas, foram desenvolvidas rodas de conversa (com a participação dos estudantes e dos pais/responsáveis, para que eles pudessem compartilhar experiências, tirar dúvidas e dividir anseios acerca da temática abordada pelos discentes), palestras e atividades lúdicas (*Ibidem*, 2018, p.246). Nestas oportunidades, são produzidos e distribuídos panfletos, cartazes e folhetos informativos com conteúdo sobre vacinação e utilizados recursos de multimídia como *datashow*, notebook, caixas de som, entre outros (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 246).

As atividades do projeto continuam e, neste ano, o Edital PROAC/COMPLEX nº 01/2021 está ofertando 10 vagas para estudantes do curso de Enfermagem que estejam cursando a partir do 5º período e que tenham sido aprovados nas disciplinas de Imunologia; Processo do cuidar em Enfermagem; Estudos Epidemiológicos; Farmacologia aplicada à Enfermagem e Introdução à Enfermagem em Saúde Coletiva (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021cd.

- **Projeto de extensão – Título: “Atenção à saúde da criança com deficiência - ASCD”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Enfermagem e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.221): “Implementar práticas de cuidado à criança com deficiência na faixa etária de 0 a 10 anos, através de ações educativas na consulta de acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento e da oferta de atividades lúdicas”. As atividades ocorrem na clínica-escola de Fisioterapia do Unipê e o projeto conta com a colaboração e

acompanhamento de quatro docentes (uma coordenadora e 3 colaboradoras). O projeto teve início em 2017.2, e, em 2021, o edital PROAC/COMPEX está ofertando 10 vagas para estudantes de enfermagem que estejam cursando a partir do 5º período do curso e que tenham sido aprovados na disciplina de saúde da criança (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Aproveitamento de Resíduos Industriais na Produção de Tijolo Modular de Solo – Cimento”**: Este projeto de extensão acadêmica faz parte do projeto institucional denominado “Unipê Sustentável” e está vinculado ao curso de Engenharia Civil. Ele tem como objetivo geral (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p.):

Contribuir para a consolidação da utilização dos resíduos industriais (eva, resíduo da serragem de granito, resíduo de cerâmica vermelha e resíduo de peças de concreto) provenientes da indústria da construção civil e de calçados, como incorporações em compósitos cimentícios à base de argila/cimento *portland*, em especial na produção de tijolos prensados de solo/cimento sem função estrutural para serem empregados em vedações verticais sem uso de argamassas de assentamento.

No Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, este se encontra com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 12 vagas para estudantes de engenharia civil e de arquitetura e urbanismo que possuam CRE maior ou igual à 7,0 (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Equoterapia como Modalidade Terapêutica”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Fisioterapia e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.289):

Proporcionar aos discentes a prática da equoterapia, com uma equipe interdisciplinar, em um centro de referência no município de João Pessoa. Oferecer atendimento integral e humanizado às crianças, adolescentes e adultos com disfunções neuromotoras, através da equoterapia como modalidade terapêutica, proporcionando uma melhora na sua qualidade de vida.

As atividades práticas do projeto ocorrem na Aspeq (Associação Paraibana de Equoterapia), entidade sem fins lucrativos que tem por missão atender pessoas

com deficiências, atuando nas áreas de saúde, educação e de esportes, através da equoterapia (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.288). Os discentes participantes do projeto, inicialmente, recebem um curso de equitação e, em seguida, passam a acompanhar/realizar os atendimentos terapêuticos duas vezes na semana, no turno da tarde, na Aspec (*Ibid*, 2018, p. 288). Um terceiro dia, porém, é destinado para estudos de caso, com uma equipe multidisciplinar (incluindo os extensionistas), e discussões de artigos científicos sobre os benefícios da equoterapia (*Ibidem*, 2018, p. 288). O projeto foi desenvolvido em 2011.2 e, desde então, já foram realizados mais de 600 atendimentos. Este ano as ações da extensão continuam e o edital PROAC/COMPEX está ofertando 03 vagas para estudantes de fisioterapia que estejam cursando o 4º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Fisioterapia e Cuidados Paliativos em Oncologia”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Fisioterapia e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.306): “Estruturar um serviço de referência em Fisioterapia no tratamento, reabilitação e cuidados paliativos para pacientes com diagnóstico de câncer, e de educação permanente para acadêmicos de Fisioterapia”. A ação é direcionada para pacientes que estejam em tratamento neoadjuvante (como a quimioterapia), que estejam em tratamento pós-cirúrgico (para retirada de tumores, por exemplo) e/ou que estejam participando de tratamento de cuidados paliativos (*Ibid*, 2018, p. 304). Os atendimentos acontecem na Clínica Escola de Fisioterapia do Unipê, semanalmente, em dias e horários alternados. Além disso, os extensionistas também participam de um grupo de estudo para discussão de casos e leituras e produções de artigos científicos sobre o assunto (*Ibidem*, 2018, p. 304). Este ano, o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está ofertando 09 vagas para estudantes de fisioterapia que estejam cursando a partir do 5º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Funcionalidade na Unidade de Terapia Intensiva - UTI:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Fisioterapia e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.314):

Disseminar a cultura da mobilização precoce no meio acadêmico e entre os profissionais atuantes na terapia intensiva, como, também, viabilizar uma assistência fisioterapêutica generalizada ao paciente, repercutindo na diminuição das sequelas provindas do imobilismo e, por conseguinte, promovendo uma melhor qualidade de vida após o processo de hospitalização.

As atividades práticas (atendimentos fisioterapêuticos) do projeto acontecem uma vez por semana, no Hospital Municipal Santa Izabel, no turno da tarde, sendo os extensionistas divididos em dois grupos: o primeiro direcionado à assistência ao paciente crítico na UTI cardiológica, e, o outro, dirigido à unidade de terapia semi-intensiva, sendo realizada a troca dos locais de atuação dos grupos semanalmente, “[...] para que assim todos os acadêmicos tenham a oportunidade de vivenciar experiências diferentes” (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 314-315). Em outro horário, os discentes também participam de um grupo de estudo para discussão de casos e leituras/produções de artigos científicos sobre o assunto (*Ibidem*, 2018, p. 315). Este ano, o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está ofertando 06 vagas para estudantes de fisioterapia que estejam cursando a partir do 5º período do curso e que tenham sido aprovados na disciplina de “Fisioterapia aplicada à pneumologia” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Resat – (Re)Pensando as Ações em Saúde do Trabalho como Estratégia de Valorização dos Fatores Humanos”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Fisioterapia e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.337):

Desenvolver ações multidisciplinares no cuidado aos trabalhadores em adoecimento musculoesquelético, relacionado ao trabalho, numa perspectiva

de atenção integral, com intervenções individualizadas e a inserção em grupos operativos, com vistas à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores.

Esse projeto conta com a participação de 4 docentes (sendo um o coordenador e três colaboradores) e as atividades práticas se dividem em: 1. Atendimentos individuais ou coletivos de pacientes/trabalhadores acometidos por Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT's (em articulação com a Rede Nacional de Assistência em Saúde do Trabalhador), na clínica-escola de fisioterapia do Unipê; 2. Orientações e modificações para a interação saudável entre o trabalhador e os outros elementos do seu ambiente de trabalho (à luz da ergonomia); 3. A realização de atividades educativas em saúde, em instituições e empresas parceiras do projeto (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 337).

A ação extensionista teve início em 2017.1 e, até o final de 2018.2, já haviam sido realizados 238 atendimentos na clínica-escola de fisioterapia do Unipê (*Ibid*, 2018, p.338). No que diz respeito às intervenções em ambientes laborais, nos dois primeiros anos de atividade da extensão, aconteceram quatro visitas, com o “[...] objetivo de fazer um levantamento dos riscos, principalmente os ergonômicos e biomecânicos, durante o exercício das ações laborativas pelo trabalhador assistido pelo projeto” (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 238). Este ano, o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 09 vagas, sendo 05 para estudantes de fisioterapia, uma para medicina e três para enfermagem (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Oficina de Estimulação para a Melhoria na Produção da Fala de Crianças com Desvio Fonológico”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Fonoaudiologia e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.363): “Estimular a organização do subsistema fonológico da linguagem de crianças com desvio fonológico”. As práticas da ação extensionista ocorrem uma vez por semana, no turno da manhã, na clínica-escola de fonoaudiologia do Unipê, na sala de Audiologia Educacional (*Ibid*, 2018, p. 363). Entre as atividades desempenhadas pelos discentes nos atendimentos, têm-se: “atividades lúdicas de estimulação da fala das crianças participantes, com o auxílio

de jogos (trilha, lince, bingo, memória), tabuleiros de imagens, gravuras com o fonema alvo, pinturas, dentre outros” (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p. 364).

A ação extensionista teve início em 2017.2 e conta com a participação de 03 docentes, sendo um coordenador e dois colaboradores (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.363). No semestre inicial, foram atendidas e acompanhadas 15 crianças no projeto (*Ibid*, 2018, p. 364). Este ano, o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está ofertando 20 vagas para estudantes de fonoaudiologia que tenham sido aprovados na disciplina de “Aquisição e desenvolvimento da linguagem” e que saibam fazer transcrição (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Programa de Avaliação Fonoaudiológica dos Distúrbios Vocais”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Fonoaudiologia e tem como objetivo geral (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.367): “Realizar avaliação multidimensional da voz do indivíduo, otimizando seu atendimento no estágio supervisionado em fonoaudiologia, na área de voz”. As atividades práticas acontecem na clínica-escola de Fonoaudiologia do Unipê, três vezes por semana, no laboratório de Voz (unidade de Audiologia), no turno da manhã (*Ibid*, 2018, p. 367). O Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 06 vagas para estudantes de fonoaudiologia que tenham cursado a disciplina “Tópicos diagnósticos em Fonoaudiologia”, na grade curricular nova, ou “Voz I”, na antiga (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Avaliação e Reabilitação de Grupo em Voz Clínica e Profissional (Proposta Adaptada: Evidências Científicas em Avaliação e Reabilitação em Voz):** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Fonoaudiologia e tem como objetivo geral realizar a avaliação e intervenção em um grupo de voz específico (para profissionais), isto é, a voz cantada ou profissional, cujos atendimentos serão realizados na clínica-escola de fonoaudiologia do Unipê, em dois turnos semanais (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). O Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está ofertando 04 vagas para

estudantes de fonoaudiologia que tenham cursado a disciplina “Habilitação e reabilitação dos distúrbios da comunicação I” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Projeto Quiron”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Medicina e tem como objetivo geral promover o “[...] atendimento psicológico ao discente de medicina do Unipê” (OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018?, n.p.), devendo a vida acadêmica ser alvo de intervenções institucionais das escolas médicas, por entender que, “na formação médica, cuidar de si próprio é uma pré-condição para poder cuidar do outro” (*Ibid*, 2018?, n.p.). Este ano, o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 13 vagas, sendo três para estudantes de psicologia (que estejam cursando a partir do 8º período e que tenham sido aprovados na disciplina de Terapia Cognitivo Comportamental) e 10 para medicina e que estejam cursando a partir do 4º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

- **Projeto de extensão – Título: “Ambulatório de Acompanhamento de Usos Terapêuticos da Cannabis Sativa”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Medicina e tem como objetivos principais (DIAS, 2021): Proporcionar vivências de aprendizado sobre a *Cannabis sativa* aos estudantes; Possibilitar o atendimento à população de João Pessoa para prescrição e acompanhamento de usos terapêuticos da *Cannabis sativa*, e desenvolver um aplicativo para “auxiliar no acompanhamento dos pacientes (auto-registro da evolução da doença, preenchimento de escalas, até para futuramente servir como fonte de dados para pesquisas, e, também, para fornecer informações aos pacientes” (DIAS, 2021, n.p.).

O projeto teve início em 2020.1, mas, como em sequência houve a pandemia e a suspensão das aulas presenciais, a prática da ação extensionista (atendimentos dos pacientes) continua suspensa (DIAS, 2021). Por enquanto estão sendo desenvolvidas atividades teóricas como debates, apresentações de temas específicos e estudos de pesquisas científicas sobre o assunto, em parceria (reuniões virtuais)

com o PEX-*cannabis* - projeto de pesquisa e de extensão em *cannabis* medicinal, desenvolvido pelo Departamento de Fisiologia e Patologia do Centro de Ciências da Saúde da UFPB (DIAS, 2021). Quando as autoridades sanitárias e governamentais permitirem o retorno das atividades práticas acadêmicas do ensino superior, pretende-se realizar os atendimentos na clínica-escola do UNIPÊ, mas, por enquanto, estuda-se a possibilidade de se realizar atendimento *on-line* ou em uma UBS da cidade (*Ibid*, 2021).

Este ano, o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está ofertando 04 vagas, sendo três para estudantes de medicina que estejam cursando a partir do 5º período e uma para discentes de qualquer dos cursos do Ubtech TI, que estejam cursando a partir do 3º período (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Preservação do Complexo Pubovesical na Prostatectomia Radical Laparoscópica: Implicações na Recuperação Precoce da Continência Urinária”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Medicina e tem como objetivo pesquisar a efetividade de uma técnica cirúrgica – a prostatectomia radical com preservação do complexo pubovesical, através da laparoscopia, a fim de verificar como ela irá refletir no pós-operatório, avaliando, com alguns critérios, parâmetros como disfunção miccional ou sexual (DE LACERDA, 2021). A ação acontece no ambulatório do Hospital (filantrópico) São Vicente de Paulo, em João Pessoa, e tem como público-alvo homens em pós-cirúrgico de prostatectomia radical, de até 75 anos, que são, em geral, pacientes em tratamento de câncer de próstata ou com hiperplasia prostática benigna muito avançada (*Ibid*, 2021). O projeto é coordenado por um docente e, este ano, o edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está ofertando 03 vagas para estudantes de Medicina que estejam cursando a partir do 6º período do curso (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Protocolos nas Condutas Otorrinolaringológicas”:** Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Medicina e tem como objetivo geral elaborar um *e-book* com protocolos das principais patologias dentro da otorrinolaringologia, voltado para estudantes e médicos (ALMEIDA, 2021). Assim, os extensionistas ficam responsáveis por buscar as referências que respaldam as condutas nas patologias investigadas (ALMEIDA, 2021). O projeto teve início no segundo semestre de 2020 e os trabalhos, que têm previsão de conclusão no final do ano corrente, estão sendo desenvolvidos por meio

da plataforma da instituição (ALMEIDA, 2021, 2021). A ação está sob a coordenação de uma docente e conta com a participação de 10 discentes, sendo nove voluntários e um que recebe o incentivo estudantil (ALMEIDA, 2021). Este ano, o edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está ofertando 04 vagas para estudantes de Medicina, que estejam cursando a partir do 7º período do curso e que tenham sido aprovados na disciplina “Prática integrada III – otorrinolaringologia” (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d).

- **Projeto de extensão – Título: “Abraça a Causa: Intervenção para Pacientes do Espectro Autista”**: Este projeto de extensão acadêmica é vinculado ao curso de Psicologia e tem como objetivo “prestar atendimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares” (ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2018, p.514). A ação extensionista conta com a participação de duas docentes (uma coordenadora e uma colaboradora), que acompanham os atendimentos realizados pelos discentes na clínica-escola de Psicologia do Unipê, três vezes por semana (*Ibid*, 2018, p. 514). Também são realizados treinamentos e orientações para os pais/responsáveis dos menores, bem como atendimentos individualizados e em grupos (*Ibidem*, 2018, p. 515). O edital PROAC/COMPEX nº 01/2021 está com seleção aberta para o semestre 2021.1, ofertando 08 vagas para estudantes de Psicologia, Fonoaudiologia e Direito, que estejam cursando a partir do 7º período dos respectivos cursos (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação não forneceu informações sobre o semestre/ano de início do projeto e nem sobre a média de pessoas que já foram atendidas ou beneficiadas por suas ações.

Há, ainda, um projeto de extensão, cujo título é: **“Laboratório de Ensino de Nutrição, Biomedicina e Farmácia”**, vinculado ao curso de Nutrição, que, consoante o Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021, está oferecendo 50 vagas para estudantes de qualquer curso da área da saúde, independente do período que estejam cursando (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021d). Por razões de regras institucionais de *compliance*, a coordenação de Nutrição não forneceu informações sobre o objetivo da ação extensionista, o número de docentes envolvidos no projeto e nem a data (semestre/ano) em que ele foi lançado.

No que diz respeito aos serviços de saúde destinados à comunidade e oferecidos pelas clínicas-escolas da instituição, tem-se:

- **Clínica-escola de Fisioterapia:** Os atendimentos são realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Fisioterapia e o complexo da clínica possui salas equipadas com aparelhos de mecanoterapia, salas para atividades em grupo e práticas corporais, estúdio de pilates e uma unidade de hidroterapia (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021o). Os pacientes são encaminhados pela rede municipal de saúde básica e os atendimentos voltados para as seguintes especialidades: Fisioterapia Reumatológica, Fisioterapia Pneumofuncional, Fisioterapia Cardiovascular, Fisioterapia na Saúde da Criança e do Adolescente, Fisioterapia na Saúde do Idoso, Fisioterapia Neurofuncional, Fisioterapia Dermatofuncional, Fisioterapia Desportiva e Fisioterapia na Saúde da Mulher e do Homem (*Ibid*, 2021o).

- **Complexo Laboratorial e Clínica Escola Florence Nightingale – COLACE:** O COLACE é um espaço interdisciplinar e multiprofissional de ensino e aprendizagem. Os pacientes são encaminhados pela rede municipal de saúde básica e os atendimentos disponibilizados à população são (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021n, n.p.):

Consulta de Enfermagem: saúde da mulher (exame citológico, pré-natal, prevenção de câncer de mama), saúde do idoso (acompanhamento de hipertensos e diabéticos), saúde da criança (acompanhamento de crescimento e desenvolvimento), exame de inspeção da pele, curativos e avaliação para risco cardiovascular;

Consulta Nutricional: Atendimentos realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo Curso de Nutrição, voltadas aos usuários atendidos pelos serviços de saúde do Unipê e destinam-se à orientação nutricional para melhorara de hábitos alimentares, perda ou ganho de peso, ou controle de comorbidades associadas à má alimentação, como diabetes, hipertensão, dislipidemia, esteatose hepática, entre outras;

Consulta Médica em Clínica Geral: Atendimentos realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Medicina, associados aos componentes curriculares de Atenção Primária à Saúde I e II, para demandas direcionadas à saúde da mulher (exames ginecológicos, planejamento familiar/reprodutivo, inserção, revisão e retirada do DIU, etc.) e tratamento da dor, através de práticas integrativas como auriculoterapia e acupuntura, bem como a realização de pequenos procedimentos cirúrgicos dermatológicos, como retirada de sinais, unhas encravadas, entre outros;

Consulta Médica em Neurologia: Atendimentos realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Medicina e estão voltados para avaliação clínica e exame físico de pacientes com patologias neurológicas, tais como distúrbios do movimento, tumores, hidrocefalia, AVC hemorrágico e isquêmico, etc.;

Consulta Médica em Otorrinolaringologia: Atendimentos realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Medicina e estão voltados para avaliação clínica e exame físico na área da otorrinolaringologia, tais como: avaliação otológica (exame de otoscopia, limpeza e aspiração dos ouvidos), avaliação rinológica (patologias obstrutivas, alérgica, infecciosas), bem como estomatologia e laringologia;

Consulta Médica em Ginecologia e Obstetrícia: Atendimentos realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Medicina e estão voltados para avaliação clínica e exames físicos relacionados à saúde da mulher.

- **Clínica-escola de Fonoaudiologia:** Os atendimentos são realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Fonoaudiologia e envolvem procedimentos e exames para identificação e tratamento das alterações da audição e do equilíbrio (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021p, n.p.). O complexo de fonoaudiologia possui duas unidades: a de Fonoterapia – onde ocorrem as terapias fonoaudiológicas nas áreas de Voz, Motricidade Orofacial e Linguagem; e a de Audiologia - onde são realizadas as consultas otorrinolaringológicas e os diversos exames para diagnóstico em audiologia, tais como: Potencial Evocado Auditivo, Audiometria, Imitanciometria e Vectoeletronistagmografia (*Ibid*, 2021p). Há, ainda, o Laboratório de Voz, onde são realizados os exames de análise acústica da voz, e onde ocorrem os atendimentos na área de Audiologia Educacional (*Ibidem*, 2021p).

- **Clínica-escola de Psicologia:** Os atendimentos são realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Psicologia e envolvem a prevenção e promoção da saúde mental, por meio das diversas perspectivas (linhas teóricas) de atuação da psicologia. O complexo de psicologia é composto por 11 salas de atendimento, sendo duas salas de ludoterapia para o público infantil, oito salas voltadas para atender adultos e uma destinada a atividades em grupo, além de dispor de salas para supervisão de casos clínicos e elaboração de relatórios (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021r, n.p.). Os pacientes são encaminhados pela rede básica de saúde ou por agendamento individual e entre os serviços oferecidos estão (*Ibid*, 2021r): psicoterapia individual (diferentes linhas de

abordagens), terapia familiar e de grupo; terapia de casal; avaliações psicológicas (tais como orientação vocacional, psicodiagnóstico e avaliação para cirurgias), psicodiagnóstico jurídico e atendimento para crianças com Transtorno do Espectro Autista (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021r).

Excepcionalmente, com a pandemia e a necessidade de se manter o distanciamento social, o Unipê montou o “Plantão de Escuta Psicológica”, direcionado aos alunos da instituição e oferecendo atendimentos por psicólogos, de forma *on-line*, cujas solicitações de agendamento podem ser feitas (por e-mail) às coordenações dos cursos ou diretamente à clínica escola de psicologia (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2020b, p. 12). Adicionalmente, para os docentes e colaboradores, foram criados Grupos de Acolhimento, também conduzidos por psicólogos da IES, com reuniões semanais e disponíveis para quem tiver interesse de partilhar experiências e/ou precisar de apoio psicológico ou emocional, durante esse período de pandemia (*Ibid*, 2020b, p. 12).

- **Clínica-escola de Odontologia:** Os atendimentos são realizados dentro das práticas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Odontologia, voltadas para as áreas de Ortodontia, Dentística, Endodontia, Periodontia, Odontopediatria e Estomatologia (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021q, n.p.). O complexo odontológico é composto por duas clínicas, contendo 26 consultórios para atendimentos, um bloco cirúrgico, um laboratório de gesso, uma central de esterilização (com autoclaves e método de barreira), um centro radiológico (com sala de aula para interpretação de imagens radiográficas), um escovódromo, quatro laboratórios de simulação, almoxarifado, banheiros e vestiários com armários (*Ibid*, 2021q). Os pacientes são encaminhados pela rede de saúde básica ou por agendamento individual e os serviços são prestados pelos discentes (graduação e pós-graduação), sob a supervisão dos docentes. Dentre os serviços oferecidos, além dos relacionados às especializações odontológicas citadas, são realizadas cirurgias orais menores, efetuados serviços de radiologia e de prótese dentária, bem como atendimentos a pacientes com necessidades especiais (*Ibidem*, 2021q).

Assim, finaliza-se a segunda ação planejada desta investigação, que consistiu em analisar como a responsabilidade social se apresenta quanto a projetos, programas e metas que promovam a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social, utilizando-se, como base, o guia de análise documental elaborado previamente (p. 110-113).

No próximo subtópico, serão descritas (em resumo) as ações realizadas pelo Centro Universitário de João Pessoa, voltadas à responsabilidade social da IES, que contribuem (ou podem contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior privada do município.

4.3 Ações realizadas pelo Centro Universitário de João Pessoa que contribuem (ou podem contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior privada do município

Destarte, finalizamos o trabalho com esta última ação planejada, listando, objetivamente, os indicadores encontrados e as condições desempenhadas pelo Unipê/Cruzeiro do Sul (dissertados ao longo dessas páginas), que coadunam com um sistema de gestão comprometido com os princípios da responsabilidade social e com os propósitos da educação, e que, dessa forma, se mantidos pela instituição (nova mantenedora) e reproduzidos pelas demais IES privadas do município, são capazes de influenciar positivamente a qualidade da educação prestada por essa rede de ensino. São estas:

- Ter como **missão institucional** ministrar um **ensino integrado às funções acadêmicas de pesquisa e extensão**, orientando suas ações no sentido de assegurar uma **formação integral** aos seus alunos (CPA, 2018, p. 27, **grifo nosso**);
- Ter como **objetivo** a formação de profissionais portadores de competências e habilidades, **por meio do ensino, da pesquisa e da extensão**, que lhes permitam ocupar espaços e que sejam capazes de aplicar conhecimentos nos diversos campos do saber (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 6, **grifo nosso**);
- Redes sociais ativas e atuantes e disponibilidade de vários canais de comunicação com os estudantes; e produção e divulgação de conteúdo oportunos para os discentes e para a vida acadêmica;
- Divulgação de campanha de avaliação interna, inclusive disponibilizando pontos de apoio com computadores instalados e conexão com a *internet*, em espaços de maior circulação de alunos, para estimulá-los e convidá-los a responder o questionário avaliativo (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 16);
- Produção de Relatórios de Autoavaliação Institucional minuciosos e detalhados, seguidos de recomendações da CPA e de sugestões para os próximos ciclos avaliativos e para subsidiar o planejamento institucional e dos cursos (**Porém, falham na ausência de publicidade dos documentos**).
- Previsão e consolidação de políticas institucionais de capacitação, treinamento e atualização docente e do corpo técnico-administrativo;

- Contratação de professores em regime de tempo integral, que representa carga horária de 40 horas semanais, das quais, pelo menos, 20 horas devem ser destinadas a estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos (**embora o número de contratados, nesse regime, ainda caiba ampliação**);
- Plano de Carreira e Remuneração Docente, que prevê progressão de carreira com base em critérios prévios, claros e objetivos, tais como “tempo de serviço” e “merecimento”, e cujas promoções são condicionadas à avaliação de desempenho (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 94);
- Valorização e apoio à produção científica docente (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 37 e 95);
- Processo seletivo docente para ingresso na instituição com divulgação de edital e procedimento ético e transparente (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 34), observando critérios como inclusão social, valorização da diversidade étnica, etária e de gênero (CPA/UNIPÊ, 2018, p. 93);
- Projeto pedagógico que se fundamenta no incentivo ao protagonismo do aluno, com o objetivo de formar agentes transformadores da sociedade, **associando o ensino ao desenvolvimento de programas institucionais de pesquisa e de extensão interdisciplinares**, em direção a uma política de convergência acadêmica (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020a, n.p., **grifo nosso**);
- Projeto pedagógico amparado no estímulo ao pensamento crítico, com o objetivo de formar profissionais que consideram a responsabilidade de seus atos, seus fundamentos humanos e científicos (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020a);
- Incentivo à inovação (em diferentes áreas e aspectos das funções acadêmicas da instituição);
- Permanente atenção no sentido de manter atualizados os projetos pedagógicos dos seus cursos, explorar novos métodos e técnicas didático-pedagógicas; novas tecnologias como suporte à aprendizagem, metodologias que incentivem à interdisciplinaridade e que promovam ações exitosas ou inovadoras (CPA/UNIPÊ, 2018);
- Ações e projetos desenvolvidos no esforço de consolidar a **política de convergência acadêmica**, como, por exemplo: investir na combinação de componentes curriculares, em estágios integrados e na composição de clínicas-escolas e escritórios de projetos a **atividades de pesquisa e de extensão multidisciplinares**, assim como na promoção de eventos conjuntos (CPA/UNIPÊ, 2018);
- Política institucional de assistência estudantil fundamentada, dentre outras formas, na concessão de bolsas de estudo, que são conferidas através de descontos na mensalidade do aluno. Além destas, há, ainda, incentivos financeiros, no valor de R\$ 450,00, concedidos através de descontos na mensalidade para participantes de atividades extracurriculares, aprovados com bolsa em processo de seleção interna, em programas de extensão, iniciação científica, monitoria, coral universitário e atleta da casa (competições esportivas);
- Programa de acolhimento ao ingressante, transversal a todos os cursos, o qual desenvolve, entre outras ações: o programa de nivelamento; dá instruções sobre como acessar livros e artigos científicos nas bases digitais e físicas da biblioteca;

como acessar o ambiente virtual da IES; sobre atividades complementares curriculares, sobre os tipos de estágios e onde encontrá-los; os serviços, projetos e programas oferecidos pela IES, etc. (LIMA, 2021a);

- Núcleo de Acessibilidade Institucional (NAI) – formado por uma equipe multiprofissional, responsável por promover a acessibilidade à aprendizagem para alunos que demandem subsídios e assessoramento especializado, com foco no processo de ensino-aprendizagem (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 2021i, n.p.);
- Realização de eventos acadêmicos para divulgação das atividades e os resultados dos projetos de pesquisa e de extensão da IES, bem como incentivos para publicação de trabalhos discentes (produção científica), em eventos organizados ou não pela instituição, assim como em revistas e periódicos em geral, e livros publicados pelo Unipê;
- Existência de revistas e periódicos mantidas ou fomentadas pela IES e de um órgão responsável pelas publicações da instituição, que realiza chamadas abertas para publicações de livros (*e-books*) organizados pela instituição;
- Incentivo institucional à formação de grupos de estudo, de pesquisa e de ligas acadêmicas, vinculadas às coordenações dos cursos de graduação ou à Pro-Reitoria Acadêmica da IES;
- Programa Institucional de Monitoria, com previsão de incentivos financeiros (bolsa) concedidos através de descontos na mensalidade do curso;
- Programa de mobilidade acadêmica entre instituições parceiras (nacionais e internacionais);
- Programa de acompanhamento de Estágio Curricular Supervisionado;
- Existência de órgãos e comitês de ética próprios, responsáveis pelas análises dos projetos de pesquisas da instituição, como o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/Unipê) e a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA/Unipê);
- Projetos de pesquisa e de extensão voltados para o desenvolvimento econômico, social, inovação, cidadania e empreendedorismo, como, por exemplo: desenvolvimento de ferramentas e aplicativos que auxiliem no controle social da administração e do gasto público, bem como que propiciem mecanismos de participação popular na definição das políticas públicas; que se dirijam à responsabilidade social das empresas; ao desenvolvimento sustentável e social, com a oferta de cursos de capacitação e de empreendedorismo social às comunidades carentes, entre outros;
- Projetos de pesquisa e de extensão voltados para a preservação da memória, da cultura e do patrimônio, bem como de estímulo à educação e à prática de esportes: os quais têm como fim proporcionar à comunidade acesso aos bens culturais e produções artísticas, como, por exemplo, o “Programa de Responsabilidade Cultural”, responsável por promover, de forma interdisciplinar, uma programação de eventos e de prestação de serviços à comunidade, como, também, o “Programa Esporte para Todos”, que visa à divulgação de informações e de práticas esportivas para a comunidade (interna e externa), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida em crianças, jovens, adultos e pessoas idosas;

- Projetos de pesquisa e de extensão voltados para a inclusão, a acessibilidade, o respeito à diversidade e aos direitos humanos: Incluem-se, como exemplos, os projetos desenvolvidos pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do Unipê, os quais buscam estudar a acessibilidade espacial e densidade habitacional urbana de João Pessoa, em especial nas áreas de expansão da cidade; estudos sobre espaços coletivos e de alteridade na capital; entre outros. Destacam-se, também, os projetos do curso de Ciência da Computação, que visam à inclusão sociodigital, seja recuperando material de informática para doação (AID), ou seja por intermédio da capacitação de jovens de baixa renda (ECS). Outrossim, notabilizam-se, também, os projetos do curso de Direito, como o CAJUP, que realiza atendimentos com o objetivo de informar à comunidade os seus direitos, e pelo PRODFTIN, no combate, prevenção e erradicação do trabalho infantil e temas transversais de proteção aos direitos da criança e do adolescentes, para estudantes do ensino médio e EJA, em escolas públicas e em instituições de proteção e apoio à criança e ao adolescente na capital.
- Projetos de pesquisa e de extensão voltados para os cuidados com a saúde, preservação do meio-ambiente e desenvolvimento sustentável: Incluem-se, como exemplos, o projeto de pesquisa de Biomedicina que estuda os efeitos de uma dieta rica em carboidratos, relacionados à ansiedade e à depressão; o de *Design* da Moda, que busca desenvolver produtos do vestuário e acessórios a partir da reutilização de materiais descartados; o de Direito, que elabora um estudo comparado entre a legislação e doutrina pátria e estrangeira, sobre o meio ambiente do trabalho e a proteção do trabalhador frente ao uso de nanomateriais; como, também, os projetos de extensão “Unipê sustentável”, que busca o incentivo, à conscientização e à transformação de hábitos da comunidade (interna e externa), para a preservação do meio ambiente; “Posto de Atendimentos em Primeiros Socorros” (PAPS), que inclui um curso de Primeiros Socorros e certificação, com carga horária total de 90hs, com aulas práticas e teóricas; o “Programa de Atenção Integrada a Bebês com Microcefalia por Zika Vírus”, que presta assistência integrada aos responsáveis e às crianças com microcefalia,; o “Abrace”, destinado ao atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares; entre outros projetos;
- Possuir clínicas-escolas de saúde, cujos serviços são destinados à comunidade. São elas: clínica-escola de fisioterapia, clínica-escola de enfermagem, nutrição e clínica geral médica, clínica-escola de fonoaudiologia, clínica-escola de psicologia e clínica-escola de odontologia.

Fonte: Elaboração própria (2021)

Enfatiza-se, porém, que a lista acima não tem a pretensão de ser exclusivista, no sentido de afirmar que a presença única e restrita de tais indicadores, ações e condições de desempenho sejam o suficiente para propiciar qualidade à educação ofertada, como também não significa dizer que a instituição investigada não possua deficiências, posto que falhas foram encontradas e apontadas ao longo deste capítulo. Contudo, a ação inicialmente planejada consistia tão somente em descrever as ações

realizadas pelo centro universitário, voltadas para a responsabilidade social da IES, que contribuem (ou que podem contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior privada do município. Espera-se, por consequência, tê-la atendido.

Assim, encerra-se a presente pesquisa na expectativa de ter alcançado os objetivos propostos e na esperança de que políticas educacionais surjam, a fim de reforçar o atendimento, pelas IES privadas (de qualquer tipo de organização), dos requisitos e condicionantes que as configurem como instituições de ensino socialmente responsáveis e como forças produtoras de conhecimento, de inovação e de cidadania, responsáveis pela formação de profissionais comprometidos com o bem comum e com a promoção do desenvolvimento social e sustentável e que considerem a pluralidade e a diversidade da sociedade (INEP, 2009; ABNT, 2012).

Sem embargo, é provável que o Unipê esteja elaborando um novo PDI, já que o termo do atual se encerrará em breve, assim como em razão da mudança de mantenedoras (por consequência da venda da IES para o Grupo Educacional Cruzeiro do Sul). De forma que, sugere-se o acompanhamento dos indicadores acima listados, a fim de avaliar se a organização em questão continuará os priorizando e, principalmente, se manterá a ênfase na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sonho Médio

Dead Fish

Amanheceu mais uma vez,
 É hora de acordar para vencer
 E ter o que falar.
 Alguém para mandar,
 Uma vida pra ordenar,
 Poder acumular e ai então viver
 Viver e prosperar,
 Mais nada a pensar,
Me, myself, and I,
 E assim permanecer,
credcard e status quo
 É tudo que penso ser,
 Ilusão é questionar
 O sonho médio vai
 Vai te conquistar
 E todo dia iremos juntos
 Ao shopping pra gastar

O presente trabalho teve como pretensão responder: “Quais ações e práticas do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, voltadas para a responsabilidade social das IES, corroboram a qualidade da educação superior privada do município?”. Para isso, o processo investigativo em exame teve por objetivo principal analisar as práticas voltadas para a responsabilidade social do Centro Universitário de João Pessoa - Unipê, verificando em que aspectos elas contribuem (ou podem contribuir) para a melhoria da qualidade da educação superior da rede privada da cidade.

O primeiro capítulo foi traçado para “compreender a responsabilidade social das IES e a inter-relação com a qualidade da Educação Superior, por meio de uma revisão da expansão e avaliação da Educação Superior, no percurso do tempo” (objetivo específico n.º 1). Para isso, revisamos os fundamentos e o ordenamento legal pátrio, no que se refere ao desenvolvimento e às políticas voltadas para a expansão e avaliação da Educação Superior no Brasil, por intermédio de um percurso histórico que se estendeu de 1930 até 2019, ano em que se divulgou o Censo da Educação Superior 2018.

Nele, podemos perceber que, ao longo do século XX, a abertura de instituições privadas de Ensino Superior e de cursos isolados de formação foram facilitadas pelas políticas públicas de expansão desse nível educacional, proporcionando, no geral, um maior acesso das classes trabalhadoras à graduação.

Contudo, em muitos aspectos, esse movimento se deu de forma descompromissada com a qualidade da Educação Superior ofertada pelo setor privado (TEIXEIRA, 1989).

Esse cenário também pôde ser percebido em outros dois contextos históricos: um no governo de FHC (1995 – 2003), período em que houve a maior expansão do número de IES privadas no território nacional (aumento de 129,8%), e, mais recente, durante os governos Lula (2003 – 2011) e Dilma I (2011 – 2014), especialmente no segmento de educação à distância, resultando em um crescimento de instituições descompromissadas com a promoção da interligação do ensino, da pesquisa e da extensão (CHAVES; AMARAL, 2016).

A expansão da educação superior precisa, por determinação legal e constitucional, ser acompanhada permanentemente pela busca da qualidade, no sentido de garantir a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social das IES (BRASIL, 2004). O que se apreende, no lugar disso, é a construção de um discurso enfatizando a aprendizagem personalizada e flexível, notadamente no Ensino a Distância (EaD e semipresencial), que oferecem custo reduzido e a facilidade de escolher disciplinas, montar horário de estudo e a possibilidade de assistir às aulas por diferentes *gadgets* (ou dispositivos eletrônicos portáteis), ou seja, recursos para que o curso de graduação possa ser adaptado à disponibilidade (financeira e material) do estudante. Isso para não falar do estímulo ao empreendedorismo ou à visão empreendedora, que, de acordo com que afirmam, refere-se à capacidade de “trazer soluções inovadoras para a comunidade a qual pertence” (CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL, 2020a, n.p.), contudo, na prática, tem se apresentado mais como o empreendedorismo de vendas de bolo de pote ou de motorista de aplicativo; pois, para que um estudante de ensino superior (em formação) seja capaz de proporcionar soluções inovadoras para os problemas locais e/ou regionais, ele teria que, primeiro, conhecer a comunidade e os problemas que lhe afetam.

Por seu turno, o capítulo II desta dissertação foi escrito para atender ao segundo objetivo específico da investigação, isto é “identificar os conceitos de educação, responsabilidade social e qualidade, bem como sua inter-relação, mediante o traço de um paralelo entre esses três conceitos, no contexto da Educação Superior”. Para isso, recorreu-se a um estudo bibliográfico para traçar um paralelo entre essas três dimensões e apontar a sua inter-relação com as concepções de qualidade no Ensino Superior, isto é, apontar a zona de contato entre eles e em que

aspectos a responsabilidade social pode influenciar na qualidade da educação, sobretudo no segmento privado de Ensino Superior.

Os raciocínios decorrentes da revisão da literatura citada auxiliaram na compreensão de que a responsabilidade social das IES vincula-se não só ao compromisso com uma gestão responsável, em respeito a preceitos legais, éticos e econômicos, socialmente esperados de qualquer organização, mas também a processos de responsividade social que resultem em trabalhos, ações, atividades, projetos ou programas voltados à comunidade, objetivando a inclusão, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura local.

Desse modo, deve-se imputar às IES a responsabilidade de desenvolver ações institucionais, concretizadas por meio de trabalhos, atividades, projetos e/ou programas, em cumprimento a sua responsabilidade social. Por conseguinte, somente por intermédio de uma formação superior integrada e interdisciplinar, operacionalizada em programas coordenados de ensino, pesquisa e extensão, que se fomentam experiências de aprendizagens e se viabiliza um processo de ensino reflexivo, tanto para a prática profissional com disposições individuais, quanto às articuladas ou voltadas para a *pólis* (PRUDENTE; DEBIEUX, 2017), isto é, para a dimensão pública e o bem comum.

REFERÊNCIAS

ACKER, Leonardo Van. Dewey e dois de seus livros. Estudo preliminar. In: DEWEY, J. **Democracia e Educação**: Introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979. p. XIII – XXII.

AID INCLUSÃO DIGITAL. **2021.1 Pesquisa e Extensão: De 08 a 28/02/2021 (Inscrições)**. João Pessoa. 08 fev. 2020. Instagram: @aid_unipejp. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CLCLZ68HxSQ/?igshid=1opfihm19sv54>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ALMEIDA, Tatiana Carneiro da Cunha. **[Informações sobre o projeto de extensão acadêmica “Protocolos nas condutas otorrinolaringológicas”, vinculado ao curso de Medicina, do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul]**. Conversa pelo *direct* do Instagram. Diálogo iniciado no dia 15 mar. 2021, às 12:13, e encerrado dia 16 mar. 2021, às 18:33. 06 mensagens (total) pelo *direct* do Instagram.

AMARAL, César. **[Informações sobre projeto de pesquisa acadêmica “Qual escola de Arquitetura teremos em 2030?”]**, vinculada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul]. What'sapp: [Prof. César Amaral Unipê]. 26 fev. 2021, diálogo iniciado às 14:37 e encerrado às 14:54. 4 mensagens de what'sapp (total).

AMPARO, Taysa Matos do; MIRANDA, Bartira Macedo de; SANTANA, Selma Pereira de. Educação como Responsabilidade Social: O caminho para cidadania. **G&A**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 49 – 59, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/mpgoa/article/view/48751>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR - ABMES. **Notícias**. Atraso no Fies bate recorde, e dívida chega a R\$ 13 bilhões. Brasília, 26 abr 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3280/atraso-no-fies-bate-recorde-e-divida-chega-a-r-13-bilhoes>>. Acesso em 22 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Diretrizes sobre responsabilidade social: NBR ISO 26000**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp>. Acesso em: 24 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **Responsabilidade social: Sistema de gestão — Requisitos: NBR 16001:2012**. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp>. Acesso em: 24 out. 2020.

BERTOLIN, Júlio César Godoy. A transformação do SINAES: da proposta emancipatória à Lei híbrida. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 9, n. 4, p. 67 – 76,

set. 2004. Disponível em:

<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1288>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. **Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?** Sumário Executivo, nov. 2018.

Disponível em:

<<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Millennials-na-Am%C3%A9rica-Latina-e-no-Caribe-trabalhar-ou-estudar-Sum%C3%A1rio-executivo.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BARROS, Alexandre; PONTES, Helena. Desemprego atinge 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 16 out. 2020. PNAD COVID19: Séries Especiais. Disponível em: <

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29181-desemprego-atinge-14-milhoes-de-pessoas-na-quarta-semana-de-setembro>>. Acesso em: 24 out. 2020.

BONDIOLI, Anna. Dos indicadores às condições do projeto educativo: um percurso pedagógico-político de definição e garantia da qualidade das creches da Região Emília-Romanha. *In*: BONDIOLI, Anna (org.). **O projeto pedagógico da creche e sua avaliação: a qualidade negociada**. Tradução de Fernanda Landucci Ortale e Ilse Paschoal Moreira. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 13-32.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 19.850, de 11 de abril de 1931**. Cria o Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996b**. Institui o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-2026-10-outubro-1996-435829-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001c**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

<Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005b**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006a**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79>. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006b**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017a**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017b**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em: 09 de jul. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3998.htm>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996c.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 04 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001a.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001d.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005a.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes (...). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm#:~:text=%C2%A7%20o%20O%20est%C3%A1gio%20relativo%20a%20cursos%20que%20alternam,e%20da%20institui%C3%A7%C3%A3o%20de%20ensino>. Acesso em 06 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.** Altera os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, Brasília, 2010. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/lei_12249.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 22 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com

deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017c**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), entre outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13530.htm>. Acesso em: 09 de jun. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.094-28, de 13 de junho de 2001b**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2094-28.htm>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 07, aprovado em 01 de outubro de 2013**. Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14410-pcp007-13&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 577/2019, de 03 de julho de 2019a**. Credenciamento do Centro Universitário – UNIESP, por transformação do Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP), com sede no município de Cabedelo, no estado da Paraíba. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2019/124031-pces577-19/file>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Notícias**. Estudantes inadimplentes poderão renegociar as dívidas com o Fies a partir do segundo semestre. Brasília, 25 jun. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/213-1762821894/65601-estudantes-inadimplentes-poderao-renegociar-as-dividas-com-o-fies-a-partir-do-segundo-semester>>. Acesso em 22 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**, 2018a. Página institucional do MEC, criado para esclarecer as dúvidas sobre as mudanças ocorridas na estrutura curricular do Ensino Médio, com a publicação da Lei nº. 13.415/2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 11 mar 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**. Sobre o Fundeb. Brasília, 2017d. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 249, de 18 de março de 1996a**. Institui sistemática para a realização anual do Exame Nacional de Cursos, como elementos necessários para a avaliação periódica das instituições e dos cursos de

nível superior de graduação. Disponível em:
<<http://mat.ufpb.br/~lenimar/p24996.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 21, de 05 de novembro de 2012.** Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – Sisu. Disponível em:
<<https://sisu.furg.br/images/portaria21mec.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019b.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em:
<<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 342, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 345, de 19 de março de 2020.** Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em:
<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Financiamento Estudantil - FIES (página eletrônica).** Seção: História do Fies. Brasília, 2017e. Disponível em:
<<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos/item/4752-hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a Reforma Gerencial Brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 4, p. 5-29, 24 fev. 2014. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/354>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 209 – 244, jun. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100010#tx43>. Acesso em: 22 fev. 2020.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Diagnóstico Institucional da Universidade Federal da Paraíba a partir da Análise SWOT. **Revista Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 694-718, set./dez. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v11i33.2270>>. Acesso em: 03 jun. 2020.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA POPULAR – CAJUP. **CAJUP - Centro de Assistência Jurídica Popular – Objetivo principal, solucione suas dúvidas sobre e unidades de atendimento.** João Pessoa. 19 maio 2019. Instagram:

@cajup_unipe. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/BxicOgTghc0/?igshid=rbbjb5c3o6q8>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Missão, Visão, Valores, Nossa História e Órgãos Colegiados**, 2020. Página Institucional sobre a história da Instituição. Nome da Seção “Nossa História”. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/o-unipe/>>. Acesso em: 07 dez. 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Núcleo de Publicações Institucionais (NPI): Unipê Books**, 2020a. Portal eletrônico da instituição que reúne as publicações (*e-books*, Anais de eventos, etc.) organizadas e publicadas pelo NPI. Disponível em: <<https://books.unipe.edu.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Plano de Contingência COVID-19**. Publicado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, em 29 de abril de 2020b. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/criacao/arquivos/unipe/Resolucao03_CONSEPE_Plano-Contingencia-24_02-10_03.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Avaliação Institucional**, 2021. *Site* institucional sobre as autoavaliações internas e a Comissão Própria de Avaliação Institucional do Unipê, 2021. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/o-unipe/avaliacao-institucional/>>. Acesso em 05 de mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Biblioteca**, 2021a. *Site* institucional sobre as revistas e publicações da instituição. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/biblioteca/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP/Unipê**, 2021b. *Webside* institucional que fornece informações sobre o CEP, sua função, regras para submissão de projetos e o calendário de avaliações. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/comite-de-etica-em-humanos/>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA/Unipê**, 2021c. *Site* institucional que fornece informações sobre o CEUA, sua função, regras para submissão de projetos e o calendário de avaliações. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/comite-de-etica-em-animais/>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Edital PROAC/COMPEX nº 01/2021d**. Edital que torna público o período de seleção de estudantes para projetos de extensão e pesquisa acadêmica para o semestre 2021.1. João Pessoa: Coordenação de Monitoria, Pesquisa e Extensão (COMPEX) do Unipê, 01 fev. 2021. Disponível em: <<http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/criacao/arquivos/EDITAL-UNIFICADO-PEEX-SELECAO-DE-ALUNOS-2021-1.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Edital PROAC/COMPEX nº 02/2021e**. Edital que torna público o processo seletivo para admissão de alunos matriculados, para o Programa de Monitoria – 2021.1. João Pessoa: Coordenação de Monitoria, Pesquisa e Extensão (COMPEX) do Unipê, 01 fev. 2021a. Disponível em: <<http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/criacao/arquivos/EDITAL-UNIFICADO-MONITORIA-SELECAO-DE-ALUNOS-2021-1.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Home: Bolsas, Financiamentos e Formas de Ingresso**, 2021f. Portal institucional que contém informações sobre as facilidades de ingresso, opções de bolsas de estudo e formas de financiamento do curso de graduação. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/>>. Acesso em: 12 mar 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Internacionalização: Escritório de Internacionalização e Redes de Cooperação (EIRC)**, 2021g. Sítio eletrônico do Unipê, em que se divulga informações sobre o EIRC, lista e endereços eletrônicos das instituições conveniadas (*links*), programas de intercâmbio e editais abertos. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/o-unipe/internacionalizacao/>>. Acesso em: 24 jan. 21.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Notícias - Coral UNIPÊ abre inscrições para novos participantes**, 2021h. Sítio eletrônico do Unipê, em que se divulga notícia publicada em 01 de fevereiro de 2021, sobre as inscrições abertas para a seleção de novos participantes do Coral do Unipê. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/detalhe-noticia/?r=coral-inscricoes-2021>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Núcleo de Acessibilidade Institucional – NAI**, 2021i. Página eletrônica institucional, em que se descreve sobre o NAI, seus objetivos, atividades desenvolvidas e forma de atendimento. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/o-unipe/nai/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Periódicos Unipê – Revista Direito & Desenvolvimento**, 2021j. *Site* institucional sobre a Revista Direito & Desenvolvimento (ISSN-e 2236-0859), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado, do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/direitoedesenvolvimento/about>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Periódicos Unipê – Revista InterScientia**, 2021k. *Site* institucional sobre a Revista InterScientia, publicação eletrônica de periodicidade semestral, vinculada ao Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, para divulgação da publicação acadêmica de discentes, docentes e pesquisadores da Instituição, bem como de outras organizações nacionais ou internacionais. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/interscientia/about>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Periódicos Unipê – Revista Teia Design**, 2021l. *Site* institucional sobre a Revista Teia Design, periódico científico de publicação semestral, com meio de divulgação por mídia eletrônica, vinculada ao Centro Universitário de João Pessoa – Unipê. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/teiadesign/about>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Serviços à comunidade: ações institucionais voltadas para a comunidade externa (projetos de extensão)**, 2021m. *Site* institucional em que são apresentadas as ações institucionais voltadas para a comunidade externa, por meio de projetos de extensão. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/servicos-a-comunidade/>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Serviços à comunidade: Clínica-escola de enfermagem**, 2021n. Página eletrônica institucional em que se apresenta a clínica-escola de enfermagem e os serviços, por ela oferecidos, à comunidade. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/servicos-a-comunidade/clinica-enfermagem/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Serviços à comunidade: Clínica-escola de fisioterapia**, 2021o. Página eletrônica institucional em que se apresenta a clínica-escola de fisioterapia e os serviços, por ela oferecidos, à comunidade. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/servicos-a-comunidade/clinica-escola-de-fisioterapia/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Serviços à comunidade: Clínica-escola de fonoaudiologia**, 2021p. Página eletrônica institucional em que se apresenta a clínica-escola de fonoaudiologia e os serviços, por ela oferecidos, à comunidade. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/servicos-a-comunidade/clinica-escola-de-fonoaudiologia/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Serviços à comunidade: Clínica-escola de odontologia**, 2021q. Página eletrônica institucional em que se apresenta a clínica-escola de odontologia e os serviços por ela oferecidos à comunidade. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/servicos-a-comunidade/clinica-escola-de-odontologia/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Serviços à comunidade: Clínica-escola de psicologia**, 2021r. Página eletrônica institucional onde se apresenta a clínica-escola de psicologia e os serviços por ela oferecidos à comunidade. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/servicos-a-comunidade/clinica-escola-psicologia/>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ. **Sou ex-aluno: alumni**, 2021s. Página eletrônica institucional, onde o ex-aluno da casa pode encontrar informações sobre cursos de pós-graduação, cursos livres, etc. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/alumni/>>. Acesso em: 24 abril 2021.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de Expansão da Educação Superior no Brasil - o PROUNI e o Fies Como Financiadores do Setor Privado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 49-72, out./dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000400049#t7>. Acesso em: 11 fev. 2020.

COMISSÃO INTERNA DE ACOMPANHAMENTO COVID-19 DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA – CIAC/UNIPÊ. **Unipê contra a COVID-19/Guia Prático de Convivência no Campus**. João Pessoa: UNIPÊ, 2021. Disponível em: <<https://noticias.cruzeirodosuleducacional.edu.br/plano-de-contingencia-guia-de-convivencia/>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - CPA/UNIPÊ. **Relatório de Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação - 1º Relatório Parcial**. João Pessoa: UNIPÊ, 2018. Disponível em: <<https://www.unipe.edu.br/o-unipe/avaliacao-institucional/>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Portal da Indústria – Indústria 4.0: Entenda seus conceitos e fundamentos**, 2021. Página da Confederação Nacional da Indústria, em que se discorre sobre a Indústria 4.0, seus conceitos, fundamentos, tecnologias envolvidas, etc. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/>>. Acesso em 10 mar 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Infográfico - Processo de avaliação da pós-graduação é aprimorado. **Fundação Capes Notícias**, Brasília, 19 jul. 2019. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/9731-processo-de-avaliacao-da-pos-graduacao-e-aprimorado>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. **Cruzeiro do Sul Educacional – Blog Carreiras: Perfil de aluno: quais as diferenças entre presencial, EAD e EAD Semipresencial?** Postagem publicada em 21 dez. 2020. Disponível em: <<https://blogcarreiras.cruzeirodosuleducacional.edu.br/perfil-de-aluno/>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. **Cruzeiro do Sul Educacional – Nosso Jeito de Ensinar**, 2020a. Página em que são enumerados e descritos os seis pilares que norteiam os projetos de ensino das instituições que fazem parte do grupo educacional e que permeiam todos os cursos ofertados pela rede. Disponível em: <<https://nossojeitodeensinar.com.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. **Cruzeiro do Sul Educacional – Blog Carreiras: O que é ecossistema de aprendizagem? Conheça a nossa metodologia**. Postagem publicada em 18 dez. 2020b. Disponível em: <<https://blogcarreiras.cruzeirodosuleducacional.edu.br/ecossistema-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. **Cruzeiro do Sul Educacional – Portal EdTech: Comunidade Virtual de Práticas Pedagógicas**, 2020c. Portal eletrônico de divulgação de práticas educativas da rede Cruzeiro do Sul Educacional, envolvendo tecnologia, inovação e ensino mediado pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). Disponível em:
<http://edtech.cruzeirodosulvirtual.com.br/?_ga=2.53636392.126121940.1612791812-1604460268.1610648686>. Acesso em 11 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. **Cruzeiro do Sul Educacional – Um Pouco da Nossa História**, 2020d. Portal eletrônico institucional em que se narra a história do Grupo Educacional Cruzeiro do Sul. Disponível em:
<http://edtech.cruzeirodosulvirtual.com.br/?page_id=4535>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. **Cruzeiro do Sul Educacional – Publicações – Resvita Pluri**, 2020e. *Site* institucional da Cruzeiro do Sul Educacional sobre a Revista Pluri, vinculada ao Programa Interdisciplinar de Práticas Científicas, Tecnológicas e Profissionais da Pró-reitoria de Educação a Distância da Cruzeiro do Sul Virtual. Disponível em:
<http://edtech.cruzeirodosulvirtual.com.br/?page_id=3838>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. **Cruzeiro do Sul Educacional – Blog Carreiras: Tudo que você precisa saber sobre metodologias ativas**, 2021. Postagem publicada em 06 jan. 2021. Disponível em:
<<https://blogcarreiras.cruzeirodosuleducacional.edu.br/metodologias-ativas/>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. **Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância: Notícias**, 16 nov. 2020. Portal eletrônico de notícias sobre a instituição Cruzeiro do Sul Virtual. Publicação sobre o recebimento do Selo Instituição Socialmente Responsável 2020/2021, concedido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, à Cruzeiro do Sul Virtual. Disponível em: <
<https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/detalhe-noticia/?r=cruzeiro-do-sul-virtual-recebe-selo-instituicao-socialmente-responsavel-da-abmes>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. **Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância: Nossa História**, 2020a. Portal eletrônico da instituição Cruzeiro do Sul Virtual, em que se narra a história de criação e de crescimento da IES. Disponível em:
<<https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/a-cruzeiro-do-sul-virtual/>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. **Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância: Webinars - Série de Webinars On-line e ao Vivo**, 2020b. Sítio eletrônico da Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância, em que se divulga a programação de seminários *on-line* com a equipe acadêmica da instituição e especialistas convidados, direcionados para a atualização da comunidade docente do grupo educacional Cruzeiro do Sul. Disponível em:
<<http://webinars.cruzeirodosulvirtual.com.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. **Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância: Educação a Distância em Números 2019, 2020c.** Página institucional em que se divulgam os dados colhidos pela CPA da Cruzeiro do Sul Virtual, em relação em relação ao número de matrículas na rede no ano de 2019. Disponível em: <<https://uc.cruzeirodosulvirtual.com.br/page/show/107552>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. **Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância: Biblioteca Universitária,** 2021. Página eletrônica da instituição Cruzeiro do Sul Virtual, em que se apresenta o Sistema de Acervos Integrados, disponível para a comunidade acadêmica. Disponível em: <<https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/biblioteca/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. **Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância: Cursos de graduação EaD, EaD 4.0 e EaD 4.0i,** 2021a. Página eletrônica da instituição Cruzeiro do Sul Virtual, em que se apresentam os cursos de graduação que são ofertados pela instituição/rede educacional. Disponível em: <<https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. **Cruzeiro do Sul Virtual – Educação a distância: Cursos Técnicos de Graduação e Cursos Técnicos Profissionalizantes,** 2021b. Página eletrônica da instituição Cruzeiro do Sul Virtual, em que se apresentam os cursos Técnicos de Graduação e os Cursos Técnicos Profissionalizantes, ofertados pela instituição/rede educacional. Disponível em: <<https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/curso-tecnico/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã:** O ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CURSO DE ENFERMAGEM UNIPÊ. **Perfil oficial do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de João Pessoa - Administrado pela Coordenação do Curso: Projeto de Apoio Discente – PAD.** João Pessoa. 18 nov. 2020. Instagram: @enfunipeoficial. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CHu6bX5nqnN/?igshid=va2matqmf3vg>>. Acesso em: 01. Mar. 2021.

CURSO DE ENFERMAGEM UNIPÊ. **Perfil oficial do Curso de Enfermagem do Centro Universitário de João Pessoa - Administrado pela Coordenação do Curso: NPI – Núcleo de Publicações Institucionais.** João Pessoa. 03 mar. 2021. Instagram: @enfunipeoficial. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CL7mUnUpGKC/?igshid=1cnni0ws6y85m>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CURSO DE PSICOLOGIA UNIPÊ. **Perfil oficial do Curso de Psicologia do Unipê: Extensão Psicologia Jurídica.** João Pessoa. 14 set. 2020. Instagram: @cursopsicologia_unipe. Disponível em:

<<https://www.instagram.com/p/CFIqu69Jyiv/?igshid=1lgs4fd7wahlj>>. Acesso em: 01 mar. 2021

CURSO DE PSICOLOGIA UNIPÊ. **Perfil oficial do Curso de Psicologia do Unipê: Ligas Acadêmicas**. João Pessoa, 26 ago 2020a. Instagram: @cursopsicologia_unipe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CEXePOPJ7BU/?igshid=1f31bucs9xoy5>>. Acesso em: 25 abril 2021.

DE LACERDA, Tobias Sampaio. **[Informações sobre o projeto de extensão acadêmica “Preservação do complexo pubovesical na prostatectomia radical”, vinculado ao curso de Medicina, do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul]**. Conversa pelo *direct* do Instagram: Diálogo iniciado no dia 15 mar. 2021, às 14:35, e encerrado no dia 15 mar. 2021, às 17:31. 09 mensagens (total) pelo *direct* do Instagram.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa: um ensaio introdutório. **Educação e Seleção**, São Paulo, n. 14, p. 5-16, 1986. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/edusel/issue/view/270/showToc>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**: introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

DIAS, Gustavo Vieira. **[Informações sobre o projeto de extensão acadêmica “Ambulatório de Acompanhamento de usos terapêuticos da *cannabis sativa*”, vinculado ao curso de Medicina, do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul]**. Conversa pelo *direct* do Instagram: Diálogo iniciado no dia 14 mar. 2021, às 16:57, e encerrado no dia 15 mar. 2021, às 07:54. 10 mensagens (total) pelo *direct* do Instagram.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e Avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis, Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1.223-1.245, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010>. Acesso em: 11 mar. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Avaliação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 581-601, nov. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000300581&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Significado da palavra efetividade**. Dicionário Brasileiro on-line Michaelis de Língua Portuguesa, em 19 fev. 2020a. Disponível em:

<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/EFETIVIDADE/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Significado da palavra eficácia**. Dicionário Brasileiro on-line Michaelis de Língua Portuguesa, em 19 fev. 2020b. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=efic%C3%A1cia>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

DOMENICI, Thiago. Professores relatam de aulas online com 300 alunos a demissões por pop-up. **Agência Pública e UOL Notícias**, São Paulo, 23 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-publica/2020/09/23/professores-relatam-de-aulas-online-com-300-alunos-a-demissoes-por-pop-up.htm>>. Acesso em: 16 out. 2020.

ENCONTRO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, 1., 2018. **Anais [...]**. João Pessoa: Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ/Núcleo de Publicações Institucionais – NPI, 2018. p. 397-400. Disponível em: <https://books.unipe.edu.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2018/10/Anais-do-I-Encontro-Integrado-de-Pesquisa-1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ESCOLA DE COMPUTAÇÃO SOLIDÁRIA – ECS. **Conta oficial da Escola de Computação Solidária do Projeto de Extensão do Unipê – Story fixo: Quem somos?**, 2020. João Pessoa. Instagram: @ecsunipe. Disponível em: <<https://instagram.com/ecsunipe?igshid=79ukypjl5gkh>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ESCOLA DE COMPUTAÇÃO SOLIDÁRIA – ECS. **Escola de Computação Solidária – Quem Somos?**, 2021. João Pessoa. Página virtual da Escola de Computação Solidária, projeto de extensão do Centro Universitário de João Pessoa. Disponível em: <<https://computacaosolidaria.carrd.co/#quemsomos>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930 – 45**. 2.ed. Brasília: Plano, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17–36, 2006, Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FISIOTERAPIA UNIPÊ. **Perfil oficial do curso de Fisioterapia do Unipê/Cruzeiro do Sul – POEMA Projeto de Extensão**. João Pessoa. 22 abr. 2020. Instagram: @fisioterapiaunipe. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_THTctpS2k/?igshid=zot6erp4m86w>. Acesso em: 01 mar. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, out. 2005.

Disponível em:

<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/24504/1/S0101-73302005000300010.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020

GALVÃO, Lúcia Helena. 10 – A Canção da Vida – Série Sri Ram, Leitura Comentada –Lúcia Helena Galvão. Série de comentários tecidos pela professora Lúcia Helena Galvão, sobre cada capítulo do livro "Em busca da Sabedoria", de N. Sri Ram, na Nova Acrópole, em Brasília, Brasil. **YouTube**, 20 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XrpmITRIPns>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

GARCIA, Fabiane Maia; ESTÊVÃO, Carlos. O uso de *software* de análise de dados qualitativos, QDA's em uma investigação em rede. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 4, n.5, p. 253-274, ago. 2016. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/52>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

GARCIA, Rosângela Silveira. Educação 4.0: Estamos Prontos para esse novo paradigma? **In:** VI Seminário Nacional de Inclusão Digital (VI SENID) – Cultura digital na educação, 22 abr. 2020, Universidade de Passo Fundo (UPF), Rio Grande do Sul. Palestra transmitida on-line. Passo Fundo – RS: Universidade de Passo Fundo (UPF), 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/B_mr6oVFd3H/?igshid=1vy5lavi8j7za. Acesso em: 02 maio 2020.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUPO DE ESTUDOS DE ANIMAIS SILVESTRES - GEAS. **Perfil oficial do Grupo de Estudos de Animais Silvestres do Unipê (associado ao GEAS Brasil)**. João Pessoa, 04 nov. 2019. Instagram: @geas_unipe. Disponível em: <<https://instagram.com/geas.unipe?igshid=1epbu6q4g94hv>>. Acesso em 25 mar. 2021.

GRUPO DE ESTUDOS EM ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR - GEACE. **Perfil oficial do Grupo de Estudos em Arbitragem, Mediação e Comércio Exterior do Unipê**. João Pessoa, 30 ago. 2017. Instagram: @geaceunipe. Disponível em: <<https://instagram.com/geaceunipe?igshid=lq1v7qxflmoo>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues. **Uso da análise SWOT e do ciclo PDCA para avaliação de cursos de graduação a partir do IACG 2017 (SINAES)**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2020. 113 p. ISBN: 978-65-5523-356-8

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; SOUZA, Saulo Rodrigo Alves de. Avaliação da educação superior no Brasil. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**. Santa Maria, v. 9, n. 18, publicação contínua, p. 1-18, 2020.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/42336/pdf>>. Acesso em: 10 jun.2020.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; RIBEIRO, Wagner Leite. Avaliação de cursos a partir do SINAES: uma análise para melhoria da qualidade na Universidade Federal da Paraíba. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 53, 24 maio 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/17064>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

HAAS, Cecília Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812012000400015>. Acesso em: 22 fev. 2020.

HUMANIZA UNIPÊ. **Sobre o Projeto Humaniza Unipê**. João Pessoa. 13 maio 2020. Instagram: @humanizaunipe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CAJMdN-HW3t/?igshid=1udhj8cwcr6iw>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010: Principais resultados (Sinopse)**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 10 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação**. Coleção Estudos e Pesquisas Informação Geográfica. n. 11. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: MEC/CONAES/INEP, 2004. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. revisada e ampliada, Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacaodapublicacao/asset_publisher/6JYIsGMAMKW1/document/id/492637>. Acesso em: 01 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a distância: Recredenciamento, Transformação de Organização Acadêmica**. Brasília: INEP, 2017a. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação**

Presencial e a distância: Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento.

Brasília: INEP, 2017b. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Divulgação dos resultados:** Censo da Educação Superior 2018.

Brasília: INEP, 2019a. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Notas Estatísticas:** Censo da Educação Superior 2018. Brasília:

INEP, 2019b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6734509>.

Acesso em: 18 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatório Brasil no Pisa 2018:** Versão Preliminar. Brasília: INEP,

2019c. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ipea Notícias:**

Pesquisa revela que 20 milhões de jovens nem estudam nem trabalham na América Latina e no Caribe, 03 dez. 2018, 11h01. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34460>. Acesso em: 26 fev. 2020.

JAIME, Fernando Martín et.al.. **Introducción al análisis de políticas públicas.**

Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2013.

LABORATÓRIO AVALIAÇÃO FÍSICA - LAF/UNIPÊ. **Laboratório de Avaliação Física – LAF – UNIPÊ/SANNY: Ensino Multidisciplinar em Fisiologia do**

Movimento no Curso de Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – Unipê (descrição do perfil do Instagram). João Pessoa. 30 jan. 2018.

Instagram: @laboratorioavaliacaofisica. Disponível em:

<<https://instagram.com/laboratorioavaliacaofisica?igshid=1ippyxl7fkzab>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

LEITE, Jocelmo Cássio de Araújo. **[Informações sobre projeto de pesquisa acadêmica “Efeito de uma dieta rica em carboidratos em padrões**

comportamentais relacionados à ansiedade e depressão”, vinculada ao curso de Biomedicina, do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul]. What’sapp: [Prof. Jocelmo Biomedicina Unipê]. 11 mar. 2021, diálogo iniciado às 15:58 e encerrado às 16:37. 24 mensagens de what’sapp (total).

LIMA, Arthur. **Cadernos de Internacionalização (chamada aberta para publicação)**. João Pessoa, 08 mar. 2021. Instagram: @arthurlima88jp. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CMKZmj4JVqS/?igshid=8pc86acsc1xp>>. Acesso em 25 abril 2021.

LIMA, Arthur. **“Ingressa Unipê” – Informações sobre as ações planejadas pelo Programa de Apoio Permanente ao Ingressante – PAPI, para o semestre 2021.1**. João Pessoa, 13 abril 2021a. Instagram: @arthurlima88jp. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CNmz4CCpYar/?igshid=1y168vc1yqbvl>>. Disponível em: 20 abril 2021.

LIMA, Arthur. **Intercâmbio Acadêmico Remoto Unipê/Cruzeiro do Sul para o semestre 2021.2, para a *Universidad Científica Del Sur no Peru***. João Pessoa, 09 abril 2021b. Instagram: @arthurlima88jp. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CNdRKMij8fH/?igshid=121fsnhflsuvo>>. Acesso em: 10 abril 2021.

LIMA, Arthur. **“TCCendo Saberes” – Edital 04/2021: Chamada pública para submissão de capítulos de livro – TCC**. João Pessoa, 13 abril 2021c. Instagram: @arthurlima88jp. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CNm0Sf4JzuL/?igshid=1o1n2ky1q3lpf>>. Acesso em: 25 abril 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. & Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MORENO, A. C. Inadimplência do Fies dobra desde 2014, e 41% não pagam as parcelas há mais de três meses. **Portal G1**, publicado em 07 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/inadimplencia-do-fies-dobra-desde-2014-e-41-nao-pagam-as-parcelas-ha-mais-de-tres-meses.ghtml>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MORETTO, Clenir Maria; FIOREZE, Cristina. Responsabilidade social e perspectiva democrática: refletindo a partir do enquadramento teórico do desenvolvimento humano. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba – SP, v. 23, n. 1, p. 108 – 126, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v24n1/1982-5765-aval-24-01-108.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NEGRATO, Carlos. Esclarecimentos quanto à metodologia utilizada nos monitores de glicemia capilar (glicosímetros) e erros mais freqüentes na prática clínica, por Dr. Carlos Negrato, Coordenador do Departamento de Diabetes Gestacional da Sociedade Brasileira de Diabetes. **Sociedade Brasileira de Diabetes – SBD**, 2019. Disponível em: <<https://www.diabetes.org.br/publico/colunas/32-dr-carlos-negrato/193-esclarecimentos-quanto-a-metodologia-utilizada-nos-monitores-de>>

glicemia-capilar-glicosímetros-e-erros-mais-frequentes-na-prática-clínica>. Acesso em: 12 mar. 2021.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE INSTITUCIONAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA – NAI/UNIPÊ. **Núcleo de Acessibilidade Institucional – NAI Unipê: Quem somos?** João Pessoa. 28 ago. 2020. Instagram: @nai_unipe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CEcKi5WDPzg/?igshid=12u83qvach4n>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE INSTITUCIONAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA – NAI/UNIPÊ. **Núcleo de Acessibilidade Institucional – NAI Unipê: Grupo de Orientação aos Estudantes – UNIPÊ (GOE-UP).** João Pessoa. 12 mar. 2021. Instagram: @nai_unipe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CMViuR9Hhq7/?igshid=1q2fh61nhzxtn>>. Acesso em: 12 mar. 2021, às 21:28.

OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA (UNIPÊ). **UNIPÊ Centro Universitário de João Pessoa – Projetos de Extensão, 2018?** Antigo portal institucional do Unipê que contém informações sobre os projetos de extensão que estavam em atividade até 2018, ano da venda da instituição para o grupo Cruzeiro do Sul Educacional. A respectiva página está desativada, porém, ainda é possível acessar o endereço eletrônico e ter acesso às informações publicadas. Disponível em: <<https://old.unipe.edu.br/projetos-de-extensao/extensao/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

OLD CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA (UNIPÊ). **UNIPÊ Centro Universitário de João Pessoa – Projetos de Pesquisa, 2018a?** Antigo portal institucional do Unipê que contém informações sobre os projetos de pesquisa que estavam em atividade até 2018, ano da venda da instituição para o grupo Cruzeiro do Sul Educacional. A respectiva página está desativada, porém, ainda é possível acessar o endereço eletrônico e ter acesso às informações publicadas. Disponível em: <<https://old.unipe.edu.br/projetos-de-extensao/pesquisa/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, Maria Susana Arrosa. **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 31 – 42.

PARAÍBA. **Lei Complementar nº 116, de 21 de janeiro de 2013**. Institui a Região Metropolitana do Vale do Mamanguape com sede na cidade de Mamanguape e dá outras providências. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/01/Di%C3%A1rio-Oficial-22-01-2013.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

PARAÍBA AGORA. Pandemia: Unipê realiza nova demissão em massa de professores e funcionários. **Paraíba Agora**, João Pessoa, 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://paraiba.com.br/2020/06/29/pandemia-unipe-realiza-nova-demissao-em-massa-de-professores-e-funcionarios/>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

PEREIRA, Júlio Cesar R. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), 2004.

PIMENTEL, Raiff. **Perfil profissional de Raiff Pimentel, designer gráfico do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê**. João Pessoa, jun. 2020. *LinkedIn*: Raiff Pimentel. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/raiffpimentel>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

PINTO, Maira Meira. **Responsabilidade Social Universitária: O caso da Universidade de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

POLÊMICA PARAÍBA. Unipê anuncia demissão coletiva de 43 professores do curso de Direito. **Polêmica Paraíba**, João Pessoa, 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.polemicaparaiba.com.br/paraiba/unipe-anuncia-demissao-coletiva-de-43-professores-do-curso-de-direito/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

POLIDORI, Marlis Morosoni *et al.* SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, dez. 2006. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/212.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. 2021.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). **PUCRS – Estatuto e Regimento**, 2021. Página institucional da PUCRS, em que se disponibiliza, para o *download*, o Estatuto e o seu Regimento Geral da instituição, além de apontar a diferença entre eles. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/institucional/estatuto-e-regimento/>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

PROJETO BASE POWER. **Base Power: Projeto de extensão desenvolvido para aperfeiçoar a metodologia de estudo dos graduandos do curso de Direito do Unipê/Cruzeiro do Sul (descrição do perfil do Instagram)**. João Pessoa. 06 set. 2018. Instagram: @projetobasepower. Disponível em: <<https://instagram.com/projetobasepower?igshid=1becvlrucefqt>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

PROJETO DE EXTENSÃO DIREITOS FUNDAMENTAIS E TRABALHO INFANTIL – PRODFTIN. **Conta oficial do Projeto de Extensão Direitos Fundamentais e Trabalho Infantil do Curso de Direito do Unipê – Story fixo: Sobre**. João Pessoa. 98 semanas (2019). Instagram: @prodftin. Disponível em: <<https://instagram.com/prodftin?igshid=1dzyyemtisuji>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PRUDENTE, Sérgio Eduardo Lima; DEBIEUX, Miriam Rosa. À guisa de uma compreensão Psicanalítica sobre A Responsabilidade. **Àgora**, Rio de Janeiro, v. XX, n. 1, p. 255-270, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982017001013>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

RAMOS, Pedro Henrique da Silva Melgaço. **A produção legislativa da Política Nacional de Avaliação da Educação Superior na tramitação da lei n.º 9.131 de 1995 e da lei n.º 10.861 de 2004**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de

Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 389, 2017.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. Como é feito o Ranking Universitário Folha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 2019a. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/como-e-feito-o-ranking-universitario-folha.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2020.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. Ranking por pesquisa científica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 2019b. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/pesquisa/>>. Acesso em: 12 maio 2020.

ROCHA, Rui. **[Informações sobre o projeto de pesquisa acadêmica “Flexibilidade Genérica: como os Edifícios Responder a Novos Usos”, vinculada ao curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê/Cruzeiro do Sul]**. Conversa pelo *direct* do Instagram. Diálogo iniciado no dia 01 mar. 2021, às 14:19, e encerrado dia 03 mar. 2021, às 21:21. 14 mensagens (total) pelo *direct* do Instagram.

ROSA, Larissa Santa. A Cultura Digital na Educação. *In*: VI Seminário Nacional de Inclusão Digital (VI SENID) – Cultura digital na educação, 22 abr. 2020, Universidade de Passo Fundo (UPF), Rio Grande do Sul. **Palestra transmitida on-line** (anais eletrônicos ainda não disponibilizados). Passo Fundo – RS: Universidade de Passo Fundo (UPF), 2020. Disponível em: <https://youtu.be/QA4ZZb2XiN0>. Acesso em: 01 maio 2020.

ROSS, Nicolas. A Matter of Responsible Management from Higher Education Institutions. **Sustainability**, Basel – Suíça, v. 11, ed. 22, p. 1- 17, nov. 2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/11/22/6502/htm>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROTHEN, José Carlos; BORGES, Regilson Maciel; SOUZA, Andreliza Cristina de; BERNARDES, Joelma dos Santos; BOTIGLIERI, Pamela Cristina. Concepções de Qualidade nos Documentos Oficiais sobre a Educação Superior. **Comunicações**, Piracicaba – SP, v. 26, n. 1, p. 5-26, jan. – abr. 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3496>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SALVADOR, Pétala Tuani Cândido de Oliveira; CHIAVONE, Flávia Barreto Tavares; BEZERRIL, Manacés dos Santos *et. al.* Softwares de análise de dados qualitativos utilizados nas pesquisas da enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 28, p. 1-14, 04 nov. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0304>>. Acesso em: 05 ago. 2020. SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. Tradução de Monica Stahel. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2012.

SECRETARIA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO UNIPÊ. **[Informações sobre os projetos de pesquisa acadêmica ofertados pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa –**

Unipê/Cruzeiro do Sul, ofertados no edital PROAC/COMPEX nº 01/2021].

What'sapp: [Secretaria Arquitetura Unipê]. 03 mar. 2021, diálogo iniciado às 07:34 e encerrado às 08:03. 10 mensagens de what'sapp (total).

SERVIÇO SOCIAL UNIPÊ. Vem participar de projetos de pesquisa e extensão.

João Pessoa. 11 fev. 2021. Instagram: @servicosocialunipe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CLKKMronl7J/?igshid=1qgh6l9irucvd>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; PIMENTA, Selma Garrido. A pedagogia entre o passado e a contemporaneidade: apontamentos para uma ressignificação epistemológica. **Revista Inter Ação**, [S.l.], v. 40, n. 3, p. 477- 492, 26 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/35869>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SIMIONATO, Marta Maria; SOARES, Solange Toldo. **Teoria e Metodologia da Pesquisa Educacional: Ponto de Partida para o Trabalho de Conclusão de Curso**. [S.l.]: UNICENTRO, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/896/5/TEORIA%20E%20METODOLOGIA%20DA%20PESQUISA%20EDUCACIONAL.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2020.

SOUZA, Saulo Rodrigo Alves de; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Autoavaliação institucional da Universidade Federal da Paraíba: diagnóstico a partir da Comissão Própria de Avaliação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 64, mar. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/26133/24105>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SOUZA, Donaldo Bello. Avaliações Finais sobre o PNE 2001-2010 e Preliminares do PNE 2014-2024. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 140-170, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3001>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

STEPHAN, Danae. Entre as universidades particulares, religiosas lideram ranking de pesquisas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 out. 2019. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/entre-universidades-particulares-religiosas-lideram-ranking-de-pesquisas.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2020.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em:

<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_cap4.htm>. Acesso em 15 jan. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Todos pela Educação:** Formação inicial de Professores Brasil, ago. 2019. Panorama sobre ingresso, matrículas e conclusão em cursos de Pedagogia e Licenciaturas nas modalidades presencial e a distância. 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Com-qualidade-inferior_-numero-de-ingressantes-na-formacao-de-professores-a-distancia-dobra-nos-ultimos-sete-anos>. Acesso em: 26 fev. 2020.

TREINAMENTO FUNCIONAL DO UNIPÊ. **Finalizando 2018.1 da extensão de Treinamento Funcional.** João Pessoa. 23 jun. 2018. Instagram: @funcionalunipe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BkXrWj2AEP3/?igshid=1k6bk78l1h9zk>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SERVIÇO SOCIAL UNIPÊ. **Vem participar de projetos de pesquisa e extensão.** João Pessoa. 11 fev. 2021. Instagram: @servicosocialunipe. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CLKKMronl7J/?igshid=1qgh6l9irucvd>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

UNIESP CENTRO UNIVERSITÁRIO. **Bem Vindo ao UNIESP**, Página Institucional sobre a faculdade, c2020. Disponível em: <<https://www.iesp.edu.br/institucional/a-faculdade>>. Acesso em: 07 set. 2020.

UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP. **UNIP Universidade Paulista**, Página Institucional sobre o Processo Seletivo 2020.2, c2020. Disponível em: <<https://www.acessosonline.com.br/fichainscricao/Vestibulars?area=JPE>>. Acesso em: 07 set. 2020.

WALKER, Melanie; MCLEAN, Monica. Professionals and Public-Good Capabilities. **CriSTaL (Critical Studies in Teaching & Learning)**, Cidade do Cabo – África do Sul, 15 dez. 2015. v. 3, n. 2, p. 60-82. Disponível em: <<https://www.ajol.info/index.php/cristal/article/view/134694>>. Acesso em 28 ago. 2020.

WALKER, Melanie; WILSON-STRYDOM, Merridy. Thinking About the University Context and Socially Just Pedagogies. *In*: WALKER, M.; WILSON-STRYDOM, M. (Orgs.). **Socially Just Pedagogies, Capabilities and Quality in Higher Education - Global Perspectives**. Londres – Reino Unido: Palgrave macmillan, 2017. p. 3-19.

WITZE, Alexandra. Universities will never be the same after the coronavirus crisis. **Nature research Journal**, [S.l.], 01 jun. 2020. n. 582, p. 162 – 164. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/d41586-020-01518-y>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

WOOD, Donna J. Corporate Social Performance Revisited. **Acad. Management Review**, Briarcliff Manor - NY, 01 out. 1991. v.16, n.4, p. 691–718. Disponível em: <<https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amr.1991.4279616>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

WOOD, Donna J. Measuring Corporate Social Performance: A review. **Int. J. Manag. Rev. (IJMR)**, Londres, 15 jan. 2010, v.12, p. 50–84. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2370.2009.00274.x>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ANEXOS

ANEXO A – TABELAS COMPLETAS COM AS INFORMAÇÕES PESQUISADAS NO SITE INSTITUCIONAL DA CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Página Cruzeiro do Sul Virtual – EAD:

Graduação - EAD e Semipresencial (Licenciatura, Bacharelado e Técnicos):		
1. Formas de ingresso:	I) Prova on-line:	Faça sua prova on-line pelo computador, celular ou tablet. Você ainda pode conquistar uma bolsa de até 50%, de acordo com a sua nota.
	II) Prova Agendada:	Com a prova agendada, você escolhe polo, dia e horário para fazer a prova e o resultado é imediato. Bolsa de até 50%.
	II) Ingresso via-Enem:	Sua boa pontuação no Enem garante bolsa de até 100% - concedidas proporcionalmente ao seu desempenho na prova.
	IV) Retorne ao curso:	É ex-aluno de uma das instituições da Cruzeiro do Sul Educacional? Retome a sua graduação sem prova.

Home:	
1. Bolsas de Estudo e Descontos:	
a) Programa Universidade para Todos - ProUni:	<p>Se você fez o ensino médio completo em escola pública, ou como bolsista integral na instituição particular, é pessoa com necessidades especiais ou é professor da rede pública de ensino, o ProUni é para você. O ProUni é um programa de financiamento estudantil do governo federal que oferece bolsas de estudo em cursos de graduação presenciais e a distância em instituições privadas. A adesão ao ProUni obedece a um calendário próprio, portanto, fique atento ao lançamento dos editais. Entre os requisitos exigidos, três são fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Você não pode ter diploma de curso superior; ● Precisa ter participado do ENEM no ano anterior; e ● A renda familiar mensal, por pessoa, deve ser de até um salário mínimo e meio (para pleitear bolsa integral). Bolsas de 50% e 100%. Renda familiar por pessoa de até um salário mínimo e meio, bolsa 100%; de até três salários mínimos, bolsa de 50%.
b) Bolsa Mérito - Prova Agendada:	<p>Com essa forma de ingresso, você opta pelo melhor dia, local e horário para realizar a sua prova. Confira as condições imperdíveis de acordo com seu desempenho na Prova Agendada:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● De 30 a 49,9 pontos, você paga R\$ 49,00 na matrícula e garante 20% de desconto durante todo o curso; ● De 50 a 69,9 pontos, você paga R\$ 49,00 na matrícula e garante 30% de desconto durante todo o curso; ● De 70 a 100 pontos, você paga R\$ 49,00 na matrícula e garante 50% de desconto durante todo o curso. <p>Inscreva-se na Agendada Digital para realizar a prova presencialmente no polo de sua escolha, no melhor dia e horário para você. O resultado é imediato! Se aprovado (a), é só prosseguir com os trâmites da matrícula.</p>
c) Bolsa Mérito - ENEM:	<p>Utilize seus pontos na prova do Enem para entrar na faculdade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - De 300 a 599,99 pontos: 20% de desconto; - De 600 a 699,99 pontos: 30% de descontos; - De 700 a 799,99 pontos: 50% de descontos; - Acima de 800 pontos: 100% de descontos.
d) Bolsa Maturidade:	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação EAD – Semipresencial e EAD: matrícula isenta + 25% de desconto durante todo curso; - Pós-graduação EAD: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido*; - Técnico EAD: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido*. ● Basta escolher um dos cursos em diversas áreas do conhecimento; ● Ao fazer a inscrição em nosso Processo Seletivo, utilizar o cupom promocional MATURIDADE; ● Sem burocracia: no ato da matrícula é só apresentar documento que comprove ter, no mínimo, 60 anos.
e) Transferência:	<p>Transferindo-se agora mesmo para a Cruzeiro do Sul Virtual, você contará com benefícios exclusivos. Confira nossa condição especial para Ingresso via Transferência:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Matrícula R\$ 49,00; ● + 25% de desconto pontualidade (para pagamentos realizados até o 5º dia do mês sobre o valor bruto do curso); ● + 30% de desconto (aplicado sobre o valor líquido); <p>Pagou a matrícula em outra instituição? Transfira-se agora e tenha sua matrícula isenta. Essa condição é válida para transferência de calouros e veteranos e não se aplica para transferências entre nossas IES.</p>

f) Segunda graduação:	<p>O plano Segunda Graduação foi feito para portadores de diploma de ensino superior e tem descontos bem atrativos! Veja:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Matrícula R\$ 49,00 • + 25% de desconto pontualidade (para pagamentos realizados até o 5º dia do mês sobre o valor bruto do curso); • + 30% de desconto (aplicado sobre o valor líquido). <p>Aguarde a análise e, em até 3 dias úteis, sua matrícula poderá ser liberada.</p>
g) Desconto de Pontualidade:	<p>A Cruzeiro do Sul Virtual oferece percentuais diferentes de descontos aplicados a datas de pagamento. Quanto mais cedo você acerta os valores a pagar, maior é o desconto a obter. É o que acontece com o Desconto de Pontualidade, oferecido a todos os ingressantes e alunos matriculados. Com os cursos de Graduação e Técnicos da Cruzeiro do Sul Virtual, você pode usufruir de até 25% de desconto nas mensalidades dependendo da data de pagamento. É automático; assim que você se matricula já passa a receber os boletos com os prazos e faixas de descontos bem identificados. Assim você tem controle total dos valores a pagar. São percentuais de desconto: • Para pagamentos realizados entre o dia 1º até o 5º dia do mês, são aplicados 25% de desconto; • Para pagamentos realizados entre o 6º dia útil do mês até o vencimento*, você tem direito a 15%. *A data de vencimento das mensalidades é o dia 25.</p>
h) Desconto Família:	<p>O Desconto Família é válido para calouros que tenham familiar matriculado e desejam ingressar em um dos cursos de Graduação, Pós-graduação ou nível Técnico, EAD – Semipresencial ou EAD. Os descontos se aplicam ao valor da matrícula e das mensalidades durante o período regular do curso.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dois familiares se matriculam e recebem 10% de desconto cada um. • Três familiares matriculados: são 15% de desconto para cada um deles. • Se forem quatro ou mais familiares, cada um terá direito a 20% de desconto. <p>Lembrando que cursos de Graduação são: Bacharelado, Licenciatura e Tecnológicos.</p>
i) Desconto para Aprovados no ENCEJA:	<p>Para você que foi aprovado (a) no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA) e quer se capacitar para o mercado de trabalho, a Cruzeiro do Sul Virtual traz plano de descontos ideal para seu momento, válido durante todo o seu curso. No ato da matrícula, o Ingressante apresenta o certificado do Enceja para comprovar participação no exame. Confira os benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Graduação EAD ou EAD – Semipresencial: matrícula isenta + 25% de desconto durante todo o curso; • Pós-graduação EAD: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido; • Técnico EAD: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido.
h) Desconto para Forças Armadas:	<p>A Cruzeiro do Sul Virtual incentiva militares e servidores civis da Marinha, Exército ou Aeronáutica, ativos e aposentados, a continuarem seus estudos, por meio do plano de descontos Forças Armadas. Ao fornecer os documentos para a matrícula, é preciso comprovar o vínculo empregatício com as Forças Armadas, apresentando holerite ou carta em papel timbrado, por exemplo. Assim, terá direito aos descontos previstos. Confira:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Graduação EAD ou EAD – Semipresencial: matrícula isenta + 25% de desconto; • Pós-graduação EAD: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido; • Técnico a distância: matrícula R\$ 49,00 + 30% sobre o valor líquido.
j) Desconto para professores:	<p>Docentes das redes pública e privada de ensino básico têm condições exclusivas para cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Basta apresentar documento que comprove vínculo profissional no ato da matrícula. Confira as nossas condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> Graduação EAD ou EAD – Semipresencial: matrícula isenta + 25% de desconto; Pós-graduação EAD: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido; Técnico EAD: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido.

l) Desconto para servidores públicos:	Com o benefício, servidores públicos podem ingressar em cursos técnicos, tecnológicos, de bacharelado, licenciaturas e pós-graduações, como especializações e MBAs, com descontos na matrícula e nas mensalidades. • Graduação EAD – Semipresencial e EAD: matrícula isenta + 25% de desconto durante todo o curso; • Pós-graduação EAD: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido; • Técnico a distância: matrícula R\$ 49,00 + 25% sobre o valor líquido.
l) Segunda Graduação 2.0:	Seja para adquirir novos conhecimentos ou possibilitar uma mudança na área de atuação, dependendo da sua área de formação inicial, você pode ingressar em um curso correlato e obter o novo diploma em um ou dois anos. • Matrícula R\$ 49,00; • + 25% de desconto pontualidade (para pagamentos realizados até o 5º dia do mês sobre o valor bruto do curso); • + 30% de desconto (aplicado sobre o valor líquido). Aguarde a análise e, em até 3 dias úteis, sua matrícula poderá ser liberada.
m) Auxílio Desemprego:	O Auxílio Desemprego funciona assim: três mensalidades consecutivas são suspensas e transferidas para quando o curso terminar, assim o estudante ganha um fôlego para reorganizar sua vida financeira. As parcelas terão o mesmo preço do valor vigente à época do pagamento, somente atualizado pelos índices de reajustes anuais. Todos os alunos da graduação podem participar, basta fazer o requerimento conforme os prazos do regulamento.
n) Escola da Família (unidade São Paulo):	O Escola da Família é um programa criado pelo Governo do Estado de São Paulo que concede bolsas de estudo integrais. A Secretaria da Educação custeia 50% do valor da mensalidade do curso e as instituições de Ensino Superior assumem a outra parte. É uma boa oportunidade de você fazer a graduação dos seus sonhos com uma bolsa de estudos de 100%. Em contrapartida, você se compromete a desenvolver aos finais de semana atividades compatíveis com a natureza de seu curso de graduação em escolas estaduais ou municipais. É importante verificar antes os cursos participantes. Preencha o formulário abaixo para que um de nossos consultores entre em contato e receba mais informações de como concorrer às vagas do Programa Escola da Família. Metade do valor da mensalidade é paga pelo Estado (até R\$ 500,00), e o restante é por nossa conta. Fale com um de nossos consultores e receba mais informações de como concorrer às vagas do programa.
o) Incentivo à Pós-Graduação:	Terminou a Graduação e quer mais conhecimento? Se você for egresso da Cruzeiro do Sul Educacional, há descontos proporcionados pelo Incentivo à Pós-graduação. São três situações voltadas para estudantes da nossa rede e, em especial, oriundos da modalidade EAD, que podem obter de 30% a 50% de desconto nas mensalidades. Confira: • Egressos da Cruzeiro do Sul Educacional: para quem terminou a graduação, oferecemos matrícula R\$ 49,00 + 30% de desconto nas mensalidades de pós-graduação (Especialização & MBA) a distância, durante todo o curso. • Segunda pós-graduação EAD: matrícula R\$ 49,00 + 40% de desconto nas mensalidades de pós-graduação (Especialização & MBA) a distância, durante todo o curso. • Segunda pós-graduação EAD simultânea: matrícula R\$ 49,00 + 50% de desconto no curso todo. Opção para quem quer levar dois cursos ao mesmo tempo.

<p>p) Indique um amigo e ganhe:</p>	<p>Programa de afiliados Cruzeiro do Sul Educacional: Aproveite hoje mesmo e ganhe uma renda extra. Seja um empreendedor da Cruzeiro do Sul Educacional. Transforme vidas por meio da Educação, conquiste sua autonomia e garanta uma renda extra para organizar a sua vida financeira. Monte seu negócio on-line com a Cruzeiro do Sul Educacional! A cada novo aluno que você matricular, ganhe uma comissão de até R\$70,00*. Ao realizar o cadastro na página da Cruzeiro do Sul Educacional, o afiliado terá acesso aos desafios, ao conteúdo exclusivo, a ofertas de vagas e as ferramentas para indicar os cursos. Os desafios são postados regularmente e têm como objetivo engajar a comunidade de afiliados. Cada desafio possui uma recompensa, por exemplo: pontuação no ranking, produtos no Shopping do Afiliado, cupons de desconto na IE, comissões em dinheiro, entre outros. Utilize os materiais de marketing disponíveis para a divulgação nas redes sociais e entre seus contatos. Basta indicá-los dentro da plataforma e monitorar o processo de matrícula. Quando uma matrícula for realizada, você receberá a comissão em dinheiro. O Programa de Afiliados é totalmente gratuito e os participantes ganham por êxitos das vendas que realizam. É importante lembrar que será recolhido um pequeno percentual de impostos e taxa de manutenção da plataforma na realização do saque em dinheiro. O Programa de Afiliados é desenvolvido para pessoas determinadas, focadas e que querem uma renda extra! Se você é proativo(a) e gosta de desafios, você é a pessoa ideal. Só poderá se tornar um afiliado qualquer pessoa física, que seja aluno ou ex-aluno da Cruzeiro do Sul Educacional. Você pode acompanhar a sua pontuação, posição no ranking e pesquisar os produtos do Shopping. Renda Extra: Tenha a sua independência financeira e monte seu negócio digital. Suporte: Oferecemos assistência em todas as etapas de venda. Flexibilidade: Trabalhe quando e onde quiser. Comissão em dinheiro: Receba sua comissão na conta bancária cadastrada. Autonomia: Você define as suas metas e objetivos de venda. Otimização: Com transparência e segurança, você acompanha todos os processos de venda na mesma plataforma. *Deste valor serão abatidos 8,65% do valor bruto da comissão, referentes aos encargos operacionais na plataforma do Saber em Rede. **O Saber em Rede é integrante do Grupo A, empresa especializada em soluções para o ensino do Brasil desde 1973, que é hoje a maior plataforma de educação do Brasil. Também é residente do Cubo Itaú desde 2018, o maior hub de startups da América Latina. Movidos pela inovação no alcance de novos alunos e valorização da comunidade acadêmica, o propósito da startup é disseminar a educação e possibilitar que pessoas empreendam neste processo.</p>
<p>q) Clube de vantagens</p>	<p>O Clube de Vantagens oferece descontos ou benefícios no varejo local. Você também pode indicar comércio e serviços de seu interesse.</p>
<p>r) Escolas e cursinhos:</p>	<p>Escola & Cruzeiro do Sul Educacional Por meio do programa, a Cruzeiro do Sul Educacional desenvolve parcerias com escolas, colégios e cursinhos, em prol de captação de alunos. A Cruzeiro do Sul Educacional pode participar de eventos e de feiras que sua escola desenvolve. Além disso, você pode solicitar profissionais para ministrar palestras. Para os futuros universitários: venha conhecer o campus e conversar com os coordenadores de cursos, vivenciando um pouco da experiência acadêmica e conhecendo a infraestrutura da instituição. Não sabe qual curso fazer? Venha bater um papo com nossos coordenadores e esclareça suas dúvidas sobre mercado de trabalho, orientação profissional e o curso superior a escolher ou solicite nossa visita em sua escola. Parceria especial com a APM – Associação de Pais e Mestres na escola na qual leciona ou que seu filho estuda, concedendo descontos diferenciados para os professores e pais de alunos para ingressar em nossos cursos de graduação ou pós-graduação.</p>
<p>s) Cruzeiro Telecom:</p>	<p>Plano de telefonia de celular e internet/dados. Estude com as Plataformas digitais de ensino e conteúdo. CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL SEM CONSUMO DE DADOS DO PLANO. *As plataformas mencionadas são Blackboard, Canvas e Kaltura</p>

Página Cruzeiro do Sul Virtual – EAD a distância:

Modalidades de cursos:

2. Modalidades de Cursos:	Curso de Formação Pedagógica para Graduados (Res. Nº 2/2015, CNE):	I) Formação Pedagógica para Licenciados:	Esta modalidade é oferecida para quem já possui diploma de graduação em licenciatura e queira atuar na área da educação (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental I e gestão escolar). Você pode finalizar o curso em até 12 meses. Não é necessário realizar prova on-line ou digital. Após a entrega da documentação necessária, clique em "confirma o resultado", dê o aceite no contrato de prestação de serviço e realize o pagamento da matrícula.
		II) Formação Pedagógica - R2:	Se você pretende ampliar as possibilidades de atuação, o Programa de Formação de professores volta-se aos portadores de diploma superiores (consulte os pre-requisitos no polo de apoio presencial), como bachareis e tecnólogos, capacitando-os à ministrar aulas específicas. Para esta modalidade de ingresso não é necessário prestar vestibular, além de inscrever-se gratuitamente. Compareça ao polo de apoio presencial de sua escolha e apresente os documentos necessários para a análise curricular. Opções de cursos: 1) Form. Ped. Grad. Não Licenciados - Biologia: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 4 estrelas; 2) Form. Ped. Grad. Não Licenciados - Filosofia: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 4 estrelas; 3) Form. Ped. Grad. Não Licenciados - Física: EAD + Licenciatura + 2 semestres + 4 estrelas; 4) Form. Ped. Grad. Não Licenciados - Geografia: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 4 estrelas; 5) Form. Ped. Grad. Não Licenciados - História: EAD + Licenciatura + 2 semestres + conceito 4 estrelas; 6) Form. Ped. Grad. Não Licenciados - Matemática: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 3 estrelas; 7) Form. Ped. Grad. Não Licenciados - Português: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 3 estrelas; 8) Form. Ped. Grad. Não Licenciados - Química: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 3 estrelas;

Cursos Livres:	I) Cursos de Aperfeiçoamento:	São oferecidos 153 cursos, em diversas áreas de conhecimento. Tratam-se de cursos rápidos, de curta duração, no máximo 06 meses, destinados a profissionais das áreas correlatas aos cursos e ou aos que desejam ampliar/atualizar seus conhecimentos na área oferecida.
	II) Cursos gratuitos:	Atualmente (Janeiro/2021), estão sendo oferecidos 09 cursos gratuitos de curta duração (EAD). São eles: A linguagem na elaboração de materiais para EAD; Animação digital; Competências e gestão de Talentos; Design Thinking; Educomunicação; Empreendedorismo: da ideia ao plano de negócio; Gestão Avançada de Marketing; Gestão de Pessoas e Negociação; Gestão Por Processo; Jogos para dispositivos Móveis; Liderança; Nutrição Ideal para o exercício físico; Perícia Forense Computacional; Planejamento Visual e Gráfico; Recursos Ambientais e Poluição.
	III) Cursos de Idiomas:	São oferecidos 27 cursos de diferentes idiomas. Exs. Alemão, Mandarim, Árabe, Coreano, Hebraico, Japonês, etc.
	IV) Cursos Preparatórios:	Disponibiliza um curso preparatório para a OAB.
	V) Cursos de Atualização Docente:	É um curso destinado a gestores educacionais e docentes que lecionam no Ensino Médio. Compreenda os aspectos legais, estruturais e pedagógicos nos quais se baseiam a proposta do novo Ensino Médio. O projeto Na Prática é composto por: 1. Sete etapas formativas, denominadas "Estações de Aprendizagem". 2. Carga-horária de 140 horas, sendo 60 horas nas estações obrigatórias 1, 2 e 3.3. Certificado de conclusão emitido pela Universidade Cruzeiro do Sul.

Página Cruzeiro do Sul Virtual – EAD a distância:

Modalidades de cursos:

Segunda Graduação:	I. Segunda graduação simples:	Confira nossa condição especial para ingresso via Segunda Graduação: 1ª mensalidade R\$ 49 + 25% de desconto pontualidade (para pagamentos realizados até o 5ª dia do mês sobre o valor bruto do curso) + 30% de desconto (aplicado sobre o valor líquido).		<p>Administração 2.0: EAD + bacharelado + 4 semestres + Conceito 4 classificação do MEC + A Segunda Graduação a Distância 2.0 : se você é formado em Contábeis ou na área de Tecnologia em Negócios e/ou Gestão de Tecnologia da Informação, com essa forma de ingresso garantirá o seu diploma em apenas quatro semestres!</p> <p>Artes Visuais 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 4 estrelas., destinado para graduados em Filosofia;</p> <p style="text-align: center;">Ciências</p> <p>Biológicas 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 4 estrelas, destinado para graduados em áreas equivalentes a Física e Química;</p> <p style="text-align: center;">Ciências Contábeis 2.0: EAD + Bacharelado + 2 semestres + 3 estrelas. Curso destinado para a 2ª graduação em Ciências Contábeis EAD, para quem é formado em Administração, Economia ou Ciências Atuariais, com a Segunda Graduação 2.0 garantirá o seu diploma em apenas dois semestres!</p> <p style="text-align: center;">Ciências</p> <p>Econômicas 2.0: EAD + Bacharelado + 4 semestres + 3 estrelas. Destina-se para quem é formado (a) em Administração e deseja fazer a segunda graduação em Ciências Econômicas, com a possibilidade de eliminar disciplinas já cursadas. Ciências Sociais 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 3 estrelas, destinado a graduados em Licenciatura em Geografia, Filosofia ou História.</p> <p>Educação Física 2.0: EAD + Bacharelado + 2 semestres + Conceito 3 estrelas + destinado para quem é formado em Licenciatura em Educação Física.</p> <p style="text-align: center;">Engenharia</p> <p>Ambiental 2.0: EAD + bacharelado + 4 semestres + Conceito 3 estrelas + destinado para quem é formado no curso técnico de Gestão Ambiental;</p> <p style="text-align: center;">Engenharia de Produção 2.0: EAD + Bacharelado + 4 semestres + sem avaliação/conceito ainda, destinado para graduados em engenharia (a) civil, engenharia mecânica (a) ou engenharia elétrica.</p> <p>Filosofia 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + sem avaliação/conceito ainda, destinado a graduados em História, Geografia, Ciências Sociais ou Artes Visuais;</p> <p>Geografia 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 4 estrelas + destinado a quem já possui formação em História, Filosofia e Ciências Sociais;</p> <p style="text-align: center;">História 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 3 estrelas + destinado a quem já possui formação em Geografia, Filosofia e Ciências Sociais;</p> <p style="text-align: center;">Letras - Português e Espanhol 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 4 estrelas + destinado a quem possui licenciatura em Letras Português e Inglês;</p> <p>Letras - Português e Inglês 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 3 estrelas + destinado a quem possui licenciatura em Letras Português - Espanhol. Matemática 2.0: EAD + Licenciatura + 2 semestres + Conceito 3 estrelas + destinado a graduados em Licenciatura em Física e Química.</p>
	II. Segunda Graduação 2.0:	Sua 2ª graduação em até 2 anos com 30% de desconto! Garanta o seu próximo diploma no campo de conhecimento da sua graduação inicial. Condição de ingresso: 1ª mensalidade R\$ 49 + 25% de desconto pontualidade (para pagamentos realizados até o 5ª dia do mês sobre o valor bruto do curso) + 30% de desconto (aplicado sobre o valor líquido). Atenção: Clique aqui e confira a tabela de cursos elegíveis com essa forma de ingresso.	Opções de cursos:	

Página Cruzeiro do Sul Virtual – Cursos de Graduação EAD e Semipresencial 4.0i:

Licenciaturas e Bacharelados:

<p>Graduação EAD e SEMIPRESENCIAL 4.0i - Licenciaturas e Bacharelados: Quando você faz um curso de graduação na modalidade EAD tem diversas vantagens: <u>além da flexibilidade de tempo, que permite estudar em qualquer horário ou local, bastando, para isso, ter um aparelho com conexão à internet, ele possui mensalidades mais acessíveis.</u> Tudo isso com diploma sem diferenciação, afinal, os cursos EAD são reconhecidos e regulamentados pelo Ministério da Educação (MEC).</p> <p>Semipresencial 4.0i: Nesta metodologia de ensino EAD você terá aulas interativas, 100% on-line e ao vivo. Vai interagir ainda mais com seus colegas e professores, em uma estrutura diferenciada de ensino, incluindo trabalhos em grupo e devolutivas dos seus docentes.</p> <p>Nessa metodologia, parte de suas aulas acontecem em um ambiente virtual de aprendizagem, porém, há encontros presenciais em Ambientes Profissionais, no qual é possível colocar em prática todo o conteúdo aprendido. Flexibilidade de horários, desenvolvimento de autonomia, ensino de excelência com a mesma qualidade do presencial são algumas das vantagens que você pode aproveitar na Cruzeiro do Sul Virtual</p>	<p>Administração: EAD + bacharelado + 8 semestres + Conceito 4 estrelas (classificação do MEC).</p> <hr/> <p>Administração EaD (SEMIPRESENCIAL 4.0i): semipresencial 4.0 + bacharelado + 8 semestres + conceito 4 classificação do MEC . Trata-se de um curso de Administração à distância aplicado em metodologia semipresencial. Há mescla de conteúdo assíncrono, presente no material didático do curso (videoaulas, atividades de autocorreção, e-books etc), e atividades síncronas, a partir de webaulas teletransmitidas ao vivo. As aulas do Semipresencial 4.0i acontecem de modo inovador, criativo e com grande potencial de engajamento. Agregam o que há de mais moderno em tecnologia e promovem interatividade por chat, quiz, trabalho em equipe, vídeos e aplicativos. Tudo isso com atividades práticas e dinâmicas, sempre em alinhamento com as competências exigidas pelo mercado de trabalho.</p> <hr/> <p>Administração Pública: EAD + Bacharelado + 8 semestres + conceito 4 estrelas.</p> <hr/> <p>Arquitetura e Urbanismo (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 10 semestres + Conceito 3 estrelas + você estuda por meio de materiais didáticos e fóruns de discussão disponibilizados virtualmente, em um ambiente virtual de aprendizagem, e tem encontros em tempo real, que podem ser ambientes profissionais ou momentos de interação on-line. No curso da modalidade EaD de metodologia Semipresencial 4.0i você participa de encontros presenciais ou de webaulas interativas, momentos em que participa de atividades práticas e mantém contato com colegas e professores. Confira mais: As atividades on-line podem ser acessadas no ambiente virtual de aprendizagem; As aulas presenciais acontecem aos sábados*, nos ambientes profissionais (polos); As provas são presenciais e ocorrem semestralmente no polo EAD em que está matriculado.</p> <hr/> <p>Artes Visuais: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.</p>
---	--

Página Cruzeiro do Sul Virtual – Cursos de Graduação EAD e Semipresencial 4.0i:

Licenciaturas e Bacharelados:

Biomedicina (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Plano pedagógico que promove uma formação técnico-generalista, com aulas práticas em avançados laboratórios, e, ao mesmo tempo, humanista, pautada por altos padrões de qualidade e princípios éticos.

Engenharia Civil (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 10 semestres + Conceito 3 estrelas + Há mescla de conteúdo assíncrono, presente no material didático do curso (videoaulas, atividades de autocorreção, e-books etc), e atividades síncronas, a partir de aulas presenciais em polos sede e/ou a partir de webaulas teletransmitidas. Na metodologia Semipresencial 4.0, você participa de encontros presenciais ou de webaulas interativas, momentos em que participa de atividades práticas e mantém contato com colegas e professores. As atividades on-line podem ser acessadas no ambiente virtual de aprendizagem; Momentos de interação alternam entre aulas presenciais nos ambientes profissionais e webaulas interativas; As provas são presenciais e ocorrem semestralmente no polo EAD em que está matriculado. Atividades experimentais presenciais e em laboratórios específicos; Auxílio de laboratórios virtuais individuais e softwares atualizados; Encontros presenciais, com aulas teóricas e práticas; Apoio 24h da mais moderna plataforma virtual de aprendizagem, o Blackboard; Acervo virtual com atividades interativas individuais e em grupo. Funciona basicamente assim: você estuda por meio de materiais didáticos e fóruns de discussão, em um ambiente virtual de aprendizagem, e tem encontros presenciais com professores ocasionalmente. Em resumo, o curso de Engenharia Civil no modelo Semipresencial 4.0 é constituído por aulas que acontecem parte em um ambiente virtual de aprendizagem, parte em encontros presenciais.

Letras - Português e Inglês: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Ambiente Virtual Blackboard, a mais moderna plataforma de educação a distância; Biblioteca Virtual para consulta 24hr; e Prática Oral em Língua Inglesa através de atividade on-line e interativa.

Ciências Biológicas: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 4 estrelas. Você contará com atividades colaborativas e o acompanhamento de tutores e professores. Partindo de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, você terá aulas práticas presenciais e atividades que ocorrerão de forma interativa, tanto individualmente quanto em grupo, promovendo a aprendizagem interdisciplinar. E mais, o Núcleo de Estágios EAD será o seu agente facilitador do Estágio Curricular Supervisionado!

Licenciaturas e Bacharelados:

Ciência da Computação: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.

Ciências Contábeis: EAD ou semipresencial 4.0 + bacharelado + 8 semestres + 3 estrelas + informações sobre o curso.

Ciências Contábeis (SEMIPRESENCIAL 4.0i): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Trata-se de um curso na modalidade a distância, de metodologia semipresencial, que mescla conteúdo assíncrono presente no material didático do curso (videoaulas, atividades de autocorreção, e-books etc) e atividades síncronas, a partir de aulas on-line ao vivo. As aulas do curso EaD - Semipresencial 4.0i acontecem de modo inovador, criativo e com grande potencial de engajamento. Agregam o que há de mais moderno em tecnologia e promovem interatividade por chat, quiz, trabalho em equipe, vídeos e aplicativos. Tudo isso com atividades práticas e dinâmicas sempre em alinhamento com as competências exigidas pelo mercado de trabalho.

Ciências Econômicas: EAD + Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 8 semestres + conceito 4 estrelas.

Ciências Econômicas (SEMIPRESENCIAL 4.0i): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 8 semestres + conceito 4 estrelas. Semipresencial 4.0i: Trata-se de um curso na modalidade a distância, de metodologia semipresencial, que mescla conteúdo assíncrono presente no material didático do curso (videoaulas, atividades de autocorreção, e-books etc) e atividades síncronas, ou seja ao vivo e on-line, a partir de webaulas teletransmitidas; ministradas de modo inovador, criativo, participativo e com grande potencial de engajamento. Na metodologia Semipresencial 4.0i você participa de encontros presenciais ou de webaulas interativas, momentos em que participa de atividades práticas e mantém contato com colegas e professores. Confira mais:- As atividades on-line podem ser acessadas no ambiente virtual de aprendizagem;- Momentos de interação alternam entre aulas presenciais nos ambientes profissionais e webaulas interativas. - As provas são presenciais e ocorrem semestralmente no polo EAD em que está matriculado.

Ciências Política: EAD + Bacharelado + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.	
Ciências Sociais: EAD + Licenciatura + 6 semestres + Conceito 4 estrelas. Por que aqui o curso de Ciências Sociais é conceito 4 no MEC; As videoaulas são gravadas em estúdio de TV; O material didático da disciplina é apresentado de forma virtual; A biblioteca virtual tem parceria com grandes editoras; os professores são titulados como responsáveis para cada disciplina. Ah, e em caso de qualquer dúvida, disponha do canal de comunicação direto com a tutoria.	
Educação Especial: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Atividades colaborativas com tutores e professores; Material didático digital e impresso personalizado; Corpo docente formado por professores mestres e doutores; Tutores online à disposição dos alunos; Plataforma Blackboard de aprendizagem disponível 24 horas; Atividades interativas individuais e em grupo, promovendo a aprendizagem interdisciplinar.	
Educação Física: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Durante a graduação, você terá contato com tutores especialistas nas áreas da disciplina em que estará cursando. Isso sem falar no acompanhamento de professores mestres e doutores.	
Educação Física: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Estudar Educação Física com a gente será uma experiência única: o nosso corpo docente e corpo de tutores é altamente qualificado; a biblioteca virtual tem grande acervo na área da Educação Física; temos também uma biblioteca virtual para consulta 24h; plataforma Blackboard de aprendizagem disponível 24 horas e, ainda, o material didático é atualizado com as demandas do mercado e de uma formação de qualidade	
Engenharia Mecatrônica (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 10 semestres + Conceito 3 estrelas.	Psicopedagogia: EAD + Bacharelado + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.
Filosofia: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.	Publicidade e Propaganda: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.
Filosofia: EAD + Bacharelado + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.	Química: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Nas disciplinas acadêmicas, com o acompanhamento de professores mestres e doutores, você aprenderá as novas metodologias ativas que poderá aplicar nas escolas onde irá lecionar. Você terá à disposição, ainda, laboratórios virtuais, nos quais poderá treinar suas experiências sem correr o risco de se machucar, podendo, assim, estudar antecipadamente, assimilando com tranquilidade as regras de segurança.
Física: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.	Química: EAD + Bacharelado + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.

<p>Engenharia Elétrica (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 10 semestres + Conceito 3 estrelas. O curso de Engenharia Elétrica a distância proporciona sólida formação nas disciplinas básicas e técnicas, e você conhecerá a prática da profissão em laboratórios modernos e bem equipados. As atividades experimentais presenciais são práticas e em laboratórios específicos; As aulas contam com o auxílio de laboratórios virtuais individuais e softwares atualizados; haverá encontros presenciais com aulas teóricas e práticas lecionadas por professores mestres e doutores; Você contará com o apoio 24h da mais moderna plataforma virtual de aprendizagem, o Blackboard e o Canvas; Poderá consultar o acervo virtual a qualquer momento e, ainda, terá atividades interativas individuais e em grupo. Você estuda por meio de materiais didáticos e fóruns de discussão disponibilizados virtualmente, em um ambiente virtual de aprendizagem, e tem encontros presenciais com professores ocasionalmente.</p>	<p>Pedagogia EAD ou Semipresencial 4.0: Licenciatura + 6 semestres + Conceito 4 estrelas. Semipresencial 4.0i: Trata-se de um curso na modalidade a distância, de metodologia semipresencial, que mescla conteúdo assíncrono presente no material didático do curso (videoaulas, atividades de autocorreção, e-books etc) e atividades síncronas, ou seja ao vivo e on-line, a partir de webaulas transmitidas; ministradas de modo inovador, criativo, participativo e com grande potencial de engajamento. O Semipresencial 4.0i surgiu para trazer novas mídias de comunicação e diferentes possibilidades de troca de experiências, informações e conhecimento para dentro das aulas on-line e ao vivo dos cursos semipresenciais da Cruzeiro do Sul Virtual. Agregam o que há de mais moderno em tecnologia e promovem interatividade: por chat, quiz, trabalho em equipe, vídeos e aplicativos. Conceito 4 MEC, o curso de Pedagogia (Semipresencial) conta com o apoio de livros físicos e digitais para cada disciplina, brinquedoteca virtual, Biblioteca Virtual para consulta 24h e atividades interativas individuais e em grupo. O Semipresencial 4.0i reúne a flexibilidade do ensino a distância com as experiências proporcionadas pela interatividade de momentos em grupo e com o professor, de acordo com o Modelo de Ensino Semipresencial da Cruzeiro do Sul Virtual. Desta forma, a aprendizagem dos alunos é potencializada em aulas colaborativas. As webaulas contam com momentos de interação essenciais para que os alunos desenvolvam as competências trabalhadas nas aulas e explorem as ferramentas personalizadas. Também há sugestão de materiais complementares para que os estudantes ampliem a absorção dos conhecimentos teóricos e estejam cada vez mais preparados para o mercado de trabalho.</p>
<p>Engenharia Civil para Bombeiros (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + Conceito 3 estrelas. Obs.: Não diz o nº de semestres. Foi especialmente concebido para Oficiais e Aspirantes Oficiais dos Corpos de Bombeiros Militares. Ao longo do curso, o aluno terá disciplinas específicas e profissionalizantes, que visam a formação do engenheiro civil nas suas grandes áreas de atuação, sempre mesclando conhecimentos teóricos e práticos.</p>	<p>Letras - Português e Espanhol: EAD + Licenciatura + 6 semestres + conceito avaliativo não divulgado.</p>
<p>Engenharia de Produção: EAD ou Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 10 semestres + Conceito 3 estrelas. As atividades são práticas e em laboratórios virtuais específicos e softwares atualizados; Haverão atividades colaborativas com professores mestres e doutores; Utilizará a mais moderna plataforma de aprendizagem virtual, o Blackboard; Terá tutores on-line à sua disposição e, ainda, desenvolverá atividades interativas individuais e em grupo.</p>	<p>Letras - Português e Japonês: EAD + Licenciatura + 8 semestres + conceito 3 estrelas. Você terá contato com tutores especialistas nas áreas da disciplina em que estará cursando. Isso sem falar no acompanhamento de professores mestres e doutores. Também contará com o Blackboard, a mais moderna plataforma de educação a distância, com acessibilidade mobile; com a Biblioteca Virtual para consulta 24 horas; ferramentas e aplicativos para interação síncrona com professores e tutores; apoio em polos presenciais em todo o território brasileiro e disciplina de Produção Oral em Língua Japonesa com atividades on-line síncronas e interativas.</p>

<p>Engenharia de Computação: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.</p>	<p>Matemática: EAD + Licenciatura + 8 semestres + conceito 3 estrelas.</p>
<p>Engenharia de Software: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Atividades colaborativas com tutores e professores; Material didático digital e impresso personalizado, Corpo docente formado por professores mestres e doutores; Tutores online à disposição dos alunos; Plataforma Blackboard de aprendizagem disponível 24 horas; Atividades interativas individuais e em grupo promovendo a aprendizagem interdisciplinar.</p>	<p>Matemática: EAD + Bacharelado + 6 semestres + conceito 3 estrelas.</p>
<p>Engenharia Mecânica (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 10 semestres + Conceito 3 estrelas.</p>	<p>Nutrição (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 8 semestres + conceito 3 estrelas. Durante a graduação, você estudará em um ambiente virtual de aprendizagem por meio de: Materiais didáticos, Fóruns, Webconferências, Plantões de dúvidas disponibilizados virtualmente; Encontros presenciais com professores conforme a carga horária das disciplinas. Os cursos semipresenciais, com metodologia do EAD, são constituídos de aulas que acontecem parte em um ambiente virtual de aprendizagem, parte em encontros presenciais em ambientes profissionais.</p>
<p>Fisioterapia (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Na faculdade de Fisioterapia da Cruzeiro do Sul, recursos e equipamentos estarão à sua disposição, como: Laboratórios de anatomia, fisiologia, bioquímica, Clínica especializada, Acervo bibliográfico atualizado. As atividades on-line podem ser acessadas no ambiente virtual de aprendizagem; Aulas presenciais acontecem aos sábados*, nos ambientes profissionais (polos); As provas são presenciais e ocorrem semestralmente no polo EAD em que está matriculado.*Exceto para o curso de Fisioterapia, que terá mais de um encontro semanal. As disciplinas que contemplam aulas presenciais têm de 2 a 8 encontros por mês, podendo ser de 5 a 10 horas cada um, de acordo com a carga horária total da disciplina. Esses encontros ocorrem às sextas-feiras, com duração de 5 horas (período noturno) e aos sábados com carga horária de 10 horas (período matutino e vespertino). Vale lembrar que, de acordo com o polo de oferta, poderá haver alteração nos dias dos encontros presenciais. E se tivermos um feriado no recorrido mês? Neste caso, a carga horária pode ou não se estender em até 5 horas às sextas-feiras (vespertino), para contemplar a carga horária total da disciplina.*Os cursos semipresenciais, metodologia do EAD, são constituídos de aulas que acontecem parte em um ambiente virtual de aprendizagem e parte em encontros presenciais em ambientes profissionais, de acordo com o especificado no edital do processo seletivo.</p>	<p>Relações Internacionais: EAD ou Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.</p>

Física: EAD + Bacharelado + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.	Relações Públicas: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.
Geografia: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 4 estrelas. Nossos professores realizam interações em tempo real com os alunos de Geografia a distância por meio de webconferências. A aprendizagem interdisciplinar ocorrerá por meio de atividades interativas, individuais ou em grupo. Já os projetos interativos e as indicações de atividades extracurriculares te ajudarão a compreender a área. Ao final da graduação, você contará com Estágio Curricular Supervisionado acompanhado por professores especializados.	Serviço Social: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. A graduação em Serviço Social (Bacharelado) da Cruzeiro do Sul Virtual, além de Corpo docente formado por professores mestres e doutores; Matriz Curricular pautada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Tutores on-line à disposição dos alunos; Fóruns e estudos temáticos de áreas de intervenção (infância, adolescência, envelhecimento, assistência social, saúde, etc.); Acervo virtual para consulta 24h; Estágio supervisionado presencial e Trabalho de Curso.
Geografia: EAD + Bacharelado + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.	Sistemas de Informação: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.
História: EAD + Licenciatura + 8 semestres + Conceito 3 estrelas.	Teologia: EAD + Bacharelado + 6 semestre + Conceito 3 estrelas.
História: EAD + Bacharelado + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.	Jornalismo: EAD + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. Atividades colaborativas com tutores e professores; Material didático digital e impresso personalizado; Corpo docente formado por professores mestres e doutores; Tutores online à disposição dos alunos; Plataforma Blackboard de aprendizagem disponível 24 horas; Atividades interativas individuais e em grupo promovendo a aprendizagem interdisciplinar.
Farmácia (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 10 semestres + Conceito 3 estrelas. Nos laboratórios didáticos da faculdade de Farmácia, você vai fazer análises clínicas e toxicológicas, protocolos sanitários e de qualidade aplicáveis nas indústrias químico-farmacêuticas e alimentícias, como uma maneira de detectar adulterações e falsificações e impedir danos à saúde pública. As atividades on-line podem ser acessadas no ambiente virtual de aprendizagem; Aulas presenciais acontecem aos sábados*, nos ambientes profissionais (polos); As provas são presenciais e ocorrem semestralmente no polo EAD em que está matriculado.	Óptica e Optometria (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Bacharelado + 8 semestres + Conceito 3 estrelas. O bacharelado em Óptica e Optometria forma profissionais não-médicos especializados na visão que não fazem uso de procedimentos invasivos, ao contrário do oftalmologista. Ele ou ela apenas observa e aplica técnicas de avaliação qualitativa e quantitativa do sistema de visão do paciente. O (a) profissional dessa área observa a presença de qualquer problema ou alteração ocular e está apto em identificá-la e encaminhar o paciente a um especialista. O curso de Óptica e Optometria prepara você para avaliar e medir a estrutura da visão em aspectos funcionais e comportamentais, bem como sugerir métodos ópticos para corrigir a alteração identificada. Aplicando os conhecimentos que tem sobre a fisiologia dos olhos, o (a) optometrista prescreve exercícios e orienta pacientes em relação ao uso de lentes ou óculos que corrigem e compensam as deficiências visuais. A montagem de óculos e a confecção de lentes de contato também estão entre as competências do (a) profissional formado em optometria. Podem, ainda, detectar uma visão subnormal, lesões, doenças oculares e até alguns problemas gerais de saúde, sempre encaminhando ao profissional médico (a) competente, por meio de uma avaliação primária completa. O (A) optometrista pode ser autônomo(a) ou atuar em clínicas especializadas, programas de educação visual, centros de reabilitação, hospitais e consultórios, sozinho (a) ou em equipe multidisciplinar. Pode atuar junto ao Sistema Único de Saúde, garantindo à população uma significativa melhora no acesso a cuidados com a saúde visual. Novas áreas de atuação voltadas ao atendimento de públicos específicos, como a optometria desportiva (dirigida a atletas), pediátrica (crianças), geriatria (idosos) e ocupacional (em ambientes de trabalho), tendem a aumentar a procura pelos formandos (as) em Óptica e Optometria.

Página Cruzeiro do Sul Virtual – Modalidades de Cursos:

<p>Cursos Técnicos Profissionalizantes e Graduação em Cursos Técnicos:</p>	<p>Técnico em Administração: EAD + Técnico + 2 semestres. Já pensou em sair do Ensino Médio com uma profissão? Para facilitar o ingresso de jovens (cursando a partir do 2º ano do Ensino Médio ou já formados) no mercado de trabalho e estimular uma carreira profissional de sucesso, a Cruzeiro do Sul Educacional oferece Cursos Técnicos Profissionalizantes a Distância. O Curso Técnico em Administração tem como objetivo formar técnicos com habilidades profissionais que superem as expectativas dos contratantes, com uma postura de um profissional criativo, inovador, competente e atualizado. O profissional Técnico em Administração estará apto a ocupar funções nas áreas de finanças, planejamento, compras, recursos humanos, organização e métodos e comercial.</p>
	<p>Técnico em Edificações: EAD + Técnico + 3 semestres. O curso é a distância, mas possui encontro presencial, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição. Concluintes do Ensino Médio Regular e candidatos matriculados, regularmente, a partir do 2º. ano do Ensino Médio Regular.</p>
	<p>Técnico em Eletrônica: EAD + Técnico + 3 semestres. O curso é a distância, mas possui encontro presencial, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição. Concluintes do Ensino Médio Regular e candidatos matriculados, regularmente, a partir do 2º. ano do Ensino Médio Regular.</p>
	<p>Técnico em Eletrotécnica: EAD + Técnico + 3 semestres. O curso é a distância, mas possui encontro presencial, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição. Concluintes do Ensino Médio Regular e candidatos matriculados, regularmente, a partir do 2º. ano do Ensino Médio Regular.</p>
	<p>Técnico em Enfermagem: EAD + Técnico + 3 semestres. Com duração de 18 meses, sendo dividido por 1º, 2º e 3º semestre, o curso técnico de Enfermagem é considerado um curso semipresencial, como descrevemos a seguir: - Parte teórica 34% Ensino a Distância (EaD- é desenvolvida com o uso da ferramenta Blackboard e materiais que compõe cada disciplina); Parte prática 33% Ensino presencial, realizada por meio de encontros presenciais semanais com a realização de atividades nos laboratórios de enfermagem e outros afins, bem como na sala de aula da Instituição de Ensino Superior (IES) no 1º, 2º e 3º semestre; - Parte prática 33% Ensino presencial, semanalmente nos horários da manhã e noite, com o desenvolvimento de atividade prática (estágios supervisionados) por enfermeiro, realizados a partir do 2º e 3º. O curso oferece certificação parcial, ou seja, emissão do certificado de qualificação profissional de Auxiliar de Enfermagem. Ao final dos 18 meses o aluno terá a certificação da habilitação Técnica em Enfermagem. Todas as atividades, sejam elas aula no laboratório, tutoria do curso e as aulas práticas (estágios supervisionados) são realizadas por enfermeiro diplomado, dando assim, apoio técnico na construção do conhecimento, da habilidade e da atitude do aluno. As orientações e o cronograma das aulas de laboratório, bem como, as aulas práticas (estágios supervisionados) serão feitas pela coordenação do curso de enfermagem nos encontros presenciais. O aluno que tenha interesse em transferência ou aproveitamento de disciplinas do curso Auxiliar e Técnico de Enfermagem deverá apresentar os documentos exigidos para submeter-se à análise curricular, conforme as normas institucionais.</p>

Página Cruzeiro do Sul Virtual – Modalidades de Cursos:

Técnico em Informática: EAD + Técnico + 3 semestres. Já pensou em sair do Ensino Médio com uma profissão? Para facilitar o ingresso de adolescentes (cursando a partir do 2º ano do Ensino Médio ou já formados) no mercado de trabalho e estimular uma carreira profissional de sucesso, a Cruzeiro do Sul Educacional oferece Cursos Técnicos Profissionalizantes a Distância. Formar profissionais capazes de atender às necessidades ligadas à informatização das empresas, comércio e serviços, aplicando tecnologias economicamente viáveis, prestando atendimento e suporte a usuários de informática e colaborando para a melhoria das condições de vida da população, pois não se pode conceber nos tempos atuais a produção agrícola, industrial e de comércio e serviços e nem a própria vida das pessoas sem a informática.

Técnico em Logística: EAD + Técnico + 2 semestres. Hoje, com o avanço da tecnologia voltada ao ensino a distância, ficou muito fácil aprender a aprender. Com o curso técnico em Logística na modalidade a distância, por exemplo, você sairá do Ensino Médio já com uma profissão. Quando se pensa em logística, logo se imagina o transporte de produtos com prazo muito apertado de entrega. No curso, você verá como é feito esse serviço de gestão de produtos. Aplicada à indústria, a logística envolve uma visão geral e estratégica do processo produtivo e você vai aprender como executar um trabalho integrado com os vários setores da empresa para que as informações fluam de forma otimizada. Assim, planejamento, controle de matérias-primas, estoque, distribuição, custos e entrega das mercadorias aos pontos de venda estarão dentro dos padrões definidos e você terá seu produto predileto nas prateleiras das lojas. Vê como são conhecimentos e habilidades técnicas importantes?

Técnico em Mecânica: EAD + Técnico + 3 semestres. O curso é a distância, mas possui encontro presencial, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição.

Técnico em Mecatrônica: EAD + Técnico + 3 semestres. O curso técnico em Mecatrônica tem um perfil voltado para formar um profissional com uma visão abrangente das áreas de eletrotécnica e de automação industrial. Durante o curso, o aluno recebe sólida formação técnica, além de desenvolver competências relacionadas a aspectos humanísticos, éticos, sociais e ambientais. A busca do setor industrial pela inovação dos processos produtivos prometem manter a tendência de crescimento do mercado de Automação Industrial. O curso é a distância, mas possui encontro presencial, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição.

Técnico em Meio Ambiente: EAD + Técnico + 3 semestres. O curso é a distância e possui encontros presenciais, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição.

Técnico em Programação de Jogos Digitais: EAD + Técnico + 3 semestres. Neste curso, você será habilitado ao desenvolvimento e controle de qualidade de jogos digitais para web e dispositivos móveis. Com isso, saberá desempenhar funções relativas à produção de conteúdo para games, tendo em vista adaptação a diferentes plataformas. O curso é a distância e possui encontros presenciais, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição.

Técnico em Redes de Computadores: EAD + Técnico + 3 semestres. Este curso vai preparar você para ser um elemento decisivo nesse cenário: ser capaz de montar, configurar e fazer manutenção de microcomputadores, bem como a instalação e configuração de sistemas operacionais e dispositivos de redes. Também contam cabeamento estruturado ou tecnologia wireless. Com uma formação técnica, você também vai aprender a administrar redes e realizar controles de tráfego, além de implementar tecnologias de segurança para garantir o bom funcionamento dos sistemas de comunicação de dados. O curso é a distância e possui encontros presenciais, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição.

Técnico em Segurança do Trabalho: EAD + Técnico + 3 semestres. Para facilitar o ingresso de adolescentes (cursando a partir do 2º ano do Ensino Médio ou já formados) no mercado de trabalho e estimular uma carreira profissional de sucesso, a Cruzeiro do Sul Educacional oferece Cursos Técnicos Profissionalizantes a Distância. Formar profissionais capacitados e aptos para promover ações e aplicação de medidas preventivas para eliminação de riscos, evitando acidentes de trabalho e doenças profissionais atendendo à legislação pertinente. A finalidade do curso é a promoção da saúde e a proteção da integridade do trabalhador no local laboral, efetuando e aplicando conhecimentos técnicos de segurança e de saúde no trabalho, de higiene ocupacional e de relacionamento com o ambiente de trabalho, bem como seus componentes e a proteção do meio ambiente. O curso é a distância, mas possui encontro presencial, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição.

Técnico em Serviços Jurídicos: EAD + Técnico + 2 semestres. O curso é a distância, mas possui encontro presencial, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição.

Técnico em Vendas: EAD + Técnico + 2 semestres. O curso é a distância, mas possui encontro presencial, uma vez por mês, conforme calendário da Instituição.

Análise e Desenvolvimento de Sistemas: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Gestão de Cooperativas: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Processos Gerenciais: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.
Banco de Dados: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Gestão de Recursos Humanos (EAD ou Semipresencial 4.0i): Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas. Obs.: Os cursos semipresenciais, metodologia do EAD, são constituídos de aulas que acontecem parte em um ambiente virtual de aprendizagem, parte em encontros presenciais em ambientes profissionais.	Produção Cultural: EAD + Tecnológico + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.
Comércio Exterior: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 4 estrelas.	Gestão de Segurança Privada: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Radiologia (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Tecnológico + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.
Design de Interiores: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 4 estrelas.	Gestão de Tecnologia da Informação: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 4 estrelas.	Redes de Computadores: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.
Design de Moda: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 4 estrelas.	Gestão de Turismo: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Secretariado: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.
Design de Produto: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 4 estrelas.	Gestão Desportiva e de Lazer: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Segurança no Trabalho: EAD + Tecnológico + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.
Design Gráfico: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Gestão de Agronegócio: EAD + Tecnológico + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.	Segurança no Trânsito: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.
Empreendedorismo: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 4 estrelas.	Gestão do Terceiro Setor: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Segurança Pública: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.
Estética e Cosmética: EAD ou Semipresencial 4.0 + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas. Você vai contar com a união de todo o referencial teórico e demonstrativo das aulas on-line às aulas presenciais práticas em laboratórios específicos e com o acompanhamento de professores especializados na área. Semipresencial 4.0: Trata-se de um curso na modalidade a distância, de metodologia semipresencial, que mescla conteúdo assíncrono presente no material didático do curso (vídeoaulas, atividades de autocorreção, e-books etc) e atividades síncronas, a partir de aulas presenciais em polos sede e/ou a partir de webaulas teletransmitidas. Na metodologia Semipresencial 4.0 você participa de encontros presenciais ou de webaulas interativas, momentos em que participa de atividades práticas e mantém contato com colegas e professores. Confira mais: As atividades on-line podem ser acessadas no ambiente virtual de aprendizagem; Momentos de interação alternam entre aulas presenciais nos ambientes profissionais e webaulas interativas. As provas são presenciais e ocorrem semestralmente no polo EAD em que está matriculado.	Gestão Financeira: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas. Serviços Penais: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas. <u>Curso ofertado exclusivamente para profissionais da carreira de segurança pública.</u> O curso superior de Tecnologia em Serviços Penais qualifica o (a) estudante que já é vinculado (a) ao serviço de Segurança Pública a atuar na gestão de serviços penitenciários. No exercício de sua função, deve garantir a segurança do preso, internado e egresso, bem como promover a disciplina, a saúde, a qualidade de vida e a inserção social desse público-alvo. Para isso, conhecendo a legislação pertinente, deve formular, propor e implementar políticas públicas de redução dos riscos do confinamento. Também deve ser de seu conhecimento a legislação referente à execução penal. Faz parte de sua formação compreender a complexidade do sistema penitenciário, como são aplicadas penas e medidas alternativas e de que forma os presos internados e egressos recebem e utilizam os serviços de assistência. As vantagens de ser aluno EAD: você faz sua faculdade de Serviços Penais quando e onde quiser, basta ter um computador, notebook, smartphone ou tablet e acessar a nossa plataforma virtual. O valor das mensalidades é bem menor que o da modalidade presencial e o diploma é igualmente válido e reconhecido pelo MEC.	

Eventos: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 4 estrelas.	Gestão Hospitalar: EAD + Tecnológico + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.	Sistemas para Internet: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.
Fotografia: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Gestão Pública: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Terapias Integrativas e Complementares (SEMIPRESENCIAL 4.0): Semipresencial 4.0 + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas. As aulas do curso acontecem de modo inovador, criativo e com grande potencial de engajamento. Agregam o que há de mais moderno em tecnologia e promovem interatividade por chat, quiz, trabalho em equipe, vídeos e aplicativos. Tudo isso com atividades práticas e dinâmicas sempre em alinhamento com as competências exigidas pelo mercado de trabalho. O curso EAD - Semipresencial 4.0i reúne a flexibilidade do ensino a distância com as experiências proporcionadas pela interatividade de momentos em grupo e com o professor, de acordo com a metodologia Semipresencial da Cruzeiro do Sul Virtual. Desta forma, a aprendizagem dos alunos é potencializada em aulas colaborativas. O curso EAD Semipresencial 4.0i reúne a flexibilidade do ensino a distância com as experiências proporcionadas pela interatividade de momentos em grupo e com o professor, de acordo com a metodologia Semipresencial da Cruzeiro do Sul Virtual. Desta forma, a aprendizagem dos alunos é potencializada em aulas colaborativas. O projeto pedagógico e conteúdo dos cursos é desenvolvido por mestres e doutores e o diploma é mesmo de um curso presencial. As webaulas contam com momentos de interação essenciais para que os alunos desenvolvam as competências trabalhadas nas aulas e explorem as ferramentas personalizadas. Também há sugestão de materiais complementares para que os estudantes ampliem a absorção dos conhecimentos teóricos e estejam cada vez mais preparados para o mercado de trabalho.
Gastronomia: EAD ou Semipresencial 4.0 + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas. Nossa matriz curricular contempla as principais exigências, inovações e tendências do mundo na área da gastronomia; o curso é pautado na experiência de 10 anos do curso presencial; Você terá atividades presenciais, como palestras, oficinas e concursos no Polo; Todas as disciplinas contam com material teórico, fóruns com os docentes, vídeos instrucionais e tutoria on-line para suporte técnico e pedagógico. Trata-se de uma faculdade de Gastronomia à distância, com metodologia semipresencial. Há mescla de conteúdo assíncrono, presente no material didático do curso (vídeoaulas, atividades de autocorreção, e-books etc), e atividades síncronas, a partir de aulas presenciais em polos sede e/ou a partir de webaulas transmitidas. Na metodologia Semipresencial 4.0, você participa de encontros presenciais ou de webaulas interativa: As atividades online podem ser acessadas no ambiente virtual de aprendizagem; Momentos de interação alternam entre aulas presenciais nos ambientes profissionais e webaulas interativas. As provas são presenciais e ocorrem semestralmente no polo EAD em que está matriculado.	Internet das Coisas: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas. Durante o curso você terá acesso a uma das mais modernas e inovadoras ferramentas de estudo, o Blackboard. Terá, ainda, acesso a uma biblioteca virtual e contará com o suporte on-line de tutores. Tudo isso, e muito mais, para proporcionar a você uma formação de qualidade. Dentre as disciplinas estudadas, estão: Desenvolvimento de aplicativos móveis, Big data, Análise de dados, Noções de eletrônica, Computação em nuvem, Básico de computação, Empreendedorismo, Segurança e privacidade em Internet das coisas, Rede de computadores e, ainda, desenvolverá atividades no laboratório virtual!	Gerontologia: EAD + Tecnológico + 6 semestres + Conceito 4 estrelas.
Gestão Ambiental: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Jogos Digitais: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Marketing Digital: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.
Gestão Comercial: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Logística: EAD + Tecnológico + 4 semestre + Conceito 3 estrelas.	Gestão da Qualidade: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.
Gestão da Produção Industrial: EAD + Tecnológico + 6 semestres + Conceito 3 estrelas.	Marketing: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.	Negócios Imobiliários: EAD + Tecnológico + 4 semestres + Conceito 3 estrelas.

Página Cruzeiro do Sul Virtual:

Canais de Comunicação Direta:

3. Fale Conosco:	Candidato:	Enviar uma mensagem; Atendimento telefônico; Whatsapp;	
	Aluno:	CAA Presencial;	
		CAA on-line:	A CAA on-line é o canal de comunicação oficial entre você e a Instituição. Utilize esse canal para: manifestações, dúvidas e ocorrências diversas. Por meio deste mesmo canal você poderá, também, emitir e/ou solicitar documentos acadêmicos e financeiros. Todas as suas solicitações serão direcionadas para análise das áreas competentes, desta forma, ressaltamos a importância de você selecionar o tipo de serviço adequado para a sua necessidade. Leia atentamente a descrição de sua solicitação. Certifique-se de que selecionou corretamente.
	Outros públicos:	Serviços à comunidade:	∅
		Parcerias e convênios:	Se você deseja realizar um convênio ou uma parceria com a Cruzeiro do Sul Virtual, entre em contato com um de nossos consultores pelo telefone ou o e-mail abaixo!
	Sala de Imprensa:	Releases:	Tenha acesso aos releases e imagens disponíveis para publicação na mídia. Acesso exclusivo para jornalistas. Todas as imagens estão disponibilizadas em alta resolução para download e uso estritamente jornalístico, sendo proibida sua utilização para fins comerciais sem autorização prévia.

Site Cruzeiro do Sul Virtual - Educação a distância

Benefícios:

1) Blog Carreiras:	Trata-se de um blog direcionado aos acadêmicos e aos egressos, com notícias, informações e novidades sobre carreiras, mercado de trabalho, vida acadêmica, orientações para quem pretende voltar aos estudos e para os formados que estão em busca de oportunidades de emprego e/ou de abrir seu próprio empreendimento. Além disso, há dicas de como criar uma rotina de estudos, tanto para quem ainda vai prestar o Enem, como para quem já é estudante universitário.
2) Portal Orienta:	Refere-se a um blog direcionado aos vestibulandos, interessados em ingressar em uma carreira universitária, com teste vocacional on-line, para ajudar na escolha profissional, dicas de como estudar, para cada tipo de modalidade de ensino (presencial, semipresencial e EAD), tipo de formação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), guia de profissões de diferentes áreas (Administrativa e Negócios; Biológicas e Saúde; Exatas e Tecnológicas; Humanas e Sociais) e informações sobre Bolsas de Estudo, possibilidades de pagamento e as instituições que pertencem ao grupo.
3) Enem Brasil:	Blog com dicas de como se preparar para a prova.
4) Portal Carreiras:	Portal de vagas e de empregos.

Página Cruzeiro do Sul Virtual:

Pós-graduação *lato-sensu* e MBA:

Pós-graduação lato-sensu e MBA:	Administração e Gestão de Projetos Sociais: EAD + Especialização + 12 Meses.	Engenharia de Manufatura Avançada 4.0: EAD + Especialização + 12 Meses.	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Aprendizagem Criativa e Pensamento Computacional: EAD + Especialização + 12 Meses.	Engenharia de Produção: EAD + Especialização + 12 Meses.	Língua Portuguesa e Docência: Linguagens, TDIC e Competências: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Banco de dados e Business Intelligence: EAD + Especialização + 12 Meses.	Engenharia de Redes de Computadores: EAD + Especialização + 12 Meses.	Metodologia do Ensino de História: Questões Atuais: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Ciência de Dados: EAD + Especialização + 12 Meses.	Engenharia de Segurança do Trabalho: EAD + Especialização + 12 Meses.	Metodologia do Ensino de Sociologia: Questões Atuais: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Ciências Biológicas e a docência: habilidades, competências e metodologias: EAD + Especialização + 12 Meses.	Engenharia de Software com Métodos Ágeis: EAD + Especialização + 12 Meses.	Metodologias Ativas e Práticas Educacionais: EAD + Especialização + 12 Meses.
	MBA em Gestão Estratégica de Pessoas: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Gestão Pública: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Indústria 4.0: EAD + Especialização + 12 Meses.
	MBA em Inteligência Artificial e Analytics: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Inteligência Financeira: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Multicanais de Vendas: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Competências Socioemocionais - Teorias e práticas: EAD + Especialização + 12 Meses.	Ensino de Astronomia: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Negócios Digitais: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Nutrição Clínica: EAD + Especialização + 12 Meses.	Compliance, Governança Corporativa e Auditoria: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Relações Internacionais: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Ensino de Biologia: EAD + Especialização + 12 Meses.	Nutrição Esportiva: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Segurança da Informação: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Conciliação, Mediação e Arbitragem: EAD + Especialização + 12 Meses.	Ensino de Educação Física na Educação Infantil: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA Supply Chain e Logística: EAD + Especialização + 12 Meses.
	Perícia Forense Computacional: EAD + Especialização + 12 Meses.	Cybersecurity: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Gestão Empresarial: EAD + Especialização + 12 Meses.

Cybersecurity: EAD + Especialização + 12 Meses.	Ensino de Filosofia: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Educação Corporativa, Desenvolvimento e Gestão da Aprendizagem: EAD + Especialização + 12 Meses.
Desenvolvimento de Software com Práticas Devops: EAD + Especialização + 12 Meses.	Ensino de Física: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Empreendedorismo e Inovação: EAD + Especialização + 12 Meses.
Design de Interiores: EAD + Especialização + 12 Meses.	Ensino de Matemática: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Gerenciamento de projetos: EAD + Especialização + 12 Meses.
Design Instrucional e Pedagogia do E-learning: EAD + Especialização + 12 Meses.	Ensino de Química: EAD + Especialização + 12 Meses.	Saúde Coletiva com enfoque no gerenciamento de serviços: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito Imobiliário e Condominial: EAD + Especialização + 12 Meses.	Farmácia Hospitalar: EAD + Especialização + 12 Meses.	Saúde e Segurança do Trabalho: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito Internacional: EAD + Especialização + 12 Meses.	Física para a Docência: Metodologias e Práticas: EAD + Especialização + 12 Meses.	Segurança Pública e Cidadania: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito Penal: EAD + Especialização + 12 Meses.	Fisiologia do Exercício: EAD + Especialização + 12 Meses.	Tecnologias Digitais e Inovação na Educação: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito Previdenciário Brasileiro no Século XXI: EAD + Especialização + 12 Meses.	Game Design: EAD + Especialização + 12 Meses.	Testes de Software: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito Processual Civil - Ênfase no Novo CPC: EAD + Especialização + 12 Meses.	Geografia para a Docência: Metodologias e Práticas: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA Controladoria e Finanças: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito Público: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão Ambiental: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Análise de dados com BI e Big data: EAD + Especialização + 12 Meses.
Docência no Ensino Superior: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão de Projetos Sociais com Famílias: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Comércio Exterior: EAD + Especialização + 12 Meses.
Educação a Distância: Elaboração de Materiais, Tutoria e Ambientes Virtuais: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão de Projetos Sustentáveis de Edificações: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Educação Corporativa, Desenvolvimento e Gestão da Aprendizagem: EAD + Especialização + 12 Meses.
MBA em Gestão Comercial e Vendas: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Gestão da Educação a distância: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Gestão do Ensino Superior: EAD + Especialização + 12 Meses.

Educação Ambiental: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão de Serviços 4.0: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Comunicação e Marketing: EAD + Especialização + 12 Meses.
---	---	---

Ensino Religioso: EAD + Especialização + 12 Meses.	Educação Física para Docência: Metodologias e Práticas: EAD + Especialização + 12 Meses.	.MBA em Data Protection Officer (DPO): EAD + Especialização + 12 Meses.
Química para a Docência: Metodologias e Práticas: EAD + Especialização + 12 Meses.	Educação Matemática: Anos Iniciais do Ensino Fundamental: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Gestão em Saúde: EAD + Especialização + 12 Meses.
Psicopedagogia: EAD + Especialização + 12 Meses.	Enfermagem do Trabalho: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão Industrial Farmacêutica: EAD + Especialização + 12 Meses.
Psicologia Organizacional: EAD + Especialização + 12 Meses.	Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Materiais: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão Sustentável em Condomínios: EAD + Especialização + 12 Meses.
Farmácia Homeopática: EAD + Especialização + 12 Meses.	Enfermagem em Nefrologia: EAD + Especialização + 12 Meses.	Governança em Tecnologia da Informação: EAD + Especialização + 12 Meses.
Farmácia Clínica: EAD + Especialização + 12 Meses.	Enfermagem em Oncologia: EAD + Especialização + 12 Meses.	História das Religiões: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito do Trabalho: EAD + Especialização + 12 Meses.	Enfermagem em Pediatria e Neonatologia: EAD + Especialização + 12 Meses.	Práticas e Fundamentos Educativos em Artes: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito Empresarial: EAD + Especialização + 12 Meses.	Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva: EAD + Especialização + 12 Meses.	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: EAD + Especialização + 12 Meses.
Direito Ambiental: EAD + Especialização + 12 Meses.	Enfermagem Ginecológica: EAD + Especialização + 12 Meses.	Projeto e Desenvolvimento de Jogos Digitais: EAD + Especialização + 12 Meses.
Projetos de redes e computação em nuvem: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão em Enfermagem: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão de Tecnologia da Informação e Transformação Digital: EAD + Especialização + 12 Meses.
Engenharia Ambiental e Saneamento Básico: EAD + Especialização + 12 Meses.	Inteligência Artificial e Machine Learning: EAD + Especialização + 12 Meses.	Gestão e Tecnologias em Energia: Petróleo, Gás, Fonte Renovável: EAD + Especialização + 12 Meses.
Jornalismo Esportivo: EAD + Especialização + 12 Meses.	Inovação em Negócios e Desenvolvimento IOT: EAD + Especialização + 12 Meses.	MBA em Gestão de Processos: EAD + Especialização + 12 Meses.

ANEXO B – TABELAS COMPLETAS COM AS INFORMAÇÕES PESQUISADAS NO SITE INSTITUCIONAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA – UNIPÊ/CRUZEIRO DO SUL (EDUCAÇÃO PRESENCIAL)

Site Unipê:	
1. Sou Aluno:	
1.1 Bolsas de Estudo, Descontos e Benefícios	
a) Bolsa Mérito - Prova On-line:	<p>Quem se inscrever para fazer a prova do processo seletivo on-line concorre a descontos de até 50%, a depender da pontuação (exceto para o curso de Medicina). Ex.: - De 30 a 49,99 pontos: 1ª mensalidade isenta e você garante 10% de desconto durante todo o curso;</p> <p>– De 50 a 69,99 pontos, 1ª mensalidade isenta e você garante 20% de desconto durante todo o curso;</p> <p>– De 70 a 89,99 pontos: 1ª mensalidade isenta e você garante 30% de desconto durante todo o curso;</p> <p>– De 90 a 100 pontos: 1ª mensalidade isenta e você garante 50% de desconto durante todo o curso.</p>
b) Bolsa Mérito - Prova Agendada:	<p>Quem se inscrever para fazer a prova agendada digital (presencial) do processo seletivo concorre a descontos de até 50%, a depender da pontuação (exceto para o curso de Medicina). Ex.: - De 30 a 49,99 pontos: 1ª mensalidade isenta e você garante 10% de desconto durante todo o curso;</p> <p>– De 50 a 69,99 pontos, 1ª mensalidade isenta e você garante 20% de desconto durante todo o curso;</p> <p>– De 70 a 89,99 pontos: 1ª mensalidade isenta e você garante 30% de desconto durante todo o curso;</p> <p>– De 90 a 100 pontos: 1ª mensalidade isenta e você garante 50% de desconto durante todo o curso.</p>
c) Bolsa Mérito Acadêmico:	<p>Condição para quem fizer a prova tradicional do processo seletivo e concorrer a esse benefício. Excepcionalmente, por conta da pandemia, a prova poderá ser realizada remotamente. Neste caso, a bolsa 100% será destinada ao melhor resultado entre os candidatos.</p> <p>*Exceto para o curso de Medicina Humana.</p>
d) Bolsa Mérito - ENEM:	<p>A partir de 300 pontos, sua matrícula é ISENTA e você tem desconto durante o curso todo. Utilize seus pontos na prova do Enem para entrar na faculdade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - De 300 a 449,99 pontos: 25% de desconto; - De 450 a 599 pontos: 30% de Desconto; - De 600 a 699,99 pontos: 40% de descontos; - De 700 a 799,99 pontos: 50% de descontos; - Acima de 800 pontos: 100% de descontos. <p>* Condições válidas apenas para calouros ingressantes no semestre vigente, que ainda não tenham efetivado sua matrícula até a data dessa comunicação e não tenham cancelado e/ou trancado sua matrícula em uma das Instituições da Cruzeiro do Sul Educacional, no período de 12 meses. Essa condição não se acumula com nenhuma outra campanha ofertada pela Instituição.</p>

e) Transferência Externa:	<p>Atualizamos a nossa plataforma para que o seu processo de Transferência de outra instituição seja mais tranquilo e simples. Você só precisa seguir o passo a passo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Realizar a inscrição – Enviar documentos para análise – Escolher o campus – Efetuar a matrícula <p>E mais uma grande vantagem: as adaptações são isentas de pagamento, caso você precise cursar alguma. Se estiver vindo de outra instituição de ensino superior, terá:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1ª mensalidade por nossa conta; • 50% de desconto nas mensalidades durante o curso todo; • A possibilidade de financiamento de 100% do seu curso pelo FIES*. <p>Atenção: a confirmação da matrícula está condicionada à disponibilidade de vagas para o curso/semestre de ingresso do interessado. Estas condições não se aplicam para o processo de Transferência entre as instituições da Cruzeiro do Sul Educacional. Não é válido para o curso de Medicina Humana, que possui seu próprio processo de Transferência. *Consulte cursos elegíveis para o Novo FIES.</p>
f) Segunda graduação:	<p>Procedimento: Realizar a inscrição– Enviar documentos para análise– Efetuar a matrícula.</p> <p>Benefícios: 1ª mensalidade por nossa conta + desconto de 50% até o final do curso; • Poderá eliminar disciplinas e se formar bem antes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poderá financiar até 100% do curso pelo FIES. Vale para qualquer curso de graduação presencial, exceto Medicina Humana. O único detalhe é que a confirmação da matrícula está condicionada à disponibilidade de vagas para o curso/semestre de ingresso do interessado.
g) Desconto de Pontualidade:	<p>O maior desconto é aplicado se você efetua o pagamento até o 5º dia útil de cada mês; passando desse dia até a data de vencimento, outros tipos de desconto podem ser ativados. Para saber os valores já com os descontos, ligue na Central de Relacionamento (3003-1189 nas capitais e regiões metropolitanas ou 0800 721 5844 nas demais localidades) ou confira na página de cada curso.</p>
h) Bolsa de Iniciação Científica:	<p>Existe um programa de bolsas cujo intuito é despertar o participante à vocação científica, proporcionando-lhe aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa. Dele participam a UNIPÊ, com recursos próprios, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; ambos proporcionam as condições necessárias por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, o famoso PIBIC. Dessa forma, os estudantes bolsistas são indicados e orientados por um professor doutor, têm o prazo de 12 meses para desenvolver seus projetos e recebem apoio para participação em eventos científicos, mais especificamente, o Encontro de Iniciação Científica (ENIC), que é realizado anualmente. Os trabalhos iniciam-se em agosto e terminam em julho do ano seguinte.</p>

i) Programa Universidade para Todos - ProUni:	O ProUni pode ser uma boa opção se você se enquadra em uma dessas condições: fez o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada como bolsista integral; é pessoa com necessidades especiais ou é professor da rede pública de ensino. O governo federal oferece bolsas em cursos de graduação presenciais e a distância em instituições privadas. Três requisitos são fundamentais: você não pode ter diploma de curso superior; precisa ter participado do ENEM no ano anterior e a renda familiar mensal, por pessoa, deve ser de até um salário mínimo e meio (para pleitear bolsa integral) e de até três salários mínimos, por pessoa (para bolsa de 50%). O calendário, a forma de inscrição e o edital estão disponíveis no site do programa.
j) Auxílio Desemprego:	Estudar e trabalhar ao mesmo tempo é um esforço digno de elogios. O curto tempo para as atividades diárias só vem valorizar o empenho do estudante. Por isso, quando ele perde o emprego que o mantém na faculdade, é hora de reconhecermos a emergência da situação e procurarmos formas de amenizar as dificuldades geradas pelo imprevisto. O Auxílio Desemprego funciona assim: três mensalidades consecutivas são suspensas e transferidas para quando o curso terminar, dessa forma o estudante ganha um fôlego para reorganizar sua vida financeira. As parcelas terão o mesmo preço do valor vigente à época do pagamento, somente atualizado pelos índices de reajustes anuais. Todos os alunos da Graduação, menos os de Medicina Humana, podem participar, basta fazer o requerimento conforme os prazos do regulamento. O Auxílio Desemprego está limitado à cota de 500 contratações para o grupo Cruzeiro do Sul Educacional.
k) Desconto Família:	Família que estuda unida no UNIPÊ, conquista descontos nos cursos de graduação: Graduação presencial: 2 familiares – 10% de desconto para cada um; 3 familiares – 20% de desconto para cada um; 4 ou mais familiares – 30% de desconto para cada um.
l) Incentivo à Pós-graduação:	Se você fez a sua graduação no UNIPÊ ou em uma das instituições da Cruzeiro do Sul Educacional, temos boas notícias: você pode dar continuidade em seus estudos com um curso de pós-graduação (Especialização ou MBA), na modalidade presencial ou EAD, com desconto de 20% em suas mensalidades. O desconto de 20% nas mensalidades também é válido para quem concluiu a pós-graduação na modalidade EAD pela Cruzeiro do Sul Virtual e quer fazer um novo curso de Especialização ou MBA nas modalidades EAD ou presencial.
m) Bolsa maturidade:	Funciona assim: Basta ter acima de 60 anos e participar do processo seletivo*. Faça a sua inscrição em nosso Processo Seletivo e utilize o cupom promocional MATURIDADE. Confira as condições imperdíveis: Graduação presencial: matrícula isenta + 30% sobre o valor líquido**. Pós-graduação EAD: matrícula por apenas R\$ 49,00 + 30% sobre o valor líquido. *Exceto Medicina Humana. **valor líquido = valor disponível no site

n) Desconto para aprovados no ENCCEJA:	O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos é realizado anualmente para validar competências e habilidades de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada. Com nota igual ou superior a 5 na Redação, você estará apto a conquistar nossas bolsas de estudo especiais: - 5 a 6,99 pontos: matrícula isenta + 20% OFF em todo curso; - 7 a 8,99 pontos: matrícula isenta + 30% OFF em todo curso; - 9 a 10 pontos: matrícula isenta + 50% OFF em todo curso.
o) Desconto p/Forças Armadas:	Militares e servidores civis da Marinha, Exército ou Aeronáutica, ativos e aposentados, contam, aqui no UNIPÊ, com incentivo para continuarem seus estudos. Descontos para os cursos de graduação na modalidade presencial, oferecidos pelo UNIPÊ: Graduação presencial: matrícula isenta + 30% de desconto.
p) Desconto para professores:	Docentes das redes pública e privada de ensino que buscam aprimoramento profissional e estão em busca de conhecer novas metodologias de ensino e pesquisa, podem contar com o UNIPÊ e a Cruzeiro do Sul Virtual para isso. Temos condições exclusivas para cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Confira aqui as nossas condições: Graduação presencial: matrícula isenta + 30% de desconto; Pós-graduação EAD: matrícula por apenas R\$ 49,00 + 25% de desconto.
q) Desconto p/servidores públicos:	Temos condições exclusivas e ofertas especiais para servidores públicos. Graduação presencial: matrícula isenta + 30% de desconto sobre o valor líquido; Pós-graduação a distância : matrícula por apenas R\$ 49,00 + 30% sobre o valor líquido.
r) Desconto para colaboradores e familiares:	∅

Site Unipê:

1. Sou Aluno:

1.2 Financiamentos e Linhas de Crédito:

a) CREDSUL:	Nessa modalidade de financiamento, o estudante paga 50% do valor das mensalidades durante o curso e 50% após se formar, sem juros, só com os reajustes anuais de praxe. Sua renda mensal deve ser inferior a um salário mínimo e/ou a renda familiar de até cinco salários mínimos. Então, consiga um fiador com rendimentos mensais de pelo menos dois salários mínimos e assine o contrato de crédito no prazo estabelecido pelo regulamento. Na contratação do CREDCSUL, o aluno e o fiador deverão apresentar cópia dos seguintes documentos: holerite, RG, CPF e comprovante de residência. É necessário que o avalista esteja presente para assinar o contrato de crédito junto ao aluno. *O CREDCSUL não contempla o curso de Medicina Humana, mas para esse curso ofertamos o Financiamento Medicina Santander
-------------	--

b) PRAVALER:	Somos a maior fintech de financiamento estudantil do Brasil e vamos encontrar uma alternativa perfeita para você investir no seu futuro! Cada semestre você paga em 1 ano, as parcelas nunca se acumulam, você começa a pagar a segunda contratação só quando acabar a primeira. *Para as contratações, são considerados os valores apresentados no site da instituição, podendo acumular com descontos de até 20% sobre o valor apresentado no site.
c) Novo Fies:	O Fundo de Financiamento Estudantil – FIES é um programa criado pelo MEC que financia cursos superiores não gratuitos com base no perfil socioeconômico do estudante. Após análise das informações prestadas ao sistema, ele pode ser encaminhado para linhas de crédito diferentes: se a renda per capita mensal familiar for de até três salários mínimos, ele é enquadrado no FIES, com taxa real de juros zero. Se a renda per capita mensal familiar for de três a cinco salários mínimos, a linha de crédito liberada para ele será a do P-FIES (Programa de Financiamento Estudantil), com taxa efetiva de juros definida pelo banco conveniado. Em ambos os casos, o candidato deve ter feito o ENEM. Com nota acima de 450 e sem ter zerado na redação. O importante é se cadastrar e prestar corretamente as informações, porque só após serem validadas é que o crédito será aprovado. Ao término do curso, as condições para pagar o financiamento e amortização do saldo devedor levam em consideração a capacidade financeira do estudante. Obtenha mais informações, incluindo o calendário, no site do FIES. Algumas regras de financiamento podem ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio. Além disso, haverá limitação do número de vagas a serem ofertadas no processo seletivo e a efetiva inscrição e a quantidade final de vagas estão sujeitas à aprovação prévia pelo SESU/Governo Federal, a seu exclusivo critério. A instituição ressalta que qualquer diferença de valor da semestralidade escolar e o valor efetivamente financiado será de integral responsabilidade do aluno. Confira mais informações no site do programa.

Site Unipê:

1. Sou Aluno:

1.3. Formas de Ingresso:

I) Processo Seletivo:	a) Prova On-line:	Faça a Prova On-line pelo computador ou dispositivo móvel. Você pode conquistar uma bolsa de até 50%, de acordo com a nota! Condições: Valor da inscrição gratuita + 1ª mensalidade isenta* + Resultado 24hs após a redação. Obs: *A condição promocional de 1ª mensalidade isentase aplica aos candidatos aprovados na Prova On-line, Prova Tradicional, Prova Agendada ou Via Enem, ambos ingressantes no 1º semestre de 2021, que ainda não tenham efetivado sua matrícula e não tenham cancelado e/ou trancado sua matrícula em uma das Instituições da Cruzeiro do Sul Educacional, no período de 1 ano. Tais condições não se aplicam aos cursos de Medicina Humana, e também para matriculados via FIES, Prouni e outros programas governamentais, e não se acumula com nenhuma outra campanha ofertada pela Instituição. Primeira mensalidade equivale à matrícula do calouro.
------------------------------	-------------------	--

I) Processo Seletivo:	b) Ingresso ENEM:	Sua boa pontuação no Enem garante bolsa de até 100% em nossa instituição – concedidas proporcionalmente ao seu desempenho na prova. Condições: Valor da inscrição gratuita + 1ª mensalidade isenta* + Resultado: 48hs após o Exame. Obs: *A condição promocional de 1ª mensalidade isentase aplica aos candidatos aprovados na Prova On-line, Prova Tradicional, Prova Agendada ou Via Enem, ambos ingressantes no 1º semestre de 2021, que ainda não tenham efetivado sua matrícula e não tenham cancelado e/ou trancado sua matrícula em uma das Instituições da Cruzeiro do Sul Educacional, no período de 1 ano. Tais condições não se aplicam aos cursos de Medicina Humana, e também para matriculados via FIES, Prouni e outros programas governamentais, e não se acumula com nenhuma outra campanha ofertada pela Instituição. Primeira mensalidade equivale à matrícula do calouro.
	c) Prova Tradicional:	Com a Prova Tradicional você concorre a bolsa de 100%, até o final do curso e sem limite de vagas — basta acertar 75% da prova! Condições: Valor da inscrição: R\$ 30 + 1ª mensalidade isenta* + Resultado: 48hs após o Exame. Obs: *A condição promocional de 1ª mensalidade isentase aplica aos candidatos aprovados na Prova On-line, Prova Tradicional, Prova Agendada ou Via Enem, ambos ingressantes no 1º semestre de 2021, que ainda não tenham efetivado sua matrícula e não tenham cancelado e/ou trancado sua matrícula em uma das Instituições da Cruzeiro do Sul Educacional, no período de 1 ano. Tais condições não se aplicam aos cursos de Medicina Humana, e também para matriculados via FIES, Prouni e outros programas governamentais, e não se acumula com nenhuma outra campanha ofertada pela Instituição. Primeira mensalidade equivale à matrícula do calouro.
	d) Prova Agendada:	Com a Prova Agendada, você faz a prova na unidade de sua escolha, no melhor dia e horário. E o resultado é imediato! Bolsa de até 50%! Condições: Valor da inscrição: R\$ 15 + 1ª mensalidade isenta* + Resultado: logo após a realização da prova. Obs: *A condição promocional de 1ª mensalidade isentase aplica aos candidatos aprovados na Prova On-line, Prova Tradicional, Prova Agendada ou Via Enem, ambos ingressantes no 1º semestre de 2021, que ainda não tenham efetivado sua matrícula e não tenham cancelado e/ou trancado sua matrícula em uma das Instituições da Cruzeiro do Sul Educacional, no período de 1 ano. Tais condições não se aplicam aos cursos de Medicina Humana, e também para matriculados via FIES, Prouni e outros programas governamentais, e não se acumula com nenhuma outra campanha ofertada pela Instituição. Primeira mensalidade equivale à matrícula do calouro.
	e) ENCCEJA:	Ingresse com a sua nota no ENCCEJA e garanta bolsas de estudo, de até 30%, válidas durante todo o curso. Condições: Inscrição isenta + 1ª mensalidade isenta* + Resultado: no ato da entrega das notas do ENCCEJA. *A condição promocional de 1ª mensalidade isenta aplica-se aos candidatos ingressantes no 1º semestre de 2021, que ainda não tenham efetivado sua matrícula e não tenham cancelado e/ou trancado sua matrícula em uma das Instituições da Cruzeiro do Sul Educacional, no período de 1 ano. Tais condições não se aplicam aos cursos de Medicina Humana, e também para matriculados via FIES, Prouni e outros programas governamentais, e não se acumula com nenhuma outra campanha ofertada pela Instituição. Primeira mensalidade equivale à matrícula do calouro.

Site Unipê:	
1. Sou Aluno:	
1.3. Formas de Ingresso:	
II) Transferência:	<p>Condições: Matrícula isenta* e 50% de desconto** nas mensalidades durante o curso todo. Se precisar, conte conosco para transferir o seu FIES***. Entre no semestre seguinte ao que estava estudando com dispensa de disciplinas já cursadas. Se necessárias, as adaptações são gratuitas!</p> <p>Procedimento: Faça sua inscrição no curso desejado + No final da inscrição encaminhe os documentos necessários para a análise online + Aguarde sair o resultado da Comissão de Análise Curricular + Após a resposta da Análise, matricule-se + Entregue pelo seu portal do aluno os documentos solicitados. *A condição de 1ª mensalidade isenta é concedida somente aos alunos matriculados em outra instituição de ensino. **50% de desconto para alunos matriculados em outras instituição de ensino. Condições não são válidas para o curso de Medicina Humana. A confirmação da matrícula está condicionada à disponibilidade de vagas para o curso/semestre de ingresso do interessado. Estas condições não se aplicam para transferências entre as instituições da Cruzeiro do Sul Educacional. ***Consulte cursos elegíveis para o Novo FIES.</p>
III) Segunda Graduação:	<p>Matrícula isenta* e 50% de desconto** nas mensalidades durante o curso todo. Condições especiais para você ampliar sua formação! Forme-se em menos tempo com aproveitamento de estudos e dispensa de disciplinas já cursadas. Sem necessidade de vestibular! Procedimento: Faça sua inscrição no curso desejado + No final da inscrição encaminhe os documentos necessários para a análise online + Aguarde sair o resultado da Comissão de Análise Curricular + Após a resposta da Análise, matricule-se + Entregue pelo seu portal do aluno os documentos solicitados. *Você poderá eliminar disciplinas e finalizar seu curso num tempo ainda menor. **50% de desconto para ex-alunos de instituições do grupo Cruzeiro do Sul Educacional e de demais instituições de ensino. ***Condição não é válida para o curso de Medicina Humana. A confirmação da matrícula está condicionada à disponibilidade de vagas para o curso/semestre de ingresso do interessado. ****Consulte cursos elegíveis para o Novo FIES.</p>
IV) Vestibular Medicina - Prova Tradicional (1º SEM/2021)	<p>Inscrições: de 22/08 a 15/10/2020. Data da prova: 25/10/2020, das 13h às 18h. Local da prova: Campus do UNIPÊ, na BR 230, S/N – Km 22, Bairro Água Fria, João Pessoa - PB. Valor da inscrição: R\$ 300. Resultado: a partir de 04/11/2020, no site. A matrícula dos candidatos classificados e habilitados na Prova Tradicional, para as vagas de 2021 do Curso de Graduação em Medicina, poderá ser realizada de duas formas: presencial ou online, observados o calendário. 5ª Chamada – dias 09, 10 e 11/02/2021, das 9h às 20h. Havendo vagas remanescentes, poderá haver novas chamadas ou convocação para manifestação presencial de interesse, a critério do Centro Universitário de João Pessoa.</p>
IV) Vestibular Medicina - Ingresso Via ENEM (1º SEM/2021):	<p>Inscrições: 2ª fase de 28/09 a 07/10/2020, às 20h. No momento da inscrição, o candidato deverá anexar o documento comprobatório de notas do ENEM, para o endereço de e-mail medicina.enem@unipe.edu.br. Valor da inscrição: Isenta. Resultado: a partir de 09/10/2020, no site. A matrícula dos candidatos classificados e habilitados no Ingresso via Enem, para as vagas de 2021 do Curso de Graduação em Medicina, poderá ser realizada de duas formas: presencial ou online, observados o calendário. 2ª fase – 3ª chamada – dias 29/10/2020 (quinta-feira) e 30/10/2020 (sexta-feira), das 09h às 20h. Havendo vagas remanescentes, poderá haver novas chamadas ou convocação para manifestação presencial de interesse, a critério do Centro Universitário de João Pessoa.</p>

V) Transferência Medicina (1º Sem/2021):	Inscrições: de 09 de novembro a 18 de janeiro de 2021. Valor da inscrição: Inscrição isenta. Data da prova: As análises curriculares dos candidatos serão realizadas de 19 a 25 de janeiro de 2021. Entrega da documentação: Até as 20h do dia 18 de janeiro de 2021, pelo e-mail vestibularmedicina@unipe.edu.br . Resultado: a partir de 26 de janeiro de 2021, a partir das 17h, no site. Matrículas: os candidatos classificados deverão efetuar a matrícula no período de 27 e 28/01/2021, na Central de Atendimento ao Aluno (CAA), na sede do curso – Centro Universitário de João Pessoa, localizado à BR230, KM 22, Água Fria, João Pessoa (PB). Atenção: Todas as normas e procedimentos do processo de Transferência para o curso de Medicina da UNIPÊ constam no respectivo edital.
--	--

Site Unipê:

1. Sou Aluno:

1.4. Educação Corporativa:

a) Convênio Universitário:	O Convênio Universitário é um programa especialmente desenvolvido para melhor qualificar os colaboradores das empresas, fornecendo, inclusive, descontos especiais aos que queiram estudar em uma de nossas instituições de ensino, estendidos aos seus familiares. Os benefícios são oferecidos para os cursos de Graduação, Tecnologia, Pós-graduação, Especialização Lato Sensu e MBA (presencial e a distância).
b) Cursos Customizados <i>in Company</i> :	O curso ideal formatado especialmente para atender às necessidades técnicas da sua empresa. Investa na qualificação de seus colaboradores, atuando diretamente no aperfeiçoamento da empresa. As ações podem ser realizadas nas próprias instalações da empresa, das nossas instituições de ensino ou a distância. A ação é realizada mediante a presença mínima de 100 colaboradores. A Educação Corporativa leva o vestibular das instituições do grupo Cruzeiro do Sul Educacional até a sua empresa, com consultores preparados para tirar todas as dúvidas que possam surgir.
c) Palestras <i>in Company</i> :	Oferecemos palestras presenciais ou a distância, gratuitas, dos mais variados temas e de acordo com a necessidade dos nossos parceiros. A ação é realizada mediante a presença mínima de 100 colaboradores. Caso sua empresa possua o número mínimo de colaboradores, entre em contato conosco. Preencha o formulário para falar com um de nossos consultores educacionais. *Requisição deve ser realizada com 20 dias de antecedência.
d) Visite o <i>Campus</i> :	Agendamento de visitas ao Campus do Unipê.
e) Patrocínio de salas e espaços (concessão de espaços):	Programe conteúdo e utilize nossas salas de aula, elas estão a serviço da comunidade acadêmica! Instaladas em nossos campi, as salas de aula possuem ambientes diferenciados e inovadores, com equipamentos de áudio, vídeo e informática. Podem ser desenvolvidas ações didáticas para os alunos da instituição, sejam palestras, aulas regulares ou cursos especiais. Preencha o formulário para falar com um de nossos consultores educacionais.

Site Unipê:

1. Sou Aluno:

1.5. Blog Carreiras

Trata-se de um blog direcionado aos acadêmicos e aos egressos com notícias, informações e novidades sobre carreiras, mercado de trabalho, vida acadêmica, orientações para quem pretende voltar aos estudos e para os formados que estão em busca de oportunidades de emprego e/ou de abrir seu próprio empreendimento. Além disso, há dicas de como criar uma rotina de estudos, tanto para quem ainda vai prestar o Enem, como para quem já é estudante universitário.

Site Unipê:	
1. Sou Aluno:	
1.6. Canais de Atendimento ao Aluno:	
a) Estela:	Assistente virtual com inteligência artificial que atende, interage e orienta o interessado por meio de um chat.
b) Chat humano:	De acordo com a necessidade, a Estela pode direcionar para um chat humano, destinado ao contato direto e <i>on-line</i> com os nossos atendentes.
c) CAA <i>Online</i> :	A Central de Atendimento ao Aluno - CAA está disponível na Área do Aluno, com diversos serviços e abertura de protocolos em áreas, como Financeiro, Tesouraria e Crédito Educativo. Lá também é possível acompanhar o andamento dos processos e manter um registro de todas as interações feitas ao longo da vida acadêmica do estudante.
d) Agendamento para CAA Presencial:	Em casos mais complexos, é possível agendar com a nossa assistente virtual o atendimento presencial na CAA. Vale destacar que essa modalidade está funcionando de acordo com os decretos municipais e limitações em número de pessoas.

